

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E *DESIGN*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

MARIANA CAZE DE SOUZA

**PAISAGEM SOCIALIZADA:
RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE E SOCIABILIDADE EM
ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE CURITIBA, PARANÁ**

**CURITIBA
2017**

MARIANA CAZE DE SOUZA

**PAISAGEM SOCIALIZADA:
RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE E SOCIABILIDADE
EM ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE CURITIBA, PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Arquitetura e *Design* e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linha de pesquisa:
Planejamento e Projeto em
Espaços Urbanos e Regionais

Orientadora:
Profa. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt

Coorientadora:
Profa. Dra. Patrícia Costa Pellizzaro

**CURITIBA
2017**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

S729 2017	<p>Souza, Mariana Caze de</p> <p>Paisagem socializada : relações entre qualidade e sociabilidade em espaços livres públicos de Curitiba, Paraná / Marina Caze de Souza ; orientadora, Letícia Peret Antunes Hardt ; coorientadora, Patrícia Costa Pellizzaro. – 2017.</p> <p>195 f. : il. ; 30 cm</p> <p>Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017</p> <p>Bibliografia: p. 171-189</p> <p>1. Arquitetura paisagística urbana. 2. Espaços públicos - Curitiba (PR). 3. Sociabilidade. 4. Planejamento urbano. I. Pellizzaro, Patrícia Costa. II. Hardt, Letícia Peret Antunes, III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós- Graduação em Gestão Urbana. IV. Título.</p> <p>CDD 20. ed. – 711.4</p>
--------------	--

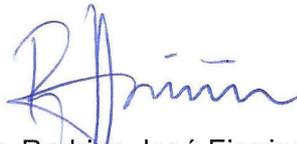
TERMO DE APROVAÇÃO

**“PAISAGEM SOCIALIZADA: RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE E SOCIABILIDADE
EM ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE CURITIBA, PARANÁ”**

Por

MARIANA CAZE DE SOUZA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Rodrigo José Firmino
Coordenador do Programa – PPGTU/PUCPR



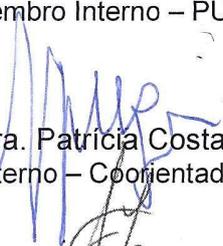
Prof.ª Dra. Leticia Peret Antunes Hardt
Membro Interno – Orientadora – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Clovis Ultramari
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof.ª Dra. Sylvia Ramos Leitão
Membro Interno – PUCPR



Prof.ª Dra. Patricia Costa Pellizzaro
Membro Externo – Coorientadora – UNIARP



Prof. Dr. Antonio Carlos Machado Guimarães
Membro Externo – UNIVAP

Curitiba, 02 de março de 2017.

A Deus,
pela sua misericórdia,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser minha esperança e me fazer manter a fé mesmo em momentos de dificuldade.

À minha orientadora, Profa. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt, pela confiança, paciência, cuidado, trabalho e tempo dedicado desde a graduação, por ser uma mulher incrível.

À minha coorientadora, Profa. Dra. Patrícia Costa Pellizzaro, por me auxiliar, aconselhar e ensinar, com sua ajuda valiosa.

Ao Prof. Dr. Clóvis Ultramari e à Profa. Dra. Sylvia Ramos Leitão, pelos conselhos fundamentais durante a qualificação desta dissertação.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), pelo ensino, sabedoria e dedicação.

À minha família, meu pai Eneas, minha mãe Ana, minha irmã Isabela e demais familiares, por me incentivarem, motivarem e auxiliarem.

Aos meus amigos, pela motivação, lembrando com carinho dos colegas do PPGTU.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio institucional e financeiro.

Tudo o que for verdadeiro, tudo o que for nobre, tudo o que for correto, tudo o que for puro, tudo o que for amável, tudo o que for de boa fama, se houver algo de excelente ou digno de louvor, pensem nessas coisas.

Filipenses 4:8

RESUMO

Progressivamente, os espaços livres públicos têm perdido suas funções de promoção de relacionamentos da sociedade e de valorização de características da paisagem nas cidades, permanecendo, por vezes, sujeitos à ociosidade e à degradação. Diante dessa realidade, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar as relações entre qualidade paisagística e sociabilidade nesses locais, a partir do estudo de caso, em escala de vizinhança, da capital do Estado do Paraná. Para tanto, foram selecionados, como recorte geográfico de referência para a análise, três praças e um bosque locados em um mesmo compartimento territorial, denominado Vila Verde, integrante do Setor Especial de Habitação de Interesse Social na Regional Cidade Industrial de Curitiba. Com estrutura múltipla de métodos, a investigação é organizada em três fases principais: definição de procedimentos técnicos, correspondendo ao recorte processual de estruturação metodológica; interpretação de bases conceituais, compreendendo o recorte temático de fundamentação teórica; e avaliação da abordagem empírica, englobando o recorte analítico de contextualização da área de estudo e de discussão dos resultados sob óticas quantitativas e qualitativas. Nesta última etapa, foi, em primeira instância, classificada a qualidade da paisagem a partir da adaptação de ferramenta de quantificação e espacialização de seus componentes, por meio da sua observação direta. Paralelamente, foi realizada a análise da sociabilização espacial pelo ajuste de um sistema fundamentado em quantidades e espacialidades de parâmetros de uso dos logradouros pelos usuários. Os principais resultados apontam para reduzidos padrões qualitativos dos cenários das praças e do bosque, assim como para a sua fragilidade social em função da falta de manutenção, da insuficiência de investimentos financeiros, do uso de substâncias ilícitas e da sensação de insegurança, dentre outros aspectos. Por outro lado, também permitem a confirmação da hipótese de que a sociabilidade em espaços livres públicos é motivada pela sua qualidade paisagística. Assim, é possível a sistematização de um conjunto de diretrizes de planejamento participativo desses locais no âmbito da gestão de cidades.

Palavras-chave: Paisagem urbana. Espaços livres públicos. Qualificação paisagística. Socialização espacial. Planejamento local. Gestão de cidades.

ABSTRACT

Progressively, public spaces have lost their functions of promoting society's relationships and valuing landscape characteristics in cities, and are sometimes subject to idleness and degradation. On this reality, the general objective of this research is to evaluate the relations between landscape quality and sociability in these places, based on the case study, on a neighborhood scale, of the capital of the State of Paraná. For this purpose, three squares and one forest were selected, as geographical references, for the study in Vila Verde, a member of the Special Sector of Housing of Social Interest in the Regional Industrial City of Curitiba. With a multiple structure of methods, the investigation is organized in three main phases: definition of technical procedures, corresponding to the procedural cut of methodological structuring; interpretation of conceptual bases, including the thematic clipping of theoretical foundation; and evaluation of the empirical approach, encompassing the analytical clipping of contextualization of the study area and discussion of the results under quantitative and qualitative perspectives. In this last stage, it was classified the quality of the landscape from the adaptation of tool of quantification and spatialization of its components, through its direct observation. At the same time, the analysis of spatial socialization was carried out by the adjustment of a system based on quantities and spatial parameters of users' use of the places. The main results point to the low qualitative patterns of the squares and forest scenarios, as well as their social fragility due to lack of maintenance, insufficiency of financial investments, illicit substance use and insecurity, among other aspects. On the other hand, they also allow the confirmation of the hypothesis that sociability in public spaces is motivated by its landscape quality. Thus, it is possible to systematize a set of participatory planning guidelines for these sites in the area of city management.

Keywords: *Urban landscape. Public spaces. Landscape qualification. Spatial socialization. Local planning. City management.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Organograma esquemático do recorte processual da pesquisa	25
Figura 2:	Mapa de localização de compartimentos do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) na escala municipal com destaque para a escala regional (Cidade Industrial de Curitiba – CIC).....	28
Figura 3:	Imagem aérea de localização de compartimentos do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) na escala regional com destaque para a escala local (Vila Verde)	30
Figura 4:	Imagem aérea de localização do compartimento do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) na escala local com destaque para a escala específica (espaços públicos de referência).....	31
Figura 5:	Mapas de escalas de análise da estrutura socioeconômica da área de estudo	32
Figura 6:	Organograma esquemático do recorte temático da pesquisa	39
Figura 7:	Organograma esquemático do recorte geográfico da pesquisa	63
Figura 8:	Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo de Curitiba com destaque para os compartimentos do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS).....	66
Figura 9:	Mapas de classes de densidade demográfica e domiciliar por bairros de Curitiba – 2010	68
Figura 10:	Mapas de classes de proporcionalidade de grupos etários por bairros de Curitiba – 2010	69
Figura 11:	Mapas de classes de grau de alfabetização e de renda média por bairros de Curitiba – 2010.....	70
Figura 12:	Mapa de áreas verdes em Curitiba – 2007.....	71
Figura 13:	Mapa de administrações regionais de Curitiba com destaque para a Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC).....	72
Figura 14:	Mapa esquemático de bairros da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC).....	73
Figura 15:	Mapas de evolução do uso do solo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) com destaque para o local de estudo (Vila Verde) – 1972, 1980 e 1990	75
Figura 16:	Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	76
Figura 17:	Mapa da produção habitacional da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	77
Figura 18:	Mapas de classes de densidade demográfica por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010	78
Figura 19:	Mapas de classes de densidade domiciliar por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010	79
Figura 20:	Mapas de classes de proporcionalidade de crianças por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010	80
Figura 21:	Mapas de classes de proporcionalidade de adolescentes por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010	81
Figura 22:	Mapas de classes de proporcionalidade de adultos por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010	82
Figura 23:	Mapas de classes de proporcionalidade de idosos por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010	83

Figura 24:	Mapas de classes de grau de alfabetização por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010	84
Figura 25:	Gráfico de valores de rendimento médio dos domicílios particulares permanentes por administrações regionais de Curitiba – 2010	84
Figura 26:	Mapas de classes de renda média por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010.....	85
Figura 27:	Gráfico de distribuição percentual dos setores econômicos na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2011	86
Figura 28:	Gráfico de proporcionalidade de domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2000 e 2010	87
Figura 29:	Gráfico de proporcionalidade de áreas verdes por administração regional de Curitiba – 2010.....	88
Figura 30:	Mapa de áreas verdes públicas e privadas na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2013	88
Figura 31:	Mapas de ocorrências de homicídios dolosos na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) com destaque para o local de estudo (Vila Verde) – 2012	90
Figura 32:	Mapa de motivações criminais na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) com destaque para o local de estudo (Vila Verde) – 2010	91
Figura 33:	Vista aérea da Vila Verde e respectivo entorno – 2017	94
Figura 34:	Mapas de classes de densidade demográfica e domiciliar por setores censitários da Vila Verde – 2010	95
Figura 35:	Mapas de classes de proporcionalidade de grupos etários por setores censitários da Vila Verde – 2010	96
Figura 36:	Mapas de classes de grau de alfabetização e de renda média por setores censitários da Vila Verde – 2010	97
Figura 37:	Imagem aérea de espaços livres públicos da Vila Verde.....	98
Figura 38:	Mapa de usos internos e do entorno imediato do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde.....	99
Figura 39:	Mapa de usos internos e do entorno imediato do espaço 2 – Bosque da Vila Verde.....	100
Figura 40:	Mapa de usos internos e do entorno imediato do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade	101
Figura 41:	Mapa de usos internos e do entorno imediato do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos	102
Figura 42:	Mapas de classes de densidade demográfica e domiciliar por setores censitário da Vila Verde com destaque para os espaços de referência – 2010.....	103
Figura 43:	Mapas de classes de proporcionalidade de grupos etários por setores censitários da Vila Verde com destaque para os espaços de referência – 2010.....	104
Figura 44:	Mapas de classes de grau de alfabetização e de renda média por setores censitários da Vila Verde para os espaços de referência – 2010	106
Figura 45:	Mapas de quantidades de domicílios com lixo acumulado e sem arborização por setores censitários da Vila Verde com destaque para os espaços de referência – 2010	107
Figura 46:	Organograma esquemático do recorte analítico da pesquisa	108
Figura 47:	Vistas de paisagens do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde	110
Figura 48:	Mapa de classes de qualidade paisagística do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde.....	112

Figura 49:	Vistas de paisagens do espaço 2 – Bosque da Vila Verde	113
Figura 50:	Mapa de classes de qualidade paisagística do espaço 2 – Bosque da Vila Verde	116
Figura 51:	Vistas de paisagens do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade.....	117
Figura 52:	Mapa de classes de qualidade paisagística do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade	119
Figura 53:	Vistas de paisagens do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos.....	120
Figura 54:	Mapa de classes de qualidade paisagística do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos.....	121
Figura 55:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde	124
Figura 56:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde.....	124
Figura 57:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de períodos de uso do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde	125
Figura 58:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana no espaço 1 – Praça Central da Vila Verde.....	126
Figura 59:	Mapa de localização dos usuários por atividade no espaço 1 – Praça Central da Vila Verde	127
Figura 60:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade no espaço 1 – Praça Central da Vila Verde	127
Figura 61:	Gráfico de proporcionalidade e relação entre atividade e gênero dos usuários no espaço 1 – Praça Central da Vila Verde.....	128
Figura 62:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários do espaço 2 – Bosque da Vila Verde	130
Figura 63:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários do espaço 2 – Bosque da Vila Verde	130
Figura 64:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de período de uso do espaço 2 – Bosque da Vila Verde	131
Figura 65:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana no espaço 2 – Bosque da Vila Verde	131
Figura 66:	Mapa de localização dos usuários por atividade – espaço 2 – Bosque da Vila Verde.....	132
Figura 67:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade no espaço 2 – Bosque da Vila Verde	133
Figura 68:	Gráfico de proporcionalidade e relação entre atividade e gênero dos usuários no espaço 2 – Bosque da Vila Verde	134
Figura 69:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade.....	136
Figura 70:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade	136
Figura 71:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de período de uso do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade	137
Figura 72:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana no espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade	138
Figura 73:	Mapa de localização dos usuários por atividade no espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade	139

Figura 74:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade no espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade.....	139
Figura 75:	Gráfico de proporcionalidade e relação entre atividade e gênero dos usuários no espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade.....	140
Figura 76:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos.....	141
Figura 77:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos.....	142
Figura 78:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de período de uso pelos usuários do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos.....	142
Figura 79:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos.....	143
Figura 80:	Mapa de localização dos usuários por atividade no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos.....	144
Figura 81:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos.....	144
Figura 82:	Gráfico de proporcionalidade e relação entre atividade e gênero dos usuários no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos.....	145
Figura 83:	Mapas de classes de qualidade paisagística dos espaços de referência.....	147
Figura 84:	Gráficos de classes de qualidade paisagística dos espaços de referência.....	148
Figura 85:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por espaço de referência.....	151
Figura 86:	Gráficos de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários nos espaços de referência.....	152
Figura 87:	Gráficos de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários nos espaços de referência.....	154
Figura 88:	Gráficos de quantidade e proporcionalidade de períodos de uso nos espaços de referência.....	155
Figura 89:	Gráficos de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana nos espaços de referência.....	156
Figura 90:	Gráficos de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade nos espaços de referência.....	158
Figura 91:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por gênero nos espaços de referência.....	159
Figura 92:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por classe de qualidade de componentes paisagísticos dos espaços de referência.....	162
Figura 93:	Gráfico de quantidade de usuários e taxa de frequência (indivíduos/m ²) por classe de qualidade de componentes paisagísticos dos espaços de referência.....	162
Figura 94:	Mapas de sobreposição da localização dos usuários às classes de qualidade dos componentes paisagísticos dos espaços de referência.....	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Área total e limites dos espaços de referência da pesquisa	29
Tabela 2:	Quantidade de espaços livres públicos de lazer por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2013	89
Tabela 3:	Quantidade e área de componentes, quantidade e proporcionalidade de usuários e taxa de frequência por classes de qualidade paisagística dos espaços de referência	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Fases de desenvolvimento da pesquisa.....	24
Quadro 2	Especificação e descrição dos elementos de análise para qualificação paisagística dos espaços de referência.....	35
Quadro 3:	Especificação e descrição dos elementos de análise da socialização espacial dos espaços de referência.....	37
Quadro 4:	Classes de qualidade dos componentes paisagísticos do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde	111
Quadro 5:	Classes de qualidade dos componentes paisagísticos do espaço 2 – Bosque da Vila Verde	115
Quadro 6:	Classes de qualidade dos componentes paisagísticos do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade	118
Quadro 7:	Classes de qualidade dos componentes paisagísticos do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos	121

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de proteção ambiental
BRAT-DO	Bedimo-Rung <i>assessment tool</i> – <i>direct observation</i> (ferramenta de avaliação de Bedimo-Rung – observação direta)
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
COHAB-CT	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONEC	Setor Especial Conector
CURITIBA S.A.	Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de desenvolvimento humano municipal
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba
PPGTU	Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RPC TV	Rede Paranaense de Comunicação
SC	Setor Especial Comercial
SC-SF	Setor Comercial de Santa Felicidade
SC-UM	Setor Comercial do Umbará
SE-AC	Setor Especial da Avenida Presidente Affonso Camargo
SE-BR-116	Setor Especial da BR-116
SE-CB	Setor Especial da Rua Engenheiro Costa Barros
SE-CF	Setor Especial da Avenida Comendador Franco
SEHIS	Setor Especial de Habitação de Interesse Social
SEI	Setor Especial Institucional
SE-MF	Setor Especial da Avenida Marechal Floriano Peixoto
SE-OI	Setor Especial de Ocupação Integrada
SE-PS	Setor Especial do Parque de Software
SER-CIC	Setor Especial Residencial da Cidade Industrial de Curitiba

SE-WB	Setor Especial da Avenida Presidente Wenceslau Braz
SH	Setor Especial Histórico
SOPARC	<i>system for observing play and recreation in communities</i> (sistema para observação de jogos e recreação em comunidades)
URBS	Urbanização de Curitiba S.A.
ZC	Zona Central
Z-CON	Zona de Contenção
ZE-D	Zona Especial Desportiva
ZE-E	Zona Especial Educacional
ZEI	Zona Especial de Indústria
ZE-M	Zona Especial Militar
ZES	Zona Especial de Serviços
ZI	Zona Industrial
ZI-LV	Zona Industrial da Linha Verde
ZOO	Zona de Ocupação Orientada
ZR-1	Zona Residencial 1
ZR-2	Zona Residencial 2
ZR-3	Zona Residencial 3
ZR-4	Zona Residencial 4
ZR-AG	Zona Residencial Alto da Glória
ZR-B	Zona Residencial Batel
ZREP	Zona de Represa
ZR-M	Zona Residencial Mercês
ZR-OC	Zona Residencial de Ocupação Controlada
ZR-P	Zona Residencial Passaúna
ZR-SF	Zona Residencial Santa Felicidade
ZR-U	Zona Residencial Umbará
ZS-1	Zona de Serviço 1
ZS-2	Zona de Serviço 2
ZT-NC	Zona de Transição Nova Curitiba
ZUC	Zona de Urbanização Consolidada
ZUM	Zona de Uso Misto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	PROBLEMÁTICA	19
1.2	JUSTIFICATIVAS	21
1.3	OBJETIVOS	22
2	ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA	23
2.1	DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	25
2.2	INTERPRETAÇÃO DE BASES CONCEITUAIS	26
2.3	AVALIAÇÃO DA ABORDAGEM EMPÍRICA	26
2.3.1	Caracterização das escalas espaciais	27
2.3.2	Classificação da qualidade das paisagens	34
2.3.3	Análise da sociabilidade nos espaços	36
2.3.4	Integração dos resultados	38
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	39
3.1	PAISAGEM URBANA	40
3.1.1	Componentes paisagísticos	42
3.1.2	Processo perceptual	43
3.2	QUALIDADE DA PAISAGEM	45
3.2.1	Métodos analíticos	46
3.3	SOCIABILIDADE NOS ESPAÇOS	47
3.3.1	Relações sociais	48
3.3.2	Segregação socioespacial	51
3.4	ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	53
3.4.1	Funções e usos	57
3.4.2	Planejamento e gestão	59
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	63
4.1	ESCALA MUNICIPAL	64
4.2	ESCALA REGIONAL	73
4.3	ESCALA LOCAL	92
4.4	ESCALA ESPECÍFICA	99

5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	108
5.1	QUALIFICAÇÃO DAS PAISAGENS	109
5.1.1	Espaço 1 – Praça Central da Vila Verde	109
5.1.2	Espaço 2 – Bosque da Vila Verde	113
5.1.3	Espaço 3 – Praça da estação da Sustentabilidade	117
5.1.4	Espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos	120
5.2	SOCIALIZAÇÃO NOS ESPAÇOS	123
5.2.1	Espaço 1 – Praça Central da Vila Verde	123
5.2.2	Espaço 2 – Bosque da Vila Verde	129
5.2.3	Espaço 3 – Praça da estação da Sustentabilidade	135
5.2.4	Espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos	141
5.3	AVALIAÇÃO INTEGRADA	146
5.3.1	Qualidade paisagística	146
5.3.2	Sociabilidade espacial	150
5.3.2	Paisagem socializada	160
6	CONCLUSÃO	167
	REFERÊNCIAS	171
	APÊNDICES	190
	APÊNDICE A	
	Formulário de qualificação paisagística dos espaços de referência	190
	APÊNDICE B	
	Formulários de levantamento da socialização espacial	192

1 INTRODUÇÃO

Antes configurados como ambientes de relacionamentos sociais e de apreciações paisagísticas nas cidades, os espaços livres públicos têm, paulatinamente, perdido essas funções, permanecendo, por vezes, degradados, ociosos e desvitalizados (CASTELLO, 2006), quando não vinculados a atos ilícitos (HARDT; HARDT, 2015). O foco principal desta pesquisa reside justamente na identificação das relações existentes entre a qualidade da paisagem e a sociabilidade nesses locais, com vistas à sistematização de diretrizes de planejamento territorial e de gestão urbana direcionadas à contribuição para a reversão desse cenário.

Integrando a investigação sobre Paisagem Socializada, voltada à análise de espaços urbanizados em prol da socialização dos cidadãos (HARDT; HARDT 2015), o presente estudo possibilita o relacionamento com pesquisas anteriores vinculadas à central, tanto em termos de iniciação científica quanto em nível *lato e stricto sensu*, como as de Lima (2015), Nogueira (2016) e Sehli (2015), por exemplo.

Com base no pressuposto de constituição de um conjunto singular e intrínseco de componentes naturais e antrópicos (HARDT, 2000), a paisagem urbana possui estreitos laços com as atividades humanas, podendo ser entendida como seu reflexo espacial e seu resultado visual (HARDT; HARDT, 2007). Por sua vez, a sociabilidade, inerente ao ser humano, é continuamente construída pelos indivíduos, por meio de suas relações recíprocas. Este conceito permite a compreensão da organização da sociedade sob uma “forma lúdica arquetípica de toda a socialização humana, sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos que a interação em si mesma, vivida em espécies de jogos, nos quais uma das regras implícitas seria atuar como se todos fossem iguais” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p.7).

Como palco de relações de sociabilidade, os espaços livres de uso público abrangem vias, largos, pátios e, principalmente, praças e parques (CUNHA, 2003). De acordo com Lima (2015), em grande parte são relacionados a áreas verdes urbanas, sendo definidos por Magnoli (2006, p.179) como “não ocupados por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso)”.

Cabe observar que Lima et al. (1994) evidenciam as dificuldades gramaticais encontradas no conceito de espaço livre público pela presença de expressões com diferentes interpretações teóricas, como “áreas verdes, abertas e de lazer”, por exemplo. Embora com significados aproximados, causam dúvidas no alcance de termos únicos e sem margem de erros (LIMA, 2015).

Esse fato incentiva a adaptação de expressões de acordo com o tema estudado e, no caso da pesquisa em específico, foram selecionadas, como alvo de análise empírica da sociabilidade, áreas de lazer em nível de vizinhança. Assim, o estudo abrange três praças e um bosque, este com grande similaridade ao conceito de parque urbano, locados em mesmo compartimento territorial do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), denominado Vila Verde, situado na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) da capital paranaense. Cabe citar que esse recorte geográfico foi determinado por critérios relacionados a paisagens com assentamentos populacionais sujeitos a processos de periferização, favelização ou habitação estabelecida por incentivo governamental, os quais são especificados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Portanto, a pesquisa é voltada à análise da problemática das relações entre qualidade da paisagem desses espaços de referência – interpretada com base nos padrões dos seus componentes – e o perfil de utilização desses locais pela população – medido por meio da observação da presença dos usuários e das suas respectivas atividades (ver seção 5 – Discussão dos resultados).

1.1 PROBLEMÁTICA

Em comparação com o momento em que a civilização deu início à edificação dos núcleos urbanos, as reflexões sobre as funções sociais da cidade são muito recentes e, em certos aspectos, transitam um caminho ainda pouco conhecido (BERNARDI, 2006). O desenho urbano do início do século XX, por exemplo, foi marcado por uma ética que exaltava a regulamentação e a exigência de requisitos programáticos e funcionais para assegurar condições assépticas e alta salubridade. Esse rigor conceitual motivou a construção de espaços tecnicamente lógicos, porém distantes do seu contexto local e das suas funções como agentes de sociabilidade (CASTELLO, 2006).

Castro (2002) observa que, no final do mesmo século, o espaço público, potencial formador de essenciais dinâmicas cotidianas, foi entendido como importante gerador de coesão social e material da cidade; porém, para o autor, o esquecimento da sua dimensão comunitária pode ter originado a atual crise de cidadania e de laços sociais. Conforme Gonçalves (2004), são diversos os fatores determinantes da inadequação de relações sociais em ambientes urbanizados, promovendo conflitos ao bem-estar geral da população, a exemplo de ofensas, intrigas, assaltos, racismo e, sobretudo, relacionamentos indesejáveis.

Nessa conjuntura, Campbell et al. (2009) observam que a percepção de riscos de violência pode gerar o isolamento social de indivíduos e comunidades. Além disso, uma vizinhança com problemas de sociabilidade pode estabelecer forte identidade negativa para o local de moradia, agravada à medida em que são somadas adversidades urbanísticas (GONÇALVES, 2004).

Segundo Campbell et al. (2009), algumas pessoas identificam a vizinhança não apenas como seu ambiente de vivência, mas como forma de vida e de agregação de valores. Como reflexo da sobreposição de vários tempos vividos e como *locus* de integração social (HARDT; HARDT, 2015), a paisagem socializada pode abrigar relações mais intensas ou mais tênues entre seus usuários, de acordo com suas percepções espaciais.

Os usos dos espaços livres são usualmente motivados pelo próprio poder público; todavia, em áreas periféricas mais carentes, esses locais são, em geral, deficitários de infraestrutura e ociosos de utilização, tornando-se, em síntese, desvalorizados de diversas maneiras em relação a regiões mais nobres da cidade (LANSKY, 2006).

Embora o envolvimento popular seja de relevante importância para a gestão urbana, há dificuldades para a efetiva participação democrática na estruturação de cidades. Observa-se, então, a desvinculação entre os aspectos percebidos pela população e as diretrizes definidas para espaços urbanizados pela administração pública, como já constatado em estudos anteriores vinculados à pesquisa sobre Paisagem Solidária (HARDT; HARDT; DUARTE, 2009; HARDT, 2013).

Frente ao anteriormente exposto, a presente investigação é pautada na **hipótese** de que a sociabilidade em espaços livres públicos é motivada pela sua qualidade paisagística. O exame da sua comprovação – ou não – possibilita o aprofundamento do estudo das relações de socialização nesses locais em associação com a análise de fatores de qualificação da paisagem, visando, em essência, à estruturação de subsídios ao planejamento local no campo da gestão de cidades.

1.2 JUSTIFICATIVAS

Justifica-se a abrangência dos estudos sobre paisagem socializada diante da sua necessária vinculação à fragilidade social – e, muitas vezes, ambiental – como palco de vivência de pessoas (HARDT; HARDT, 2015). Assim, esse tipo de ótica interpretativa pode alcançar não apenas o público em análise, mas a sociedade como um todo (ROLNIK, 1997).

Em termos mais específicos, Jacobs (2011) alerta para a importância das relações de vizinhança na função social das cidades, abrangendo diversos aspectos da rotina cotidiana dos cidadãos. Nesse contexto, os espaços livres exercem relevantes papéis funcionais, ambientais e socioculturais. Cabe, assim, aos instrumentos de planejamento urbano, a valorização da importância desses locais e a geração de igualdade no seu tratamento, de tal modo que não privilegiem apenas alguns tipos espaciais e que não empobrecam o conjunto de atuações urbanísticas (CUNHA, 2003).

Diante da assertiva de que a necessidade e a importância dos espaços livres públicos aumentam em paralelo ao contínuo crescimento das cidades, Cunha (2003, p.2) argumenta que:

esses espaços podem agregar qualidade ao ambiente urbano, através do favorecimento de condições técnicas ligadas ao uso (funcionalidade), condições ambientais e sanitárias (salubridade) e condições de convívio e lazer (sociabilidade), além de fornecer atributos estéticos ao lugar. Em especial, as áreas verdes de lazer (praças, parques e outros espaços públicos destinados ao encontro, convívio, descanso e recreio da população) constituem-se uma das alternativas para reunir tais atributos ao ambiente construído.

A análise da sociabilidade é justificada frente à sua importância para os sentimentos de pertencimento do morador com referência à sua localidade, na qual um conjunto de práticas cotidianas ou eventuais, geradoras de identidade,

marcantes do espaço vivido e compartilhadas pela população – interfere no reconhecimento interno e externo de determinada comunidade (RODRIGUES, 2007).

O estudo de caso em Curitiba pode ser validado, em primeiro lugar, perante o seu amplo reconhecimento pelas suas experiências inovadoras em planejamento e gestão urbana. Implementadas principalmente ao longo das últimas décadas do século passado, essas intervenções deram visibilidade à cidade na esfera nacional e no cenário internacional (HARDT, 2000). Em segunda instância, as justificativas recaem sobre a oportuna complementariedade a investigações vinculadas à análise da paisagem socializada, as quais tomaram a capital paranaense como referência. Ainda neste escopo, vale ressaltar o alinhamento direto da presente pesquisa aos resultados alcançados por trabalhos¹ que tiveram regiões periféricas – como é o caso da Vila Verde – como objetos de estudo.

1.3 OBJETIVOS

Diante da problemática e das justificativas relatadas, o **objetivo geral** da pesquisa é avaliar as relações entre qualidade paisagística e sociabilidade em espaços livres públicos, a partir do estudo de caso, em escala da vizinhança, da cidade de Curitiba, Paraná. Nesse âmbito, a partir da estruturação metodológica, com identificação de opções processuais, e da fundamentação teórica, com compreensão do referencial conceitual, seus objetivos específicos são:

- a) caracterizar a área de estudo nas escalas municipal, regional, local e específica dos espaços livres públicos de referência;
- b) classificar a qualidade das paisagens desses locais;
- c) analisar a sociabilidade nesses logradouros;
- d) integrar os resultados anteriores, sintetizando subsídios aos processos de planejamento local e de gestão de cidades.

Na seção subsequente, são detalhados os procedimentos metodológicos adotados com vistas ao alcance desses objetivos.

¹ Como exemplos, podem ser citados os estudos de Abade (2015), Barros (2014), Botelho (2015), Cabral (2015), Hardt e Hardt (2015), Hardt (2016), Lapchensk (2014), Lima (2014; 2015), Mestres (2014), Nogueira (2016), Oliveira (2014), Rabello (2015), Ramos (2014), Santos (2014), Sehli (2015) e Silva (2015).

2 ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

Esta seção detalha os processos de **metodologia científica**¹ empregados para o desenvolvimento da pesquisa, com vistas ao alcance dos objetivos anteriormente explicitados. Em termos gerais, sua estrutura é composta por três partes principais:

- a) recorte processual – definição de procedimentos técnicos, correspondente à presente seção;
- b) recorte temático – interpretação de bases conceituais, compreendendo a fundamentação teórica (ver seção 3);
- c) recortes geográfico e analítico – avaliação da abordagem empírica, englobando a contextualização da área de estudo e a discussão dos resultados sob óticas quantitativas e qualitativas (ver seções 4 e 5).

No Quadro 1, são detalhadas as diversas fases pertinentes a essas partes estruturantes da investigação, adiante detalhadas. Também são apresentados os **métodos**² e **técnicas**³ adotados e as fontes e dados utilizados, bem como os resultados específicos alcançados.

¹ Metodologia científica é definida por Silva e Menezes (2005) como um processo sistematizado que compreende diversas etapas ordenadamente dispostas, das quais os métodos fornecem a base lógica para a investigação. Assim, estabelece fundamentos para a comprovação da hipótese e para a resolução do problema, a partir da escolha do tema, planejamento e desenvolvimento metodológico, coleta e tabulação de dados, análises e conclusões.

² Método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar os objetivos por meio de conhecimentos válidos e verdadeiros, com o traçado do caminho a ser seguido de modo eficiente (MARCONI; LAKATOS, 2010).

³ Técnica é o conjunto de preceitos ou processos, e também a habilidade para usar princípios ou normas, e compreende a parte prática dos conteúdos estudados. Assim como os métodos, podem ser selecionadas desde a formulação e início da pesquisa, pois a escolha do instrumental metodológico está relacionada ao problema a ser estudado. Nas investigações, costuma-se não utilizar apenas um método ou técnica, mas quantos forem necessários ou apropriados para o caso, havendo uma combinação de dois ou mais deles concomitantemente (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Quadro 1: Fases de desenvolvimento da pesquisa

	FASES	MÉTODOS	TÉCNICAS	FONTES	DADOS	RESULTADOS
DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS						
RECORTE PROCESSIONAL	Identificação de opções estruturais	Exploratórios	Levantamento bibliográfico e documental	Livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, documentos oficiais e outras	Métodos, técnicas, dados e respectivas fontes	SEÇÃO 2: Estruturação metodológica
INTERPRETAÇÃO DE BASES CONCEITUAIS						
RECORTE TEMÁTICO	Compreensão do referencial teórico-conceitual	Exploratórios	Levantamento bibliográfico e documental	Livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, documentos oficiais e outras	Conceitos, métodos, e abordagens sobre os temas de interesse	SEÇÃO 3: Fundamentação teórica
AVALIAÇÃO DA ABORDAGEM EMPÍRICA						
RECORTE GEOGRÁFICO	Caracterização das escalas espaciais	Exploratórios e descritivos	Levantamento documental e legal Geoprocessamento	Trabalhos acadêmicos, documentos oficiais, e informações espaciais	Critérios de seleção e características da área de estudo nas escalas municipal, regional, local e específica	SEÇÃO 4: Contextualização da área de estudo (vinculada ao primeiro objetivo específico)
RECORTE ANALÍTICO	Classificação da qualidade paisagística	Exploratórios, descritivos e analíticos	Levantamento em campo Geoprocessamento	Informações espaciais e adaptação da ferramenta BRAT-DO	Critérios de qualidade dos componentes paisagísticos dos espaços de referência (áreas e equipamentos)	SUBSEÇÃO 5.1: Qualificação das paisagens (vinculada ao segundo objetivo específico)
	Análise da sociabilidade espacial	Exploratórios, descritivos e analíticos	Levantamento em campo Geoprocessamento	Fotografias e adaptação do sistema SOPARC	Perfil dos usuários e usos dos espaços livres públicos	SUBSEÇÃO 5.2: Socialização nos espaços (vinculada ao terceiro objetivo específico)
	Integração dos resultados	Sintético-analítico	Confrontação dos resultados obtidos	Anteriores	Inter-relacionamento de usos e qualidade dos espaços de referência e formulação de subsídios a processos de planejamento local e de gestão de cidades	SUBSEÇÃO 5.3: Avaliação integrada (vinculada ao quarto objetivo específico)

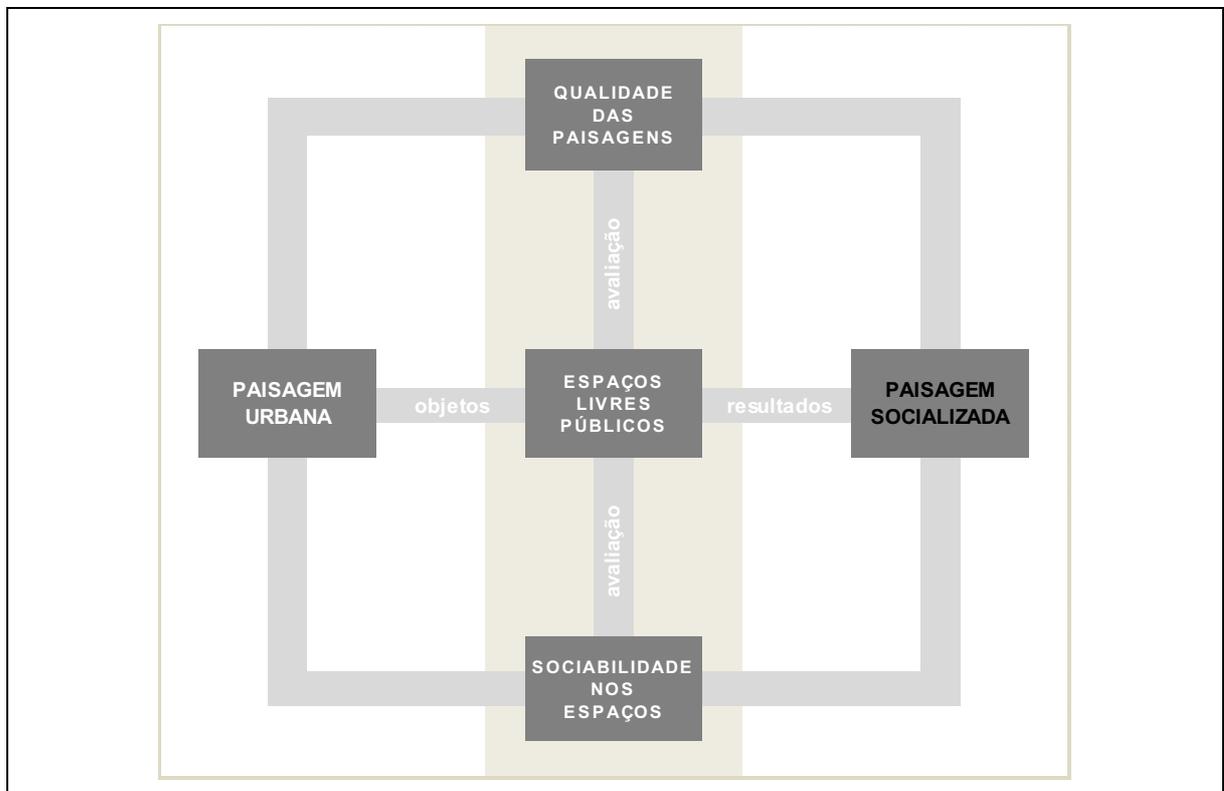
Fonte: Elaborado com base na subseção 1.3 – Objetivos.

Notas: BRAT-DO = *Bedimo-Rung assessment tool – direct observation* (ferramenta de avaliação de Bedimo-Rung – observação direta)
 GIS = *geographic information system* (sistema de informações geográficas – SIG)
 SOPARC = *system for observing play and recreation in communities* (sistema para observação de jogos e recreação em comunidades)

2.1 DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A busca de métodos, técnicas, dados e respectivas fontes para a pesquisa permitiu o **recorte processual** da investigação (Figura 1), conformando a presente seção, com especial ênfase às especificidades de avaliação da abordagem empírica relacionada à qualidade das paisagens e à sociabilidade nos espaços livres públicos (ver subseção 2.3).

Figura 1: Organograma esquemático do recorte processual da pesquisa



Fonte: Elaborada com base na subseção 1.3 – Objetivos.

Para tanto, foram utilizados métodos exploratórios e técnicas de levantamento bibliográfico e documental sobre fontes secundárias, como livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, e documentos oficiais, dentre outras.

2.2 INTERPRETAÇÃO DE BASES CONCEITUAIS

A partir da análise de conceitos, métodos e abordagens sobre assuntos de interesse da investigação, foi construída, na seção 3, a fundamentação teórica, que se presta à própria discussão dos resultados. O **recorte temático** foi definido com base em métodos exploratórios e em técnicas de levantamento bibliográfico e documental das mesmas fontes secundárias anteriores.

Com vistas à compreensão do referencial teórico-conceitual, foram definidos quatro temas estruturantes para a pesquisa: paisagem urbana, considerando seus componentes e seu processo perceptivo; qualidade paisagística, focando os métodos pertinentes à sua análise; sociabilidade espacial, englobando aspectos das relações sociais e dos fenômenos de segregação; e espaços livres públicos, compreendendo suas funções e usos, bem como seu planejamento e gestão. Partindo de trabalhos anteriores sobre a mesma temática (ver seção 1 – Introdução), a abordagem conceitual da “paisagem socializada” foi progressivamente ajustada ao foco desta dissertação, sendo objeto da subseção 5.3 da seção 5 – Discussão dos resultados.

2.3 AVALIAÇÃO DA ABORDAGEM EMPÍRICA

Neste trabalho, optou-se pelo **estudo de caso**⁴ relacionado à qualidade paisagística e à sociabilidade em espaços livre públicos de Curitiba, Paraná. O **recorte geográfico** específico foi tratado em duas instâncias: tipológica, com a seleção do tipo de paisagem socializada a ser tratado, e espacial, com a definição dos objetos de estudo, a seguir apresentados (ver item 2.3.1).

Como comentado na seção 1 – Introdução, também se levou em conta a estreita vinculação com trabalhos anteriores da mesma linha de pesquisa, alguns dos quais, assim como a presente pesquisa, também tiveram seu foco na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

⁴ O estudo de caso é uma alternativa para a investigação de fenômenos atuais dentro de seu contexto real, principalmente em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas (YIN, 2015).

2.3.1 Caracterização das escalas espaciais

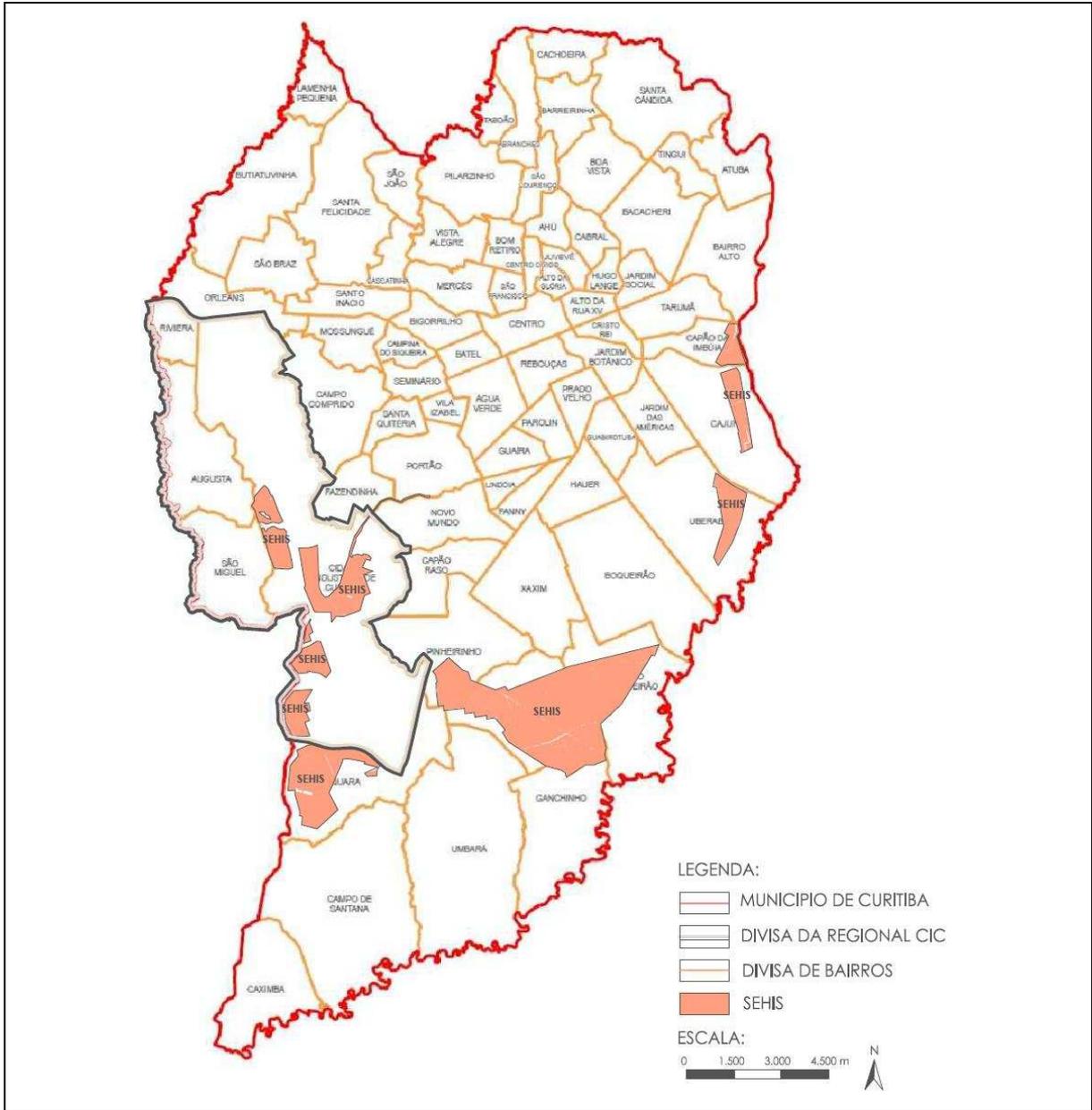
A descrição dos espaços de estudo em Curitiba foi desenvolvida a partir de métodos exploratórios e descritivos, com técnicas de levantamento bibliográfico e documental sobre fontes secundárias, como trabalhos acadêmicos, documentos oficiais e informações geoespaciais. A estes procedimentos de **coleta de dados**⁵, foram adicionados aqueles relativos a outras bases de dados (a exemplo de imagens aéreas e mapas), com vistas à identificação, espacialização e análise dos espaços de referência.

A **área de estudo** foi, então, caracterizada em quatro óticas escalares principais, nas quais foram abordados aspectos político-históricos, urbanístico-paisagísticos, socioeconômicos e legislativo-institucionais, conformando a **abrangência**⁶ do trabalho. Em função da sua vinculação à pesquisa central sobre Paisagem Socializada (HARDT; HARDT, 2015), foram priorizados, na **escala municipal**, os assentamentos representativos de fenômenos de periferização (ver item 3.3.2 – Segregação socioespacial – da seção 3 – Fundamentação teórica), majoritariamente vinculados a comunidades de baixa renda, vulneráveis a riscos sociais e com maiores índices de violência, inclusive relacionados ao tráfico e consumo de substâncias ilícitas, dentre outros critérios. Nessa conjuntura, a ênfase foi, então, dispensada aos compartimentos do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) da Regional CIC (Figura 2).

⁵ Tem início com a aplicação de instrumentos elaborados e técnicas selecionadas. Abrange diversos procedimentos de acordo com a investigação, que podem envolver coletas documentais, observações diretas, entrevistas livres, consultas por questionários ou formulários, medidas de opiniões e de atitudes, técnicas mercadológicas, testes de avaliação, sociometrias, análises de conteúdo e histórias de vida (MARCONI; LAKATOS, 2010).

⁶ Silva e Menezes (2005) explicam que a abrangência da pesquisa define onde e como será realizada, seu tipo, população ou universo, embasando diretrizes para amostragens.

Figura 2: Mapa de localização de compartimentos do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) na escala municipal com destaque para a escala regional (Cidade Industrial de Curitiba – CIC)



Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2012c) e IPPUC (2015a).

Na **escala regional** (Cidade Industrial de Curitiba – CIC), foi escolhido o compartimento de SEHIS correspondente à Vila Verde, que compreende a **escala local** (Figura 3). Esta opção é devida à presença de espaços livres públicos próximos e em nível de vizinhança, além de diferentes níveis de qualidade paisagística, o que permite a análise comparativa entre esses objetos de estudo. A seleção de uma única unidade setorial é justificada pela garantia de maior homogeneidade do perfil socioeconômico da população alvo, variável interveniente de relevância para a investigação.

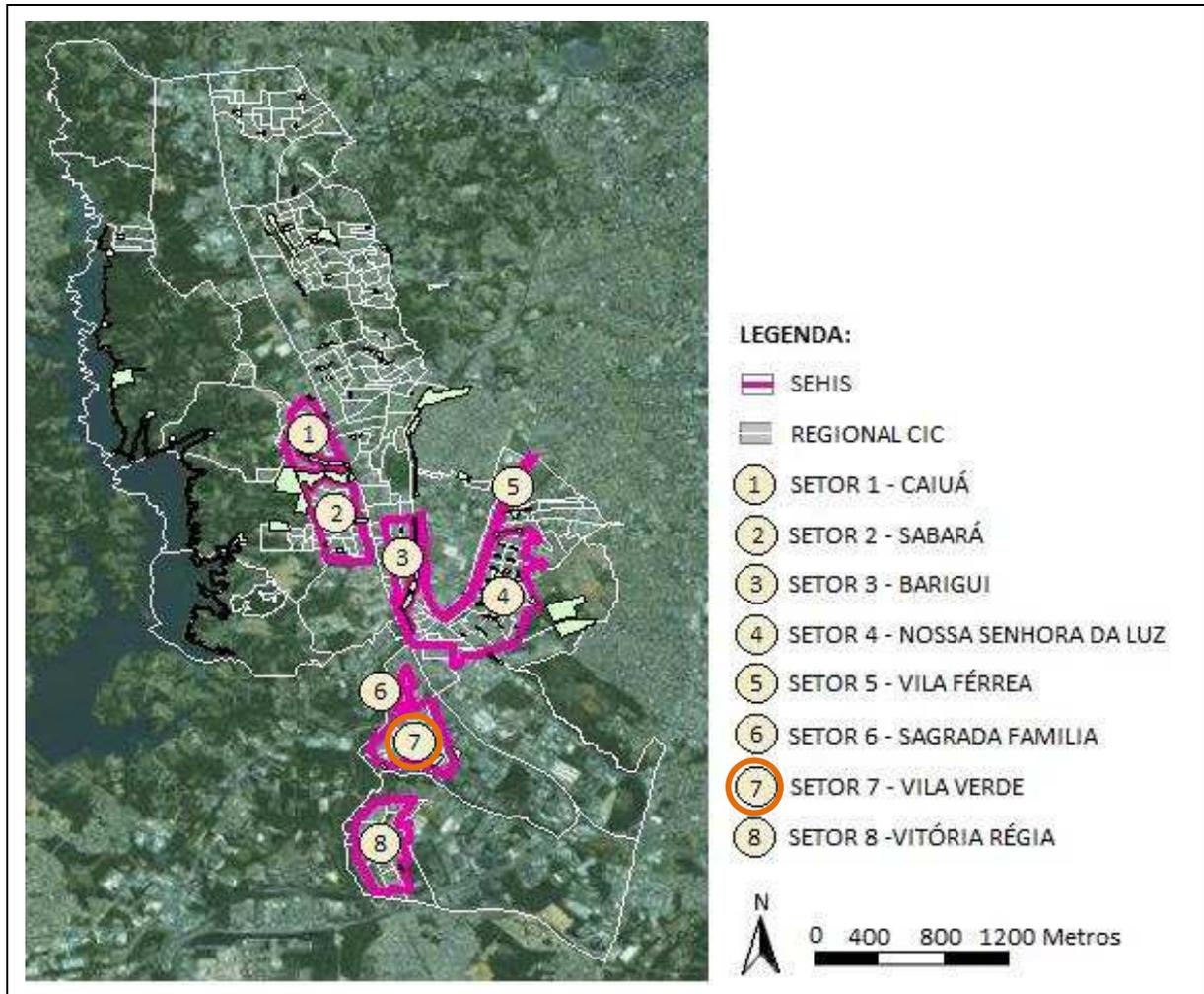
A seleção dos espaços livres públicos na Vila Verde (Figura 4), que correspondem à **escala específica**, foi efetuada a partir da análise de imagens aéreas, informações cartográficas e dados oficiais locais, com apoio técnico de gestores da Secretaria Regional CIC. Dos seis logradouros existentes, um corresponde a uma praça desativada e com acesso dificultado à população, e outro compreende um bosque sem equipamentos para uso do público em geral. Com o descarte desses dois locais, restaram os espaços de referência identificados na Tabela 1.

Tabela 1: Área total e limites dos espaços de referência da pesquisa

ESPAÇO	ÁREA TOTAL (m ²)	LIMITES
Espaço 1: Praça Central da Vila Verde	7.054	Norte: lotes com testada para a Rua Waldemar Darós ou outras especificadas (leste e oeste) Leste: Rua Ney Pacheco Sul: Rua Jornalista Rubens Ávila Oeste: Rua Beato Pedro Donders
Espaço 2: Bosque da Vila Verde	5.841 ¹	Norte: Rua Vereador Victório José Roda Leste: Rua Antônia Molina Bella Sul: Rua Ari Manfron Oeste: Rua Emílio Romani
Espaço 3: Praça da Estação da Sustentabilidade	2.153	Norte: lotes com testada para a Rua Março Campos e para acesso exclusivo Leste: Rua Março Campos Sul: Rua Lydio Paulo Bettega Oeste: Rio Barigui e respectiva APP
Espaço 4: Praça da Rua Márcio Santos	1.505	Norte: Rua Lydio Paulo Bettega Leste: Rua Doutor Levi Miró Carneiro Sul: Rua Márcio Santos Oeste: esquina das ruas Lydio Paulo Bettega e Márcio Santos
TOTAL	16.553	

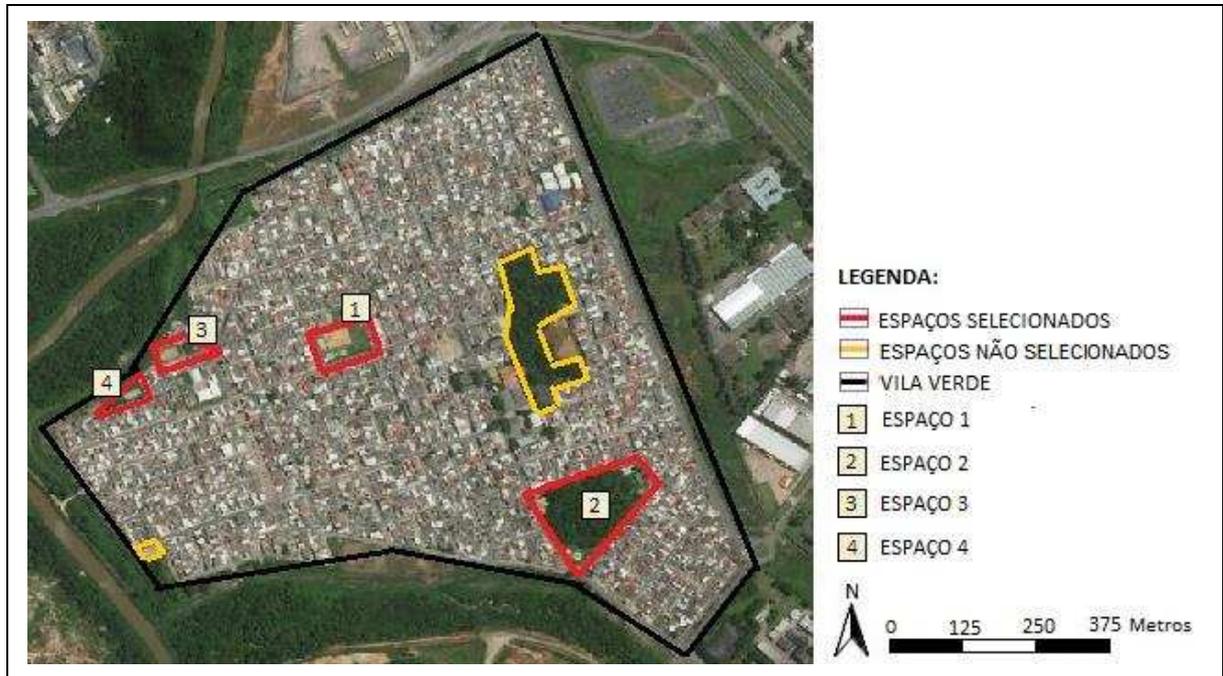
Notas: ¹ = desconsiderada a área de cobertura arbórea sob a configuração de bosque propriamente dito
APP = área de preservação permanente

Figura 3: Imagem aérea de localização de compartimentos do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) na escala regional com destaque para a escala local (Vila Verde)



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017), IBGE (2010) e IPPUC (2013).

Figura 4: Imagem aérea de mapeamento do compartimentos do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) na escala local com destaque para a escala específica (espaços públicos de referência)

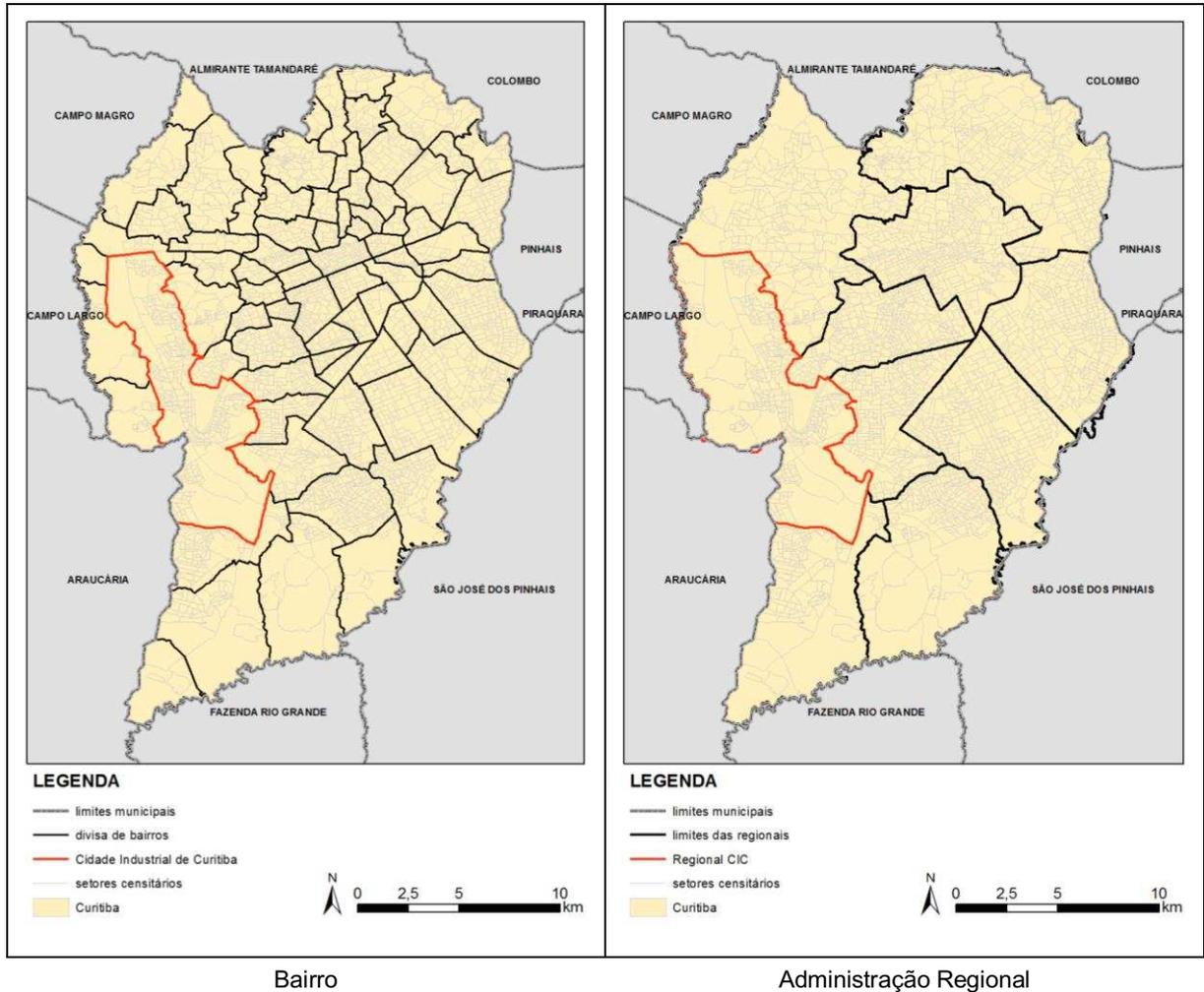


Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017).
 Notas: Espaço 1 = Praça Central da Vila Verde
 Espaço 2 = Bosque da Vila Verde
 Espaço 3 = Praça da Estação da Sustentabilidade
 Espaço 4 = Praça da Rua Márcio Santos

Para contextualização da área de estudo, foi realizada uma sondagem geoestatística, a qual envolveu a criação de mapas com base em informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2015). Os dados selecionados foram tabulados por meio do programa Excel for Windows 2010 e mapeados por georreferência no *software* ArcGIS 10. A análise da estrutura socioeconômica foi, então, executada a partir do comparativo entre quatro escalas geográficas, conforme apresentado na Figura 5.

Os mapas foram elaborados considerando cinco intervalos de classe, os quais foram definidos com o objetivo de realçar as características analisadas de forma análoga nas três primeiras escalas. No âmbito local (Vila Verde), optou-se por um intervalo diferenciado, visando evidenciar as variações existentes na área de estudo.

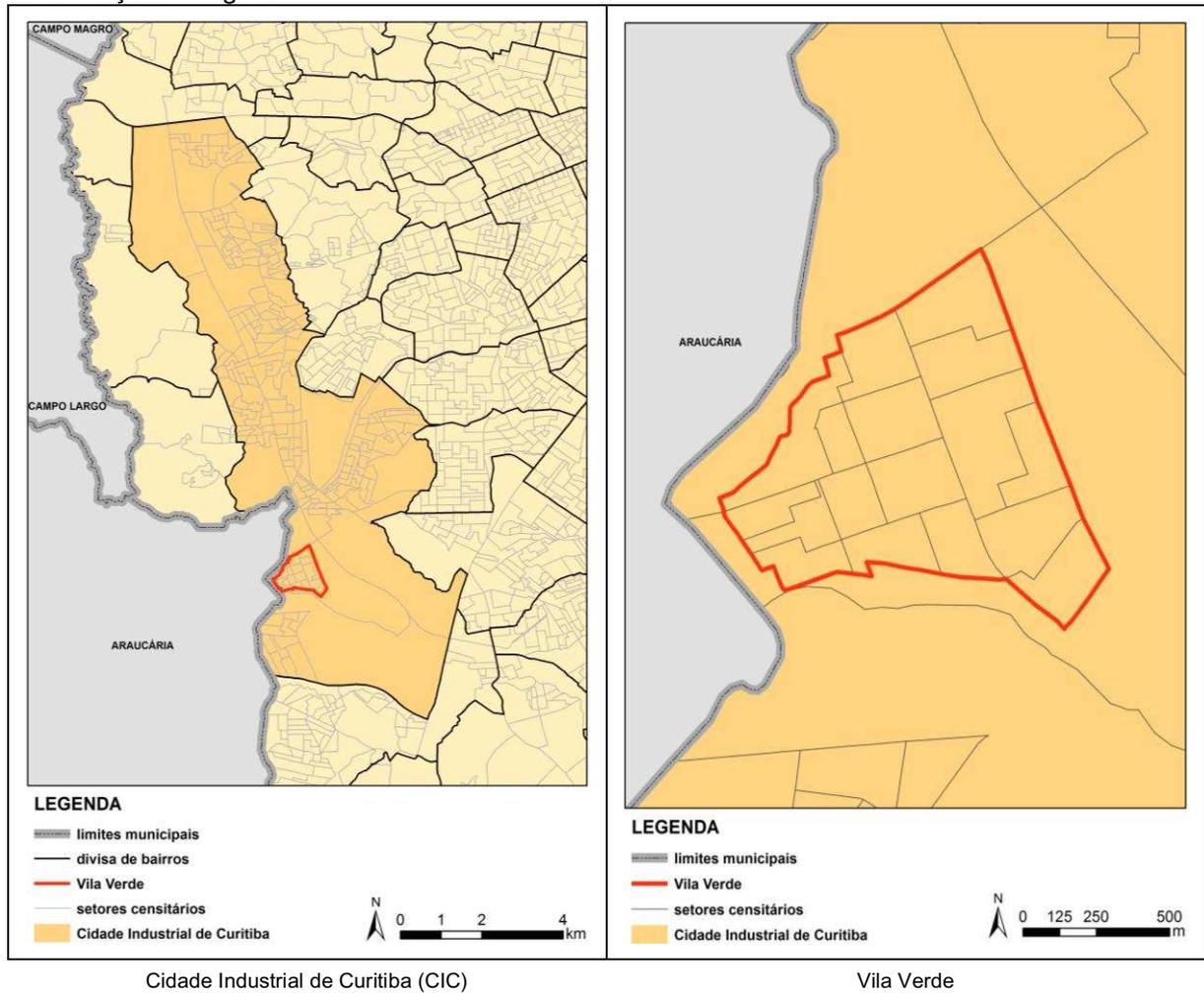
Figura 5: Mapas de escalas de análise da estrutura socioeconômica da área de estudo



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2011) e IPPUC (2015a).

Continua

Continuação da Figura 5



Esse estudo teve como base os dados do censo demográfico agregados por setores censitários (IBGE, 2011) e considerou as seguintes variáveis:

- a) densidade demográfica (hab./ha);
- b) densidade de domicílios particulares permanentes⁷ (domicílios/ha);
- c) percentual de crianças⁸;
- d) percentual de adolescentes⁹;
- e) percentual de adultos¹⁰;

⁷ “Construídos para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinham a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas” (IBGE, 2011, p.18).

⁸ Pessoas com idade até 12 anos (Estatuto da Criança e do Adolescente – BRASIL, 1990, Art. 2°).

⁹ Pessoas com idade entre 12 e 18 anos (Estatuto da Criança e do Adolescente – BRASIL, 1990, Art. 2°).

¹⁰ Pessoas com idade entre 18 e 59 anos.

- f) percentual de idosos¹¹;
- g) percentual da população alfabetizada¹²;
- h) renda média¹³.

Outras informações foram, ainda, identificadas para a Vila Verde nesta abordagem metodológica, a exemplo da concentração de lixo acumulado e da quantidade de arborização nos domicílios.

Vinculada ao primeiro objetivo específico da pesquisa, a descrição dos contextos nas escalas municipal, regional, local e específica conforma o conteúdo da seção 4 – Contextualização da área de estudo. apoiou, assim, as atividades de qualificação paisagística dos espaços de referência e de análise da socialização nesses locais.

2.3.2 Classificação da qualidade das paisagens

Por meio de métodos exploratórios, descritivos e analíticos, apoiados em técnicas de levantamentos em campo e de geoprocessamento, a qualificação paisagística dos espaços livres públicos selecionados – pertinente ao segundo objetivo específico da investigação e à sua subseção 5.1 (integrante da seção 5 – Discussão dos resultados) – foi realizada por meio da adaptação da *Bedimo-Rung assessment tool – direct observation* (BRAT-DO – ferramenta de avaliação de Bedimo-Rung – observação direta – BEDIMO-RUNG, 2007), que inclui alterações já realizadas por Lima (2015) e outras de ajuste específico ao presente estudo.

Trata-se, então, da elaboração e preenchimento em campo, em janeiro de 2017, de formulário de critérios de qualidade de equipamentos e condições dos demais componentes paisagísticos dos espaços de referência (ver Apêndice A). Pela atribuição de notas em porcentagem (de 0,0% a 100%) para cada critério, foi gerada uma pontuação geral de avaliação qualitativa de determinado elemento de análise (Quadro 2).

¹¹ Pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (Estatuto do Idoso – BRASIL, 2003, Art. 1º).

¹² “Pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem” (IBGE, 2011, p. 26).

¹³ Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento) (IBGE, 2011).

Quadro 2: Especificação e descrição dos elementos de análise para qualificação paisagística dos espaços de referência

ELEMENTO DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE CRITÉRIOS *
ÁREAS ARBORIZADAS	Maciços a partir de três árvores	10
BANCOS	Mobiliário para descanso	8
CALÇADAS ADJACENTES	Circulação de pedestres no entorno do espaço de referência	8
CAMINHO	Circulação e conexão entre equipamentos e estruturas	14
CAMPO DE ESPORTES	Áreas não pavimentadas para atividades esportivas	15
CONDIÇÕES GERAIS	Condições gerais da manutenção do espaço de referência	2
ENTORNO IMEDIATO	Infraestrutura do entorno	7
ESPAÇO ABERTO	Áreas abertas sem vedações próximas e sem vegetação de porte médio ou alto, geralmente destinadas a recreação	11
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA	Áreas de permanência com mínimo de estrutura para essa finalidade	20
ÁREA PARA EXERCÍCIOS DE FORÇA	Academias ao ar livre e equipamentos de ginástica	14
LUMINÁRIAS	Luminárias e respectiva iluminação	5
PLAYGROUND – BRINQUEDOS	Condições individuais de cada equipamento de recreação infantil	4
PLAYGROUND – GERAL	Condições gerais da área de recreação infantil	12
QUADRA DE ESPORTES	Áreas pavimentadas para atividades esportivas	12
RIO / CÓRREGO	Cursos d'água que cortam ou tangenciam o espaço de referência	10

Fonte: Elaborado com base em Bedimo-Rung (2007) e Lima (2015).

Nota: Ver Apêndice A.

Segundo o intervalo referente ao total de critérios para cada elemento de análise, cada aspecto positivo foi pontuado e transformado em porcentagem, sendo a porcentagem total a nota máxima possível – equivalente a pontuação positiva em todos os critérios. Assim, as notas foram categorizadas em quatro classes de qualidade: alta (de 75,1% a 100,0%), média alta (de 50,1% a 75,0%), média baixa (de 25,1% a 50,0%) e baixa (de 0,0% a 25,0%). Essas informações foram codificadas de acordo com a sua função e seu posicionamento geográfico (georreferência), por meio do programa Excel for Windows 2010, possibilitou a espacialização, em mapas,

daquela classificação, por intermédio dos *softwares* ArcGIS 10 e AutoCAD 13. A continuação da avaliação em campo se deu com a análise da sociabilidade dos locais, explanada no próximo item.

2.3.3 Análise da sociabilidade nos espaços

Com mesma tipologia de métodos e técnicas, para o alcance do terceiro objetivo específico da pesquisa e elaboração da sua subseção 5.2 (integrante da seção 5 – Discussão dos resultados), a avaliação da sociabilidade foi medida em cada um dos espaços de referência selecionados. Para tanto, foi utilizado o *system for observing play and recreation in communities* (SOPARC – sistema para observação de jogos e recreação em comunidades – McKENZIE; COHEN, 2006).

Esse modelo propicia a avaliação da utilização dos espaços livres pelo inventário momentâneo, sistemático e periódico da quantidade, atividade, posição e características dos seus usuários. Algumas adaptações metodológicas realizadas por Lima (2015) também foram adotadas para adequação do processo à realidade local, assim como para inter-relação com as informações geradas pelos procedimentos de qualificação das paisagens. Os levantamentos foram realizados sob as seguintes condições estabelecidas pela metodologia original e seus ajustes:

- a) cinco dias semanais¹⁴ – úteis (terça, quinta e sexta-feira – os dois primeiros compreendem os intervalos centrais desse período, sendo agregado o último por constituir a transição para o outro) e final de semana (sábado e domingo – correspondem, em geral, à maior frequência dos espaços públicos);
- b) quatro horários diários (pela manhã – 07h30-08h30), no meio do dia – 12h30-13h30, à tarde – 15h30-16h30 e à noite – 18h30-19h30).

¹⁴

Houve a ampliação da metodologia original de quatro para cinco dias da semana, em conformidade com o proposto por Lima (2015).

As informações, sintetizadas no Quadro 3, foram coletadas com base nos formulários constantes do Apêndice B (um para cada espaço de referência), por meio de observação direta no mês de janeiro de 2017. Assim, com o curto prazo do levantamento, foi evitada a interferência da acentuada variação climática no uso dos locais. Se no período de coleta de dados há, por um lado, a atipicidade característica das férias escolares, ocorre, por outro, a maior disponibilidade de tempo de determinados indivíduos para frequência desses locais.

Quadro 3: Especificação e descrição dos elementos de análise da socialização espacial dos espaços de referência

ELEMENTO DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO ¹
DATA E PERÍODOS	Dia da semana (terça-feira, quarta-feira, sexta-feira, sábado ou domingo), horário e período (manhã – 07h30-08h30, no meio do dia – 12h30-13h30, à tarde – 15h30-16h30 ou à noite – 18h30-19h30, clima (ensolarado, nublado ou chuvoso)
CÓDIGO E IDENTIFICAÇÃO	Gênero (feminino ou masculino), idade (criança, adolescente, adulto ou idoso) ²
ATIVIDADE	Lazer ativo (caminhada, corrida, futebol, vôlei, outros esportes de quadra, skate / patins, parquinho infantil, exercícios físicos de força, bicicleta ou outra), lazer passivo (leitura, jogos, encontros, descanso, piquenique, vendas ou outra)
POSIÇÃO	Em pé, Sentado em mobiliário, sentado no chão, deitado ou apoiado)
RISCO	Álcool, tabaco, drogas, mendicância e/ou abandono

Fonte: Elaborado com base em McKenzie e Cohen (2006) e Lima (2015).

Notas: ¹ = ver Apêndice B.

² = ver especificações de grupos etários no item 2.3.1 – Contextualização da área de estudo.

As informações foram tabuladas no *software* Excel for Windows e elaborados gráficos para melhor compreensão dos resultados. A espacialização das suas georreferências foi realizada nos programas ArcGIS 10 e AutoCAD 13. Dentro do período de coleta de dados em campo, foram analisados os quatro espaços simultaneamente no mesmo período, com registro total de 335 usuários. De posse desses resultados, foi possível a sua sobreposição com os advindos do item anterior.

2.3.4 Integração dos resultados

Por meio de métodos sintético-analíticos, foram realizados três procedimentos básicos de inter-relacionamento e confrontação dos resultados obtidos:

- a) análise conjunta da qualidade das paisagens dos espaços de referência, tanto em termos de distribuição espacial quanto com relação às médias das classes de enquadramento qualitativo;
- b) diagnóstico da sociabilidade nos espaços, tanto geral quanto com referência a cada um dos elementos de análise;
- c) avaliação da paisagem socializada, relacionando as quantidades e comportamentos dos usuários com as classes qualitativas das paisagens.

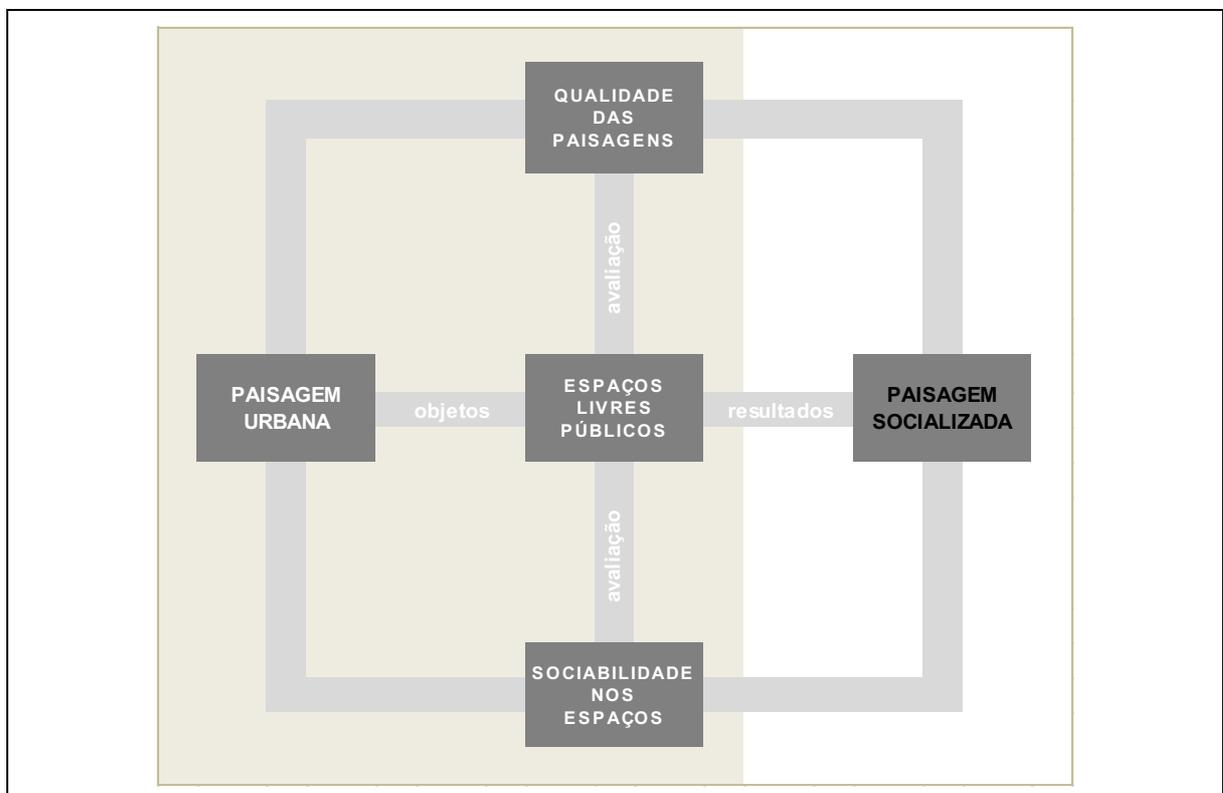
Em cada uma dessas etapas, são sumarizadas diretrizes para planejamento de espaços livres públicos e para a gestão de cidades, no sentido do alcance do quarto objetivo específico. Neste recorte analítico da dissertação, que também compreende os itens 2.3.2 – Classificação da qualidade das paisagens – e 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços, as reflexões teóricas sobre os resultados alcançados são oriundas do referencial apresentado na próxima seção.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com foco no contexto urbano dos relacionamentos sociais, são tratados, nesta seção, os seguintes temas principais, pertinentes ao **recorte temático** da pesquisa (Figura 6):

- a) paisagem urbana – com interpretação de conceitos fundamentais relacionados à cidade e à sua expressão visual, detalhando seus componentes paisagísticos e correspondente processo perceptual;
- b) qualidade das paisagens – com exposição dos processos inerentes à avaliação dos níveis qualitativos dos cenários urbanizados;
- c) sociabilidade nos espaços – com abordagem das formas de relações sociais e de segregação socioespacial;
- d) espaços livres públicos – com apreciação de funções e usos, bem como de seu planejamento e gestão em âmbito urbanístico.

Figura 6: Organograma esquemático do recorte temático da pesquisa



Fonte: Elaborada com base na seção 2 – Estruturação metodológica.

De acordo com o exposto nas seções anteriores, a conceituação sobre paisagem socializada em cidades propriamente dita é construída ao longo da dissertação.

3.1 PAISAGEM URBANA

Inicialmente, cabe citar que a **cidade** pode ser conceituada como um local de trocas, tanto materiais como espirituais, onde diferentes tipos de pessoas convivem em um único espaço. De origem latina, seu sinônimo “*urbe*” gerou outras palavras, também relacionadas – direta ou indiretamente – à vida em coletividade, como urbano, urbanidade e urbanismo, por exemplo (BERNARDI, 2006).

Lefebvre (2004) traz a discussão sobre os termos “cidade” e “urbano”, definindo a primeira como a expressão física e o segundo como o fenômeno caracterizado pelo conjunto de forças culturais, sociais e econômicas. Este último, normalmente condizente com forma especial de ocupação do espaço, é resultante de forte concentração populacional (CASTELLS, 2009). Por sua vez, sua reprodução física – a cidade propriamente dita – tem sido *locus* constante de pensadores, para os quais deve ser lida como a relação de vários grupos em interação, cuja construção ocorre a partir das ações do cotidiano dos indivíduos e dos coletivos (COUTO, 2002).

Também se faz imperativa a abordagem do conceito de **paisagem**, a qual é definida por Hardt (2000, p.15) como a:

combinação dinâmica de elementos naturais (físico-químicos e biológicos) e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, e em permanente evolução, produzindo percepções mentais e sensações estéticas como um "ecossistema visto".

De maneira simplificada, pode-se definir, então, a paisagem urbana como a expressão visual da cidade. De forma complementar, Hardt e Hardt (2007) comentam que é resultante de vários tempos vividos pelos sucessivos grupos sociais de um núcleo urbanizado. Por outro lado, Macedo (1999, p.1) a define como:

[...] expressão morfológica das diversas fases de ocupação, caracterizando-se pela transformação do ambiente no tempo. Está associada a uma visão de percepção humana, sob uma ótica social, e que representa um ambiente, parcial ou totalmente. A interpretação e a leitura de uma paisagem [urbana] acontecem dentro de uma escala e segundo um observador; por isso, pode ser considerada uma estrutura finita, com um

limite físico, dentro de um campo visual ou de análise. Para o observador, uma paisagem sempre sucederá a outra.

O mesmo autor a reconhece como um produto, ou seja, como “processo social de ocupação e gestão de determinado território”, e como sistema, “na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total” (MACEDO, 1999, p.11). Schier (2003, p.82) contesta que as paisagens urbanas são:

entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade e, se compreendidas como portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes.

A apreensão visual e funcional da paisagem urbanizada é fortemente atrelada às formas urbanísticas, cujos estudos são objetos do campo da morfologia urbana. Diante da assertiva da cidade como um organismo complexo, Kohlsdorf (1996) entende que seu exame morfológico permite o entendimento dos seus espaços e das suas respectivas transformações. No mesmo sentido, Lamas (2014) afirma que essa interpretação analítica deve incluir a observação da evolução temporal. Dittmar (2006) argumenta, assim, que a sua discussão deve incorporar seus elementos constituintes e suas combinações no decorrer do tempo. Em qualquer período, porém, os cenários urbanizados devem propiciar a inclusão dos cidadãos, conformando efetivamente **paisagens socializadas** (HARDT; HARDT, 2015), tema central da presente pesquisa.

A forma das cidades é definida tanto por características morfológicas naturais como pela composição arquitetônica e urbanística, enquanto que o seu conteúdo é estabelecido pelas relações entre espaço, cidadãos e atividades. De modo planejado ou não, a interação e movimentação desses elementos modificam tanto a forma quanto o conteúdo, que condicionam, sob determinado modelo, os aspectos jurídicos, institucionais, políticos e administrativos (XAVIER, 2002). Nesse contexto, vale ressaltar a relevância dos componentes da paisagem.

3.1.1 Componentes paisagísticos

Criado (2012) expõe que esses componentes estruturam áreas com caráter singular, definidas como “unidades de paisagem”, as quais caracterizam cenários que revelam a diversidade do território. Genericamente, em **macro escala**, os componentes da paisagem urbana podem ser enquadrados como ambientes construídos – estruturados por construções, espaços abertos – livres de edificações, áreas verdes – os anteriores com predomínio de vegetação – e eixos viários – estruturas axiais de circulação (AFONSO, 2012).

Na **micro escala**, os elementos da determinada paisagem e suas inter-relações permitem a identificação de identidades de cunho ambiental, cultural, perceptivo e simbólico, diferenciando-a das demais (ARAUJO, 2013; TYS, 2016). Nessa perspectiva, os componentes paisagísticos podem ser classificados em:

ambientais – integrados por fatores fixos, móveis e mutáveis dos sistemas natural e cultural – e estético-perceptivos – compostos por elementos visuais, relacionados com princípios de composição artística, que, por sua vez, se baseiam em fundamentos de percepção sensorial [...]. Também podem ser percebidos na paisagem elementos não visuais – sonoros, táteis, odoríficos, movimento etc. [...]. Considerando-se apenas seus componentes ambientais, as paisagens podem ser classificadas segundo seu grau de alteração de naturalidade desde natural até cultural (ou antropizada), cujo maior destaque cabe à paisagem urbana (HARDT, 2007, p.1).

No contexto desta investigação, cabe destaque, na escala mais ampla, aos espaços abertos – também denominados “livres” – tratados na subseção 3.4. Cecília (2008, p.62) explica que essas tipologias espaciais “mantém papel fundamental como articuladores das funções urbanas e dos domínios público e privado”. Assim, o local de utilização compartilhada do cidadão “não apenas satisfaz aspirações individuais, como descanso ou esporte, mas também promove o contato entre estranhos, estimula atividades variadas no entorno e, especialmente, consolida a presença e a permanência no lugar” (ALEX, 2011, p.279).

Também a escala local é de interesse central para esta pesquisa, na medida em que permite avaliar, pelas características dos componentes ambientais e estéticos, a qualidade das paisagens dos espaços de referência, assim como analisar, por meio dos usos neles praticados e dos elementos perceptivos, as formas

de sociabilidade nesses logradouros (ver itens 2.3.2 e 2.3.3 da seção 2 – Estruturação metodológica).

3.1.2 Processo perceptual

Circunscrevendo a paisagem como o “domínio do visível, aquilo que a vista abarca”, Santos (2008a, p.61) alerta que “não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”, ressaltando, dessa maneira, a sua vinculação com **sensações perceptivas**. Nesse mesmo sentido, Maderuelo (2010) esclarece que não pode ser considerada apenas como um objeto, mas deve ser interpretada como um constructo mental de cada observador, organizado com base na apreensão das suas percepções quando da contemplação de determinado lugar.

Em função dessas condições, Duarte (2002) afirma que indivíduos com semelhantes formações culturais podem ter percepções diferenciadas do mesmo espaço, o qual pode, conforme Lynch (2011), ser transformado em lugar quando da apreensão do ambiente urbano com a sensação de pertencimento. Tuan (2013) o entende como porção espacial que tem identidade, ao que Sehli (2015, p.45) complementa com a consideração de que é “construído para que aqueles que se identificam com ele possam ali se sentir seguros sem que a dinâmica interna seja comprometida”. Com posicionamento semelhante, Cullen (2008) destaca os seguintes aspectos perceptuais da paisagem urbana:

- a) visão serial – conotações sequenciais dos espaços urbanizados;
- b) posição espacial – reações do observador referentes à localização – interna e externa – e às sensações espaciais – abertura e fechamento, dentre outras;
- c) estrutura urbana – características de cores, texturas, escalas e estilos dos componentes paisagísticos – construídos e naturais –, conformadores da trama urbana.

Para a compreensão desses aspectos, ressalta-se que a imagem urbana é baseada em relações entre observador e objeto, sob três aspectos fundamentais: visibilidade – referente à qualidade visual da paisagem; legibilidade – relacionada à adequabilidade das estruturas orientadoras da leitura e reconhecimento do espaço;

e funcionalidade – relativa às decisões de planejamento do uso dos locais (FERRARA, 1999a).

Como processo mental de interação entre indivíduo e ambiente, a percepção instrui a vivência dos seres humanos (CAMPBELL et al., 2009). Assim, concretiza-se como importante prática para a compreensão do espaço urbanizado, sendo alterada por características físicas ou culturais, como fatores econômicos, sociais, informativos e de infraestrutura local (FERRARA, 1999a; TARNOWSKI, 2007). Portanto, a paisagem é percebida de maneira diferenciada por cada indivíduo, pela sua capacidade pessoal de selecionar, organizar e significar o que vê (LYNCH, 2011), e por cada comunidade, dada a sua carga cultural (COULTON et al., 2001).

Okamoto (2002) expõe que o ambiente é percebido pelo ser humano a partir dos estímulos dele recebidos, sendo selecionados, inconscientemente, os aspectos de maior interesse. Somente depois desse percurso, é constituída a percepção (imagem) e a consciência (sentimento), com respostas que conduzem a uma reação (comportamento). Para o mesmo autor, existem barreiras fisiológicas, sensoriais e culturais no trajeto entre o espaço transmissor e o indivíduo receptor. Hardt (2004, p.602) as denomina de “filtros perceptuais” e os classifica em:

- a) biofísico – determinado pelas circunstâncias de visibilidade do observador (intrínsecas: acuidade visual e outras características sensitivas; extrínsecas: limitações espaciais – posição do espectador, condições atmosféricas, iluminação e barreiras visuais; condicionantes fisiográficas – distância do indivíduo e compartilhamento visual);
- b) condutual – relativo às reações sensitivas, cognitivas (culturais, sociais e econômicas) e psicológicas (emocionais e afetivas), além de outros fatores abstratos.

Formadas a partir desses filtros, as imagens urbanas individuais são essenciais à identificação do cidadão com o seu ambiente, bem como à sua orientação na cidade. Lynch (2011) indica que essas características propiciam sensações de segurança. Ao contrário, condições impostas por falta de permeabilidade visual e de intervisibilidade espacial podem prejudicar o processo perceptual e facilitar a consecução de atos ilícitos (BONDARUK, 2007; SABOYA, 2013), dada a vedação dos “olhares para a rua” (JACOBS, 2011), assim como para os demais espaços públicos.

A relação afetiva estabelecida entre o indivíduo e o lugar é chamada por Tuan (2012) de “topofilia”, com locais de identidade positiva instigando sensações favoráveis. Por outro lado, aqueles com identificação negativa provocam apreensões adversas, ao que o autor denomina de “topofobia” (TUAN, 2006). Sehli (2015, p.102) argumenta que:

a percepção da imagem urbana pode ser influenciada por diversas condições de riscos e vulnerabilidade, principalmente em espaços livres estruturantes da paisagem da cidade, em especial em áreas periféricas sujeitas a processos de segregação socioespacial.

Assim, Sgard (2011) complementa que a paisagem é resultado da sensação perceptiva – individual – e da **representação simbólica** – social –, ao que pode ser adicionada a assertiva de Andreotti (2010, p.6) de que reflete a sociedade e sua história, não podendo, assim, “ser separada do homem, seu espírito, da sua imaginação e percepção”.

Nessa mesma linha de pensamento, Lamas (2014) especifica que a primeira leitura da cidade ocorre em nível físico-espacial e morfológico e que a ela se juntam outras que permitem o conhecimento de diversos conteúdos (históricos, econômicos e sociais, por exemplo). Pela percepção, determina a frequência de determinados locais e ambientes, a partir da formação da identidade urbana, fundamental para o sentido de lugar (ANDREOTTI, 2010; SGARD, 2011). Também é importante para a qualidade de vida, que incorpora as sensações subjetivas das pessoas perante o meio (HARDT, 2000). Frente ao anteriormente exposto, evidencia-se a importância dos processos perceptuais para a avaliação qualitativa da paisagem, conforme explicitado no item 2.3.2 da seção 2 – Estruturação metodológica).

3.2 QUALIDADE DA PAISAGEM

Para Landovsky, Batista e Araki (2006, p.189), os estudos da paisagem estão definitivamente integrados ao planejamento territorial em diversos países, sendo, inclusive, “determinantes na implantação ou não de um projeto ou obra”.

No caso das cidades, a qualidade paisagística pode estar intrinsecamente relacionada às áreas (GEORGE, 2001):

- a) centrais – onde, em regiões urbanizadas de maior porte, os espaços públicos tendem à degradação, com a qualidade da paisagem vinculada, em parte, a um legado histórico de edificações em arruinamento ou em outros estágios de deterioração;
- b) consolidadas – onde as características paisagísticas estão, normalmente, relacionadas com um tecido urbano coeso, com potenciais de resiliência;
- c) suburbanas ou periféricas – onde aspectos deletérios mais profundos da paisagem se referem ao contexto socioeconômico. Vale lembrar que a área de estudo é enquadrada nesta classe (ver seção 4 – Contextualização da área de estudo).

Para Hardt (2004), a qualificação paisagística é, em síntese, estruturada pela integração entre **espaço visual e mecanismos perceptuais**. Para a autora, em função da diversidade de elementos envolvidos, é dificultada a avaliação em termos absolutos, tornando imperativo o estabelecimento de critérios baseados em juízos de valor.

3.2.1 Métodos analíticos

Hardt (2000) explica que esse processo compreende a valoração da percepção do que é visualizado em uma determinada escala de classificação. Os diversos procedimentos metodológicos aplicáveis a essa finalidade podem ser, sinteticamente, agregados em três tipologias principais.

Os primeiros, integrantes dos **métodos diretos**, têm como ponto de partida a:

contemplação da paisagem como um todo, por usuários ou por especialistas, no local ou por meio de substitutos (e.g.: fotografias, diapositivos, filmes, gravuras etc.), com valoração da paisagem em sua totalidade, independentemente da definição dos componentes indutores dessa interpretação, baseando-se, portanto, no exame “estético” e, conseqüentemente, numa avaliação subjetiva (HARDT, 2004, p.607).

Os segundos, relacionados aos **métodos indiretos**, visam à redução da subjetividade, partindo da desagregação da paisagem em seus componentes

principais (ver item 3.1.1), com base em um sistema de valoração estabelecido por princípios técnicos. Hardt (2004) explica que, para a sua aplicação, podem ser adotadas unidades espaciais homogêneas, resultantes da divisão do território a partir de limites irregulares de seus elementos paisagísticos representativos – construídos e naturais. Também podem ser utilizadas unidades heterogêneas, componentes de malhas regulares para medição e valoração de cada componente paisagístico por quadrícula, ou mistas, resultantes da combinação das anteriores.

Os **métodos mistos**, correspondentes à terceira tipologia metodológica, reúnem as vantagens dos diretos e dos indiretos, com interpretação técnica dos componentes que determinam respostas subjetivas (HARDT, 2000).

Cabe esclarecer que, na presente dissertação, são adotados os três tipos de métodos (ver item 2.3.2 – Qualificação das paisagens – da seção 2 – estruturação metodológica), com aplicação do direto em observações em campo, do indireto na determinação de classes de qualidade paisagística dos espaços de referência e do misto pela análise interativa dos produtos oriundos de ambos (ver subseção 5.3 – Avaliação integrada – da seção 5 – Discussão dos resultados).

No caso específico de espaços livres públicos em cidades, Lima (2015, p.79) argumenta que “mais relevante que a quantidade de infraestrutura disponível é a sua qualidade intrínseca, a qual permite o uso do espaço em sua plenitude”. Esta reflexão indica a importância da socialização espacial.

3.3 SOCIABILIDADE NOS ESPAÇOS

A **vida em sociedade** foi impulsionada pela mudança do *modus vivendi* do homem do nomadismo para o sedentarismo, com seu estabelecimento em assentamentos precursores das primeiras cidades, ainda no período pré-histórico (HARDT; HARDT, 2007; MUMFORD, 2001). Nessa conjuntura, a cidade surgiu como resposta, dentre outros fatores, tanto a anseios da população a respeito de interações interpessoais quanto a necessidades de proteção e segurança dos grupos. Assim, tem representado para o ser humano, no decorrer do tempo, a passagem de um estágio primitivo de abstração para uma recente situação de racionalidade (ARAÚJO, 2013). Entre meados do século passado até o período presente, diferenciados estudos têm abordado a relação interativa entre o ser

humano e o espaço urbanizado, com discussões relacionadas a alterações bruscas ocorridas na paisagem urbana, que, em muitos casos, geram dilemas, como sensações de insegurança e consequências do uso intensivo do automóvel, dentre muitos outros (NOGUEIRA, 2016).

Padovani (2003) observa que a incorporação da visão capitalista na construção da cidade reproduz relações sociais de produção, que a impulsionam ao esvaziamento quanto a práticas solidárias. Tanto no âmbito do lazer como no da moradia, o “espaço mercadoria” causa desintegração da sociedade e exclusão dos cidadãos. Farias e Pinheiro (2013) também reforçam que, com seu rápido crescimento, várias cidades contemporâneas têm sofrido mudanças em suas características paisagísticas e nas relações sociais a elas inerentes, com casas antigas substituídas por grandes construções verticais, com ruas quase completamente destinadas a veículos e com atividades de lazer transferidas para áreas privativas. Além disso, novas tecnologias, especialmente aquelas relacionadas ao setor de comunicações, possibilitam laços interpessoais virtuais, ampliando distâncias físicas (FARIAS; PINHEIRO, 2013), mas reduzindo, ao mesmo tempo, os relacionamentos da própria sociedade.

3.3.1 Relações sociais

A conjuntura acima exposta tem propiciado o individualismo e novas interações entre pessoas e seus ambientes, de forma que ruas e outros espaços livres urbanos se tornam enrijecidos. Assim, são enfraquecidos os seus atributos de representação de extensões físico-afetivas do lar e de conformação de locais de ações sociais, de diretrizes políticas e de domínios culturais, restringindo-os à existência material e pragmática (FARIAS; PINHEIRO, 2013).

Para Cassou (2009), as diversas abordagens a respeito de ambiente e ser humano têm mostrado a influência de estímulos no comportamento de um indivíduo, podendo tais associações divergir de acordo com a região ou o país. Dentre os fatores internos, há características de cada pessoa, como faixa etária e condição econômica, por exemplo. Dentre os externos, há o contexto em que o sujeito se insere, como estética, segurança e distância dos espaços à residência.

Assim, com diversos fatores capazes de influenciar a relação entre o ambiente e seu uso, White (1980) observa que alguns espaços livres, embora inseridos em áreas adensadas, podem restar constantemente vazios, que o levou à busca de fundamentos que justificassem essa situação. Os fatores encontrados são relacionados principalmente à qualidade dos espaços, seus impactos na vizinhança e padrões de uso pela população.

Segundo Simmel (2006), é possível identificar elementos situacionais dos valores comunitários e das relações entre pessoas e ambientes. Para o autor, nos espaços de convivência, a privacidade é alterada para a **sociabilidade** em sua forma lúdica. Assim, há grande proximidade com relacionamentos sociais da população circunvizinha, abrangendo “os personagens que fazem parte desse contexto e como interatuam” (SIMMEL, 2006, p.20).

Porém, há que se destacar que os significados e laços formados em determinado recorte locacional e temporal não são os mesmos estabelecidos em outras épocas ou por diferentes comunidades, mesmo que alguns padrões possam ser observados (SIMMEL, 2006). Gomes (2002) exemplifica essa colocação com a transição entre a situação pretérita da rua como local de reunião entre vizinhos, amigos e encontros casuais, para a atual, em que funciona como estrutura de articulação de fluxos entre diferentes pontos da cidade, havendo, inclusive, incorporação do espaço privado no público. Tal realidade vai de encontro ao pensamento de Jacobs (2011), para quem um dos princípios para a segurança urbana é justamente a nítida separação entre áreas particulares e comuns. Segundo a autora, um lugar “vivo” possui usuários e espectadores.

Para Chaskin (1997), a identidade e o **sentimento de comunidade** a valoriza e incentiva ações compartilhadas. Diferentes públicos os vivenciam de diferenciadas formas, com a estabilidade residencial, por exemplo, favorecendo relacionamentos interpessoais entre vizinhos. Min e Lee (2006) consideram que adequadas relações comunitárias são aquelas em que há interação entre moradores locais em áreas públicas, por meio de atividades, conversações e eventos, a exemplo de certos bairros tradicionais. De acordo com Jacobs (2011), existem múltiplas rotinas e ritmos espaciais, além de variados caminhos usados na composição da apropriação e construção natural do lugar. A percepção e a imagem

da cidade constituem fatores de relevância na convivência do ser humano com o espaço urbano, como discutido no item 3.1.2 – Processo perceptual.

Em geral, as vizinhanças tendem a uma realidade social com alto grau de homogeneidade pela restrição de limites socioeconômicos e físico-sociais que atraem pessoas com critérios de escolha semelhantes. A facilidade de mobilidade entre pontos mais distantes da cidade, a longa extensão de jornadas de trabalho, a insegurança de permanência nas ruas, o direcionamento da socialização infantil voltada somente às escolas e o grande número de hipermercados e *shoppings* de abrangência superior a de bairro, são sintomas das sociedades contemporâneas que têm descaracterizado e desmotivado a dinâmica da socialização (FARIAS; 2011), inclusive em espaços públicos.

Existem tipos de vizinhança extremamente heterogêneos e esta variedade, por vezes, decorre na redução de relacionamento entre o indivíduo e o ambiente, havendo situações sem estabelecimento de relações sociais nos espaços livres destinados ao encontro, por exemplo. Por outro lado, há outras com grande interdependência entre moradores e alto nível de participação conjunta na resolução de problemas locais (FARIAS; 2011). Em análises populacionais, étnicas e culturais, Min e Lee (2006) constatam que, para crianças, a importância do lugar é firmada pela disponibilidade de atividades lúdicas apropriadas às suas idades. Essa percepção é diferente para o público adulto ou idoso, tanto para a avaliação da qualidade da vizinhança como para sua delimitação espacial ou psicológica. Segundo Krafta (2012, p.6):

uma aferição de urbanidade não estaria realizada apenas pela verificação da quantidade de pessoas presentes num determinado lugar, mas envolveria a natureza da interação entre elas, bem como um código de referência para aquele lugar, ou classe de lugar.

No contexto dessas interações sociais, pode ser apresentado o conceito de “sentimento psicológico de comunidade” como a sensação do ser humano como parte de uma rede de relacionamentos com suporte mútuo, sempre disponível e que permite a dependência (SARASON, 1988). Sua construção é, em grande parte, relacionada ao aspecto geográfico, mas partilhar um mesmo espaço não gera automaticamente um grupo comunitário, sendo necessárias profundas sensações de proteção e segurança, além de, em determinadas situações, maior participação nos assuntos comuns, nos comportamentos de reciclagem e nas ações voluntárias. Em

escala individual, melhora o nível de bem-estar e o grau de felicidade, ao mesmo tempo em que diminui a preocupação (DAVIDSON; COTTER, 1991).

É importante destacar, porém, que há diferenciais entre **comunidades geográficas e relacionais**. Nas primeiras, os membros estão unidos por um local, muitas vezes caracterizado como um bairro, enquanto que nas segundas, por outros filamentos de cunho social, como interesses comuns, profissões ou religiões (AMARO, 2012). Assim, ao se referir a uma área específica, da qual não é possível presumir que os usuários interajam ou reconheçam que são parte de um grupo comunitário, seria necessária uma avaliação do seu sentimento psicológico para averiguar se a “vizinhança” é também uma “comunidade” (AMARO, 2012; MONTERO, 2004). Por outro lado, a civilidade propiciada pelo meio urbano tem seu papel na individualidade, pois o cidadão, ao conviver com diferentes pessoas, amplia sua capacidade de compreensão sobre si mesmo. Também passa a entender o seu próprio papel na definição da cidade, caracterizando-a como espaço de relações sociais, no qual estranhos provavelmente possam se encontrar (CALLIARI, 2014).

Os aspectos sociais relatados neste item produzem reflexos nos espaços urbanos e nos cenários das cidades. Por decorrência, trazem consequências diretas ou indiretas à socialização das suas paisagens, como aponta um dos pressupostos deste estudo. Ribeiro (2015, p.916) esclarece que os “mecanismos explicativos da relação entre território e obtenção de renda podem estar associados aos modelos do efeito vizinhança”, cujos efeitos mais marcantes estão relacionados com a segregação espacial de grupos da sociedade e social de categorias dos espaços.

3.3.2 Segregação socioespacial

Com o advento da Revolução Industrial e início da Idade Contemporânea, houve o rápido crescimento das cidades, especialmente frente à atração e oferta de emprego das indústrias. Todavia, os consequentes problemas estruturais e sociais da explosão demográfica geraram, dentre outros, o fenômeno da **periferização** (BENÉVOLO, 2005; NOGUEIRA 2016).

A periferia surge quando ocorre uma alta elevação do valor dos terrenos do centro da cidade, fazendo com que os moradores com menor poder aquisitivo procurem moradias com valores acessíveis, porém, em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura. Esse processo está relacionado à dinâmica das cidades, que crescem e não agregam todos os moradores de

forma semelhante; sua expansão causa a expulsão dos pobres do centro e os segrega em regiões pouco desenvolvidas (SILVA, 2007, s.p.).

A desvinculação espacial de diferenciados grupos da sociedade em áreas distintas da cidade constitui uma das características mais acentuadas do processo brasileiro de urbanização, segundo o qual “[...] diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros [...]” (VILLAÇA, 2001, p.142). Corrêa (2002, p.8) alega que, “por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbanizado, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual [...]”. Frente a essa característica, Barcellos e Mammarella (2007, p.4) explicitam que:

uma das evidências da fragmentação social pode ser encontrada na forma como o território urbano vem sendo apropriado, por intermediação do mercado imobiliário, pela opção crescente dos ricos e de parcelas das camadas médias pela residência em bairros cada vez mais elitizados e autossuficientes, [...] promovendo um isolamento em relação ao resto da população.

Previstas pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal N° 10.257, de 2001 – BRASIL, 1988; 2001), Lima (2012) diagnostica que as **zonas especiais de interesse social (ZEIS)**, tipologia de setor urbanístico semelhante ao que abriga os espaços de referência desta pesquisa (ver seção 4 – Contextualização da área de estudo), ao invés de alcançarem a meta para a qual foram criadas – reversão do cenário segregador urbano no país –, têm promovido justamente o contrário. Borges et al. (2014, p.600) referendam essa posição ao afirmarem que “a busca por terrenos de baixo custo resultou em assentamentos urbanos destinados à classe baixa em locais muito afastados da cidade e com infraestrutura necessária insuficiente, gerando uma segregação evidente”.

Partindo da hipótese de que “os pobres são os maiores usuários dos espaços livres, devido à exiguidade de suas casas [...]”, Mora (2009, p.vi) conclui, em sua pesquisa em região de ZEIS, que a atual configuração urbanística agrava a segregação socioespacial. A autora complementa que esse fenômeno “faz romper [nesses locais] os laços de sociabilidade antes existentes entre as pessoas de diferentes níveis sociais”.

Lansky (2006) observa que, mesmo em contextos de periferização ou favelização, há distinção de inserção social, havendo heterogeneidade de uso e apropriação espacial, fator que serve de motivação a conflitos entre os diversos

grupos. Vale lembrar que a problemática estudada nesta dissertação (ver seção 1 – Introdução) repousa justamente nos possíveis níveis de ruptura da sociabilidade em espaços livres públicos inseridos em paisagens de setores especiais de interesse social.

3.4 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Como citado no item 3.1.1 – Componentes paisagísticos, pode-se conceituar simplificada o espaço livre em contraposição ao construído (TOLEDO; SANTOS, 2012; AFONSO, 2012). Faz-se mister, entretanto, a discussão das diferenças conceituais entre **espaço, território e lugar** para o contexto deste estudo. Afirmado que não constituem diferentes níveis escalares, Duarte (2002) atesta a possibilidade de extração das definições diferenciadas dos dois últimos a partir dos elementos estruturantes do primeiro, ainda que comumente sejam confundidos como sinônimos.

Conforme Santos (2008b), o espaço compreende o conjunto inseparável de fixos – componentes estáticos – e fluxos – elementos circulantes –, estando os primeiros relacionados à quantidade ou densidade e os segundos à qualidade. Queiroga (2011) resume esta interpretação o definindo como um híbrido entre materialidade e sociedade, entre forma e conteúdo, entre inércia e dinâmica e entre sistema de objetos e sistema de ações.

Para Lefebvre (2006), a partir da sua construção social, o espaço pode ser categorizado como: concebido – dominante e repleto de signos e códigos da estrutura espacial, é reproduzível em outro local; vivido – formado por símbolos por vezes não reconhecidos por seus usuários, é apropriado de diferentes maneiras; e percebido – formado por lugar específico, exprime valores da sociedade e de indivíduos. Limonad (1999) considera que, historicamente, o entendimento do espaço físico não incorporou a dimensão social em sua estrutura, mas, em sua constante renovação, a humanidade desenvolve uma complexidade de relações consigo mesma e com a natureza.

Com base no conceito de Lefebvre (2006) de território como espaço socialmente gerado por grupos humanos nas suas práticas de produção e reprodução social, é possível fazer um paralelo com a assertiva de Ferrara (1999b),

de que a mudança de objetivos, valores, necessidades e técnicas altera a sua interação com a sociedade. Interpretando-o como uma espécie de codificação, Duarte (2002, p.46) o caracteriza como o *locus*:

[...] onde os símbolos e suas ordens tendem a imantar o espaço, organizando o regime de forças que nele habitam ou que por ele passam, não necessariamente controlados apenas por um poder soberano, mas também por valores de determinada sociedade.

Paralelamente, Crestani (2012) comenta a dificuldade de definição de “lugar”, o qual pode ser conceituado como:

[...] uma porção do espaço onde um grupo de pessoas ou indivíduo sedimentam seus valores culturais de modo a depositar nele suas referências, sem que, no entanto, tais valores sejam a ordem materializada de suas vidas ou de outros que aí se encontrem, mas que sirvam como sua definição no espaço (DUARTE, 2002, p.46).

Essa significação é menos uma forma de se apossar desses elementos, e mais de impregná-los culturalmente para que sirvam à identificação da pessoa ou do grupo no espaço, para que encontrem a si mesmos refletidos em determinados objetos e ações e possam, assim, guiar-se, encontrar-se e constituir sua medida cultural no espaço (DUARTE, 2002, p.65).

Sobre a interação entre forma arquitetônica e interação social em espaços urbanos, Jacobs (2011) alerta sobre a influência de construções abertas e fechadas. Porém, sabe-se que não se pode analisar os efeitos das relações sociais somente pelos aspectos urbanísticos e paisagísticos, pois são diversas as variáveis envolvidas, nas quais também devem ser consideradas as dinâmicas comunitárias e os desdobramentos psicossociais (SILVA NETO; PALACIOS, 2012), conforme abordado no item 3.3.1.

Para Zerbini, o arcabouço de definições do espaço segundo as ações humanas associa questões psicológicas e urbanísticas. As primeiras são voltadas à compreensão e agregação do relacionamento positivo entre homem e meio construído, incluindo o estudo sobre a percepção de atributos ambientais. As segundas são ligadas a formas e fundamentos de ambiências para satisfação dos usuários. A autora também alerta sobre a interdisciplinaridade envolvida no tema.

Tarnowski (2007) lembra, ainda, que o tempo é fator importante para a estruturação do espaço urbanizado, que pode ser analisado como objeto ou fato, resultante da construção histórica da sua paisagem. Portanto, é marcado cumulativamente pelas atividades humanas de diversos períodos em diferentes delimitações espaciais das relações sociais estabelecidas na cidade.

Daroda (2012) ressalta que as mudanças ocorridas na sociedade ao longo do tempo transformam as demandas da cidade contemporânea, pois, com a disponibilidade de inovações tecnológicas, o compartilhamento, o usufruto e o relacionamento com o espaço urbano têm ganhado novas possibilidades.

Há que se considerar, também, a diferenciação entre **espaços públicos e privados**, bem como as suas interações. Contrapondo estes àqueles, Narciso (2009) delimita dois níveis interpretativos para os primeiros: como lugar de ações políticas e de expressão de modos não identitários, bem como local da comunicação e dos encontros. Este trabalho tem foco justamente nesta última abordagem.

Atestando que “os sistemas de espaços livres constituem um fundamental complexo para os processos de produção do meio urbano e da reprodução da vida nas cidades”, Queiroga (2011, p.25) comenta sobre a utilidade de um sistema específico, considerando, por exemplo, as seguintes demandas:

- espaços públicos: circulação, acesso e convívio de pedestres, circulação, acesso e estacionamento de veículos (da bicicleta ao veículo leve sobre trilhos), áreas de estar, convívio, recreação e contemplação da paisagem, áreas de atividades físico-desportivas, áreas de conservação ambiental, espaços para manifestações políticas, artísticas e culturais, áreas para feiras, festas comunitárias, eventos circenses e religiosos, espaços destinados a usos específicos (ligados aos sistemas infraestruturais de energia, saneamento ambiental, comunicações, portos e aeroportos, espaços de educação e pesquisa, entre outros);
- espaços privados: convívio familiar e social, recreação e contemplação, apoio aos espaços edificados (conforto ambiental, áreas de carga e descarga, estacionamentos, etc.), trabalho e serviços ambientais propiciados pela presença de áreas permeáveis, áreas vegetadas, arborizadas (QUEIROGA, 2011, p.33).

Zerbini (2009) define espaço público aberto como o ambiente sem cobertura construída, exposto ao ar livre e de uso livre por qualquer indivíduo e suas espontâneas ações. Diante da extensão de elementos constituintes e delimitadores dessa tipologia espacial na cidade, a autora salienta a dificuldade de classificação da sua abrangência como um todo em relação a configuração e forma de uso.

Tratando especificamente de **espaços livres públicos de lazer**, correspondentes às referências empíricas desta pesquisa (ver seção 4 – Contextualização da área de estudo), Kelly e Becker (2000) os enquadram, conforme sua abrangência urbanística, em:

- a) de vizinhança – de pequeno porte e com atendimento a reduzido conjunto de quadras; como unidade básica do sistema de espaços livres públicos, comporta, em especial, atividades relacionadas à convivência e lazer cotidianos;
- b) de bairro – de médio porte e com atendimento a um setor específico da cidade; incorpora atividades comunitárias, de proteção ambiental e de recreação de diversas faixas etárias, dentre outras;
- c) municipais – de grande porte e com atendimento de toda a cidade ou município, pode conter ampla gama de atividades, notadamente as relacionadas ao lazer esporádico e à conservação ambiental.

Prioritariamente, os espaços de referência desta investigação são enquadrados na primeira classe, precisamente aqueles que propiciam o estreitamento da sociabilidade. Apesar de ampla variedade possível de tipologias espaciais nesta classificação, Leite (2011) aponta, como essenciais, a rua, o jardim (com similaridades, em outra escala espacial, com o jardinete), a praça e o parque.

Apesar de um local ser enquadrado como “bosque”, em função da proteção de remanescente florestal, o presente estudo se restringe às **praças**, as quais são conceituadas por Lamas (2014) como espaço livre relacionado, de forma estreita, com edificações e fachadas do seu entorno. A esta definição, pode ser adicionada a de:

espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elementos organizadores da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos (MENDONÇA, 2007, p.299).

Caldeira (2000, p.13) ressalta o valor histórico da praça quando relata que:

constitui um importante espaço urbano na cultura ocidental. Como espaço coletivo abrigou importantes acontecimentos da vida cotidiana, estando atrelada aos diversos momentos de transformações das cidades. Da antiguidade clássica à era contemporânea, as praças representam elementos-síntese da organização urbana por constituírem lugares de manifestação e de culto, propícios à interação social.

Os espaços livres públicos, incluindo as praças, assumem, direta e indiretamente, diversos papéis nas cidades, desde aqueles sob a ótica ambiental e funcional, até outros de perfil social e culturais (CUNHA, 2003). Essas utilidades e funcionalidades servem de base, neste estudo, para a sua análise como locais de convívio (ver item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica).

3.4.1 Funções e usos

Matos (2010) relaciona o caráter funcional dos espaços livres públicos com as atividades – reais e potenciais – para seus usuários, pois, em síntese, pressupõe a sua utilização pela população em geral. Com base em Cunha e Orth (2000), assim como em Magnoli (2006), podem ser elencados os seguintes usos principais: circulação e permanência de pessoas; ornamentação e embelezamento de visuais; amenização e proteção de ambientes; recreação e lazer para frequentadores; e produção e comercialização de produtos, dentre outros.

Em primeira instância, esses usos são determinados por condicionantes físicas do local, como dimensões, topografia e clima, por exemplo, bem como por condições objetivas (gêneros, faixas etárias, classes sociais etc.) e subjetivas (motivações, valores e aspirações) dos usuários (MATOS, 2000). Cunha e Orth (2000) lembram que, em alguns espaços livres, as atividades desenvolvidas são diferenciadas daquelas previstas originalmente pelos gestores públicos, como resultado da própria dinâmica da cidade e da sociedade. Assim, as autoras propõem que os estudos de utilização levem em conta os seguintes fatores básicos: funcional (forma e dimensionamento), ambiental (salubridade e conforto), estético (estilos e padrões) e simbólico (anseios e sensações). Essas condições ganham importância em áreas carentes, como as de interesse social, frente à respectiva vulnerabilidade das suas comunidades. Nessa conjuntura, Lima (2015, p.60) comenta que:

ainda que seja possível classificar as funções, é difícil identificar os usos a serem efetivamente adotados pelos futuros usuários do espaço, os quais estão relacionados com modos de apropriação da área, anseios e expectativas, ou seja, com conceitos subjetivos que moldam relações do indivíduo com o local.

De forma particular, Célio et al (2014) comentam que há tendência de praticantes de esportes terem relações interpessoais reduzidas em espaços públicos. Em outro sentido, Erkip (2010) cita que grupos sociais com características específicas, referindo-se a casos de certas mulheres turcas, procuram o isolamento, não frequentando esses locais. Ao mesmo tempo, Koulioumba (2010) versa sobre o exemplo da transferência de algumas funções dessas áreas abertas para outras fechadas, como no caso do encontro em *shopping centers*. Essas são condições peculiares que demonstram a importância do conhecimento do perfil próprio dos usuários.

Cassou (2009) ressalta a importância de espaços abertos públicos voltados ao lazer não apenas à promoção de atividade física e bem-estar pessoal de indivíduos, mas nos seus impactos positivos à comunidade local, como a diminuição de gastos de saúde pública com doenças relacionadas ao sedentarismo, o aumento do valor das propriedades do entorno e a melhoria do ambiente como um todo.

Referindo-se à avaliação de parques, mas com possibilidade de generalização para outros tipos de espaços livres públicos, inclusive praças e bosques, Bedimo-Rung, Mowen e Cohen (2005) classificam seis atributos essenciais para a sua funcionalidade:

- a) características – elementos físicos associados ao uso;
- b) condições – presença e adequabilidade de utilização dos componentes estimuladores da frequência;
- c) acesso – possibilidades de chegada e circulação no espaço;
- d) estética – atratividade visual dos espaços;
- e) segurança – importante barreira à frequentação dos locais, tanto pela percepção subjetiva da sensação quanto por situações objetivas de violência propriamente dita;
- f) políticas – atuação da gestão pública para manutenção dos espaços e valorização das atividades.

Esses atributos são de especial interesse desta dissertação ao constituírem a base da Bedimo-Rung *assessment tool – direct observation* (BRAT-DO – ferramenta de avaliação de Bedimo-Rung – observação direta – BEDIMORUNG, 2007), ajustada para aplicação aos locais selecionados para o estudo de caso (ver item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaço – da seção 2 –

Estruturação metodológica). Cunha e Orth (2000) lembram que, resultantes de diretrizes projetuais ou de necessidades dos frequentadores, as utilizações dos espaços livres estão relacionadas com suas funções. Nesse contexto, cabe destacar que esses usos podem ter sido anteriormente planejados ou terem ocorrido espontaneamente, inclusive de maneira independente das políticas governamentais vigentes.

3.4.2 Planejamento e gestão

O planejamento e gestão de espaços públicos têm início com o próprio processo de ordenamento e administração da cidade como um todo. Para Hardt (2006), o primeiro processo deve ser contínuo, integrado e permanente, recebendo constantes retroalimentações. Previsto pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o plano diretor municipal é um dos seus principais produtos urbanísticos e um dos instrumentos da política urbana no país, sendo sua elaboração e implementação condicionada à participação popular.

Conforme Arantes (2010), como estratégia assumida como política de governo, a gestão urbana no país tem sido utilizada de maneira mais ampla a partir dos anos 1980, recebendo maior impulso no início do corrente século, com a aprovação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Segundo Rezende e Castor (2005), seu conceito é relacionado ao conjunto de recursos decisórios e instrumentos da administração aplicados no âmbito urbanístico, para que haja melhores condições de vida por meio da melhoria da qualidade da infraestrutura e dos serviços.

Assim, os gestores públicos têm a responsabilidade de executar e fiscalizar o que foi delineado pelas diretrizes de planejamento urbano, as quais, vinculadas ao entendimento essencial da cidade, definem metas futuras (HARDT, 2006; ULTRAMARI, 2009). Para Duarte (2012), esse processo deve ser multidisciplinar, formado por um conjunto de medidas para atingir os objetivos propostos, de modo a reconhecer e localizar tendências externas, ordenando e coordenando ações no território.

Como forma de gestão com o olhar direcionado às relações humanas, é possível ir além de projetar espaços com vistas a criar lugares. Enquanto o primeiro

ato consiste em priorizar aspectos físico-funcionais, abrangendo, de modo superficial, experiências vivenciadas, o segundo ultrapassa o anterior, propiciando oportunidades para a formação de sentimentos de pertencimento. Dessa maneira, a concepção de condições de harmonia entre elementos morfológicos e a capacidade de estimular a consolidação de laços emocionais afetivos é capaz de solidificar a **identidade socioespacial** (RIVLIN, 2013).

Nessa mesma vertente, Santos (1994) lembra que o futuro das cidades não é determinado apenas por tendências, mas também por vontades; assim, depende da conveniente formulação de políticas públicas. Jacobs (2011) afirma que, equivocadamente, muitos urbanistas acreditam que as soluções de trânsito resolvem o maior problema urbanístico. Porém, já é possível observar mudanças positivas após essa e outras críticas a esse tipo de gestão urbana e, com os resultados apresentados na seção 5, pretende-se contribuir nesse mesmo sentido, especialmente sob a forma de recomendações para a melhoria da qualidade e da sociabilidade de espaços livres públicos.

Muitas vezes, o problema não é a falta dos espaços livres, mas a sua reduzida qualidade – inclusive em termos de usos e funções – para gerar a sua efetiva adoção pela população local, que, caso houvesse, aumentaria a percepção espacial, gerando um círculo virtuoso altamente benéfico à melhoria do ambiente local (LIMA, 2015, p.58).

Jacobs (2011) também critica o planejamento e desenho urbano ortodoxos, responsáveis pela monotonia de paisagens monumentais e pela padronização de vazios sem vida, os quais são expressões de um processo que não leva em conta as bases culturais da própria cidade. Segundo a autora, os espaços livres possuem papel fundamental, pois servem para diversos usos e funções, nelas ocorrendo interações das quais pode florescer a vida pública formal e associativa, impulsionada pela informalidade. Com vistas à efetivação dessas metas, as **intervenções projetuais**, desde a micro até macro escala, devem ser baseadas, dentre outras, nas seguintes referências:

teórico-conceituais – determinação de conceitos (envolvendo aspectos formais: influência da obra sobre o meio, caráter, originalidade, composição paisagística,...; aspectos físico-psicológicos: privacidade, sociabilidade, segurança, sensações,...; aspectos simbólicos: culturais, políticos, filosóficos, religiosos,...) e suas respectivas justificativas; locacionais – estabelecimento das condições para implantação da obra (de acordo com fatores regionais, urbanos e locais, de ordem física, biológica e antrópica – territorial, social, econômica e institucional); social – caracterização dos usuários; funcionais – definição do programa, setorização, dimensionamento

e hierarquia dos espaços; técnico-construtivas – delimitação de condicionantes estruturais e materiais e de sistemas complementares (água, esgoto, energia,...) e de conforto ambiental (especialmente térmico, acústico e lumínico); e econômicas – análise da coerência das relações entre custos e benefícios (HARDT, 2007, p.7-8).

Para Jacques (2005), a maior questão das intervenções, quando se trata de revitalização, não reside na requalificação física em si ou na construção de cenários, mas no tipo de uso do espaço público, ou seja, na sua apropriação comunitária. Conforme o autor, somente com a participação popular, o local deixa de ser uma cena para conformar um verdadeiro palco urbano, abrigando trocas, conflitos e encontros. Desse modo, ao invés da cenarização, haveria a corporificação, com relações entre os corpos físicos tanto do cidadão quanto da cidade, podendo surgir outras formas de apreensão urbana.

Fermino, Reis e Cassou (2012), a partir de estudo para comprovação de associação entre companhia e prática de atividade física na frequência habitual de parques e praças, destacam a importância do investimento em aumento de redes sociais, atividades em grupo e infraestrutura. Em outra vertente, Krafta (2012) ressalta a dificuldade atual de que mesmo os casos de relação virtuosa entre pessoas, de andar lento e de conversas na calçada podem ser considerados impróprios quando se obstrui o fluxo intenso de transeuntes. Isso revela certa troca de valores, uma sociedade que valoriza os resultados imediatos, no qual são perdidos pequenos gestos de elevado significado social.

Em geral, a vizinhança que já foi reconhecida pela intensa socialização e produção cultural parece ter perdido sua essência diante de mudanças nos processos de urbanização e relações sociais. As paisagens dotadas de significado, com espaços vivos, são alimentadas por diversos indivíduos e instituições, abrangendo órgãos e pontos comerciais locais, os quais, por sua vez, reforçam as possibilidades e laços comunitários (RIVLIN, 1987). As relações de vizinhança e as práticas vividas de pequenos atos corriqueiros de atividades e convívios nas cidades compreendem os laços profundos de identidade habitante-habitante e habitante-lugar (CARLOS, 2001).

Hardt (2008; 2010) alerta que não são suficientes os adequados projetos e obras em si, sendo imprescindíveis ações para a sua manutenção e animação. Neste sentido, Barreira (2010) ressalta a importância da ativação social para a dinamização espacial, maximizando usos, valorizando apropriações e ampliando

relacionamentos, ao mesmo tempo em que pode prevenir a gentrificação e a exclusão de quaisquer grupos de usuários.

Com esse mesmo pensamento, Zerbini (2009) afirma que os espaços abertos públicos, em várias cidades de grande porte, têm progressivamente perdido usuários para edificações, residenciais ou comerciais, e quanto menos utilizados, maior a sua decadência, desafio esse que órgãos governamentais têm buscado combater por meio de metodologias de intervenção, a exemplo da revitalização espacial. No entanto, apenas este processo, na busca de avivar usos do passado, já não é suficiente para a efetiva utilização, pois é preciso que esses locais sejam vinculados às necessidades atuais, levando em consideração sua constante transformação. Assim, “o envolvimento da população em estudos da qualificação urbana é inevitável e imprescindível” (ZERBINI, 2009, p.3).

A qualificação da vida urbana exige o conhecimento de aspectos intrínsecos ao lugar público e o que leva a população a considerá-lo como meio de suprir seus anseios (ZERBINI, 2009). Schjetan et al. (2008) afirmam que uma das possíveis causas do abandono de espaços livres públicos é justamente essa falta de compreensão dos possíveis usuários do espaço e de sua relação com o entorno em termos de aspectos sociais e naturais.

Por outro lado, Magrini (2014) lembra as influências diretas das cidades e seus espaços sobre parte dos chamados “atos violentos”, como consequências do atual modo de vida, voltado ao consumo de bens e ao acúmulo de capital, acirrando as desigualdades sociais e a deterioração das áreas públicas. Assim, os processos de planejamento e gestão urbana, bem como de projeto e controle espacial, devem incorporar soluções adequadas para a garantia de condições mínimas para o estabelecimento de sensações de segurança individual e coletiva. Entre outros fatores, o desenho urbano, envolvendo sua relação com o território e o modo de usufruto do espaço pela população, pode ser visto como um influenciador da segurança pública (RICARDO et al., 2009).

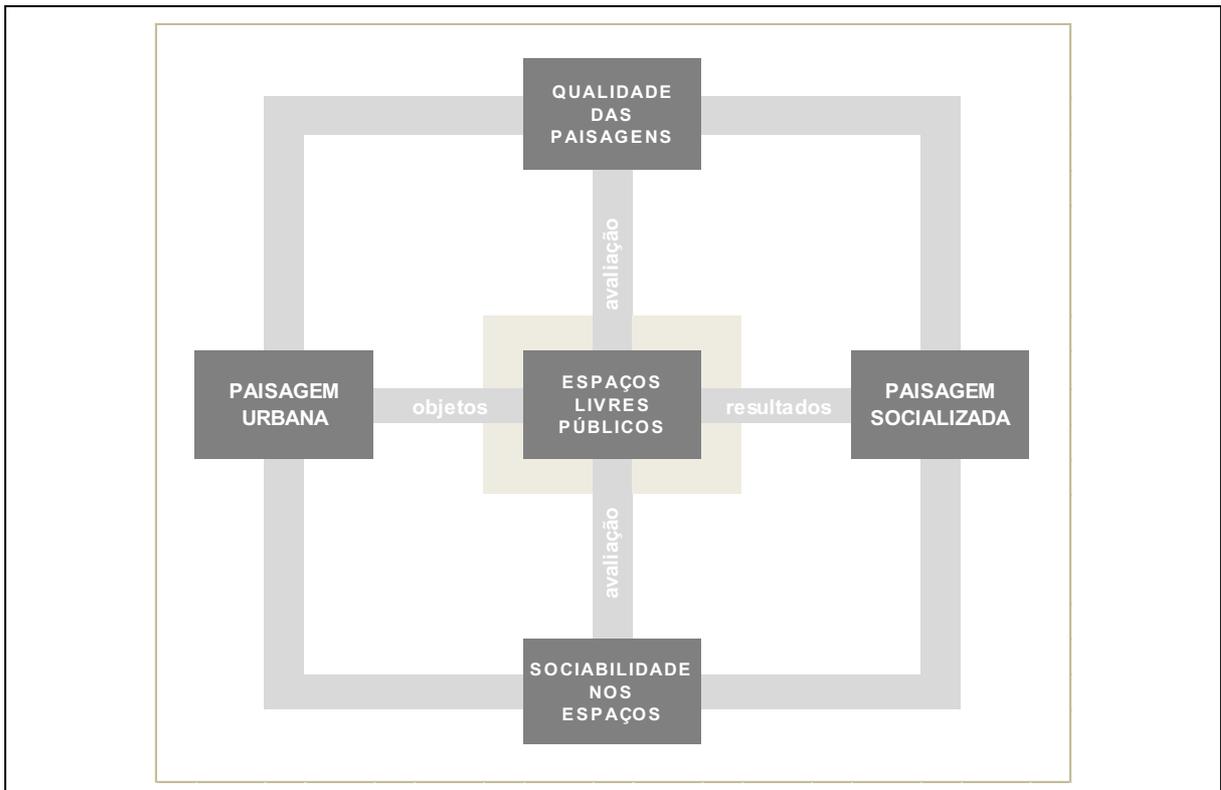
Sob a perspectiva dos aportes teórico-conceituais anteriores sobre paisagem urbana, qualidade das paisagens, sociabilidade nos espaços e espaços livres públicos, nas próximas seções é detalhado o escopo do estudo empírico desta dissertação.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Com referência ao **recorte geográfico** da pesquisa (Figura 7), são apresentados, na presente seção, os contextos da área de estudo segundo as seguintes escalas:

- a) do município – Curitiba;
- b) da região – Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC);
- c) do local – Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) da Vila Verde;
- d) dos espaços livres públicos específicos – três praças e bosque selecionados (ver item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica).

Figura 7: Organograma esquemático do recorte geográfico da pesquisa



Fonte: Elaborada com base na seção 2 – Estruturação metodológica.

Em conformidade com o detalhado no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica, a Regional CIC é caracterizada como região periférica e o SEHIS como área de habitação popular por incentivo governamental, motivos pelos quais, dentre outros, foram selecionados os espaços de referência adiante descritos.

4.1 ESCALA MUNICIPAL

Segundo informações do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2016), os primeiros registros de Curitiba como município ocorreram em 1693, com início de seu desenvolvimento urbanístico a partir do centro, mais especificamente a partir da Praça Tiradentes, onde surgiram os primeiros loteamentos, sendo os mais recentes locados em áreas mais periféricas. Atualmente, a malha urbanizada da cidade polo da região metropolitana, cujo perímetro urbano coincide com as divisas municipais, é conurbada com as de municípios adjacentes, formando o chamado “núcleo urbano central” (NUC – COMEC, 2016).

Na década de 1960, com o grande afluxo de pessoas à capital paranaense, foi criada a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que tiveram significativa influência sobre a administração e planejamento da paisagem curitibana.

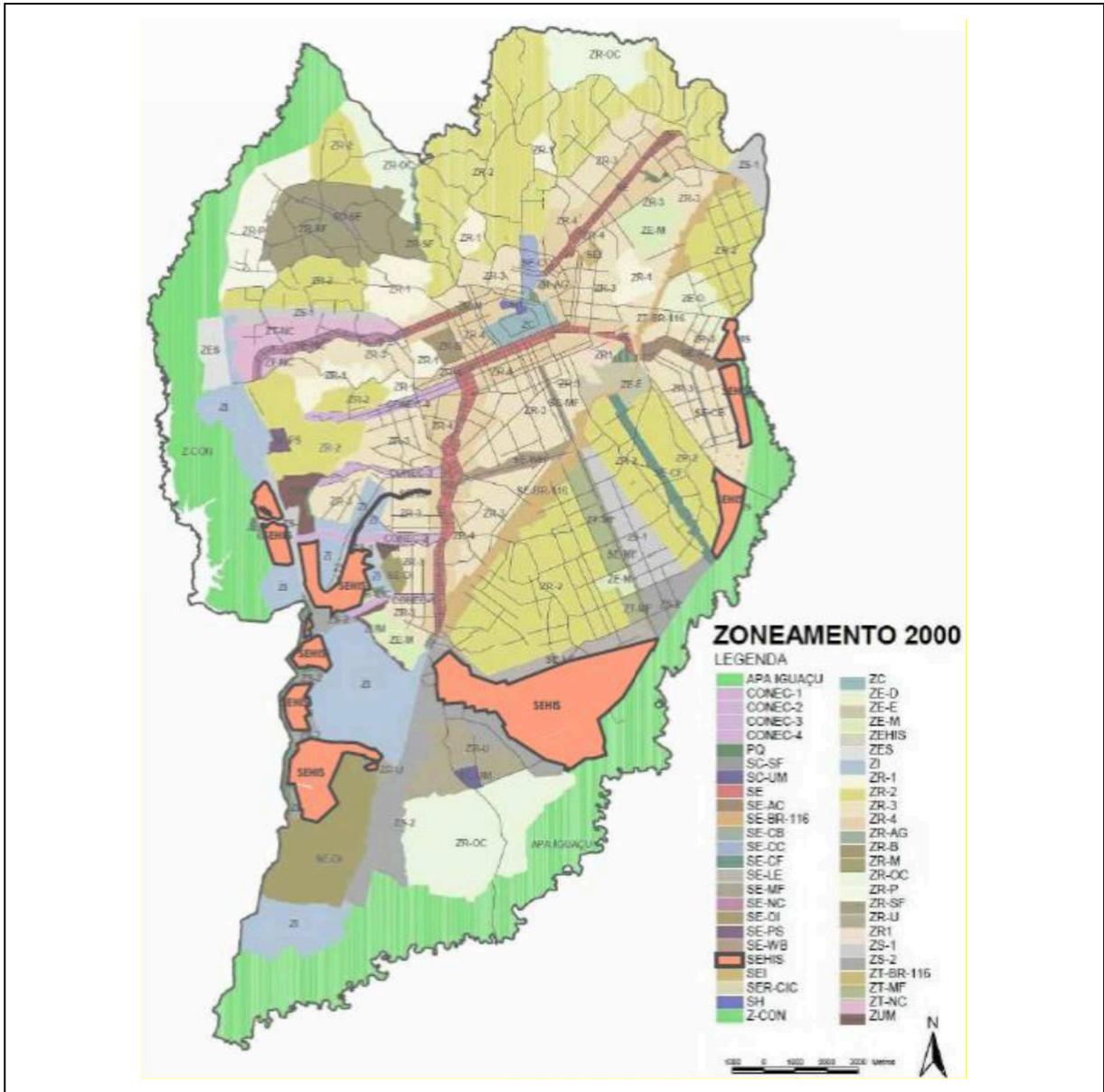
O início formal do planejamento urbano de Curitiba ocorreu com a Lei Municipal Nº 2.828, de 31 de julho de 1966 (CURITIBA, 1966), pela definição do uso e ocupação do solo limitando o crescimento em determinadas áreas e reservando espaços para a expansão da cidade (REIS JUNIOR, 2012). Desde então, o zoneamento passou por diversas alterações, sendo as diretrizes para a sua atualização mais recentes, até o momento, as instituídas pela Lei Municipal Nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015 (CURITIBA, 2015a), referente à revisão do plano diretor, estando ainda vigente a Lei Municipal N º9.800, de 03 de janeiro de 2000 (CURITIBA, 2000a), relativa às zonas e setores urbanísticos..

Assim como em edições anteriores, na sua versão atual (Figura 8), são definidos parâmetros de uso e ocupação do solo para os diversos compartimentos do SEHIS, o que incentiva a regularização de áreas de invasão, induzindo-as à formalidade. Também há diretrizes específicas para implantação de assentamentos populares, visando à maior utilização da terra para fins de loteamento, o que permite um custo mais acessível da habitação para famílias de baixa renda.

A definição do SEHIS ocorreu pela primeira vez em Curitiba em 1980, por meio de norma legal posteriormente substituída pelo Decreto Municipal N° 250, de 03 de maio de 2000 (CURITIBA, 2000b), relacionado à Lei Municipal N°9.800, de 03 de janeiro de 2000 (CURITIBA, 2000a), tendo como propósito oferecer parâmetros diferenciados para moradia popular. Este último instrumento legal reformulou as diretrizes de crescimento da cidade, as quais foram recentemente revistas pela citada Lei Municipal N° 14.771/2015 (CURITIBA, 2015a), na qual é disposto que:

- Art. 61. O Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) é um instrumento de política urbana que tem como objetivo fazer cumprir a função social da propriedade.
- § 1º. A parcela de área urbana demarcada como SEHIS deverá ser destinada a empreendimentos de interesse social e estará sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.
- § 2º. Empreendimento de interesse social é aquele composto predominantemente por habitações de interesse social.
- Art. 62. A SEHIS classifica-se em:
- I – SEHIS de Regularização Fundiária, a ser demarcada em área ocupada por assentamentos irregulares passíveis de consolidação com o objetivo de implantação de regularização fundiária de interesse social;
- II – SEHIS de Vazios, a ser demarcada em imóvel público ou privado, dotado de infraestrutura urbana, com objetivo de implantação de empreendimento de interesse social;
- III – SEHIS de Produção, em área ocupada por empreendimento de interesse social.
- §1º As áreas demarcadas como SEHIS deverão contemplar, a critério do Poder Público Municipal, equipamentos que prestem serviços sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.
- §2º A demarcação dos perímetros do SEHIS e a definição dos critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo deverão ser definidos em legislação específica. (grifos da autora)

Figura 8: Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo de Curitiba com destaque para os compartimentos do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS)



Fonte:
Notas:

Adaptada de Curitiba (2000a).

- APA = Área de proteção ambiental
- PQ = Parque
- SC-SF = Setor Comercial de Santa Felicidade
- SE-BR-116 = Setor Especial da BR-116
- SE-CF = Setor Especial da Av. Comendador Franco
- SEI = Setor Especial Institucional
- SE-OI = Setor Especial de Ocupação Integrada
- SER-CIC = Setor Especial Residencial da Cidade Industrial de Curitiba
- Z-CON = Zona de Contenção
- ZE-E = Zona Especial Educacional
- ZE-M = Zona Especial Militar
- ZI = Zona Industrial
- ZR = Zona Residencial
- ZR-B = Zona Residencial Batel
- ZR-M = Zona Residencial Mercês
- ZR-P = Zona Residencial Passaúna
- ZR-U = Zona Residencial Umbará
- ZT-NC = Zona de Transição Nova Curitiba

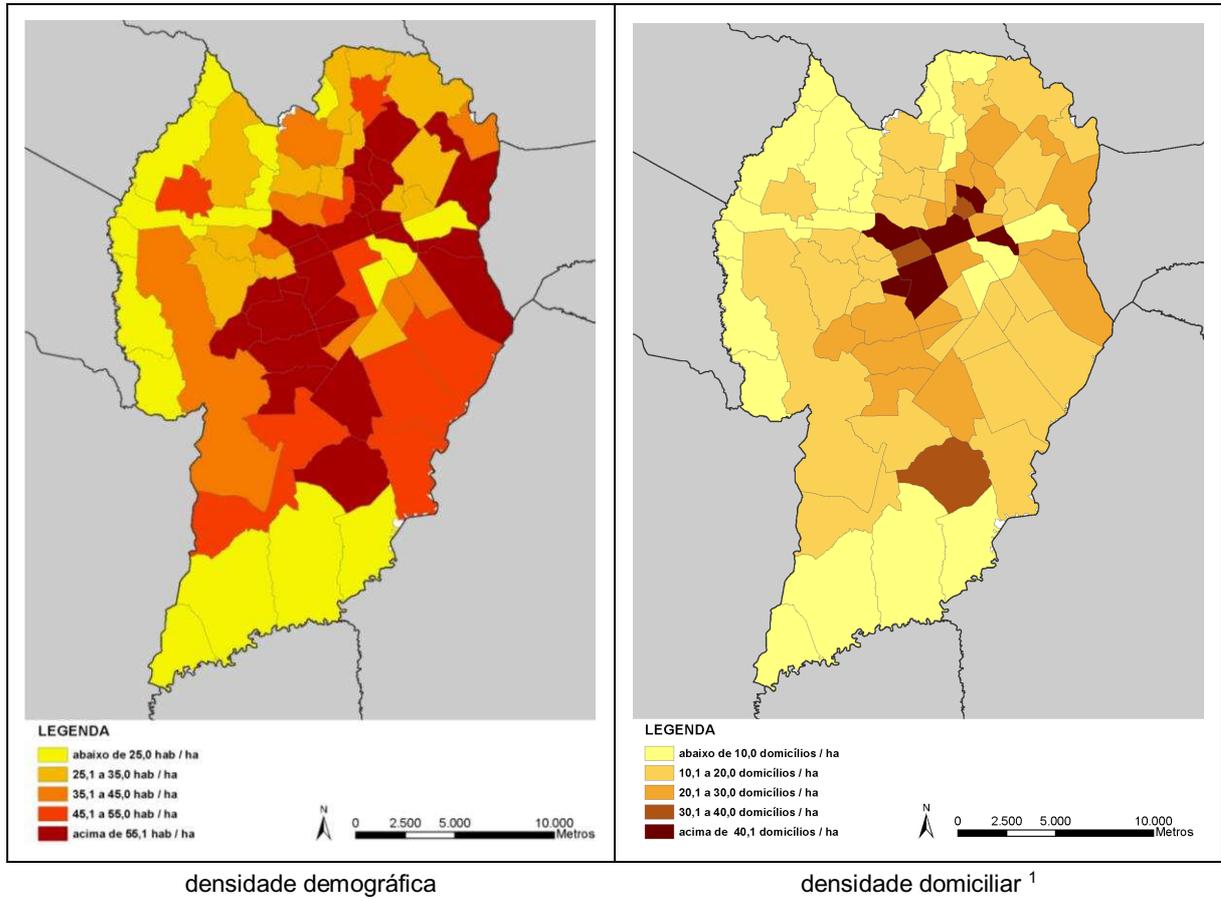
- CONEC = Setor Especial Conector
- SC = Setor Especial Comercial
- SC-UM = Setor Comercial do Umbará
- SE-AC = Setor Especial da Av. Presidente Affonso Camargo
- SE-CB = Setor Especial da Rua Engenheiro Costa Barros
- SEHIS = Setor Especial de Habitação de Interesse Social**
- SE-MF = Setor Especial da Av. Marechal Floriano Peixoto
- SE-PS = Setor Especial do Parque de Software
- SE-WB = Setor Especial da Av. Presidente Wenceslau Braz
- ZC = Zona Central
- ZE-D = Zona Especial Desportiva
- ZEI = Zona Especial de Indústria
- ZES = Zona Especial de Serviços
- ZOO = Zona de Ocupação Orientada
- ZR-AG = Zona Residencial Alto da Glória
- ZREP = Zona de Represa
- ZR-OC = Zona Residencial de Ocupação Controlada
- ZR-SF = Zona Residencial Santa Felicidade
- ZS = Zona de Serviço
- ZUC = Zona de Urbanização Consolidada
- ZUM = Zona de Uso Misto

Diante da escassez de financiamentos federais e das dificuldades na produção de novas moradias no início dos anos 2000, o Município de Curitiba prosseguiu suas ações de regularizações com o projeto “Nossa Vila”, como resultado do plano de governo da gestão de 2001-2004. Sob a responsabilidade da COHAB-CT e executado em conjunto com as comunidades locais, visava ao desenvolvimento social e econômico de ocupações irregulares e áreas degradadas na periferia, bem como à prevenção de novas invasões (IPPUC, 2007).

Em 2007, foi desenvolvido o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS). Também houve outras medidas complementares de incentivo ao acesso à moradia para famílias de baixa renda, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, criado pelo Governo Federal em 13 de abril de 2009, e instituído legalmente em 07 de julho do mesmo ano (BRASIL, 2009; REIS JUNIOR, 2012).

Atualmente, grande parte do SEHIS já se encontra regularizado pela COHAB-CT. Os mapas da Figura 9 evidenciam a clara relação da distribuição espacial de concentração de habitantes e moradias no território municipal, abrigando, em 2016, uma população estimada em 1.893.997 habitantes em área de 435,0 km² (IBGE, 2016), o que corresponde a uma densidade demográfica média de 43,54 hab./ha, ou seja, 108,1% superior à registrada pelo censo de 2010 (40,27 hab./ha), quando a proporção de gêneros era de 52,3% de mulheres e 47,7% de homens (IBGE, 2010).

Figura 9: Mapas de classes de densidade demográfica e domiciliar por bairros de Curitiba – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: ¹ = domicílios particulares permanentes

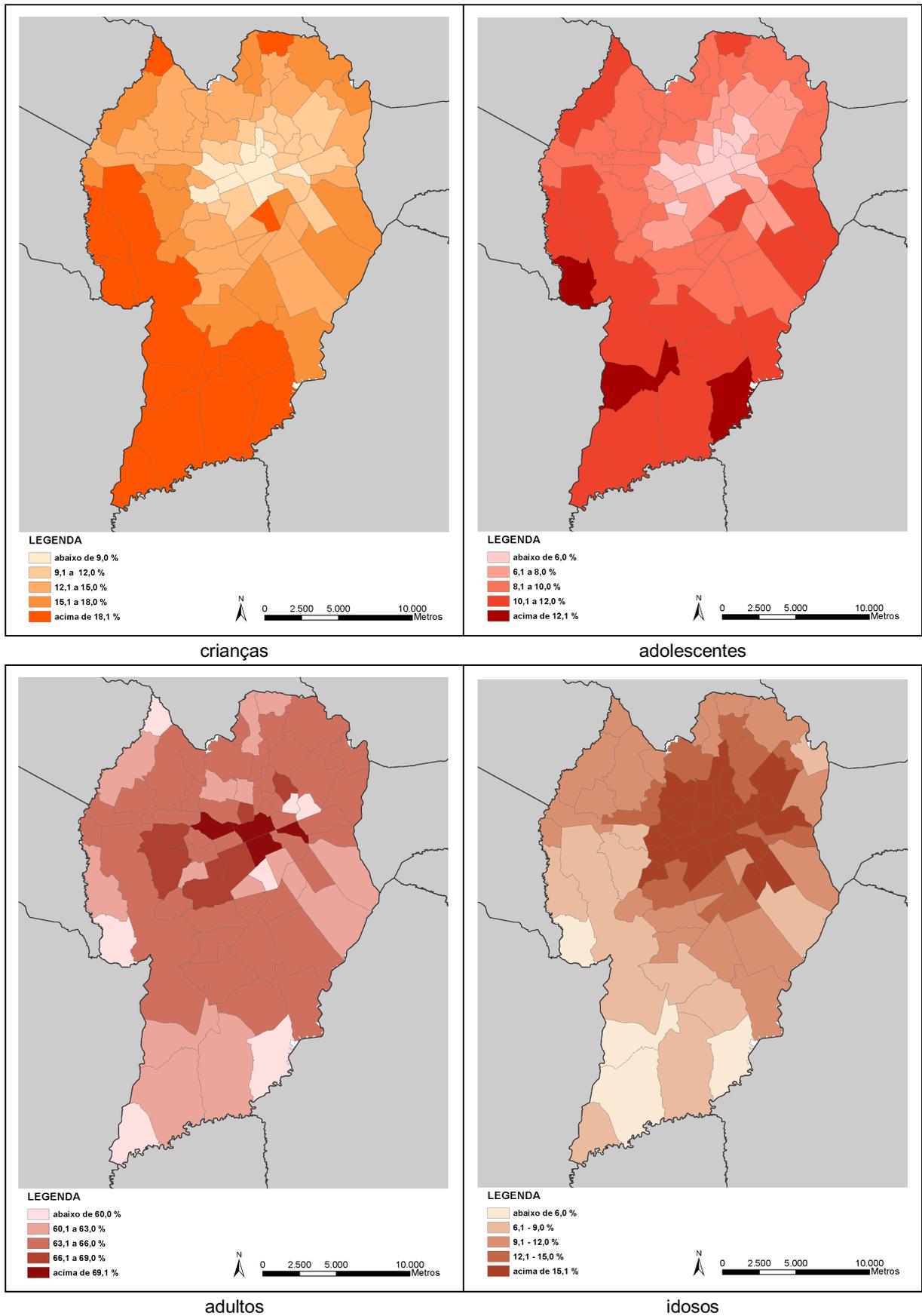
Pela Figura 10, percebe-se que as maiores proporções de crianças¹ (297.111 pessoas – 17,0% da população total de Curitiba em 2010) são encontradas em áreas periféricas do município, situação semelhante à constatada para as classes de maiores proporcionalidades de adolescentes² (163.050 pessoas – 9,3%) e inversa às diagnosticadas para adultos (1.093.657 pessoas – 62,4%) e idosos³ (198.089 pessoas – 11,3%) (IBGE, 2010).

¹ Indivíduos com idade até 12 anos segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Artigo 2º),

² Indivíduos com idade entre 12 e 18 anos segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Artigo 2º)

³ Indivíduos com idade igual ou acima de 60 anos segundo o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003, Artigo 1º).

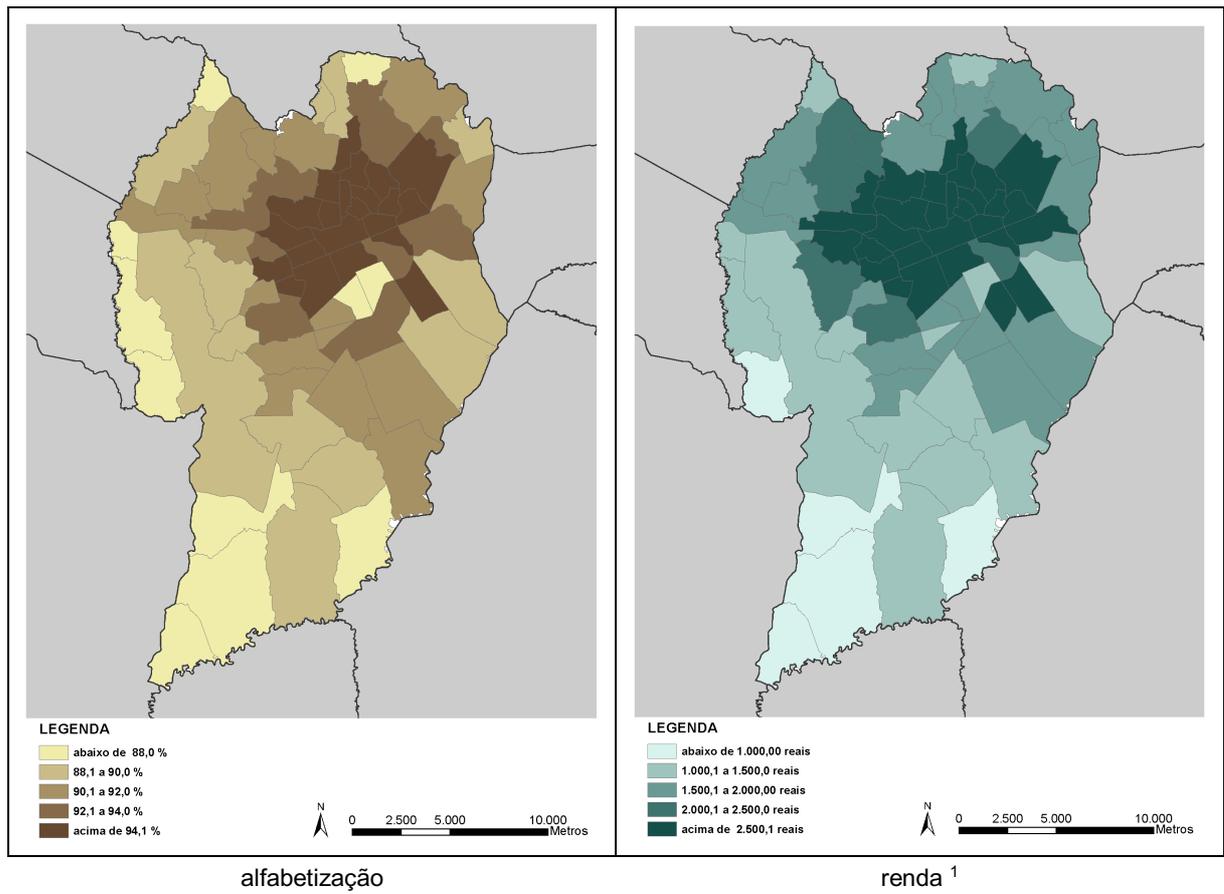
Figura 10: Mapas de classes de proporcionalidade de grupos etários por bairros de Curitiba – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Com índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,823, Curitiba detinha, em 2010, grau de alfabetização de 96,9%, sendo a o rendimento nominal médio mensal de pessoas com 10 anos ou mais de R\$ 1.536,39 (IBGE, 2010; IPPUC, 2013a). A Figura 11 mostra a associação espacial entre esses fatores sociais.

Figura 11: Mapas de classes de grau de alfabetização e de renda média por bairros de Curitiba – 2010

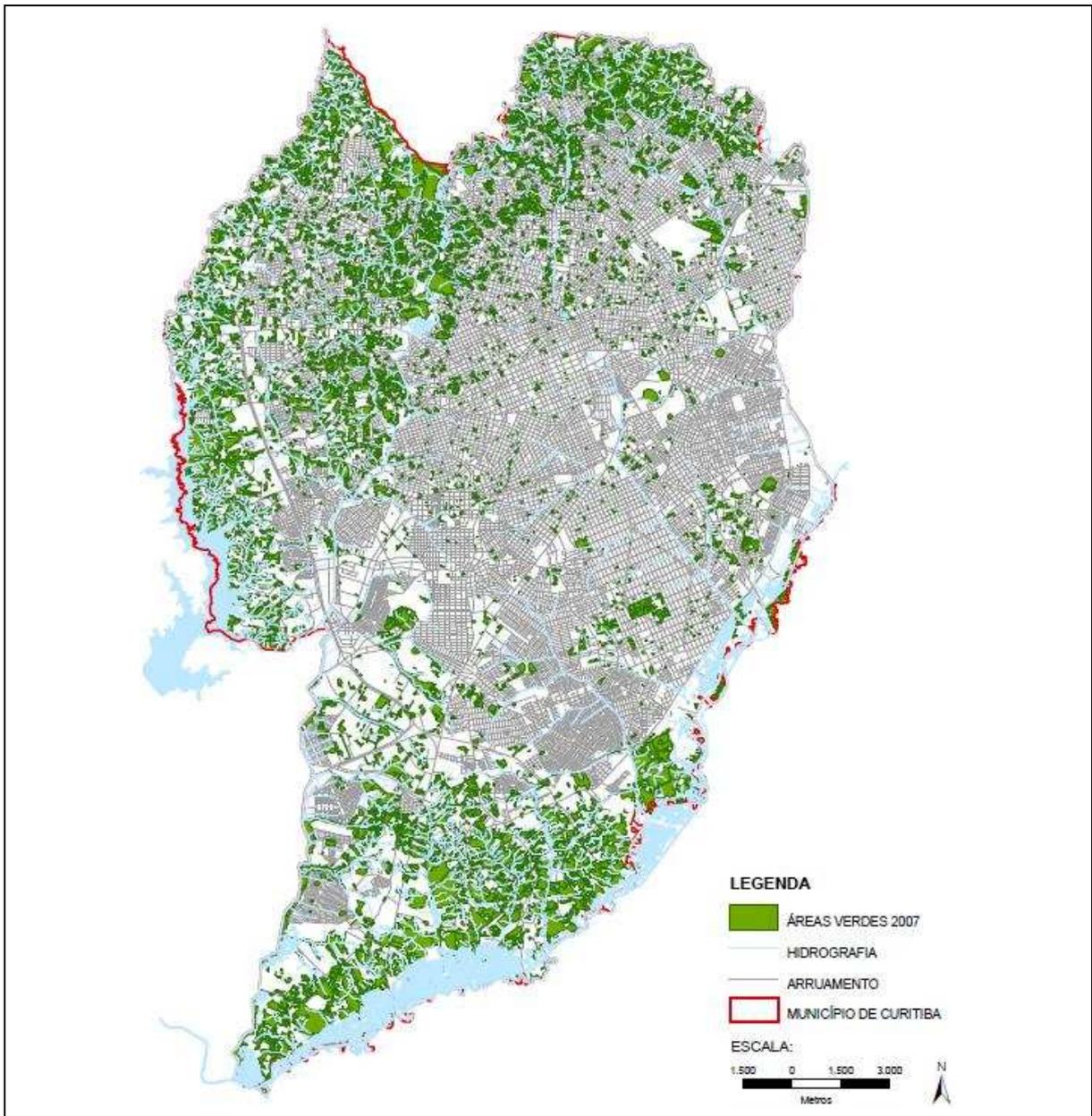


Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: ¹ = rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade

Com média aproximada de 58 m²/hab., Curitiba continha, em 2010, cerca de 102 km² de áreas verdes (Figura 12), sob a forma de espaços privados e públicos (IPPUC, 2012a), incluindo, nestes últimos, grande parte dos voltados ao lazer, de especial interesse para este estudo. Outra informação de utilidade à presente pesquisa consiste em questões relacionadas à segurança nesses locais. Em suas investigações em espaços livres públicos de Curitiba, Hardt e Hardt (2015) constataram o frequente consumo de substâncias psicoativas ilícitas nessas áreas.

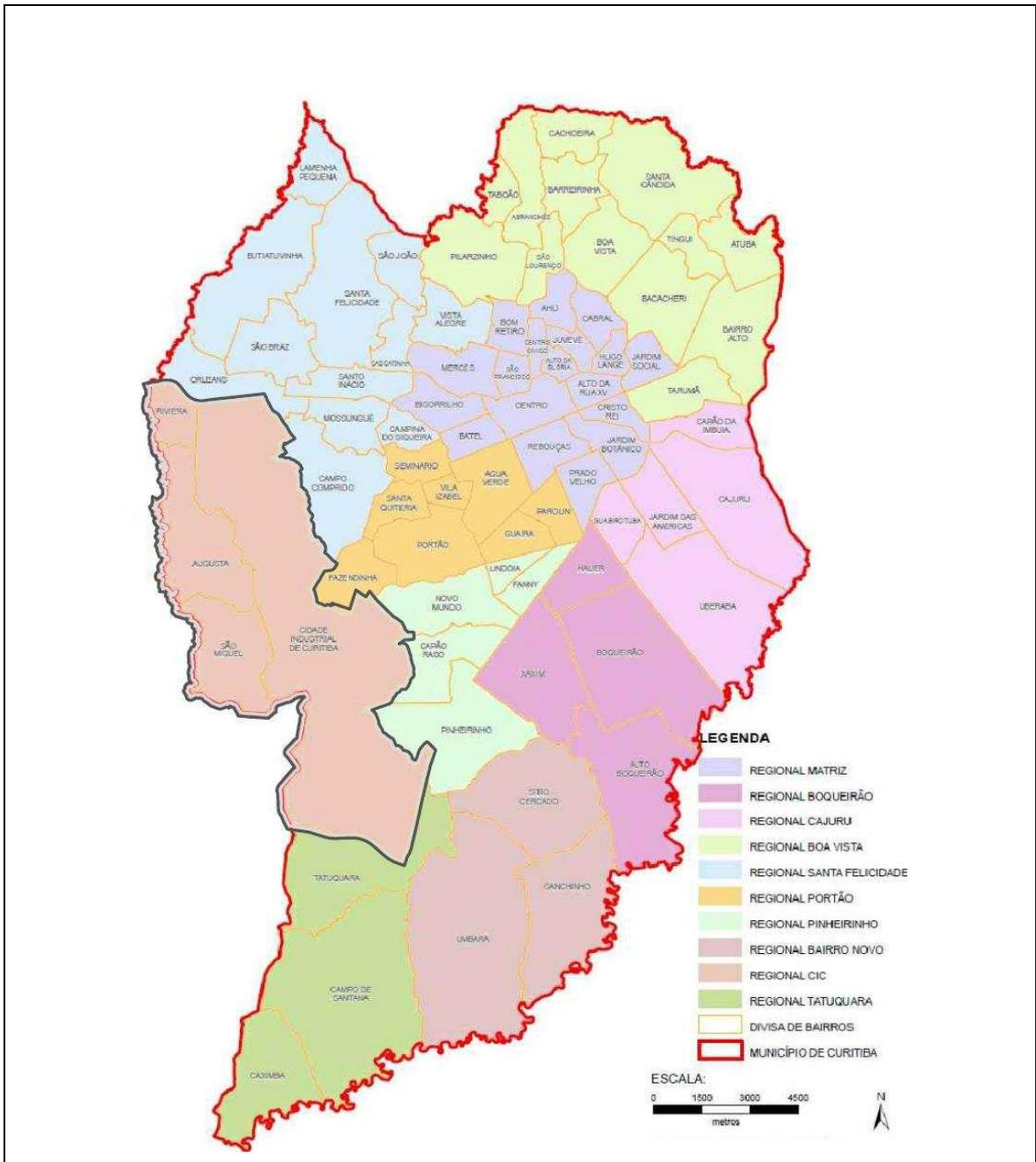
Figura 12: Mapa de áreas verdes em Curitiba – 2007



Fonte: Adaptada de IPPUC (2012b).

A gestão de Curitiba conta com 10 administrações regionais (Figura 13) atuantes nos seus 75 bairros, com a missão de “coordenar as ações voltadas ao planejamento local, considerando as particularidades físico-territoriais, e fomentar a expressão da vontade popular e as possibilidades econômicas, compatibilizando o planejamento da cidade como um todo” (CURITIBA, 2017, s.p.). No âmbito desta pesquisa, cabe especial interesse à Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Figura 13: Mapa de administrações regionais de Curitiba com destaque para a Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)

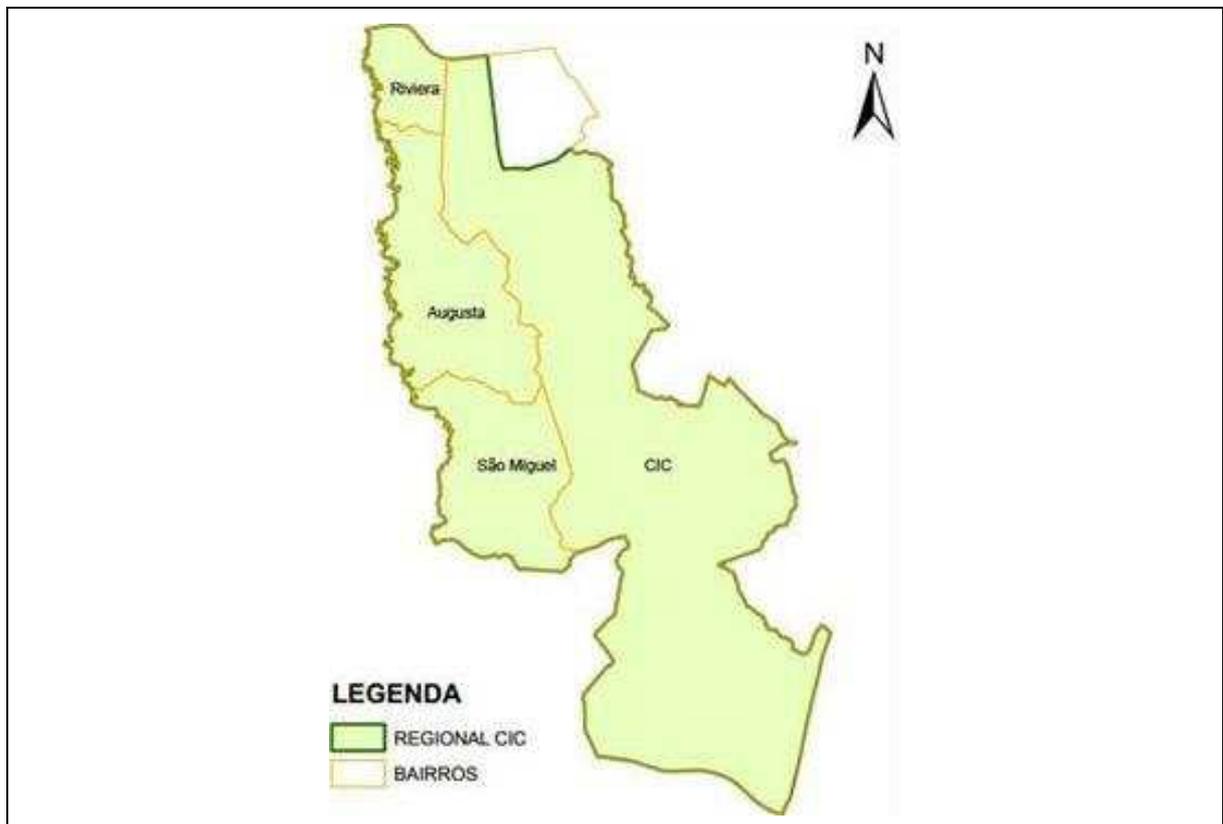


Fonte: Adaptada de IPPUC (2015b).

4.2 ESCALA REGIONAL

A Regional CIC é composta pelos bairros Augusta, CIC, Riviera e São Miguel (Figura 14), sendo o segundo o de maiores dimensões e o mais representativo em termos populacionais. O primeiro e o terceiro tiveram origem por colônias fundadas em 1876 (sob as denominações “Dom Augusto” e “Rivière”, respectivamente), constituídas por poloneses prussianos e incentivadas pelas metas do governo providencial de Lamenha Lins em fixar esse tipo de ocupação ao redor da área central de Curitiba (IPPUC, 2013a).

Figura 14: Mapa esquemático de bairros da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)



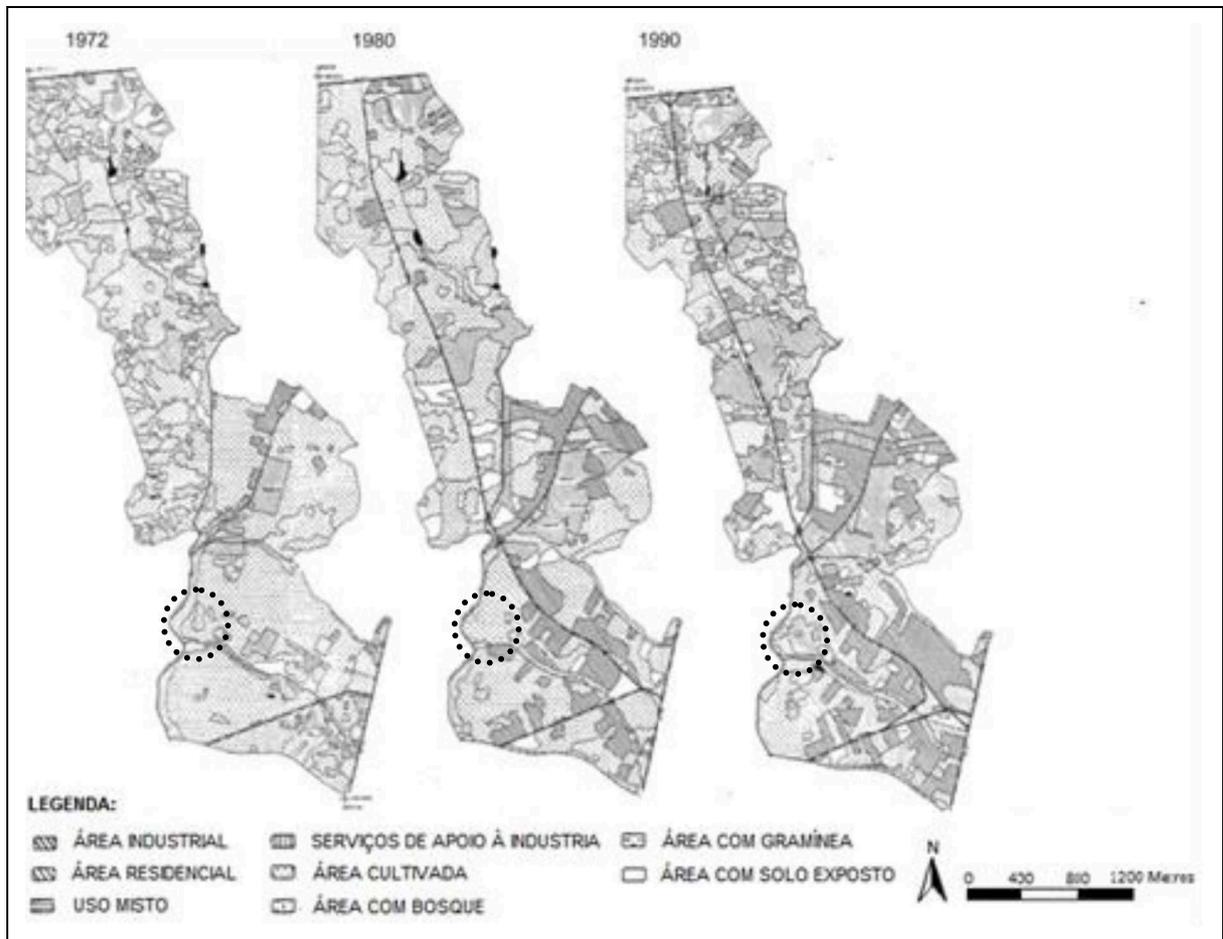
Fonte: IPPUC (2013a)

A ocupação inicial do bairro CIC ocorreu na sua porção sul com o loteamento Vila dos Amureros, onde se praticava agricultura sem agrotóxicos. No início do século XX, chácaras e lotes agrícolas passam a ocupar a sua parte central. A primeira concentração populacional ocorreu em 1966, com a instalação da Vila Nossa Senhora da Luz. Na década de 1960, já havia os primeiros planos de desenvolvimento voltados à industrialização (IPPUC, 2013a).

Em 1973, por meio do Decreto Municipal Nº 30, de 19 de janeiro (CURITIBA, 1973), resultado de convênio firmado entre a Urbanização de Curitiba S.A. (URBS) e o Governo do Estado do Paraná, o município passou a apresentar um referencial físico-espacial do processo industrial, com a implantação do limite destinado a CIC, que posteriormente sofreu uma recomposição de limite administrativo como bairro (IPPUC, 2006; IPPUC, 2013a). A delimitação de bairros em 1975 instituiu o território do São Miguel, que teve seu primeiro loteamento aprovado em 1980 (IPPUC, 2013a).

Em sua fase inicial de implantação, na década de 1970, a área da CIC apresentava apenas algumas vilas em seu território (Figura 15), mas na seguinte já são identificados loteamentos industriais que apresentaram contínuo crescimento, principalmente na porção sul, até que nos anos 1990 já existiam diversos conjuntos habitacionais, somados a assentamentos irregulares. O local de estudo (Vila Verde – ver subseção 4.3) é apontado em 1970 e 1980 como área com gramínea e com bosque, mas em 1990 já surge a classificação como parte de caráter residencial.

Figura 15: Mapas de evolução do uso do solo na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) com destaque para o local de estudo (Vila Verde) – 1972, 1980 e 1990

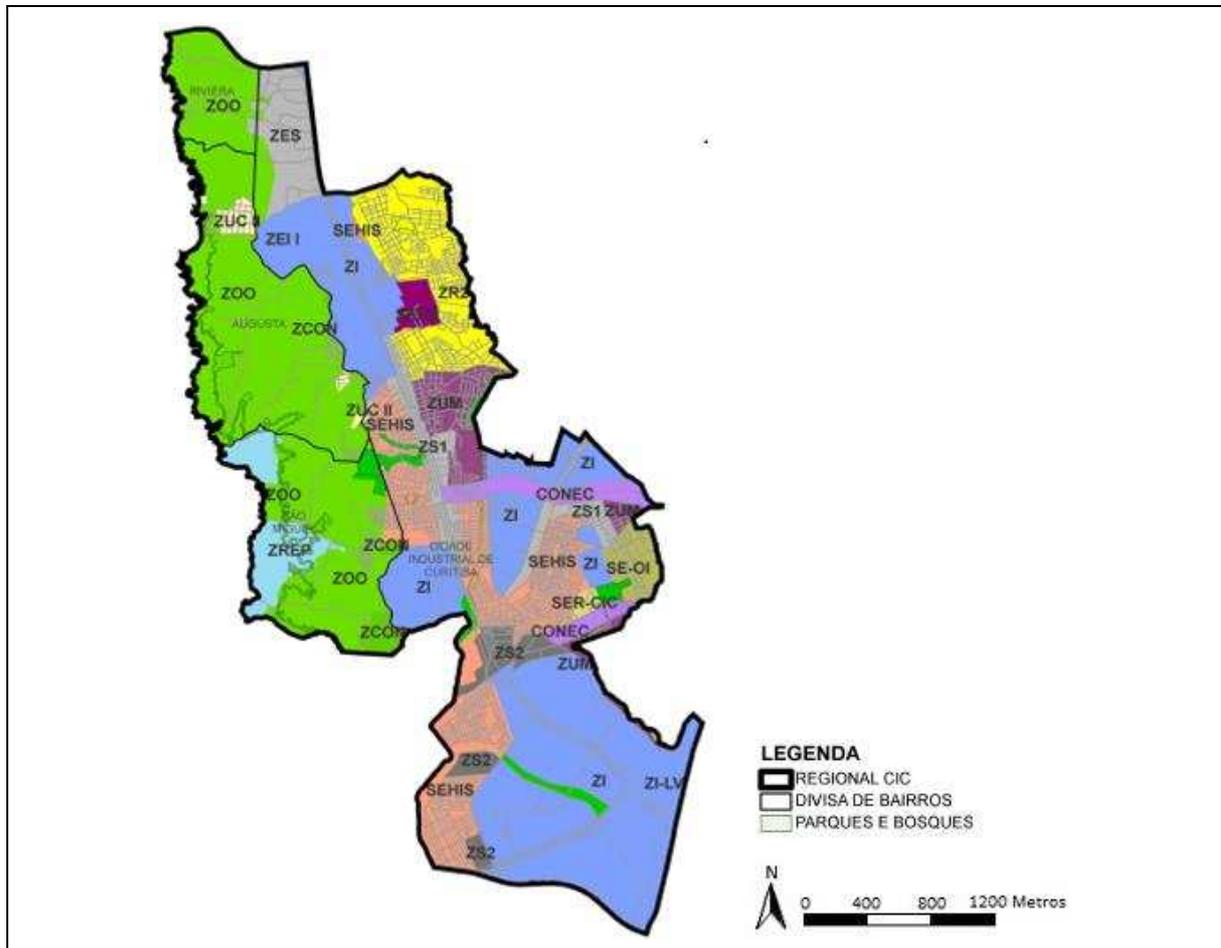


Fonte: Adaptada de Chiapetti (1994).

Segundo Dudeque (2010), a apropriação irregular em diversas partes do território da Regional CIC foi promovida pela falta de investimentos privados na região, a qual, por sua vez, disponibilizou uma terra urbanizada e sem uso, o que ocasionou a ocorrência de invasões e favelas. Associada a esse fato, a importância da regularização fundiária e da oferta de loteamentos populares reside na diversificação de acesso à moradia e no atendimento tanto a características socioeconômicas da população quanto a normas legais de caráter ambiental.

Cabe destacar que o SEHIS abrange a maior parte da Regional CIC (Figura 16 – CURITIBA, 2000a), ocupando 12,2% de seu território (730 ha), com a terceira posição em proporção, sendo ultrapassado apenas pela Zona Industrial (ZI – 1.820 ha – 30,3%) e pela Zona de Ocupação Orientada (1.482 ha – 24,7%). Também abriga boa parte da produção habitacional da COHAB-CT na região (Figura 17).

Figura 16: Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)

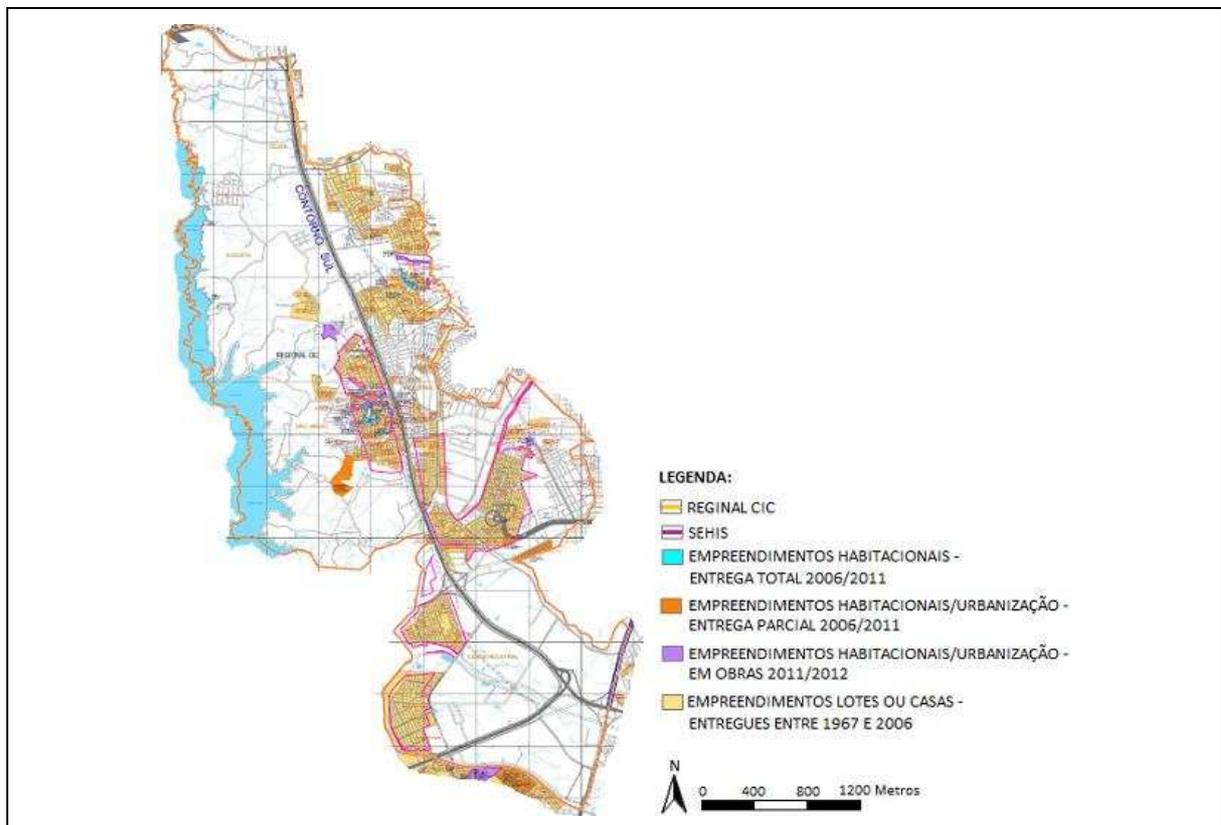


Fonte: Adaptada de IPPUC (2013a).

Notas:

- CONEC = Setor Especial Conector
- SEHIS = Setor Especial de Habitação de Interesse Social
- SE-OI = Setor Especial de Ocupação Integrada
- SE-PS = Setor Especial do Parque de Software
- SER-CIC = Setor Especial Residencial da Cidade Industrial de Curitiba
- Z-CON = Zona de Contenção
- ZE1 = Zona Especial de Indústria
- ZES = Zona Especial de Serviços
- ZI = Zona Industrial
- ZI-LV = Zona Industrial Linha Verde
- ZOO = Zona de Ocupação Orientada
- ZR = Zona Residencial
- ZREP = Zona de Represa
- ZS = Zona de Serviço
- ZT-NC = Zona de Transição Nova Curitiba
- ZUC = Zona de Urbanização Consolidada
- ZUM = Zona de Uso Misto

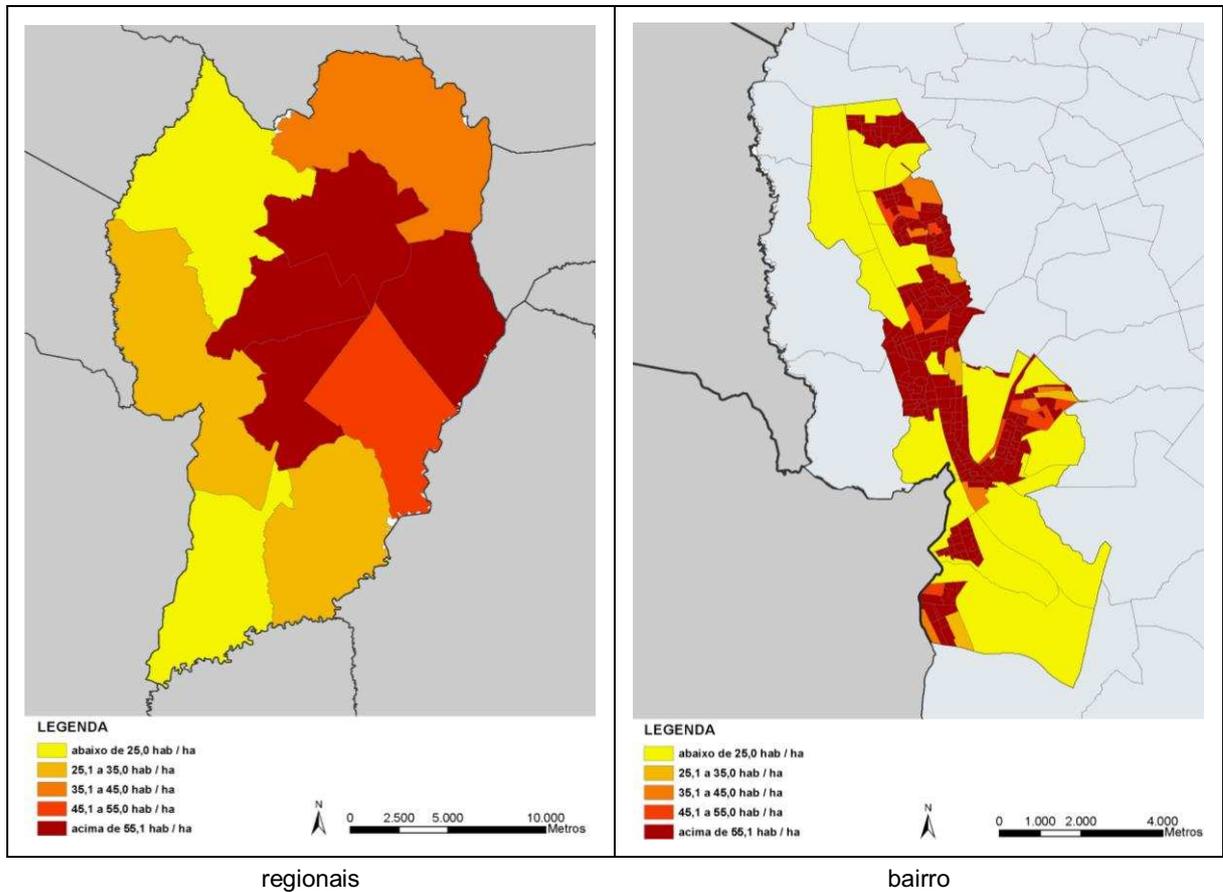
Figura 17: Mapa da produção habitacional da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)



Fonte: Elaborada com base em COHAB-CT (2012).

Em 2010, a Regional CIC abrigava 171.480 habitantes em sua área de 6.003 ha, correspondente a 13,8% do território curitibano. Sua densidade populacional média era de 28,56 hab./ha (Figura 18), sendo a do bairro homônimo a mais relevante (39,1 hab./ha – IBGE, 2010; IPPUC, 2013a). Grande parte dessa população se encontrava no SEHIS.

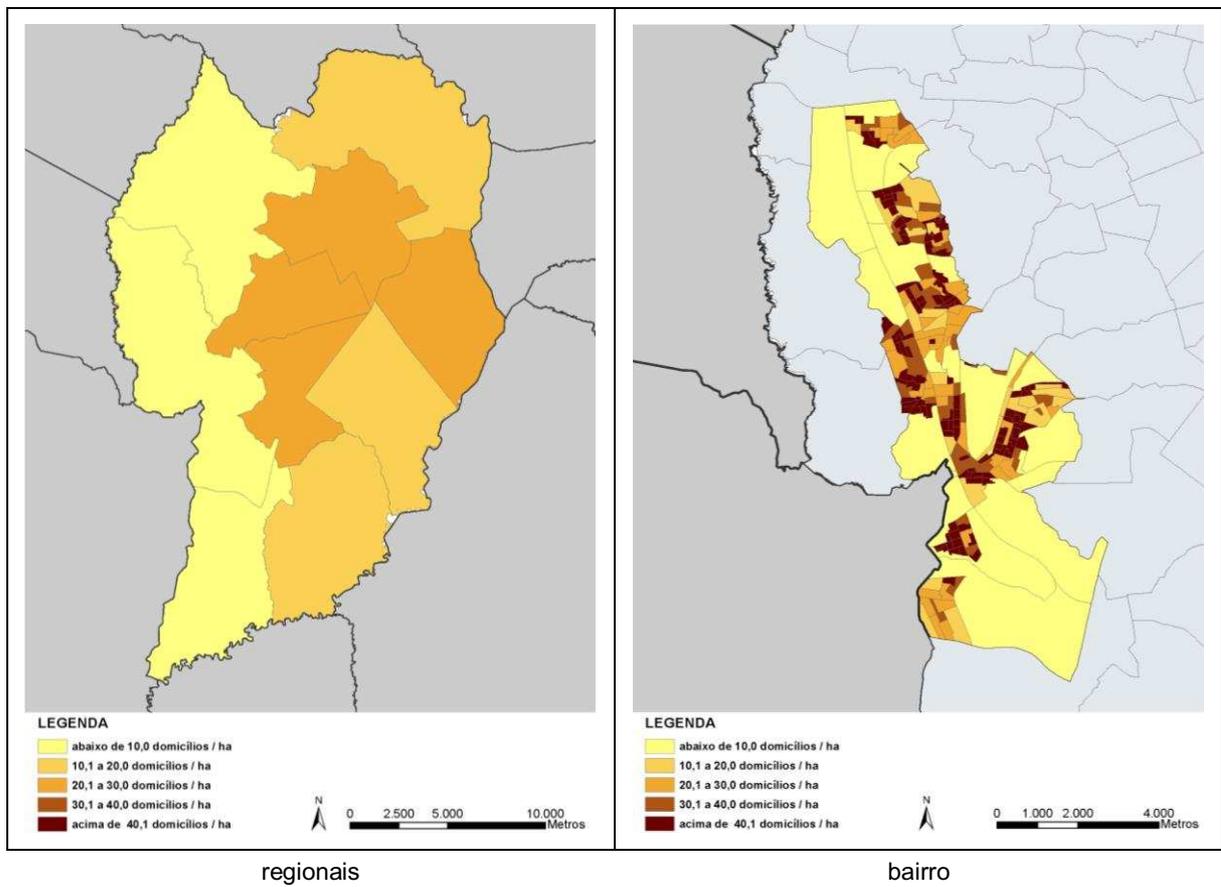
Figura 18: Mapas de classes de densidade demográfica por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Segundo censo demográfico de 2010, a Regional CIC continha, à época, 52.482 domicílios particulares permanentes, sendo enquadrada na faixa mais baixa, conforme evidencia a Figura 19, na qual é perceptível a heterogeneidade da sua distribuição espacial. Entre 2008 e 2012, somaram-se 3.643 unidades do tipo casa e 3.480 do tipo apartamento, sendo o bairro CIC o que recebeu maior quantidade de novas construções residenciais na regional nesse período, de modo que seu número ultrapassou o de não residenciais, sendo, de 2000 a 2012, registradas as proporções aproximadas de 85% para a primeira e de 15% para a segunda (IBGE, 2010; IPPUC, 2013a).

Figura 19: Mapas de classes de densidade domiciliar por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010

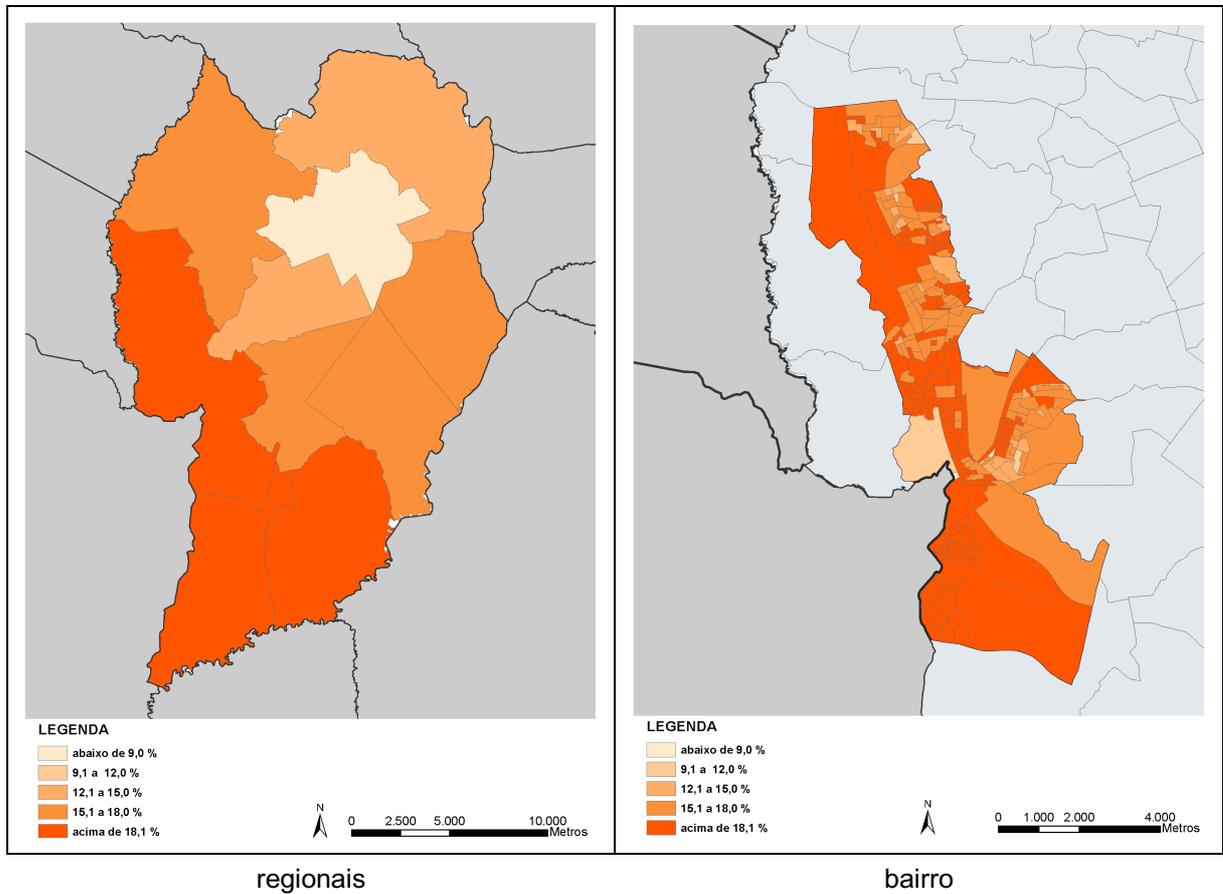


Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: Domicílios particulares permanentes

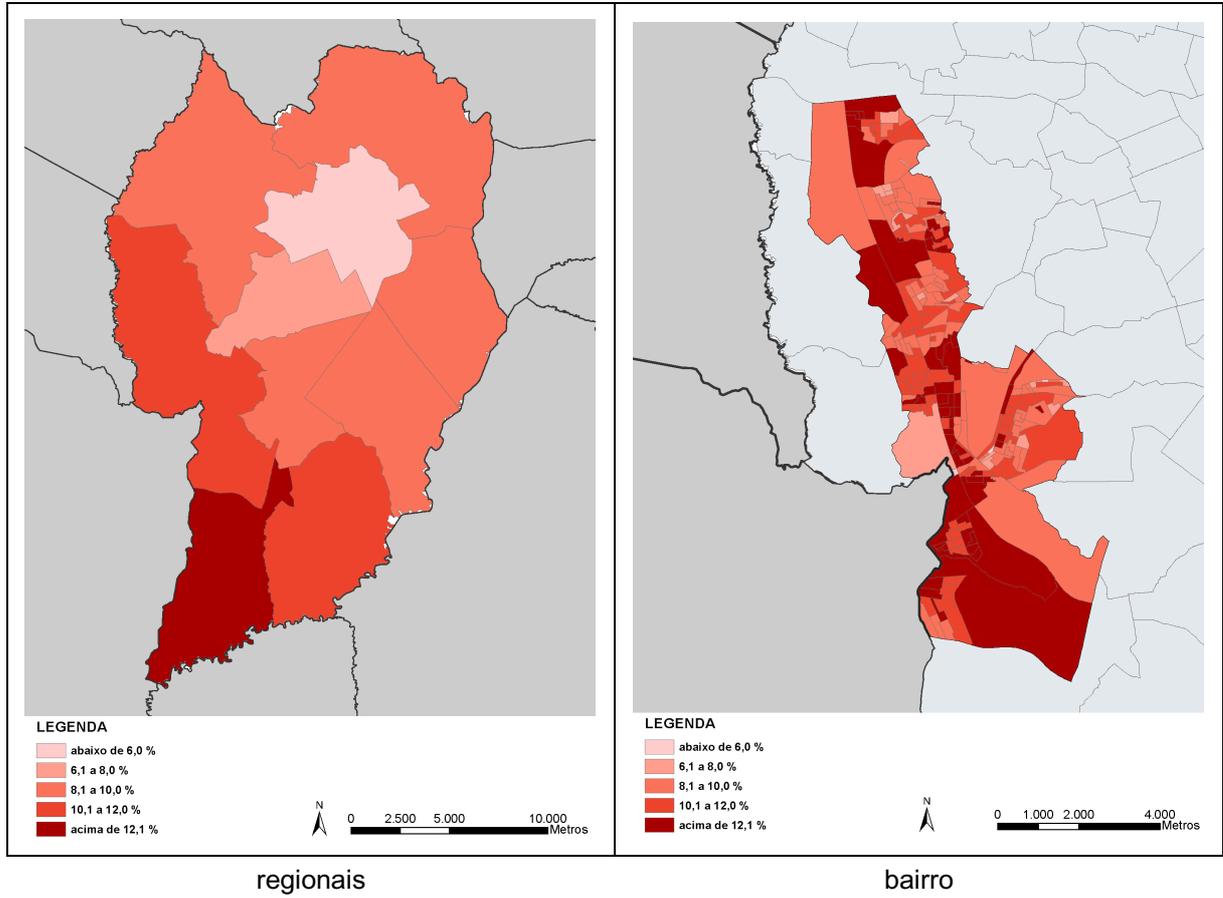
Pela Figura 20, diagnostica-se que a Regional CIC corresponde à mais elevada faixa de proporção de crianças (acima de 18,1%) do município (31.724 pessoas – 18,5% da população total da regional em 2010), relativamente distribuída no seu território. Apesar de estar na classe média alta de proporcionalidade de adolescentes (10,1 a 12,0% – Figura 21), também tem expressiva concentração deste grupo etário (18.520 pessoas – 10,8% da regional), com espacialização pouco diferenciada da anterior. A média alta faixa de proporcionalidade de adultos (66,1 a 69,0% – Figura 22) também é significativa (108.375 pessoas – 63,3% da regional), mas a sua distribuição espacial é mais heterogênea. Com configuração contrária, a média baixa classe de proporção de idosos (6,1 a 9,0% – Figura 23) demonstra a sua reduzida presença na região (12.861 pessoas – 7,5% da regional) (IBGE, 2010).

Figura 20: Mapas de classes de proporcionalidade de crianças por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010



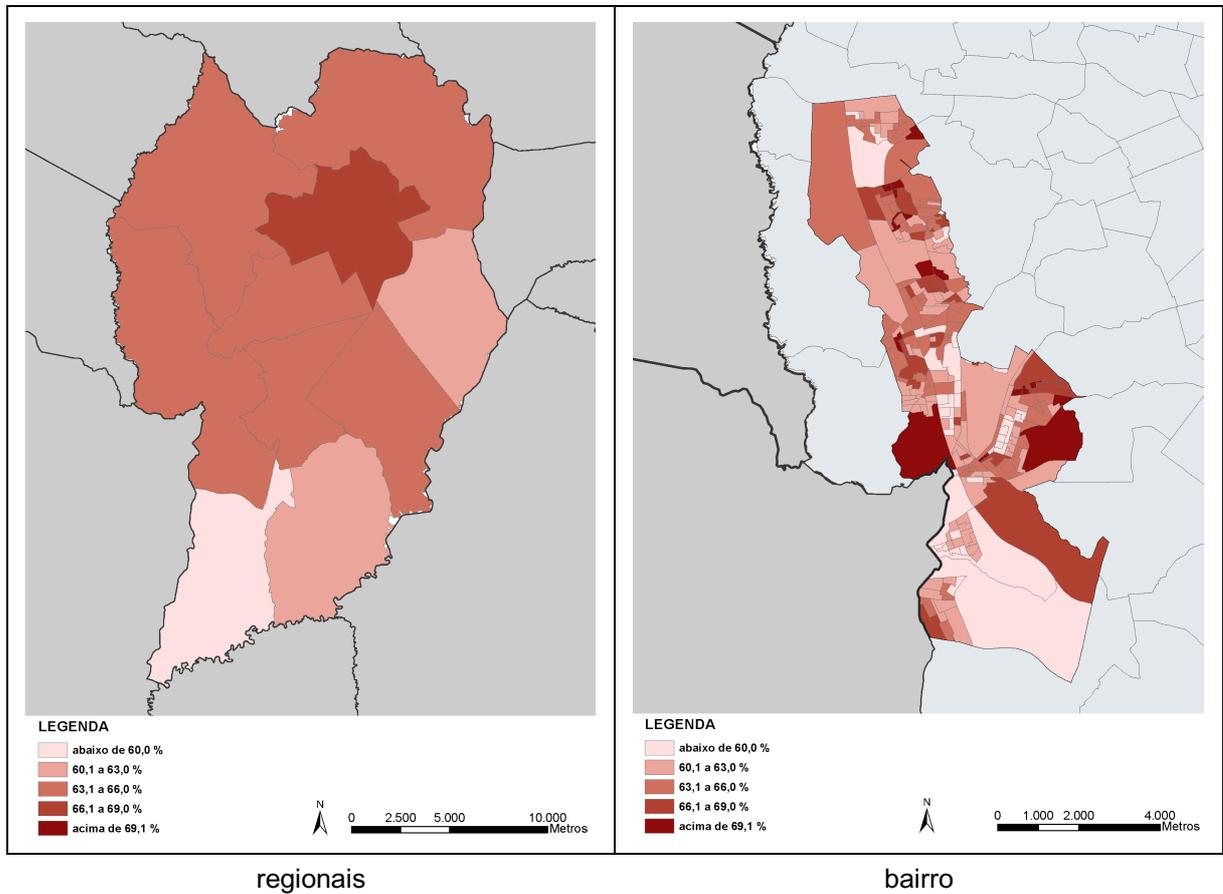
Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 21: Mapas de classes de proporcionalidade de adolescentes por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010



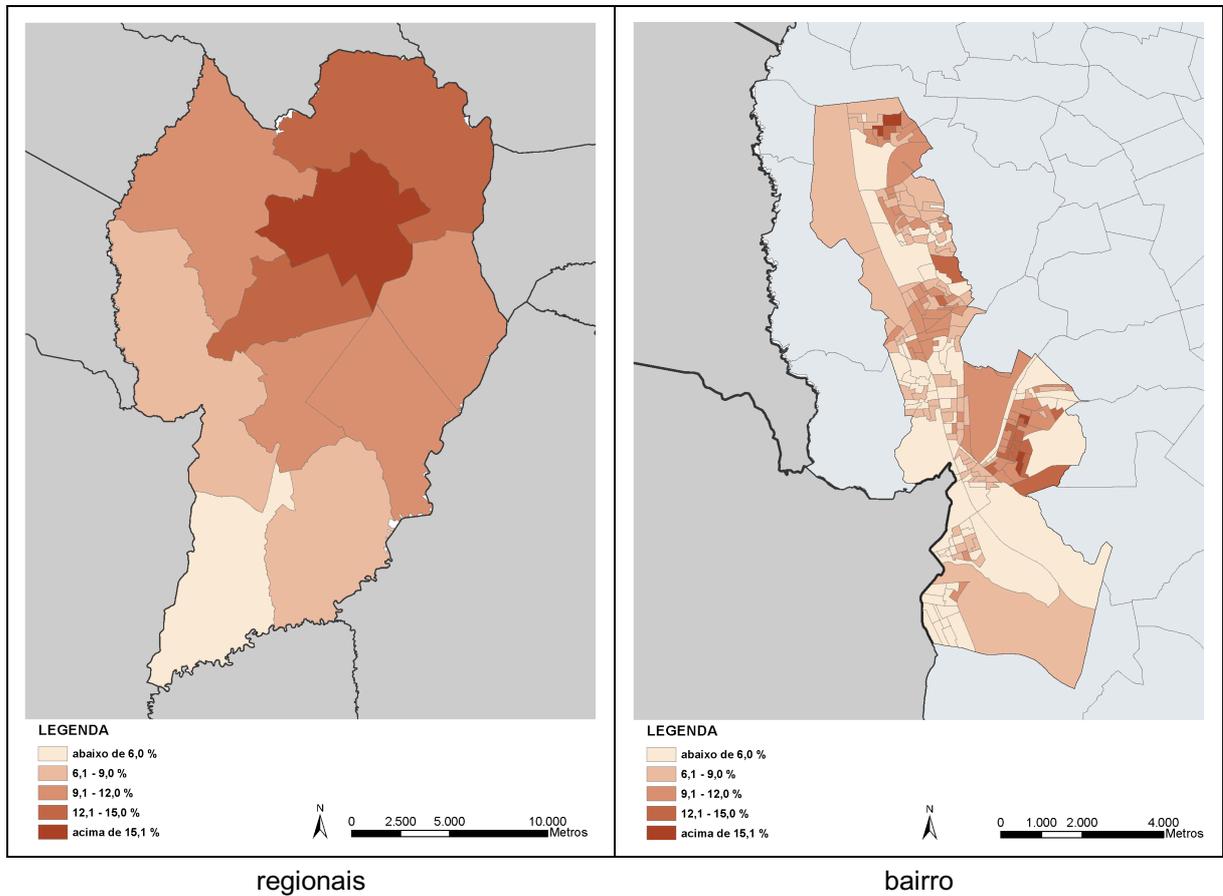
Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 22: Mapas de classes de proporcionalidade de adultos por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

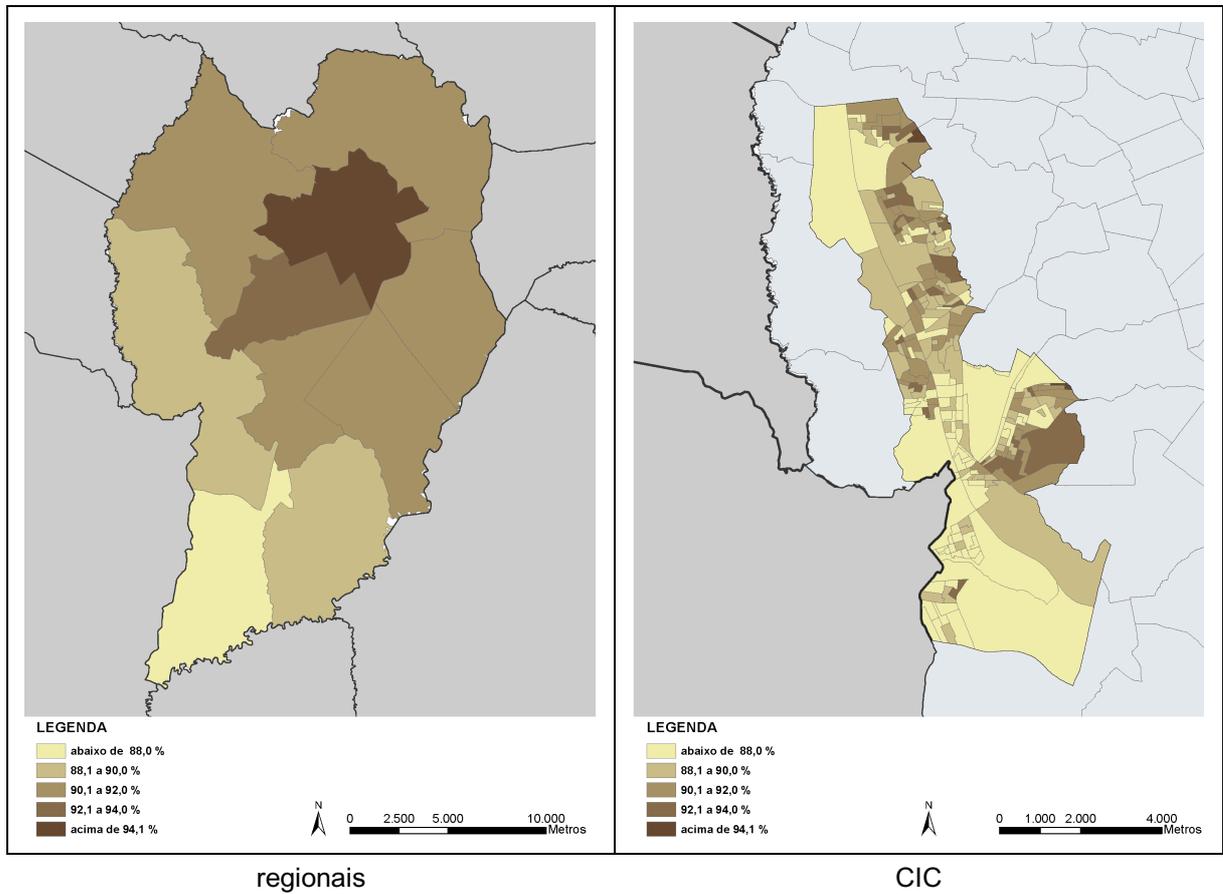
Figura 23: Mapas de classes de proporcionalidade de idosos por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

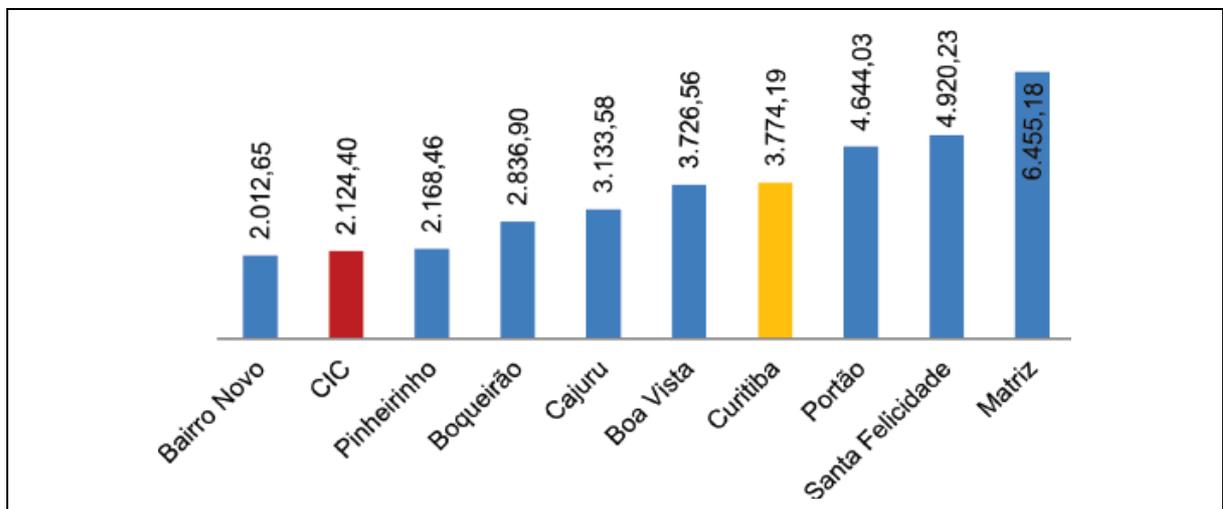
O grau de alfabetização da Regional CIC (Figura 24) se encontra na classe média baixa (88,1 a 90,0%), com expressiva área territorial relacionada à relativa presença de analfabetos. O rendimento médio dos domicílios particulares permanentes da regional está entre os mais reduzidos do município, aproximadamente 44% abaixo do mediano, com valor de R\$ 2.124,40 (Figura 25). Em se tratando de renda nominal média mensal (Figura 26), verifica-se novamente a classe média baixa (R\$ 1.000,1 a R\$ 1.500,0), com bolsões de valores um pouco mais elevados na porção norte (IBGE, 2010; IPPUC, 2013a).

Figura 24: Mapas de classes de grau de alfabetização por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010



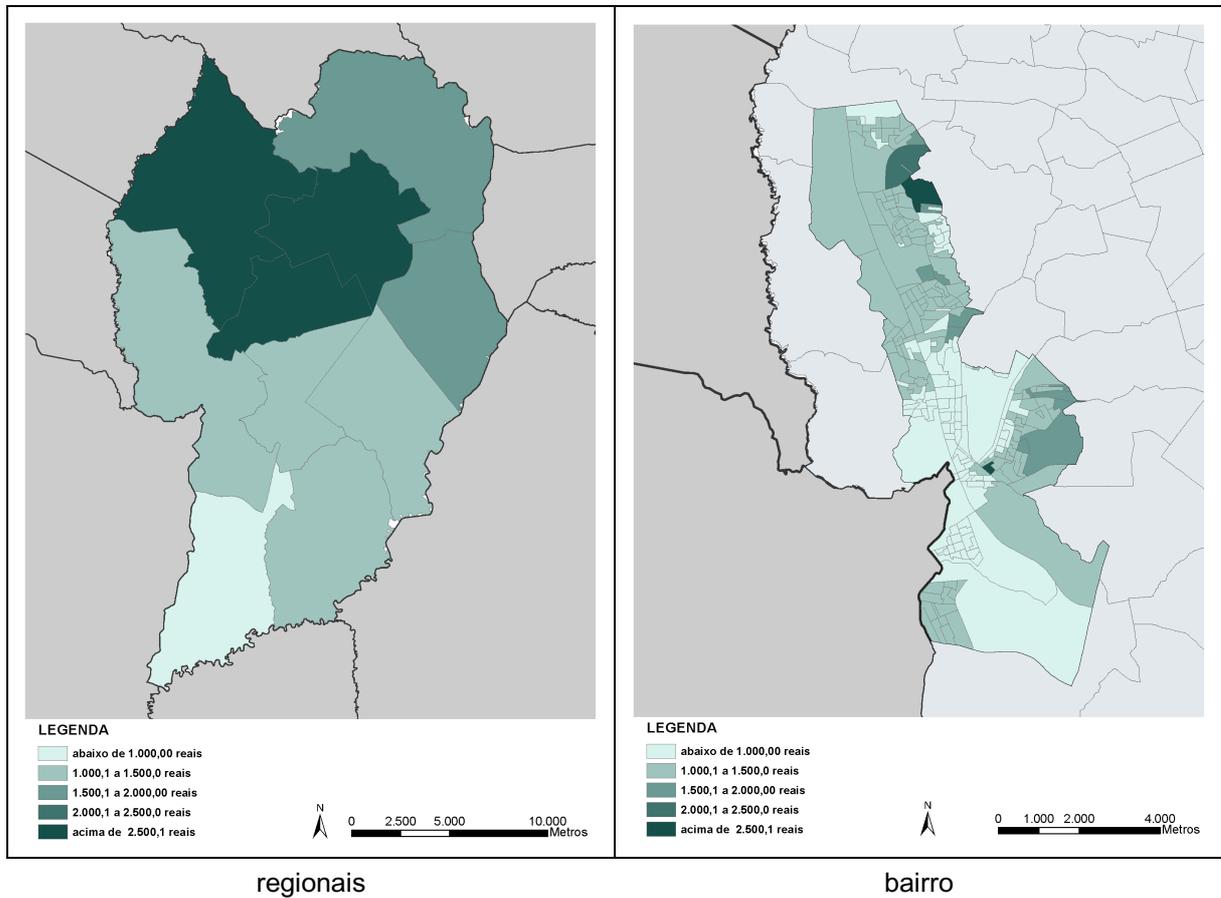
Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 25: Gráfico de valores de rendimento médio dos domicílios particulares permanentes por administrações regionais de Curitiba – 2010



Fonte: Adaptada de IPPUC (2012a).
 Nota: Valores em reais.

Figura 26: Mapas de classes de renda nominal média mensal por administrações regionais e para o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2010

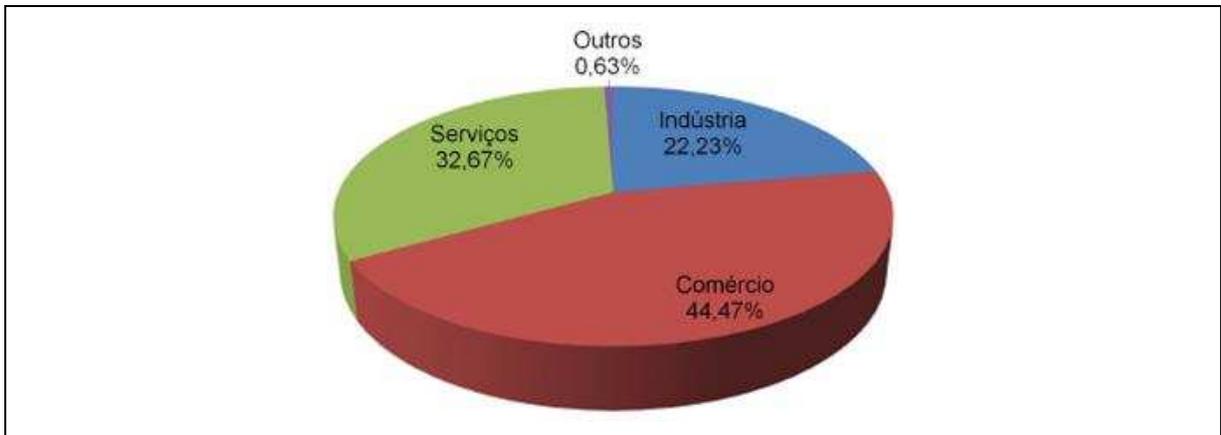


Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: Rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade

Embora a Regional CIC tenha sido planejada originalmente para o incentivo do setor industrial, a maior parte da atividade econômica procede do comércio (44,5%) e dos serviços (32,7%), cabendo às indústrias a taxa de 22,2%, que se concentram majoritariamente no bairro CIC (Figura 27). A presença de empresas na regional é vista como fator positivo pela geração de empregos e renda ao município (IPPUC, 2013a), embora, como observado em campo, cause, em horários de pico, poluição do ar a ponto de gerar mau odor e diminuição da visibilidade em determinados locais.

Figura 27: Gráfico de distribuição percentual dos setores econômicos na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2011

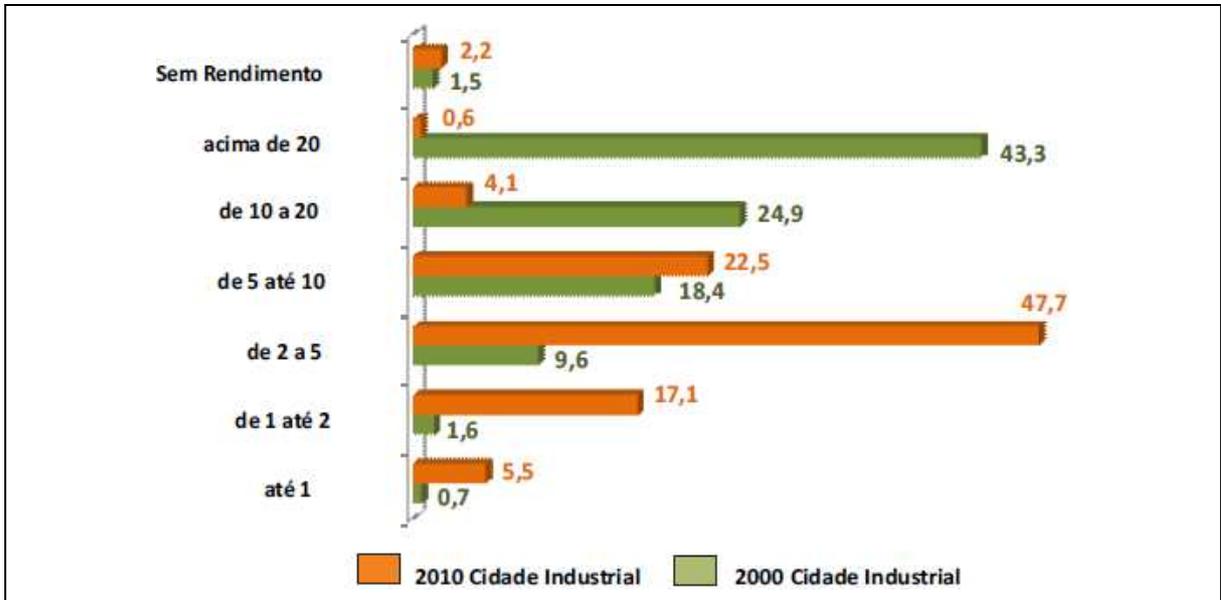


Fonte: Adaptada de IPPUC (2013a).

Dos domicílios da regional, 496 estavam, em 2010, em situação de extrema pobreza⁴, envolvendo 1.606 habitantes (8,8% do total no município – IBGE, 2010; IPPUC, 2010; 2013a). Cabe destacar que, comparativamente, de 2000 a 2010, a situação econômica do bairro CIC foi fortemente agravada, como elucidam os dados da Figura 28 (IPPUC, 2012b).

⁴ Os critérios de extrema pobreza considerados são: com renda de até R\$ 70,00 por mês, ou que recebam apenas benefícios sociais, ou que apresentem outras variáveis envolvendo condições precárias, como inexistência de banheiro de uso exclusivo, sem rede geral de esgoto ou pluvial, sem fossa séptica ou sem rede elétrica (IBGE, 2010; IPPUC, 2010; 2013a).

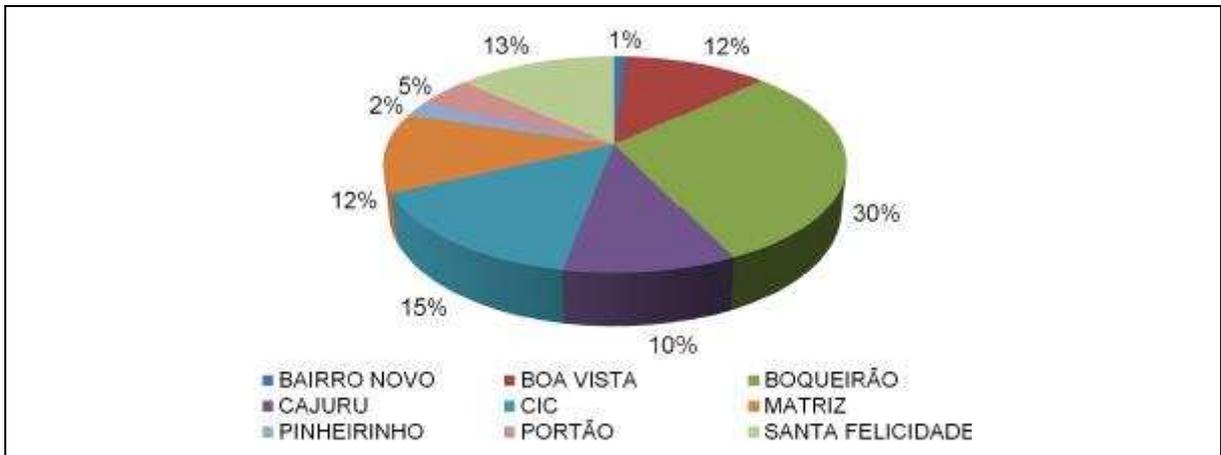
Figura 28: Gráfico de proporcionalidade de domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2000 e 2010



Fonte: Adaptada de IPPUC (2012a).

A Regional CIC conta com 1.621 ha de áreas verdes, equivalente a 15,9% de Curitiba, com uma proporção de 94,5 m² por habitante. Do total, 5,4% (877.320 m²) compreendem equipamentos relacionados ao lazer comunitário, como parques, bosques, praças, jardins e eixos de animação, significando, o segundo maior percentual dentre as administrações regionais (Figura 29). O mapa da Figura 30 mostra a distribuição espacial das áreas verdes, tanto públicas quanto privadas, enquanto a Tabela 2 identifica aquelas consideradas espaços livres de lazer, correspondentes aos objetos de interesse desta pesquisa.

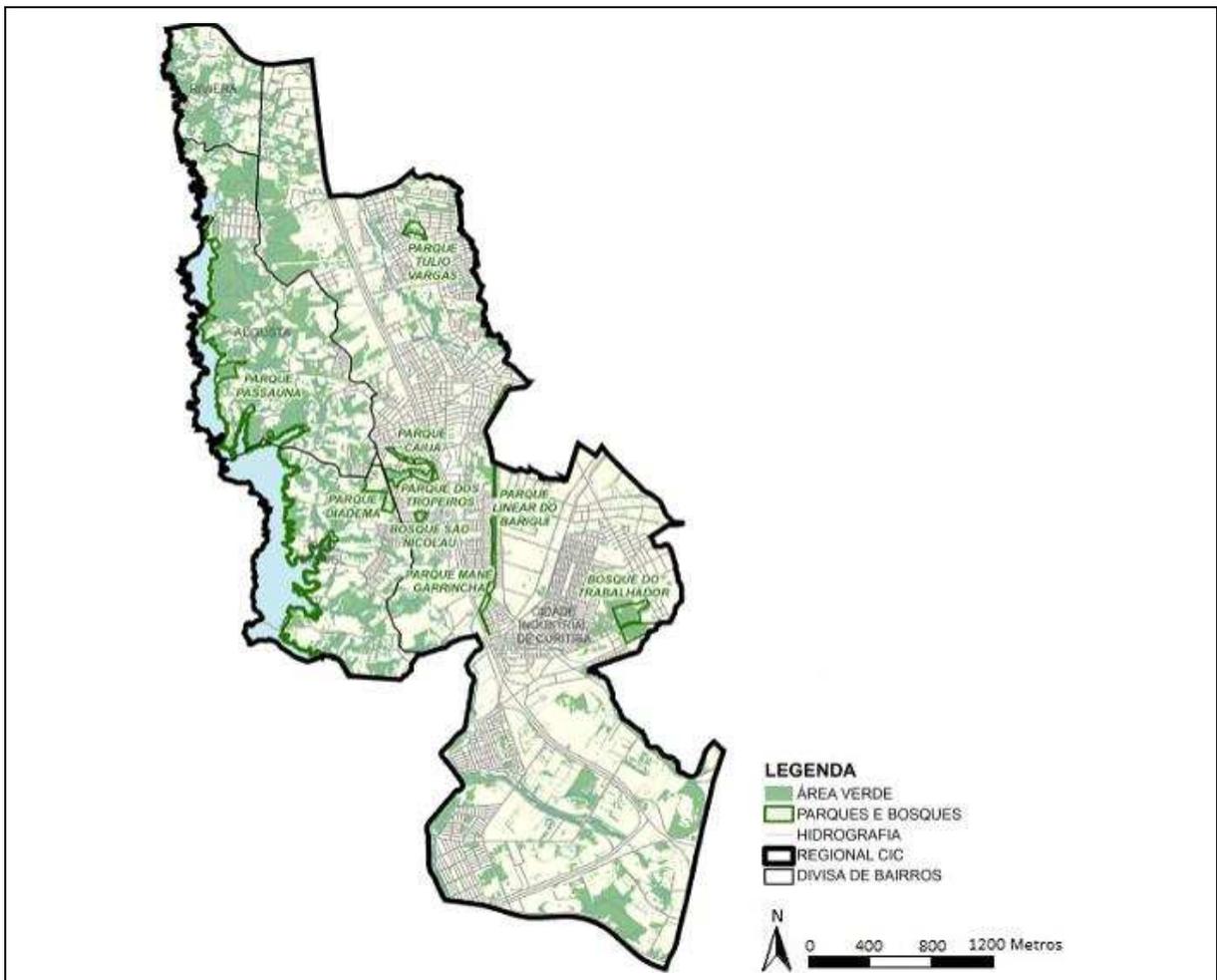
Figura 29: Gráfico de proporcionalidade de áreas verdes públicas por administração regional de Curitiba – 2010



Fonte: Adaptada de IPPUC (2013a).

Nota: Dados da Regional Tatuquara incorporados a Regional Pinheirinho.

Figura 30: Mapa de áreas verdes públicas e privadas na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2013



Fonte: Adaptada de IPPUC (2013a).

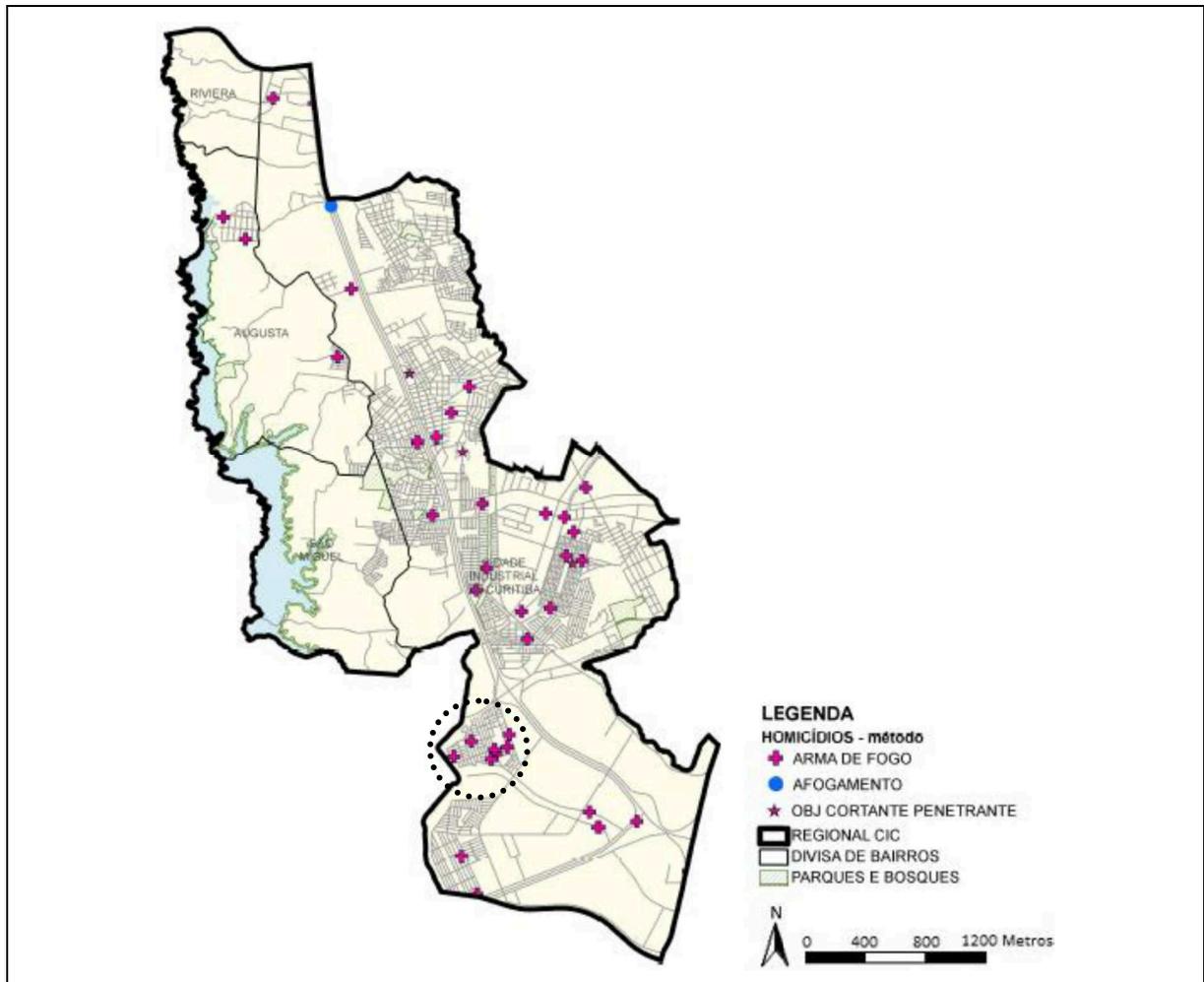
Tabela 2: Quantidade de espaços livres públicos de lazer por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – 2013

TIPO	QUANTIDADE
Bosque	2
Eixo de animação	1
Jardinete	32
Parque	5
Praça	58
TOTAL	98

Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2013a).

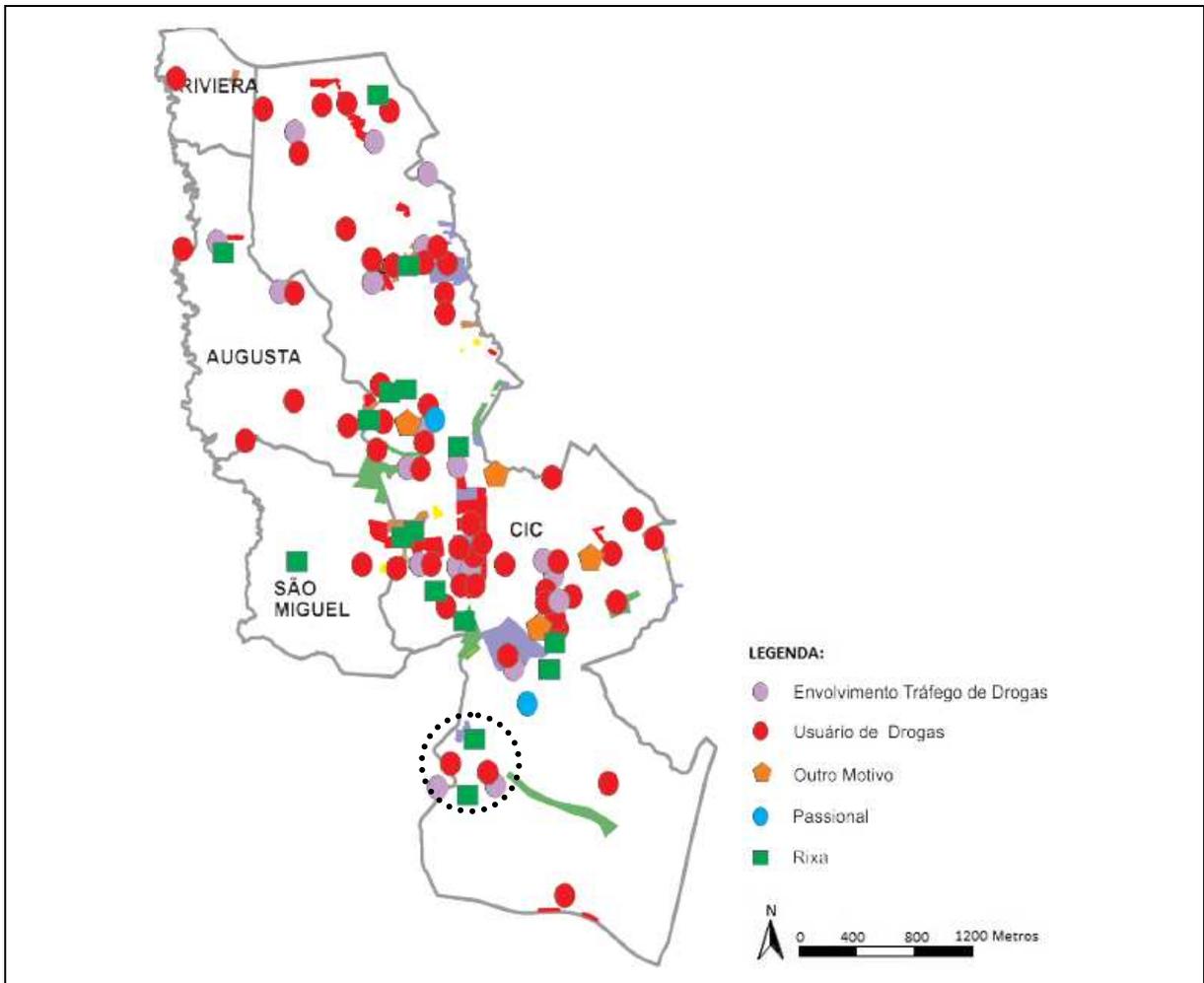
Cabe destacar, ainda, que somente no bairro CIC, ocorreram, em 2012, quase 17% do total de homicídios dolosos registrados no município (109 eventos – 93,8% por arma de fogo), somando-se a regional apenas mais dois, um no Augusta e outro em São Miguel. Na espacialização desses crimes pela Figura 31, constata-se, proporcionalmente, relativa concentração no local de estudo (Vila Verde). As vítimas dessa tipologia criminal se encontravam aproximadamente 50% na faixa etária de 25 a 59 anos, e cerca de 41% na de 15 a 24 anos (IPPUC, 2013a). Além da aglomeração das ocorrências em áreas de ocupação irregular e associadas ao SEHIS, as motivações são relacionadas principalmente pelo tráfico e uso de drogas, bem como por rixas, que, algumas vezes, também estão vinculadas a conflitos entre traficantes, realidade esta também presente na Vila Verde (Figura 32). Ainda, dentre os problemas sociais mais graves identificados na Regional CIC, também é incluída a exploração sexual infantil (IPPUC, 2013a).

Figura 31: Mapas de ocorrências de homicídios dolosos na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) com destaque para o local de estudo (Vila Verde) – 2012



Fonte: Adaptada de IPPUC (2013a).

Figura 32: Mapa de motivações criminais na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) com destaque para o local de estudo (Vila Verde) – 2010



Fonte: Adaptada de IPPUC (2013a).

Segundo diagnóstico realizado pelo IPPUC (2013a), de modo geral, a porção norte da Regional CIC, além de poder aquisitivo mais elevado e melhor padrão construtivo das edificações, possui mais acesso a equipamentos e serviços. A fração central apresenta maior incidência de habitações irregulares, de problemas relacionados com a violência e tráfico de drogas, de depósito irregular de resíduos e de insuficiência de equipamentos básicos de educação e saúde. Essas questões também permeiam outras áreas da regional, principalmente a parcela sul, onde está situado o local de estudo (Vila Verde), na qual há maior quantidade de empresas e indústrias, tendo, como ponto negativo de destaque, a dificuldade de acesso da população a equipamentos públicos, não só pela sua ausência e inadequada distribuição, mas pela dificuldade de deslocamento dentro da própria regional.

4.4 ESCALA LOCAL

Pelo mapeamento dos compartimentos do SEHIS na Regional CIC para análise e seleção do local de estudo (ver item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica), foram identificados oito setores espaciais, administrados pela Secretaria da Regional CIC, e que abrigam diversas “vilas” – assim denominadas para administração pública. A área residencial na região sul da CIC evidenciou mais traços de periferização, espacialmente isolada do restante da malha urbana, além de, como explanado mais a frente, apresentar alguns riscos sociais. Nessa região, o setor 7 – Vila Verde – se destacou por conter espaços livres públicos voltados ao lazer, capazes de serem comparados entre si e de terem como público alvo a vizinhança local. Mendonça (1998, p.99) descreve a sua ocupação:

seguido pela Rua Emílio Romani, encontra-se a Vila Verde, uma invasão que cresceu no vácuo das empresas da região. Nela, é curiosa a quantidade de ligações clandestinas de luz e antenas de televisão. [...]. Os donos de bares, lanchonetes e armazéns são os primeiros a enriquecer, demonstrando a prosperidade dos atravessadores. Equipamentos públicos, como creches, postos de saúde e um Farol do Saber, destacam-se na paisagem acinzentada, por suas cores vibrantes. As ruas, todas com nome de pássaros, receberam placas de indicação e foram batizadas pela própria vizinhança. Mesmo assim, oficialmente não existem e com frequência as cartas que deveriam chegar à Vila são entregues em outras ruas [...].

Uma das primeiras ocupações da CIC, com área de 84 ha e com cerca de 11.000 habitantes em 2010 (IBGE, 2010), a Vila Verde integra parte do seu núcleo histórico, juntamente com os conjuntos Oswaldo Cruz I e II e a Vila Nossa Senhora da Luz, esta última a pioneira, inaugurada pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR). No início dos anos 2010, a CIC já contava com 83 “vilas”, termo oriundo das ocupações locais que, por tradição, eram “vilas operárias” (PERES; FERNANDES, 2011).

O decreto de aprovação do loteamento Vila Verde foi assinado em 25 de junho de 2016 e, para as 2.337 famílias residentes, foi uma espera de mais de 30 anos desde que começou a ser ocupada em 1984. Com essa normativa legal, foi gerada a possibilidade de obtenção de escrituras de propriedade dos lotes pelos moradores.

Pertencente à Companhia de Desenvolvimento de Curitiba (CURITIBA S.A.), a dificuldade de regularização da gleba da Vila Verde ocorreu desde a primeira destinação de lotes, chamada Vila Verde I. Nos anos seguintes, a COHAB-CT atuou na produção de terrenos destinados a famílias em diversas áreas irregulares do município e outras inscritas na fila de pretendentes. Entretanto, devido a falhas de histórico documental, como desmembramentos de matrículas e entraves burocráticos, havia a sobreposição de diversas famílias no mesmo local e, embora urbanizada há alguns anos, a vila se encontrava irregular perante o município (CURITIBA, 2016). Cabe destacar que, embora a primeira destinação de lotes tenha iniciado com a I, oficialmente a pioneira em ano de conclusão foi a III, em 1990 (COHAB-CT, 2016).

Com uso predominantemente residencial, associado a comércio e serviços vicinais, a Vila Verde possui baixo gabarito de altura de edificações (Figura 33), havendo em suas redondezas, algumas indústrias de maior porte.

Em 2010, prevaleciam as faixas de densidade demográfica abaixo de 125,0 e de 150,1 a 200,0 hab./ha, superiores às médias do município e da regional (IBGE, 2010). Os mapas da Figura 34 mostram a forte relação da distribuição espacial de concentração de habitantes e moradias no território da vila, com maior significância das classes abaixo de 30 e entre 50,1 a 60,0 unidades/ha.

Por sua vez, as concentrações mais expressivas de crianças⁵ (acima de 23,1% da população) correspondem a setores censitários localizados a oeste e sul da vila (Figura 35), enquanto as de adolescentes (acima de 14,1%) a oeste, norte e leste, as de adultos (acima de 61,1%) no centro-oeste, norte e sudeste, e as de idosos (acima de 9,1%) apenas ao sul (IBGE, 2010).

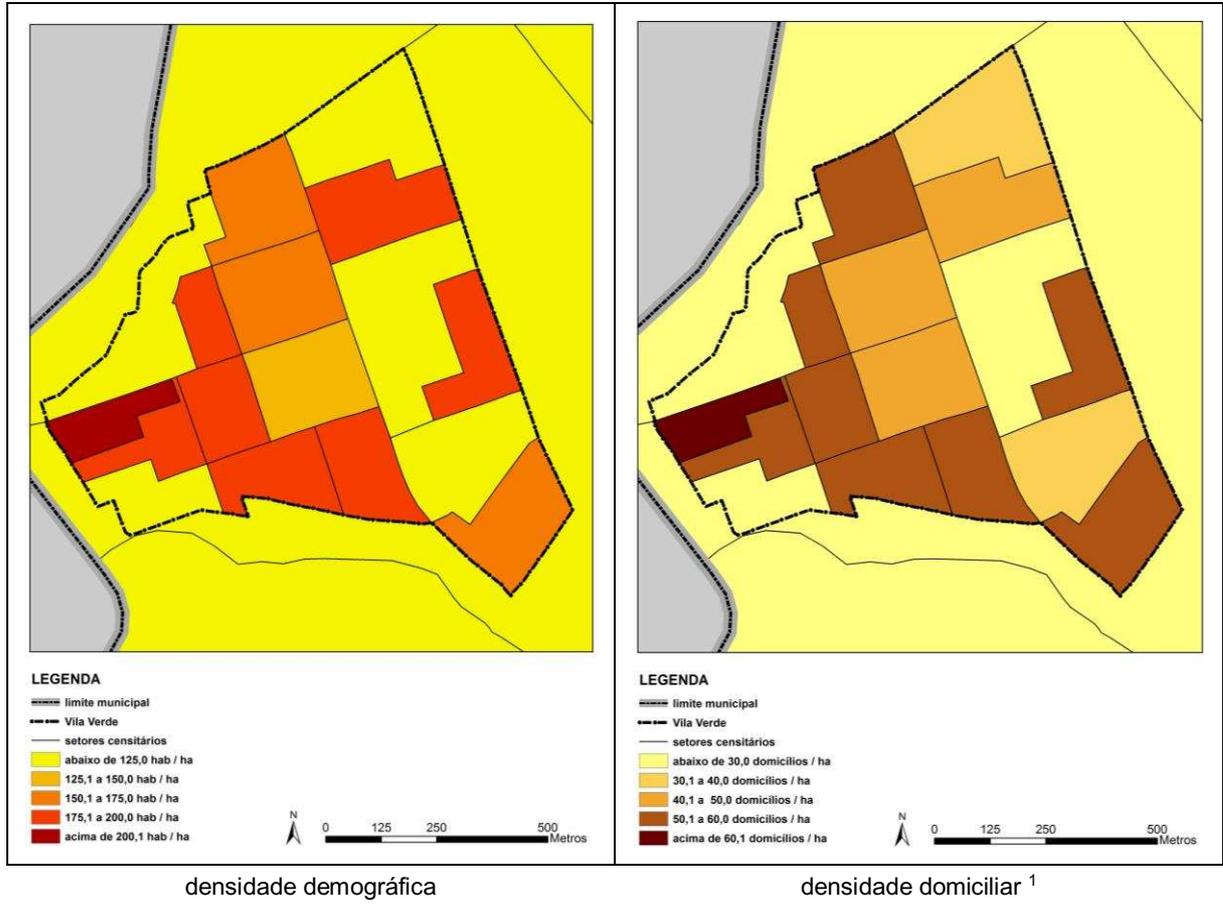
⁵ O total de crianças, adolescentes, adultos e idosos na vila é de cerca de 2.300 (21%), 1.400 (13%), 6.600 (60%) e 700 (6%) indivíduos, respectivamente.

Figura 33: Vista aérea da Vila Verde e respectivo entorno – 2017



Fonte: GOOGLE EARTH (2017)

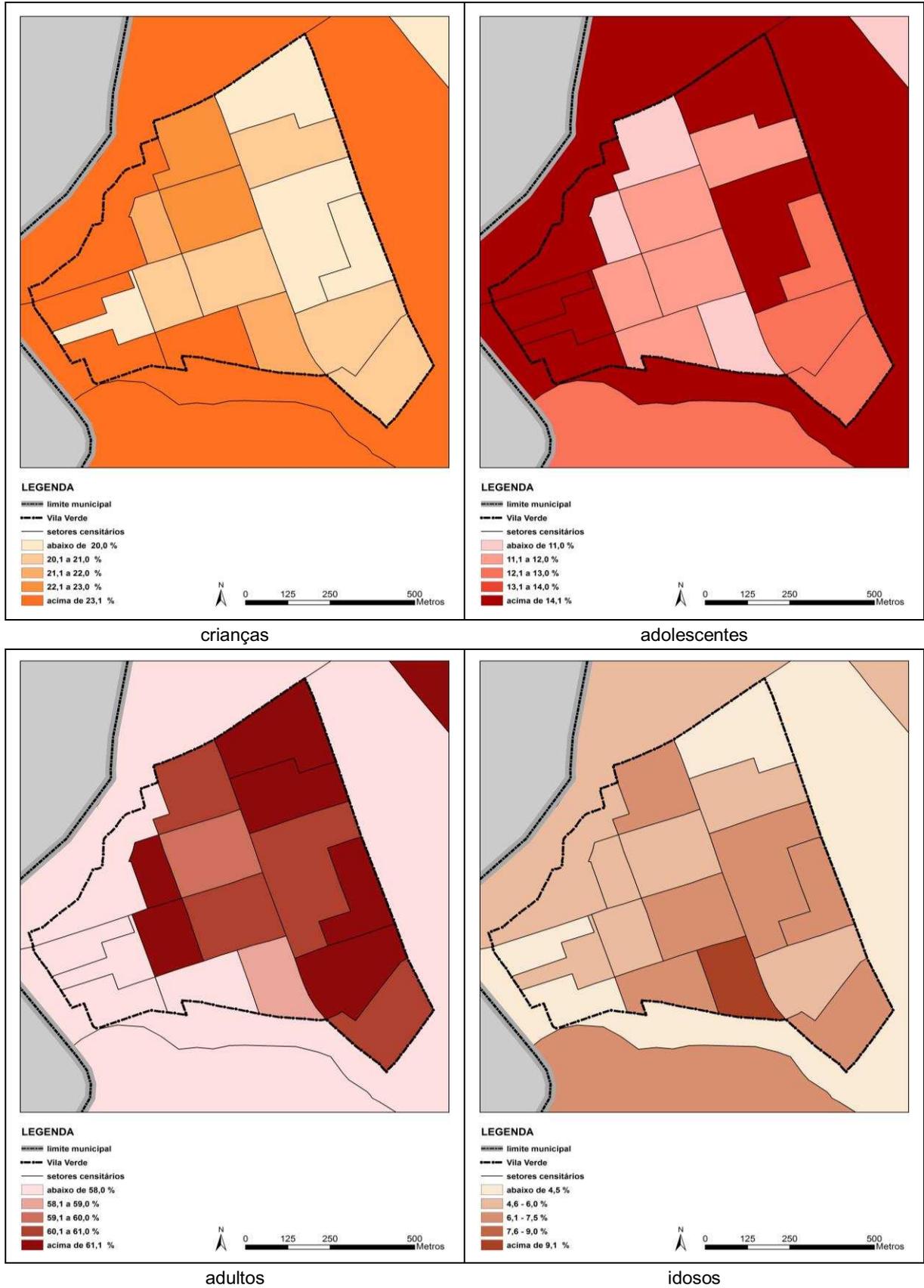
Figura 34: Mapas de classes de densidade demográfica e domiciliar por setores censitários da Vila Verde – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: ¹ = domicílios particulares permanentes

Figura 35: Mapas de classes de proporcionalidade de grupos etários por setores censitários da Vila Verde – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

As faixas predominantes de grau de alfabetização são de 86,1 a 88,0%, sendo as de renda média nominal mensal de R\$ 800,10 a R\$ 850,00 (IBGE, 2010) (Figura 36), novamente com significativa associação espacial entre esses fatores sociais.

Figura 36: Mapas de classes de grau de alfabetização e de renda média por setores censitários da Vila Verde – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: ¹ = rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade

Existem apenas seis espaços livres públicos sob a forma de praças e parques (no caso, caracterizados como bosques) na Vila Verde (Figura 37), sendo dois deles desconsiderados para esta análise segundo critérios apresentados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica. Alguns deles também possuem problemas de insegurança, em especial com referência ao uso de entorpecentes, como diagnosticado na subseção 5.2 – Sociabilidade nos espaços – da seção 5 – Discussão dos resultados.

Figura 37: Imagem aérea de espaços livres públicos da Vila Verde



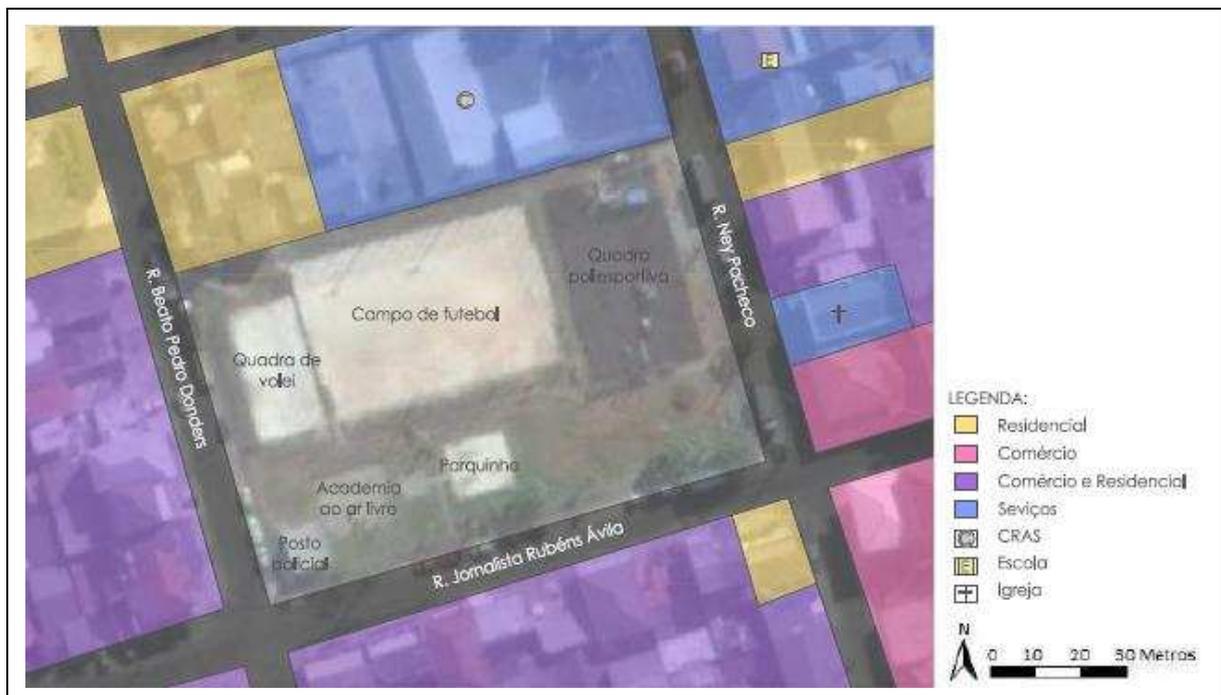
Fonte: Adaptada de Google Earth (2017).

Nota:  = espaços desconsiderados (ver item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica)

4.4 ESCALA ESPECÍFICA

Dentro da área de **estudo**, foram analisados quatro espaços de referência, correspondentes a três praças e um bosque. O **espaço 1 – Praça Central da Vila Verde**, com área de 7.054 m², está localizado entre as ruas Ney Pacheco (a leste), Jornalista Rubens Ávila (ao sul) e Beato Pedro Donders (a oeste), confrontando, ao norte, com lotes com testada para a Rua Waldemar Darós ou outras (a leste e a oeste). Além de ser o logradouro público com maior número de quadras esportivas e grande variedade de mobiliário e equipamentos de lazer (Figura 38), é um local de grande significado para a população, pois nele houve a assinatura do decreto de aprovação do loteamento (CURITIBA, 2016), quando houve a reinauguração da praça, após o seu processo de revitalização. Geralmente, é ponto de realização de eventos sociais na comunidade, como o Domingo Cultural e o RPC-TV na Praça (RPC-TV, 2012; VANHONI, 2013). Seu entorno imediato é majoritariamente constituído por usos residenciais e comerciais, além de serviços especiais, de caráter assistencial, educacional e religioso.

Figura 38: Mapa de usos internos e do entorno imediato do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde



Fonte: Adaptada de Google Earth (2017) e baseada em levantamentos de campo.
 Nota: CRAS = Centro de Referência da Assistência Social

O **espaço 2 – Bosque da Vila Verde**, com área de 5.841 m² correspondente a diversas atividades de lazer, e de 23.867 m² ao todo (incluindo a área de bosque propriamente dito) (Figura 39), está localizado entre as ruas Vereador Victório José Roda (ao norte), Antônia Molina Bella (a leste), Ari Manfron (ao sul) e Emílio Romani (a oeste). Compreende um remanescente florestal preservado desde o início da ocupação da CIC, havendo somente dois exemplares no bairro, porém o outro não contém equipamentos ou locais destinados ao lazer e à permanência da população. Seu entorno imediato é constituído basicamente por residências, com algumas propriedades com usos comerciais.

Figura 39: Mapa de usos internos e do entorno imediato do espaço 2 – Bosque da Vila Verde



Fonte: Adaptada de Google Earth (2017) e baseada em levantamentos de campo.

O **espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade**, com área de 2.153 m², está localizado entre as ruas Março Campos (a leste) e Lydio Paulo Bettega (ao sul); ao norte, é confrontado por lotes com testada para a primeira via e para acesso exclusivo a outras propriedade; a oeste, seu limite é estabelecido pela área de preservação permanente (APP) do Rio Barigui. Sua utilização (Figura 40) teve início com a presença de um campo de futebol e de um *playground*. Para a inauguração da estação que lhe empresta o nome, passou por reformas, recebendo novo mobiliário no parquinho infantil, bem como nova pavimentação (CURITIBA, 2015b). O uso do seu entorno imediato é principalmente formado por residências, com um ponto comercial, cabendo destaque, ainda, à proximidade de uma escola.

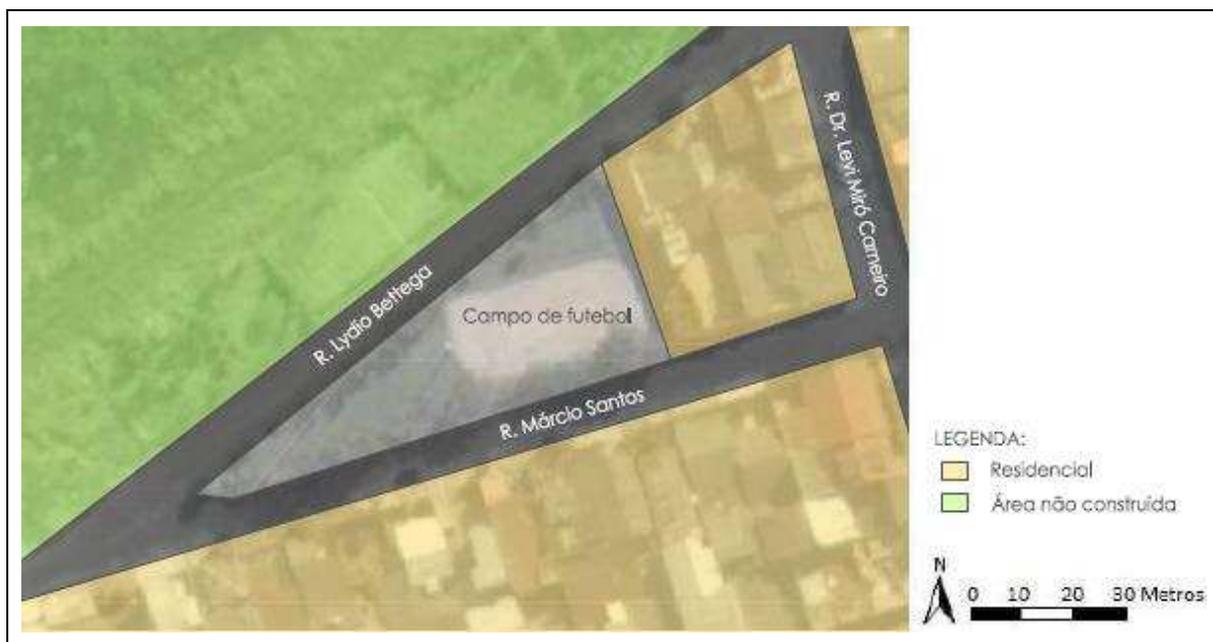
Figura 40: Mapa de usos internos e do entorno imediato do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



Fonte: Adaptada de Google Earth (2017) e baseada em levantamentos de campo.

O **espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos**, com área de 1.505 m², está localizado entre as ruas Lydio Paulo Bettega (ao norte), Doutor Levi Miró Carneiro (a leste) e Márcio Santos (ao sul); a oeste, seus limites são estabelecidos pela esquina da primeira e última vias. Próximo ao espaço 3, é o de menor área e não apresenta histórico de realização de eventos, contendo apenas um campo de futebol (Figura 41). O uso do seu entorno imediato é essencialmente residencial.

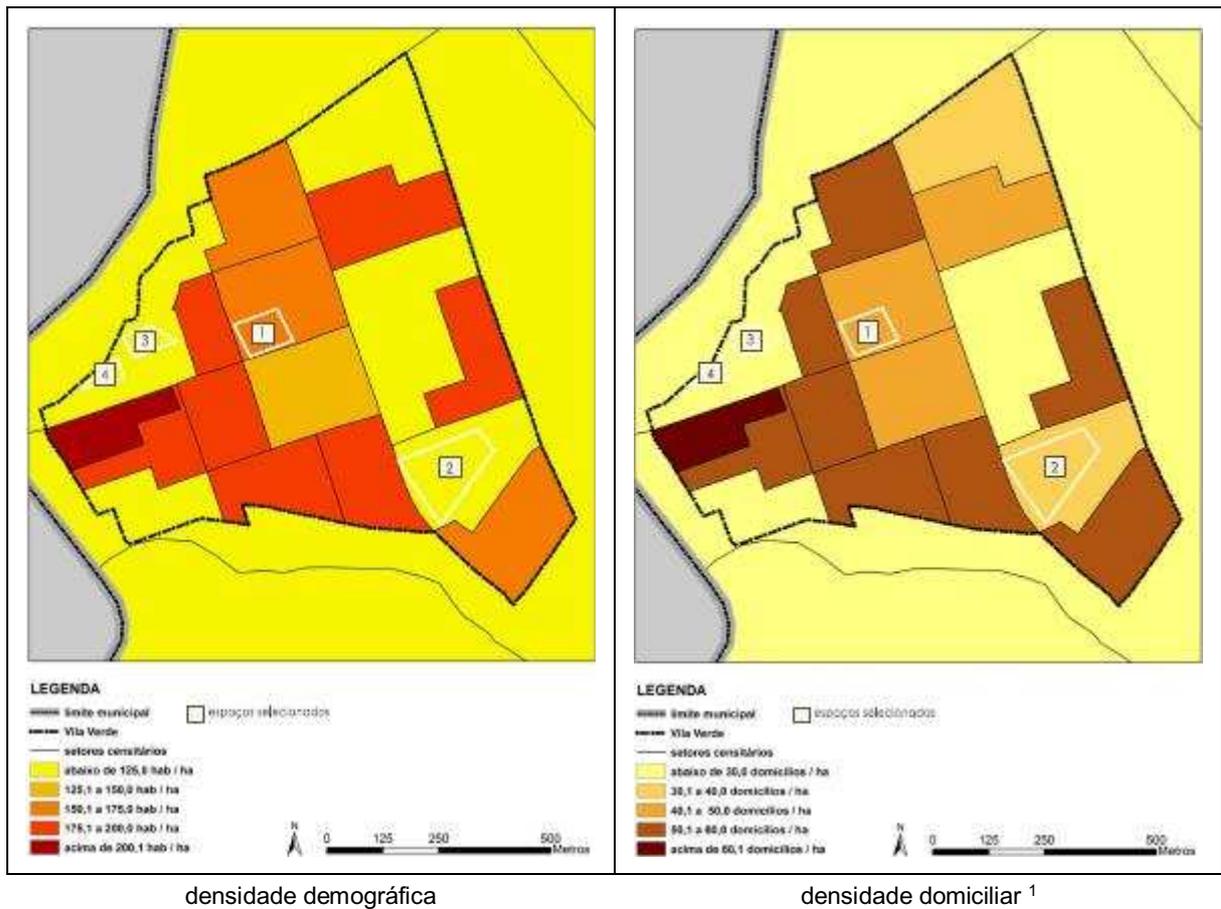
Figura 41: Mapa de usos internos e do entorno imediato do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



Fonte: Adaptada de Google Earth (2017) e baseada em levantamentos de campo.

Pela Figura 42, identifica-se maior concentração populacional, em 2010 nas proximidades dos espaços 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade – e 4 – Praça da Rua Márcio Santos. A densidade de domicílios é semelhante, seguindo quase os mesmos padrões de distribuição espacial e, portanto, com as relações similares em relação aos espaços de referência (IBGE, 2010).

Figura 42: Mapas de classes de densidade demográfica e domiciliar por setores censitários da Vila Verde com destaque para os espaços de referência – 2010

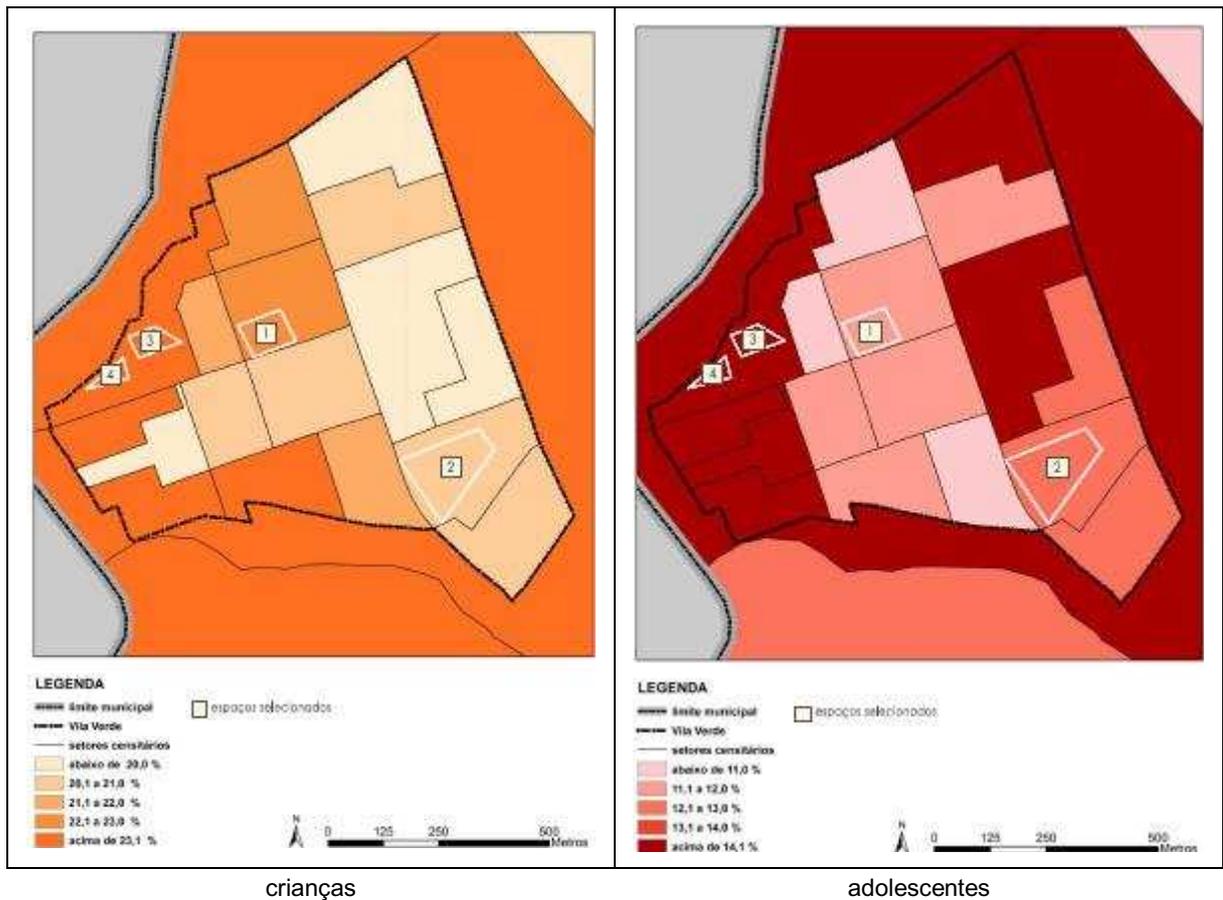


Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Notas: Espaço 1 = Praça Central da Vila Verde
 Espaço 2 = Bosque da Vila Verde
 Espaço 3 = Praça da Estação da Sustentabilidade
 Espaço 4 = Praça da Rua Márcio Santos
¹ = domicílios particulares permanentes

As concentrações mais expressivas de crianças e adolescentes em 2010 também são registradas para os entornos dos mesmos espaços 3 e 4 (Figura 43) e nas proximidades do 2 – Bosque da Vila Verde (IBGE, 2010). O adensamento de adultos também ocorre mais nitidamente para este último, em cujas proximidades aparece o setor censitário com maior proporção de idosos.

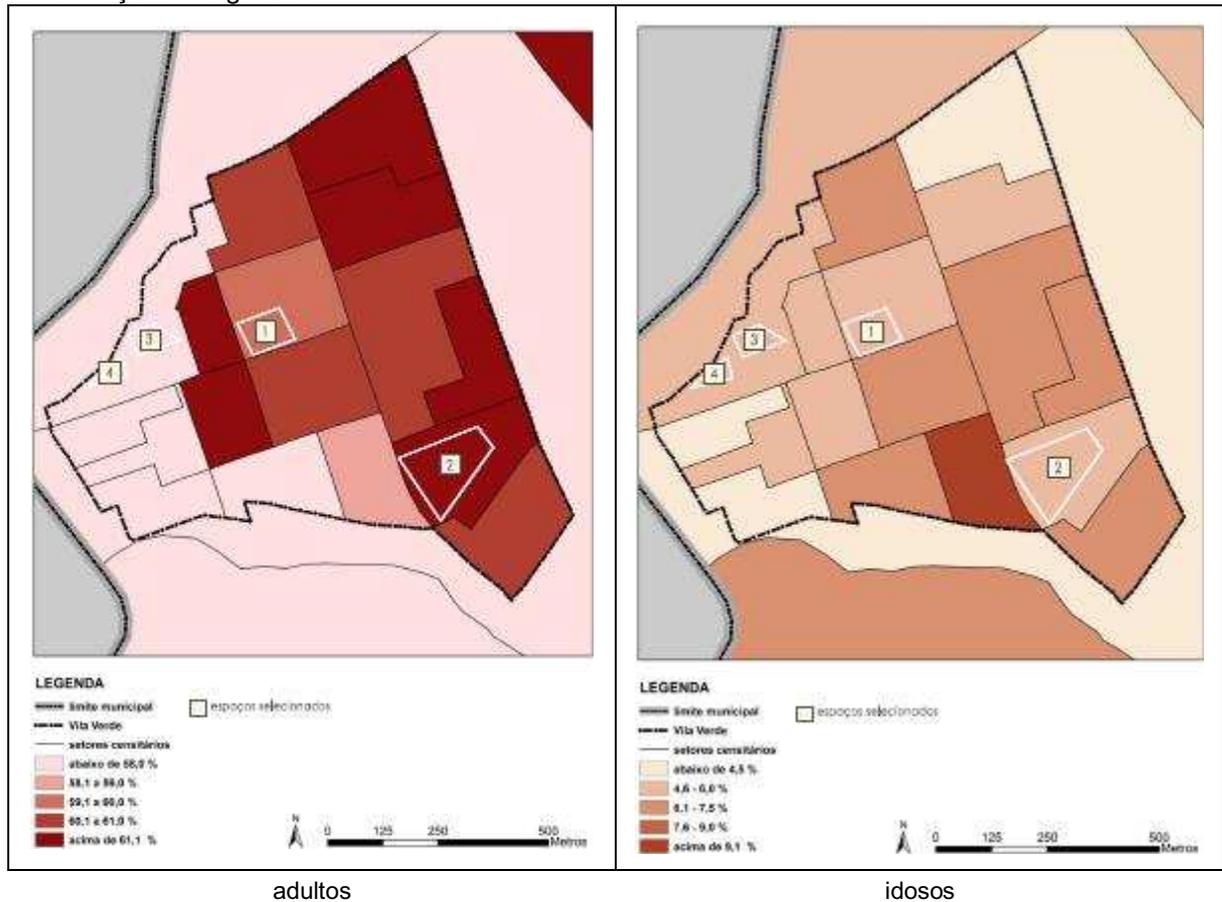
Figura 43: Mapas de classes de proporcionalidade de grupos etários por setores censitários da Vila Verde com destaque para os espaços de referência – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

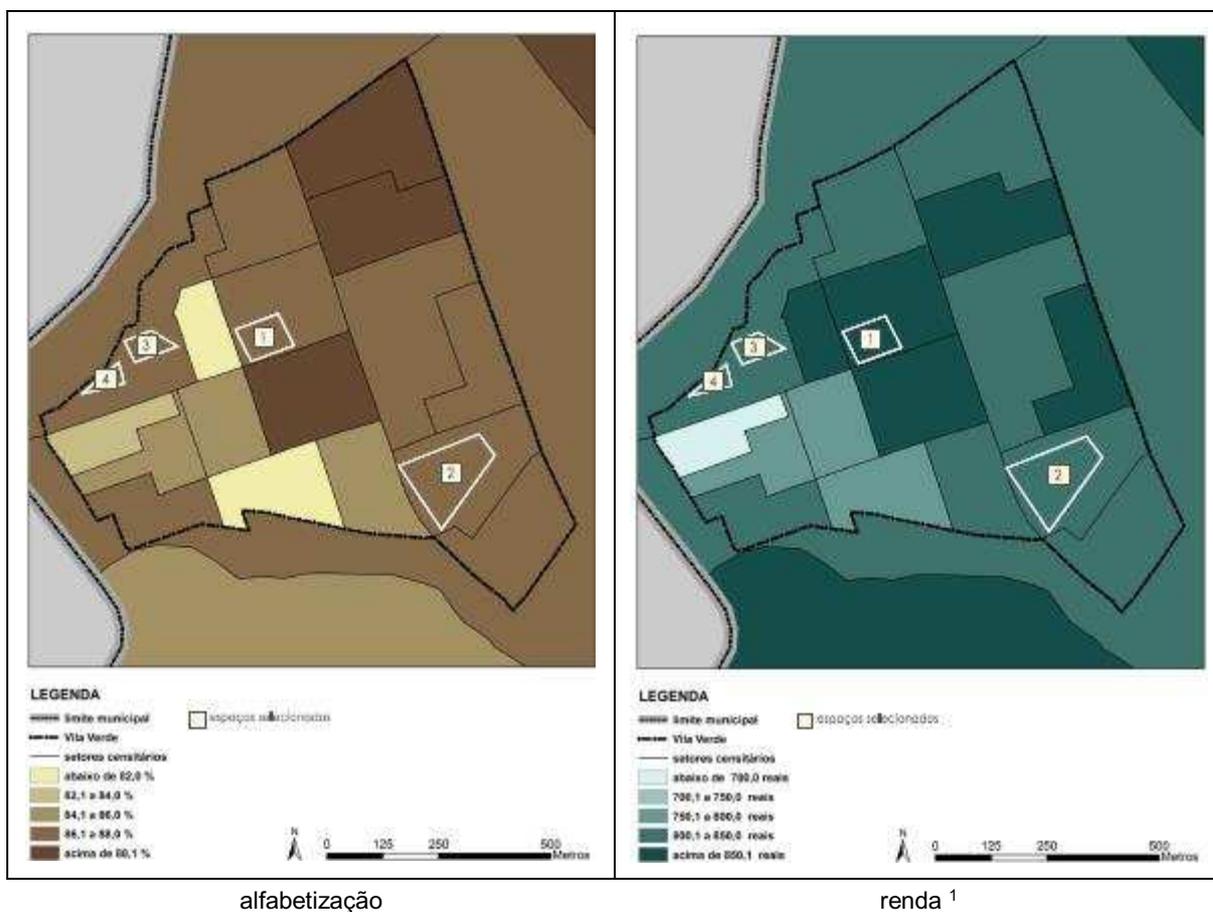
Notas: Espaço 1 = Praça Central da Vila Verde
 Espaço 2 = Bosque da Vila Verde
 Espaço 3 = Praça da Estação da Sustentabilidade
 Espaço 4 = Praça da Rua Márcio Santos

Continuação da Figura 43



As faixas mais altas de grau de alfabetização e de renda média (Figura 44) são nitidamente vinculadas ao espaço 1 – Praça Central da Vila Verde (IBGE, 2010). A concentração de lixo acumulado nos domicílios é principalmente localizada próxima ao centro e ao norte da vila (Figura 45) (IBGE, 2010), sendo, neste aspecto, o espaço 1 – Praça Central da Vila Verde – o mais prejudicado. Também com influência sobre aspectos estéticos do entorno, a quantidade de domicílios sem arborização é mais evidente na porção central. De acordo com informações divulgadas por IPPUC (2013a), é identificada, na CIC como um todo, relativa existência de áreas verdes, as quais, porém, que pouco se mesclam com o tecido urbano, criando locais de contraste quanto à presença – ou não – de vegetação.

Figura 44: Mapas de classes de grau de alfabetização e de renda média por setores censitários da Vila Verde para os espaços de referência – 2010

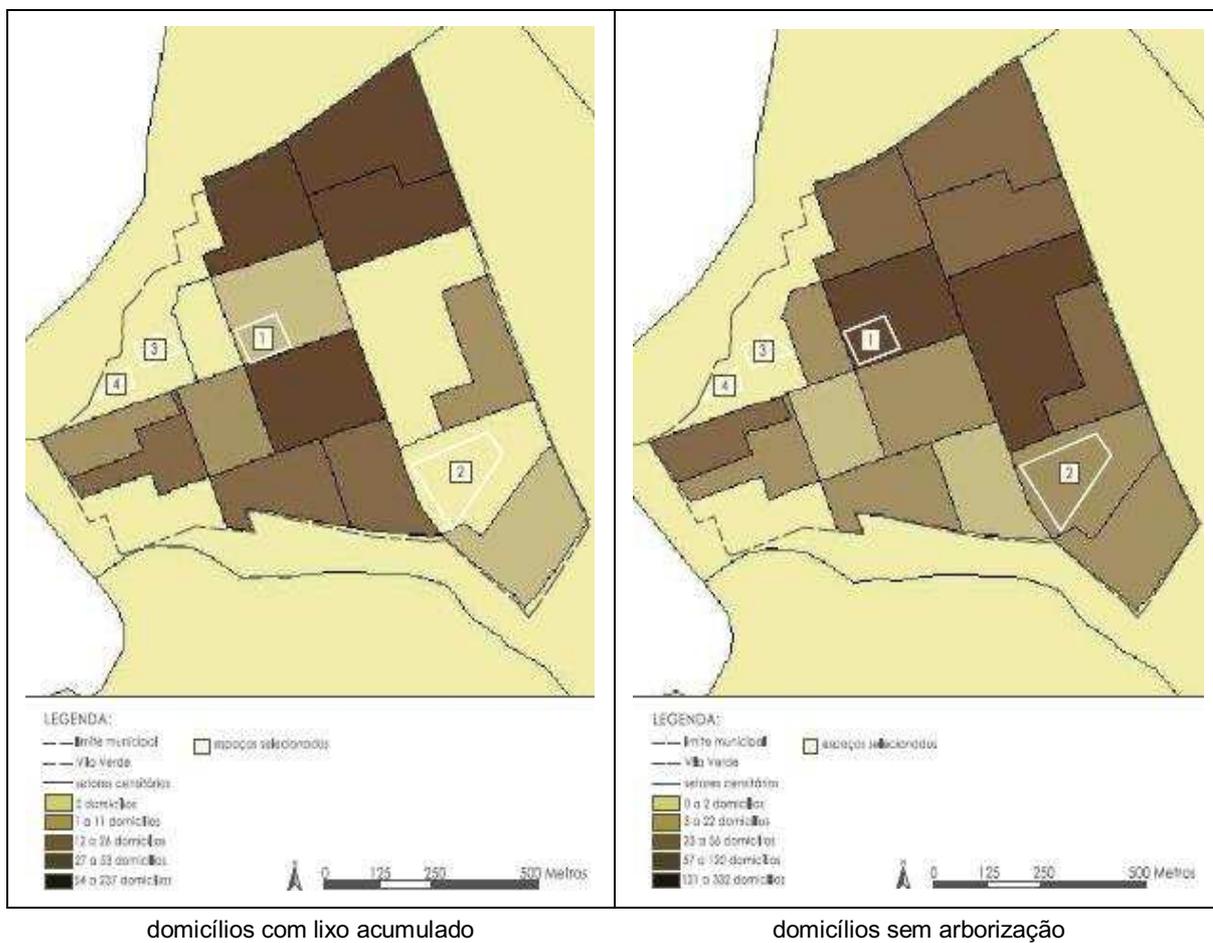


Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica.

Notas: Espaço 1 = Praça Central da Vila Verde
 Espaço 2 = Bosque da Vila Verde
 Espaço 3 = Praça da Estação da Sustentabilidade
 Espaço 4 = Praça da Rua Márcio Santos

¹ = rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade

Figura 45: Mapas de quantidades de domicílios com lixo acumulado e sem arborização por setores censitários da Vila Verde com destaque para os espaços de referência – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010).
 Notas: Espaço 1 = Praça Central da Vila Verde
 Espaço 2 = Bosque da Vila Verde
 Espaço 3 = Praça da Estação da Sustentabilidade
 Espaço 4 = Praça da Rua Márcio Santos

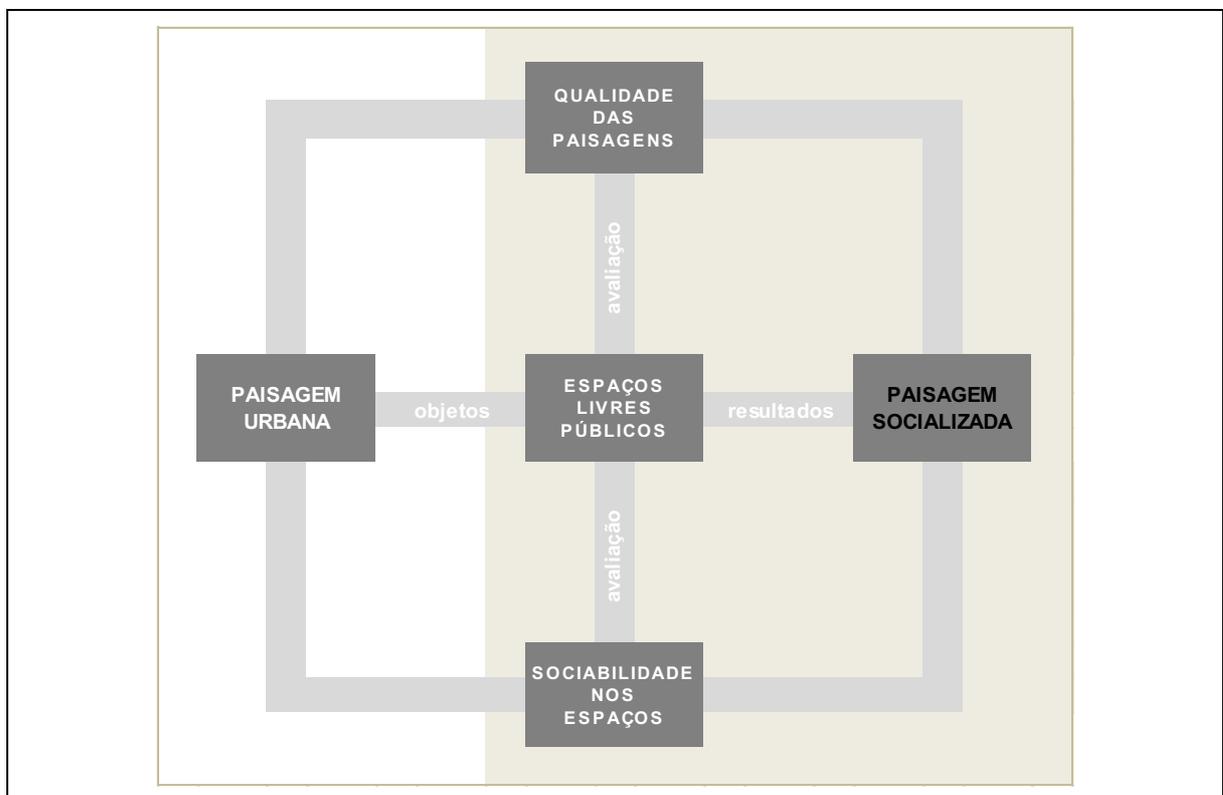
Esses contextos nas escalas municipal, regional, local e específica servem de suporte – direto e indireto – à análise e discussão dos resultados, constantes da próxima seção.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção expõe os resultados advindos da aplicação de métodos e técnicas referentes ao **recorte analítico** (Figura 46) da pesquisa, no âmbito da avaliação da abordagem empírica da pesquisa (ver subseção 2.3), a qual é subdividida em três instâncias principais:

- a) qualificação das paisagens – visando ao entendimento das condições qualitativas de cada um dos componentes paisagísticos dos espaços de referência (ver Apêndice A);
- b) socialização nos espaços – voltada à compreensão das formas de sociabilidade em cada local;
- c) avaliação integrada – com vistas à inter-relação dos resultados anteriores, no intuito de sistematização de fundamentos ao planejamento e gestão de paisagens socializadas.

Figura 46: Organograma esquemático do recorte analítico da pesquisa



Fonte: Elaborada com base na seção 2 – Estruturação metodológica.

5.1 QUALIFICAÇÃO DAS PAISAGENS

Como explicitado no item 2.3.2 da seção 2 – Estruturação metodológica – a análise dos espaços livres públicos dentro do setor selecionado em Curitiba (ver item 2.3.1 da mesma seção) engloba uma rede de três praças e um bosque, alcançando, assim, quase a totalidade dessa tipologia espacial voltada ao lazer na Vila Verde. Nesse contexto, cabe lembrar que foram excluídos da pesquisa dois locais não adequados às análises pretendidas segundo os critérios estabelecidos.

Conforme apresentado no item 2.3.1 da seção 2 – Estruturação metodológica, a qualidade paisagística dos espaços de referência foi medida por atribuições *in loco* (janeiro de 2017) de notas a equipamentos, compartimentos e demais componentes paisagísticos. A pontuação foi estabelecida de acordo com critérios ajustados da *Bedimo-Rung assessment tool – direct observation* (BRAT-DO – ferramenta de avaliação de Bedimo-Rung – observação direta – BEDIMO-RUNG, 2007) (ver Apêndice A), cujos resultados são discutidos nas próximas subseções.

5.1.1 Espaço 1 – Praça Central da Vila Verde

Esta praça (Figura 47) passou por recentes reformas, como a construção de quadra poliesportiva em 2016, além de já possuir cancha de vôlei, campo de futebol, academia ao ar livre, *playground* e bancos em boas condições de uso. Porém, carece de manutenção da vegetação e de limpeza em geral.

Figura 47: Vistas de paisagens do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base em levantamentos de campo e em Google Earth (2017).

Genericamente, tem classificação média alta e alta de qualidade de seus componentes (Quadro 4 e Figura 48), correspondentes a 79,5% e 20,5%¹, respectivamente, da área analisada. Trata-se do logradouro de lazer mais valorizado da Vila Verde, tanto por seus atributos visuais quanto pelo grau de utilização da população, como apresentado na subseção 5.2 – Socialização nos espaços.

Para Alex (2011) e Cassou (2009), a condição estética, dentre outros fatores, além de afetar os parâmetros qualitativos, também influencia a frequência de uso de uma praça, sendo a qualidade independente da quantidade de oferta de infraestrutura, o que, no caso, também é um fator positivo neste espaço, que, além de bom índice de qualidade, também tem suficiente oferta de infraestrutura.

¹ Desconsiderados os componentes externos ao espaço de referência propriamente dito. Luminárias não incluídas no quantitativo de proporcionalidade frente à não constituição de área de permanência dos usuários.

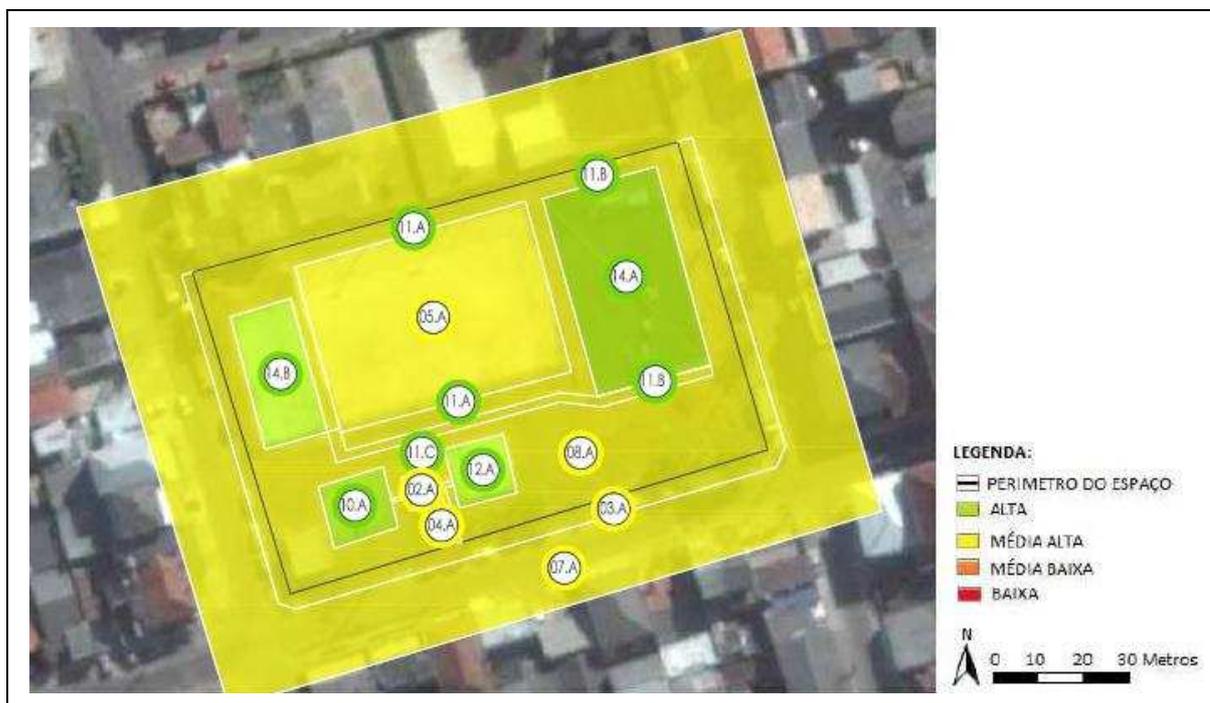
Quadro 4: Classes de qualidade dos componentes paisagísticos do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	QUALIDADE
02.A	BANCOS	MÉDIA ALTA
03.A	CALÇADAS ADJACENTES	MÉDIA ALTA
04.A	CAMINHOS	MÉDIA ALTA
05.A	CAMPO DE ESPORTES	MÉDIA ALTA
06.A	CONDIÇÕES GERAIS	MÉDIA ALTA
07.A	ENTORNO IMEDIATO	MÉDIA ALTA
08.A	ESPAÇO ABERTO	MÉDIA ALTA
10.A	ÁREA PARA EXERCÍCIOS DE FORÇA	ALTA
11.A	LUMINÁRIAS	ALTA
11.B	LUMINÁRIAS	ALTA
11.C	LUMINÁRIAS	ALTA
12.A	<i>PLAYGROUND</i> – BRINQUEDOS	MÉDIA ALTA
14.A	QUADRA DE ESPORTES	ALTA
14.B	QUADRA DE ESPORTES	ALTA

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.2 – Classificação da qualidade das paisagens – seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: Demais componentes previstos no Apêndice A inexistentes neste espaço.

Figura 48: Mapa de classes de qualidade paisagística do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.2 – Classificação da qualidade das paisagens – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Notas: Ver significado dos códigos no quadro anterior.
Classes média baixa e baixa inexistentes neste espaço.

A possibilidade de diversas formas de uso e apropriação pelos usuários é vista como positiva por Alex (2011) para a otimização de praças. Cabe destacar que não basta apenas a presença de diversos elementos no local, pois a constituição de um espaço urbano é fruto do seu posicionamento, organização e articulação com os demais (LAMAS, 2014).

A classe média alta do entorno é devida à configuração de boa visibilidade por parte da vizinhança, com considerável fluxo tanto de pedestres como de veículos. Localizada na porção central da Vila Verde, nas imediações da praça predomina o uso misto, abrigando residências e, em especial, estabelecimentos comerciais, o que aumenta a sensação de segurança no local.

Essa condição constitui como fator apontado por Ricardo et al. (2013) para a melhoria da qualificação espacial, pois a boa infraestrutura do entorno – possibilitada não só pela presença de comércio como por qualidade do passeio – incentiva a vigilância natural do espaço (HILLIER, 2007) e transmite maior sensação de segurança. Esta ideia que converge com embasamentos de Jacobs (2011), para

quem a presença de uso misto, com pontos comerciais locais, propicia a sociabilidade e presença de “olhos da rua”.

5.1.2 Espaço 2 – Bosque da Vila Verde

Este bosque (Figura 49) possui densa vegetação arbórea, com locais para socialização, por meio do lazer, na sua área periférica e de forma mais atenuada nas regiões norte e sul. Com variedade de compartimentos e equipamentos, contém pista de *skate*, *playgrounds* nas porções nordeste e sudoeste, duas áreas de academia ao ar livre – uma de madeira e outra de metal – e campo de futebol em areia. Nas laterais da área arborizada, há trilha para caminhada e pequeno espaço de convivência, com bancos ao ar livre.

Figura 49: Vistas de paisagens do espaço 2 – Bosque da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base em levantamentos de campo e em Google Earth (2017).

Este espaço foi classificado entre qualidade média baixa (84,1%) e média alta (15,9%)² (Quadro 5 e Figura 50), além de alta (representada pelas luminárias e árvores do bosque propriamente dito)³. Apenas as luminárias foram classificadas com elevado nível qualitativo, por apresentarem adequado estado de conservação e bom nível de iluminação. Em sua investigação sobre a paisagem iluminada em espaços abertos públicos em Curitiba, Afonso (2012) diagnostica a relevância do dimensionamento de equipamentos e tipos de lâmpadas conforme a escala do local, pois, além da estética – de maior impacto no ambiente diurno –, a ação da luz transforma características espaciais, com influência em usos e na valorização e significado de áreas, bem como na legibilidade de componentes.

Em geral, as árvores foram enquadradas na qualidade alta, pois a sua presença pode constituir pontos de referência, criando cenários e enfatizando elementos da paisagem (AFONSO, 2012; HARDT; HARDT, 2012). Todavia, na parte densa do bosque, há insuficiência de acessibilidade e visibilidade, além da sensação de insegurança, justificada, principalmente, pela argumentação de Jacobs (2011), ou seja, de que se não houver a apropriação de áreas urbanas, como praças e parques, delinquentes a fazem, comprometendo maiores níveis de sociabilidade. Cabe destacar também a importância de espaços de preservação natural no meio urbano para a sustentabilidade das cidades contemporâneas (HARDT; HARDT, 2007; SANTOS; HARDT, 2013).

² Desconsiderados os componentes externos ao espaço de referência propriamente dito.

³ Luminárias não incluídas no quantitativo de proporcionalidade frente à não constituição de área de permanência dos usuários.

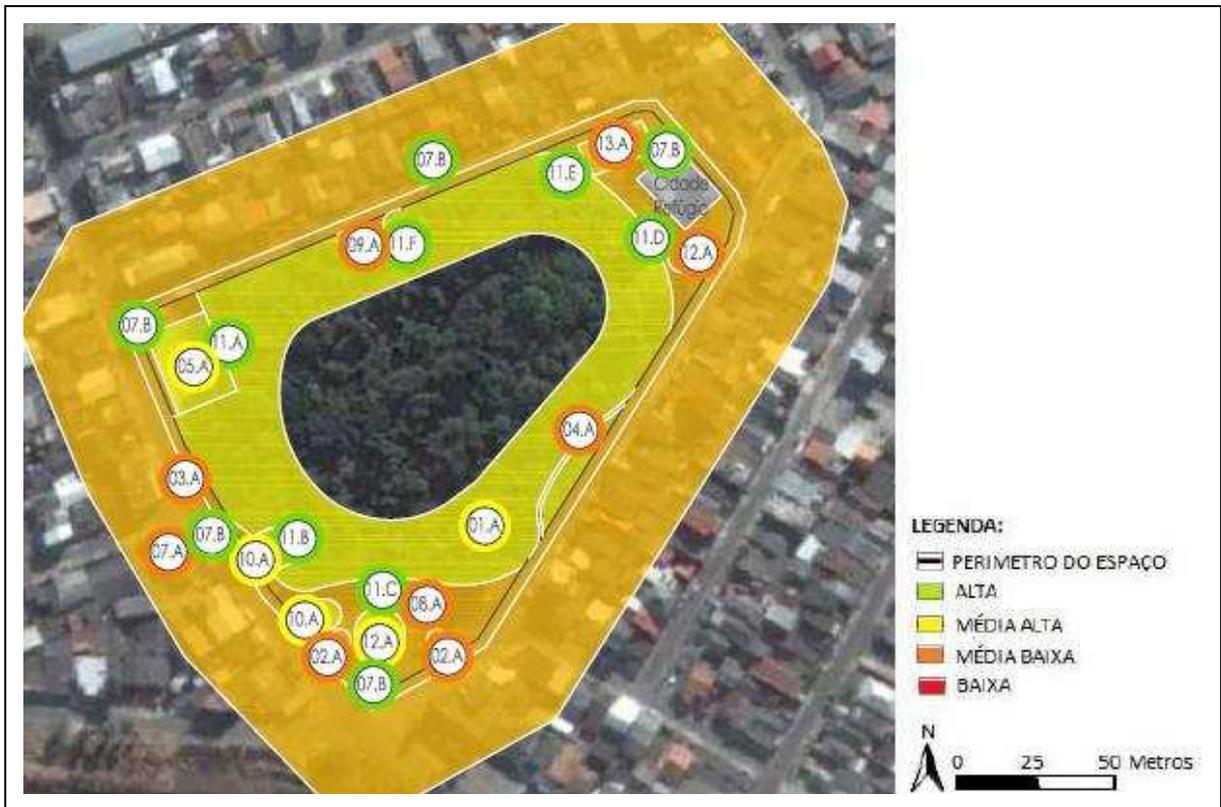
Quadro 5: Classes de qualidade dos componentes paisagísticos do espaço 2 – Bosque da Vila Verde

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	QUALIDADE
01.A	ÁREAS ARBORIZADAS	MÉDIA ALTA
02.A	BANCOS	MÉDIA BAIXA
03.A	CALÇADAS ADJACENTES	MÉDIA BAIXA
04.A	CAMINHO	MÉDIA BAIXA
04.B	CAMINHO	MÉDIA BAIXA
05.A	CAMPO DE ESPORTES	MÉDIA ALTA
06.A	CONDIÇÕES GERAIS	MÉDIA BAIXA
07.A	ENTORNO IMEDIATO	MÉDIA BAIXA
07.B	ENTORNO IMEDIATO	ALTA
09.A	ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA	MÉDIA BAIXA
10.A	ÁREA PARA EXERCÍCIOS DE FORÇA	MÉDIA ALTA
10.B	ÁREA PARA EXERCÍCIOS DE FORÇA	MÉDIA ALTA
11.A	LUMINÁRIAS	ALTA
11.B	LUMINÁRIAS	ALTA
11.C	LUMINÁRIAS	ALTA
11.D	LUMINÁRIAS	ALTA
11.E	LUMINÁRIAS	ALTA
11.F	LUMINÁRIAS	ALTA
12.A	<i>PLAYGROUND</i> – BRINQUEDOS	MÉDIA BAIXA
12.B	<i>PLAYGROUND</i> – BRINQUEDOS.	MÉDIA BAIXA
13.A	<i>PLAYGROUND</i> – GERAL	MÉDIA BAIXA

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.2 – Classificação da qualidade das paisagens – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: Demais componentes previstos no Apêndice A inexistentes neste espaço.

Figura 50: Mapa de classes de qualidade paisagística do espaço 2 – Bosque da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.2 – Classificação da qualidade das paisagens – da seção 2 – Estruturação metodológica.

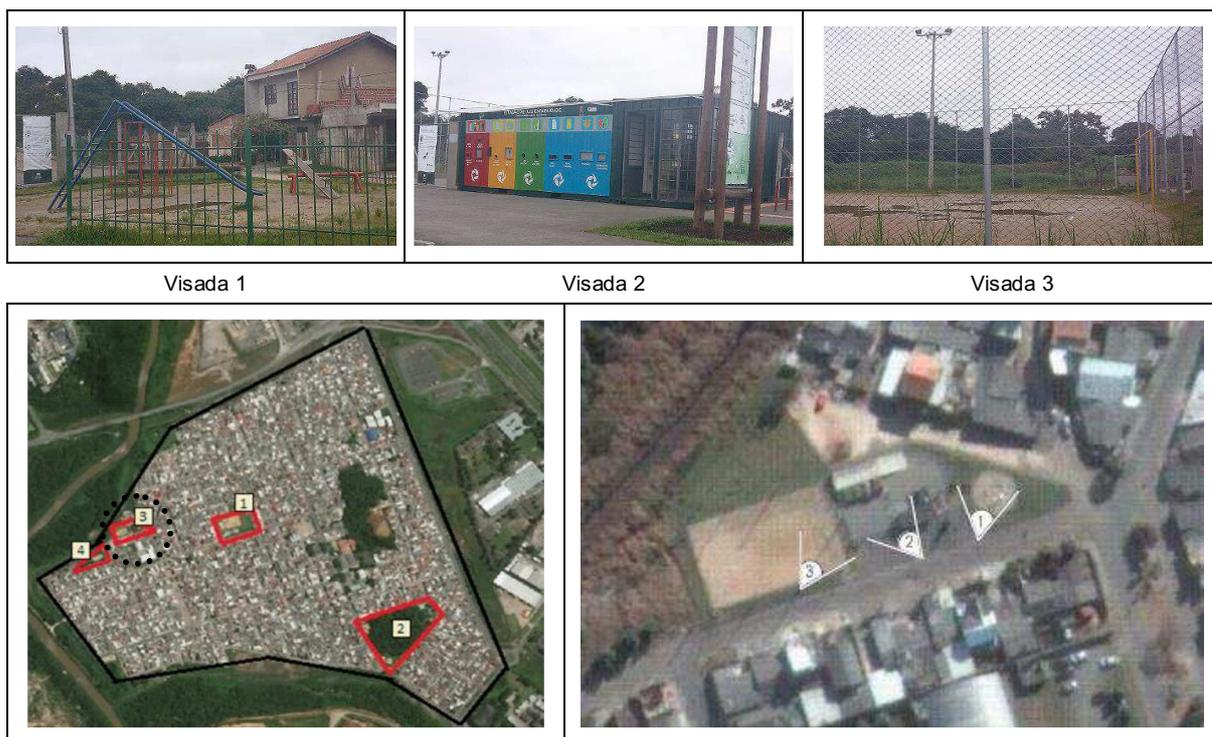
Notas: Ver significado dos códigos no quadro anterior.
Classe baixa inexistente neste espaço.

O entorno imediato se caracteriza por ser majoritariamente residencial, sendo a porção sudoeste de maior visibilidade e tráfego de pessoas pelo movimento na Rua Emílio Romani, uma das poucas que permite acesso a Vila Verde, por se tratar de região periférica e com certo isolamento da malha mais central da cidade. Apesar de as outras vias limítrofes apresentarem em alguns trechos para estacionamento, permitem pouca apropriação visual e se encontram degradadas. Saboya (2013) alerta sobre influências antagônicas de barreiras cegas e de permeabilidades visuais no desenvolvimento de atividades em espaços livres urbanos. Por sua vez, Bondaruk (2007) destaca que certas vedações podem ser facilitadoras do cometimento de atos criminosos, pois impedem os “olhares” externos, preconizados por Jacobs (2011) como fundamentais para a segurança local.

5.1.3 Espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade

No final de 2015, esta praça (Figura 51) recebeu investimentos públicos com a instalação de uma “estação da sustentabilidade”, a primeira do tipo 2 instalada na cidade (CURITIBA, 2015), destinada à entrega voluntária de resíduos. Com capacidade para receber 12 tipos de materiais recicláveis, restos vegetais e rejeitos de construção civil, visa à conscientização da comunidade para evitar o depósito irregular de rejeitos no ambiente urbanizado e, principalmente, no Rio Barigui, locado às margens desse espaço. Embora tenha sido revitalizados no ato da instalação da estação, durante as observações em campo se constatou a falta de manutenção do piso e da vegetação.

Figura 51: Vistas de paisagens do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



Fonte: Elaborada com base em levantamentos de campo e em Google Earth (2017).

Como evidenciado no Quadro 6 e na Figura 52, seus componentes espaciais se encontram em razoável estado de manutenção e aparência, predominando a classe de qualidade média alta (57,3%), seguida da média baixa (42,7%)⁴. O rio e sua respectiva área de preservação permanente (APP) são enquadrados nesta última classificação, tanto pelo seu reduzido grau de conservação e limpeza, quanta pela falta de valorização dos recursos naturais na construção da paisagem local. Esse fato confronta a legislação vigente, a qual considera esse tipo de espaço legalmente protegido por ser ambientalmente frágil e vulnerável, razão pela qual deve ser mantido e recuperado (BRASIL, 2012).

Quadro 6: Classes de qualidade dos componentes paisagísticos do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	QUALIDADE
03.A	CALÇADAS ADJACENTES	MÉDIA ALTA
04.A	CAMINHO	MÉDIA ALTA
05.A	CAMPO DE ESPORTES	MÉDIA ALTA
06.A	CONDIÇÕES GERAIS	MÉDIA ALTA
07.A	ENTORNO IMEDIATO	BAIXA
08.A	ESPAÇO ABERTO	MÉDIA BAIXA
11.A	LUMINÁRIAS	ALTA
11.B	LUMINÁRIAS	ALTA
12.A	PLAYGROUND – BRINQUEDOS.	MÉDIA ALTA
15.A	RIO / CÓRREGO	MÉDIA BAIXA

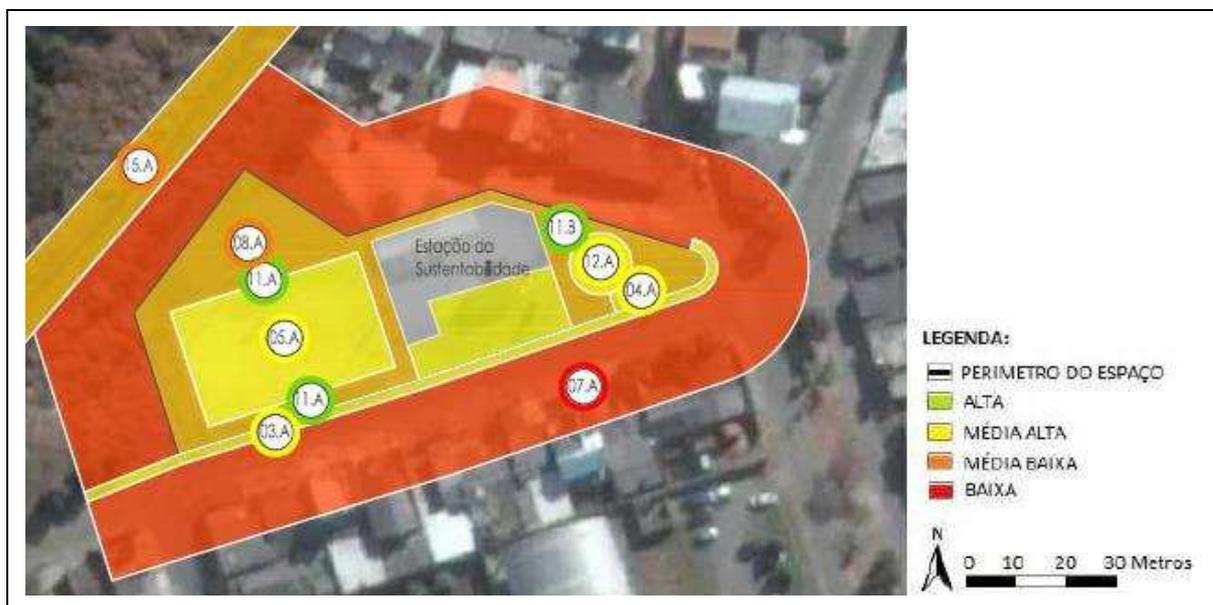
Fonte: Elaborado com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.2 – Classificação da qualidade das paisagens – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: Demais componentes previstos no Apêndice A inexistentes neste espaço.

A desvalorização dos elementos naturais é, logicamente, vista como fator negativo, pois, assim como defendido por Hardt (2000), há estreita inter-relação entre elementos naturais e antrópicos como sistemas coexistentes de um mesmo espaço e tempo, o que condiciona o ambiente e a experiência humana.

⁴ Desconsiderados os componentes externos ao espaço de referência propriamente dito. Luminárias não incluídas no quantitativo de proporcionalidade frente à não constituição de área de permanência dos usuários.

Figura 52: Mapa de classes de qualidade paisagística do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.2 – Classificação da qualidade das paisagens – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: Ver significado dos códigos no quadro anterior.

A localização marginal desta praça em relação à ao perímetro da Vila Verde e ao curso d'água permite visibilidade do entorno para o seu interior a partir de apenas duas ruas, com menos tráfego de pessoas e veículos, o que amplia a sensação de insegurança, em consonância com o argumentado por Nogueira (2016). Para a autora a redução do número de aberturas nas vizinhanças ou da permeabilidade visual interna pode determinar a diminuição de uso do espaço pela população e, conseqüentemente, o aumento da insegurança e do índice de usos indevidos do local, como o consumo de substâncias ilícitas, por exemplo.

5.1.4 Espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos

Com a situação mais degradada dos espaços de referência desta pesquisa, a totalidade dos seus compartimentos (Figura 53) é de baixa qualidade (100,0%⁵) (Quadro 7 e Figura 54). Abriga apenas um campo de futebol de areia, com avanço de cobertura por vegetação rasteira. A falta de diversificação de equipamentos é aliada à rigidez formal, limitando as possibilidades de uso, o que, segundo Daroda (2012), incentiva o usuário ao abandono da praça e à busca de outras opções no ambiente urbanizado.

Figura 53: Vistas de paisagens do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



Fonte: Elaborada com base em levantamentos de campo e em Google Earth (2017).

⁵ Desconsiderados os componentes externos ao espaço de referência propriamente dito. Luminárias não incluídas no quantitativo de proporcionalidade frente à não constituição de área de permanência dos usuários.

Quadro 7: Classes de qualidade dos componentes paisagísticos do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUALIDADE
01.A	ÁREAS ARBORIZADAS	MÉDIA BAIXA
03.A	CALÇADAS ADJACENTES	BAIXA
05.A	CAMPO DE ESPORTES	BAIXA
06.A	CONDIÇÕES GERAIS	BAIXA
07.A	ENTORNO IMEDIATO	BAIXA
08.A	ESPAÇO ABERTO	BAIXA
11.A	LUMINÁRIAS	ALTA
15.A	RIO / CÓRREGO	MÉDIA BAIXA

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.2 – Classificação da qualidade das paisagens – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: Demais componentes previstos no Apêndice A inexistentes neste espaço.

Figura 54: Mapa de classes de qualidade paisagística do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.2 – Classificação da qualidade das paisagens – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Notas: Ver significado dos códigos no quadro anterior.
Classe média alta inexistente neste espaço.

Novamente, a questão da manutenção é determinante da qualidade das condições espaciais, fator que influenciou decisivamente a classificação negativa deste espaço. Uma das possíveis justificativas para esse tipo de abandono é alertada por Gonçalves (2002) e Lansky (2006), quando alegam que, aos locais públicos em regiões urbanas periféricas, normalmente não é dispensado o mesmo nível de atenção governamental que nas áreas centrais. Todavia, mesmo com a proximidade do espaço 4 em relação ao 3, ainda há grande diferenciação entre os níveis de conservação. Para Lima (2015), essa característica de descuido gera uma percepção de local inseguro, o que conduz ao afastamento da população, criando, assim, um círculo vicioso (LIMA, 2015).

O espaço aberto no entorno do campo esportivo também se encontra sem manutenção e a área arborizada locada nos limites da praça tira a visibilidade das vizinhanças, onde, à semelhança do espaço anterior, já não há muita frequência de pedestres e veículos, o que aumenta a sensação de insegurança no local.

Apesar dos inquestionáveis benefícios da cobertura arbórea, em múltiplas vertentes, Hardt (2000) atenta para alguns problemas que podem ser gerados pela vegetação, como no caso das barreiras vegetais acima mencionado. O entorno é residencial e sua paisagem atual pode ser considerada degradada, apesar de incluir APP, que, segundo aquela autora, em geral incrementa os padrões qualitativos pela presença de recursos naturais – hídricos e vegetais – no meio urbanizado.

A esses determinantes qualitativos dos espaços de referência, devem ser associados aspectos de sociabilidade dos seus cenários, referentes, em especial, aos usos realizados pelas comunidades locais.

5.2 SOCIALIZAÇÃO NOS ESPAÇOS

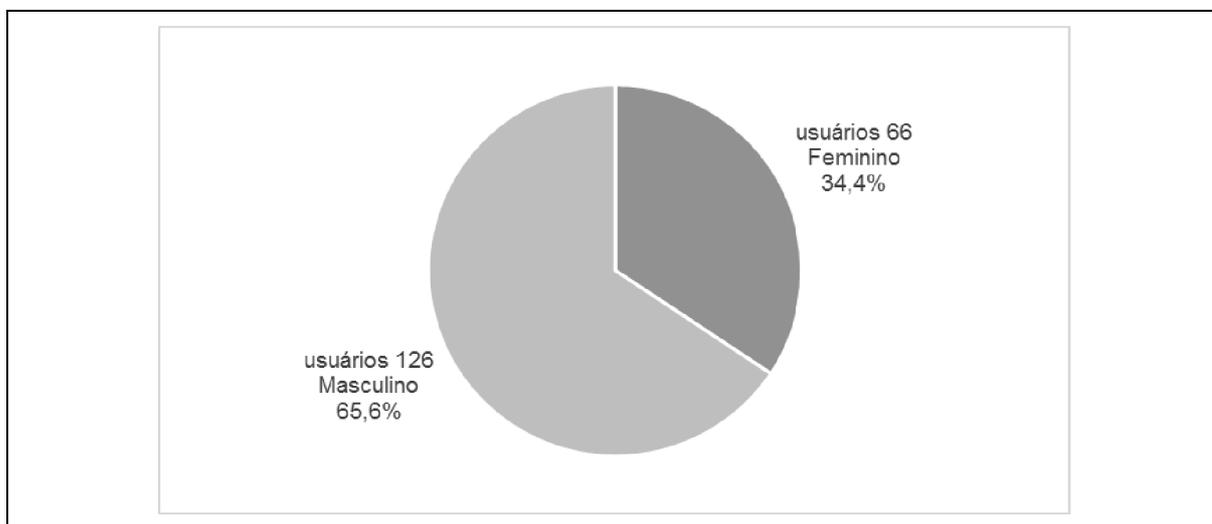
A sociabilidade nos espaços livres públicos selecionados foi avaliada pelo método *system for observing play and recreation in communities* (SOPARC – sistema para observação de jogos e recreação em comunidades – ver item 2.3.3 da seção 2 – estruturação metodológica). Pelo preenchimento dos formulários de levantamento (ver Apêndice B), são reconhecidos padrões de utilização e áreas de agregação de público segundo tipos de atividades. Para tanto, foram realizados levantamentos momentâneos sistemáticos em diferentes dias da semana (três úteis e dois de final de semana), em quatro horários diários (pela manhã, ao meio-dia, à tarde e à noite) durante o mês de janeiro de 2017 (ver item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica). Durante a coleta de dados em campo, foram analisados simultaneamente as três praças e o bosque no mesmo período.

5.2.1 Espaço 1 – Praça Central da Vila Verde

Com prevalência do gênero masculino (65,6% – Figura 55) e predominância do grupo etário dos adultos (63,0% – Figura 56), esta praça foi frequentada por 192 usuários (57,3% do total), sendo o espaço de referência mais utilizado na área de estudo durante o período dos levantamentos de campo. Como apontado na subseção 5.3 – Avaliação integrada, as proporções de homens e mulheres são diferenciadas das encontradas para a Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC – 48,6% e 51,4%, respectivamente). Tal diferenciação entre usos das praças e da realidade encontrada na Regional CIC também foi identificada nos estudos desenvolvidos por Lima (2015), Nogueira (2016) e Sehli (2015), com o predomínio do usuário do gênero masculino na faixa etária adulta. A predominância de homens nesse tipo de espaço é justificada por Zerbini (2009), pela busca de práticas esportivas por esse público, e por White (1980), pelo indicativo da existência de algum fator de inibição da sua utilização por mulheres, fazendo-as não se sentirem confortáveis para frequentá-lo. Entretanto, a composição por idade é relativamente semelhante à realidade da vizinhança (cerca de 21% de crianças, 13%

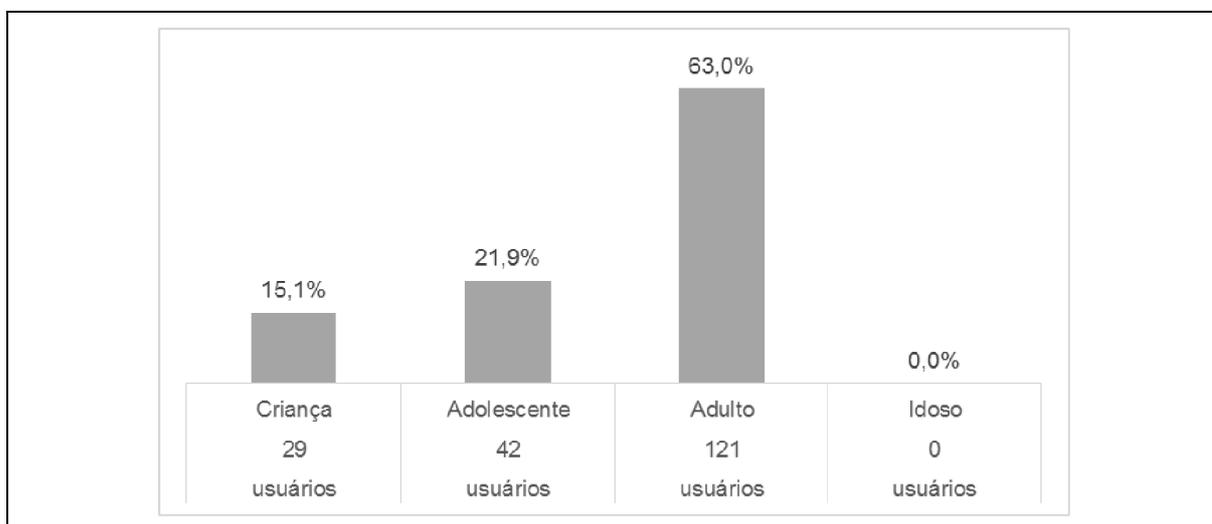
de adolescentes, 60% de adultos e 6% de idosos – IBGE, 2010), o que converge com pesquisas de Lima (2015), Nogueira (2016) e Sehli (2015).

Figura 55: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

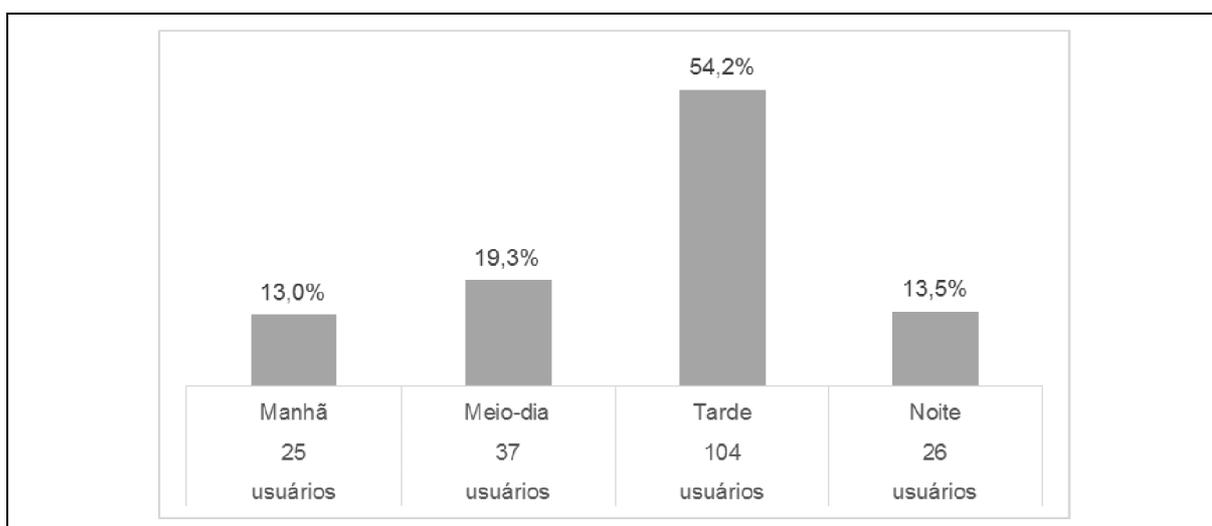
Figura 56: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

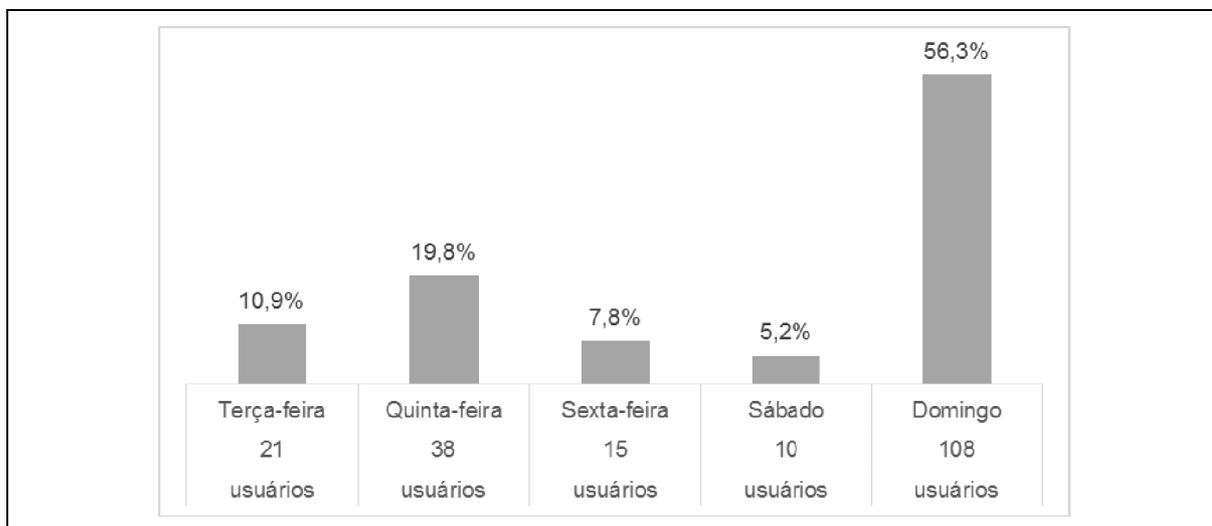
A praça tem maior utilização no período da tarde (54,2% – Figura 57), e no domingo (56,3% – Figura 58), o que é justificado, em parte, por campeonatos de futebol que ocorrem com regularidade neste espaço e dia. O estudo de Sehli (2015) revela a preferência de uso de locais semelhantes na CIC durante finais de semana, no mesmo turno, principalmente para atividades de lazer e para práticas esportivas. Segundo Lima (2015), essa opção está ligada ao perfil de vizinhança residencial, voltado a classes trabalhadoras, que têm seu tempo livre fora de horário comercial. A escolha pelo período da tarde pode envolver desde valores culturais e sensação de segurança, a fatores como clima e predileções pessoais, conforme apontam Henderson e Frelke (2000).

Figura 57: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de períodos de uso do espaço 1 – Praça Central da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

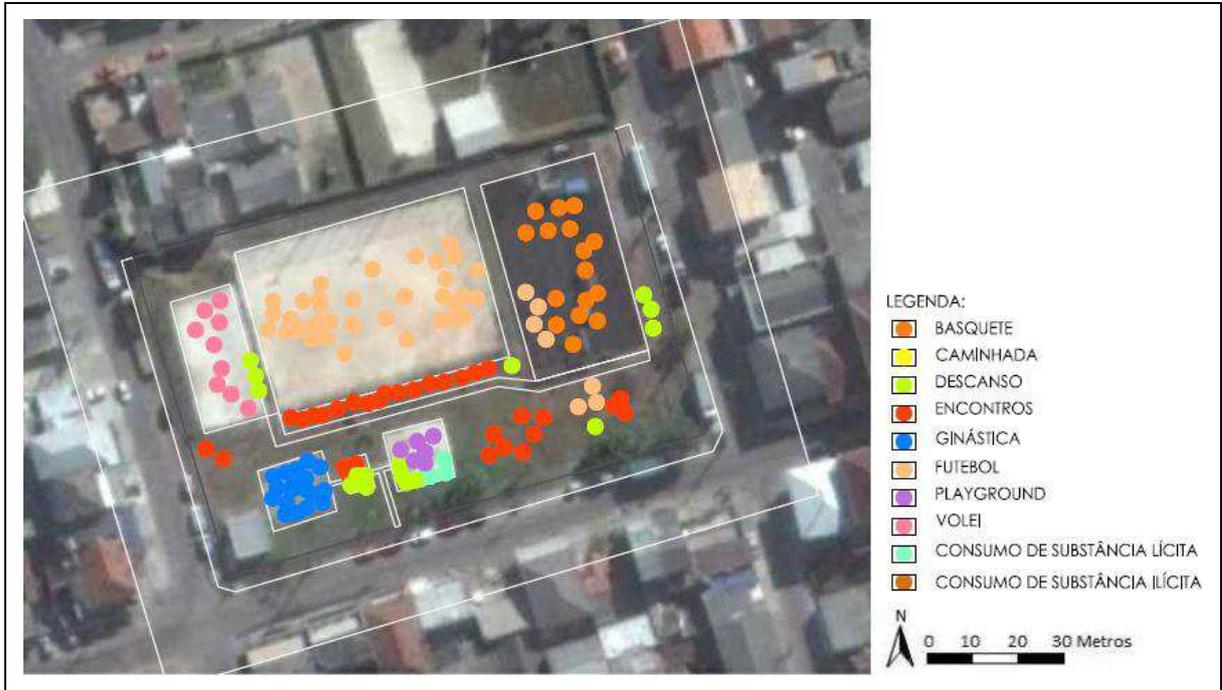
Figura 58: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana no espaço 1 – Praça Central da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

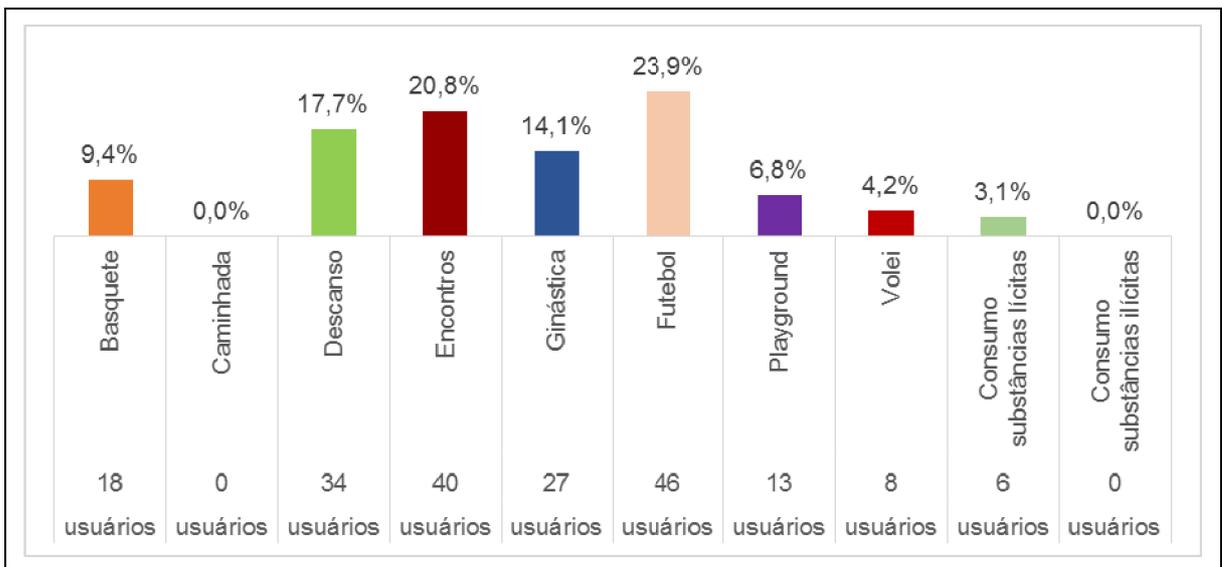
A Figura 59 mostra a distribuição dos usuários por toda a área da praça, o que é interpretado positivamente, pois é um indício de boa articulação e posicionamento entre os elementos espaciais (LAMAS, 2007); além disso, demonstra flexibilização e multifuncionalidade, incentivando, assim, maiores índices de frequência (DARODA, 2012). Além dos jogadores, os campeonatos de futebol atraem um grande público de espectadores nos finais de semana, transformando esta atividade na mais intensamente desenvolvida na praça (23,9% – Figura 60). Simultaneamente, também há uso das quadras esportivas com outros jogos e a área livre se torna palco de lazer para famílias e amigos. A utilização de espaços abertos e de gramados é também destacada no estudo de Lima (2015), com indivíduos e grupos se sentindo à vontade para apropriação do local de forma voluntária, criando seus próprios territórios de maneira efêmera. Principalmente durante os dias úteis, outras atividades, como ginástica nas academias ao livre, descanso e encontros são realizadas com certa frequência, o que indica a setorização de usos da praça de acordo com diferentes períodos e usuários diferenciados.

Figura 59: Mapa de localização dos usuários por atividade no espaço 1 – Praça Central da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 60: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade no espaço 1 – Praça Central da Vila Verde

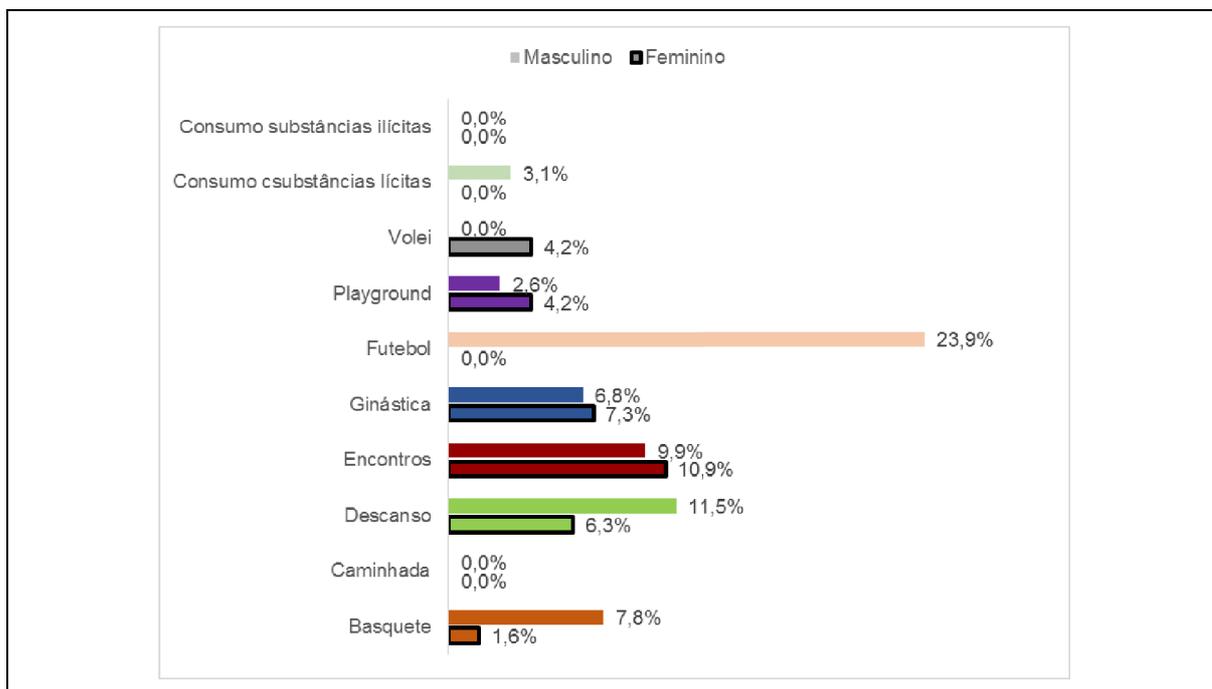


Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: Cores similares às do mapa de localização dos usuários.

Relacionando os dados de gênero com a atividade exercida, observam-se alguns padrões de uso. Embora a utilização desta praça tenha sido majoritariamente masculina (Figura 61), especialmente com a prática exclusiva de futebol (23,9%), há relativo equilíbrio entre homens e mulheres em diversas situações. Esse dado revela determinados valores culturais, inclusive como fator a ser levado em consideração na gestão desse tipo de espaço livre público. Segundo Zerbini (2009), os primeiros geralmente buscam esses locais para esportes, o que inclui o futebol, enquanto que as segundas normalmente os procuram para lazer com filhos, em especial em *playgrounds*, e outras possibilidades, como caminhada, por exemplo, à qual foi atribuído o maior índice justamente no espaço 1, além de ginástica e encontros. Destaca-se, porém, variações nessas situações, com a presença majoritária feminina na prática de vôlei, e masculina nas áreas de descanso, realizada, em maior parte, por pequenos grupos.

Figura 61: Gráfico de proporcionalidade e relação entre atividade e gênero dos usuários no espaço 1 – Praça Central da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Nota: Cores similares às do mapa de localização dos usuários.

Como fator relacionado à pesquisa central sobre Paisagem Socializada (HARDT, 2016; HARDT; HARDT, 2015), também foram coletados dados sobre consumo de substâncias lícitas e ilícitas (ver item 2.3.3 da seção 2 – Estruturação metodológica). Nesta praça, durante o tempo de análise em campo, foi observado o uso apenas das primeiras (3,1%), sob a forma de ingestão de bebidas alcoólicas e de cigarro, identificada no setor onde há bancos para descanso, por um grupo masculino, durante o período da manhã. Hardt e Hardt (2015) diagnosticam que é relativamente comum esse tipo de hábito em espaços livres de Curitiba.

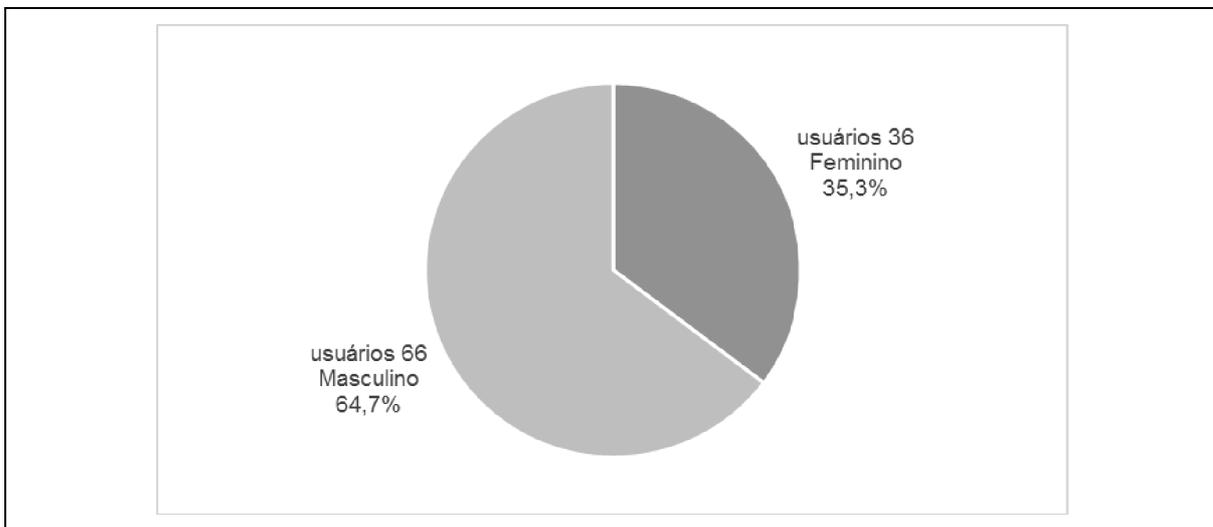
A maior utilização deste espaço quando comparada à dos outros se deve, entre outros fatores, a maiores cuidados e investimentos públicos, o que, por sua vez, é justificado pela sua localização na porção central da Vila Verde. Como já comentado, esse fato tende a gerar um círculo vicioso, no qual, por receber mais atenção, também abriga maior grau de qualidade paisagística, refletindo em ampliação e diversificação da sua utilização (LANSKY, 2006; LIMA, 2015).

5.2.2 Espaço 2 – Bosque da Vila Verde

Com 102 usuários (segundo colocado em frequência – 30,4% do total), este bosque registrou semelhantes proporcionalidades de gêneros (64,7% para homens e 35,3% para mulheres – Figura 62) e grupos etários (prevalência de adultos – 53,9% – Figura 63) em relação ao espaço anterior. A maior parte do público também o utiliza no período da tarde (43,1% – Figura 64) e no final de semana (53,0% – Figura 65); porém, a diferença referente aos dias úteis não foi acentuada, o que demonstra uma tendência do seu uso diário e contínuo.

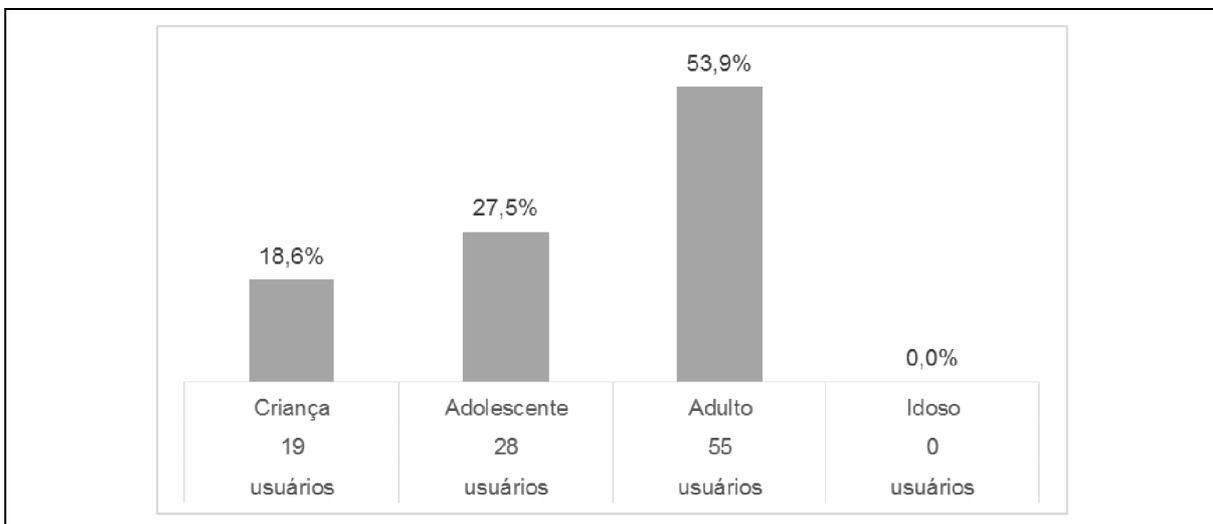
De acordo com Fermino, Reis e Cassou (2012), não existem evidências absolutas sobre fatores individuais e ambientais associados à frequência habitual de parques ou praças, havendo inconstância de correlação entre as variáveis. Entretanto, os autores defendem que podem estar diretamente relacionados a esses comportamentos, constatando esse tipo de frequência é conectado a maiores níveis de atividade física e inversamente relacionado à presença de companhia, embora esta favoreça a atividade física. Ressaltam, ainda, a importância da sua prática regular pelo aumento da aptidão corporal e da qualidade de vida da população.

Figura 62: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários do espaço 2 – Bosque da Vila Verde



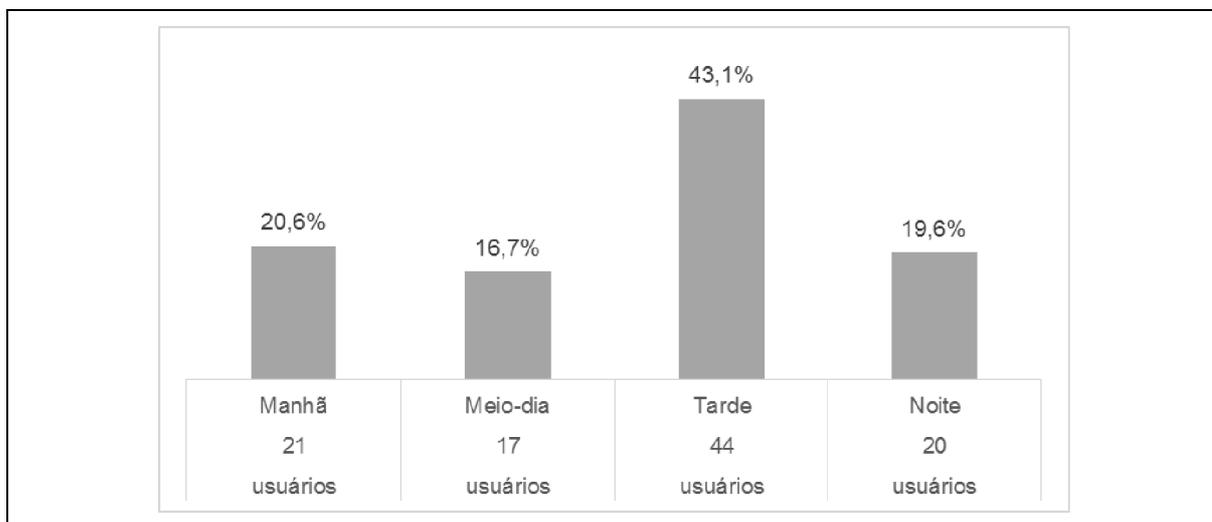
Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 63: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários do espaço 2 – Bosque da Vila Verde



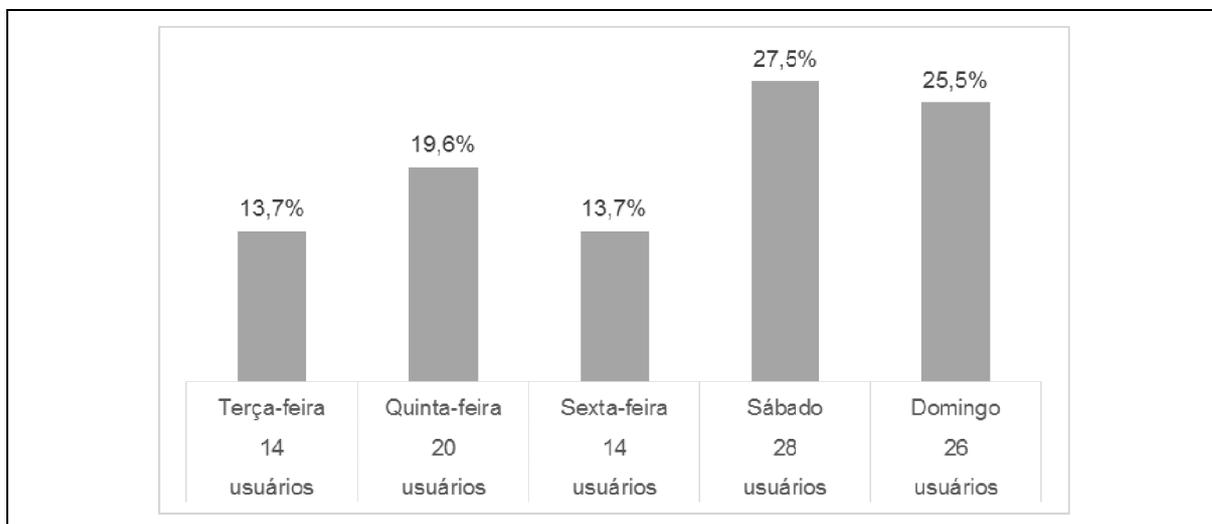
Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica..

Figura 64: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de período de uso do espaço 2 – Bosque da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica..

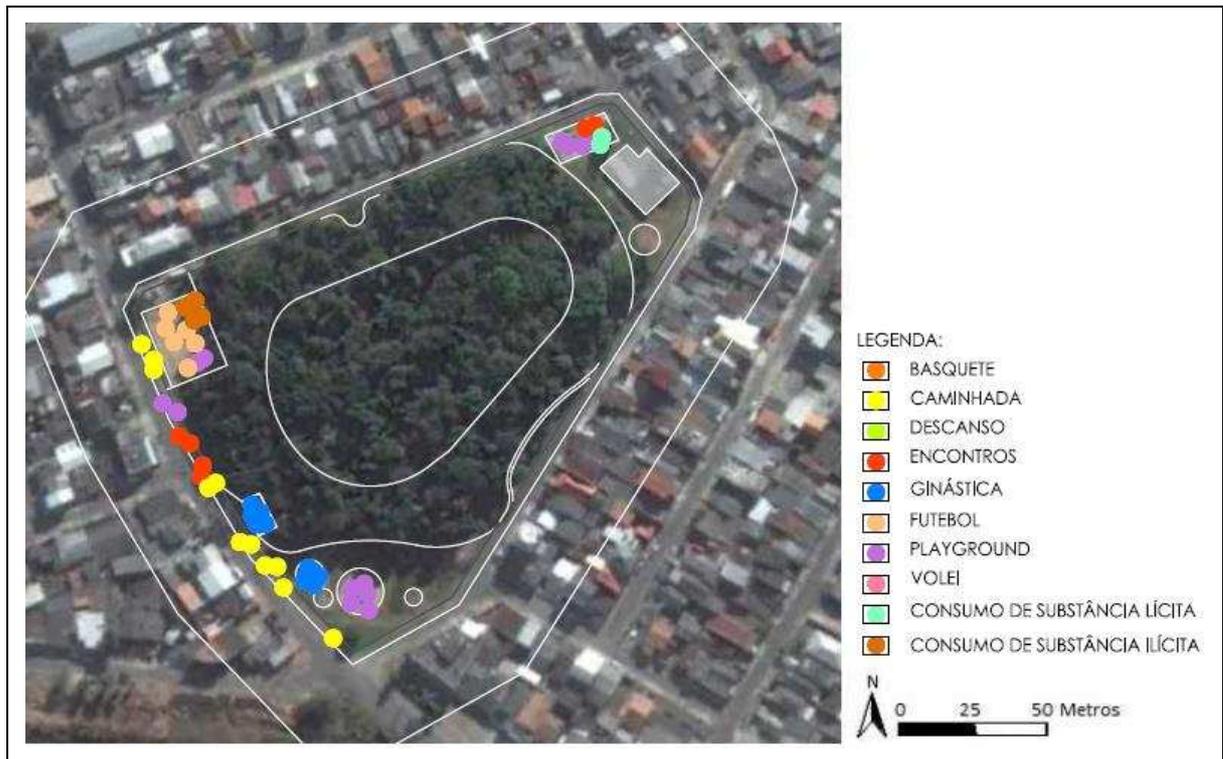
Figura 65: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana no espaço 2 – Bosque da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base em nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Na Figura 66, percebe-se como os usos do bosque são concentrados nas suas porções nordeste e sudoeste-oeste, o que é motivado tanto pela maior presença de equipamentos quanto pelos já citados “olhos da rua” (JACOBS, 2011: LIMA, 2015).

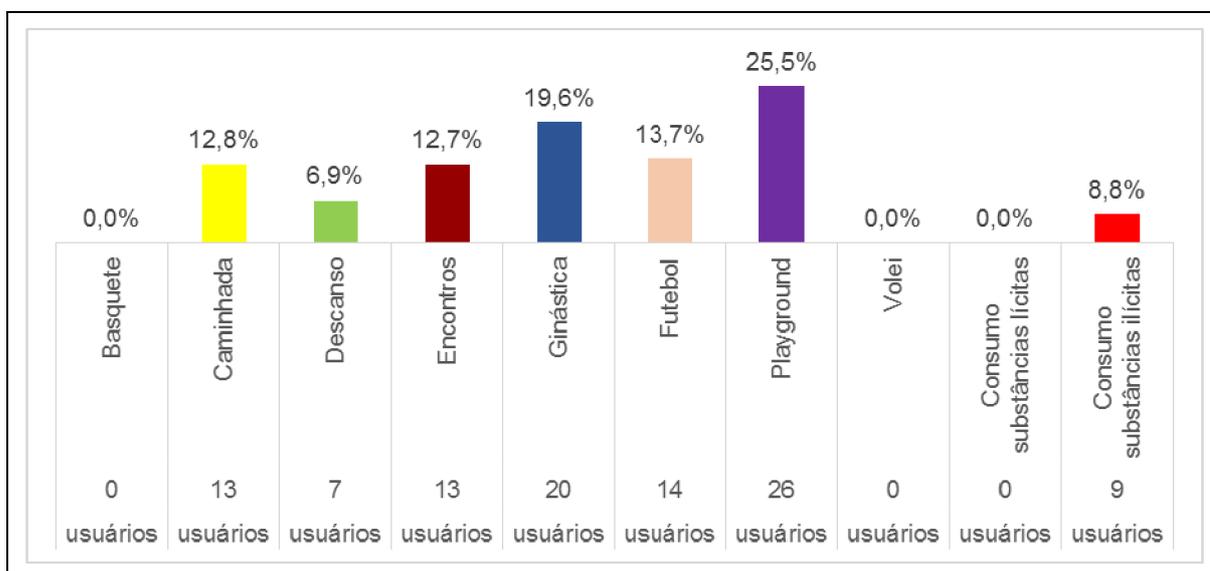
Figura 66: Mapa de localização dos usuários por atividade – espaço 2 – Bosque da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

O perfil de uso regular do espaço pode ser refletido nos tipos de atividades nele desenvolvidas, com as de maior índice correspondendo ao *playground* (25,5%) e às áreas de ginástica (19,6% – Figura 67). A hipótese que se pode aventar é de que, por serem atividades que não exigem quantidade mínima de pessoas, possibilitam maior flexibilidade. Fermino, Reis e Cassou (2012) defendem que a companhia pode ser uma variável inversamente associada à frequência habitual de parques ou praças, pois gera dependência da motivação e disponibilidade de outro(s) usuário(s).

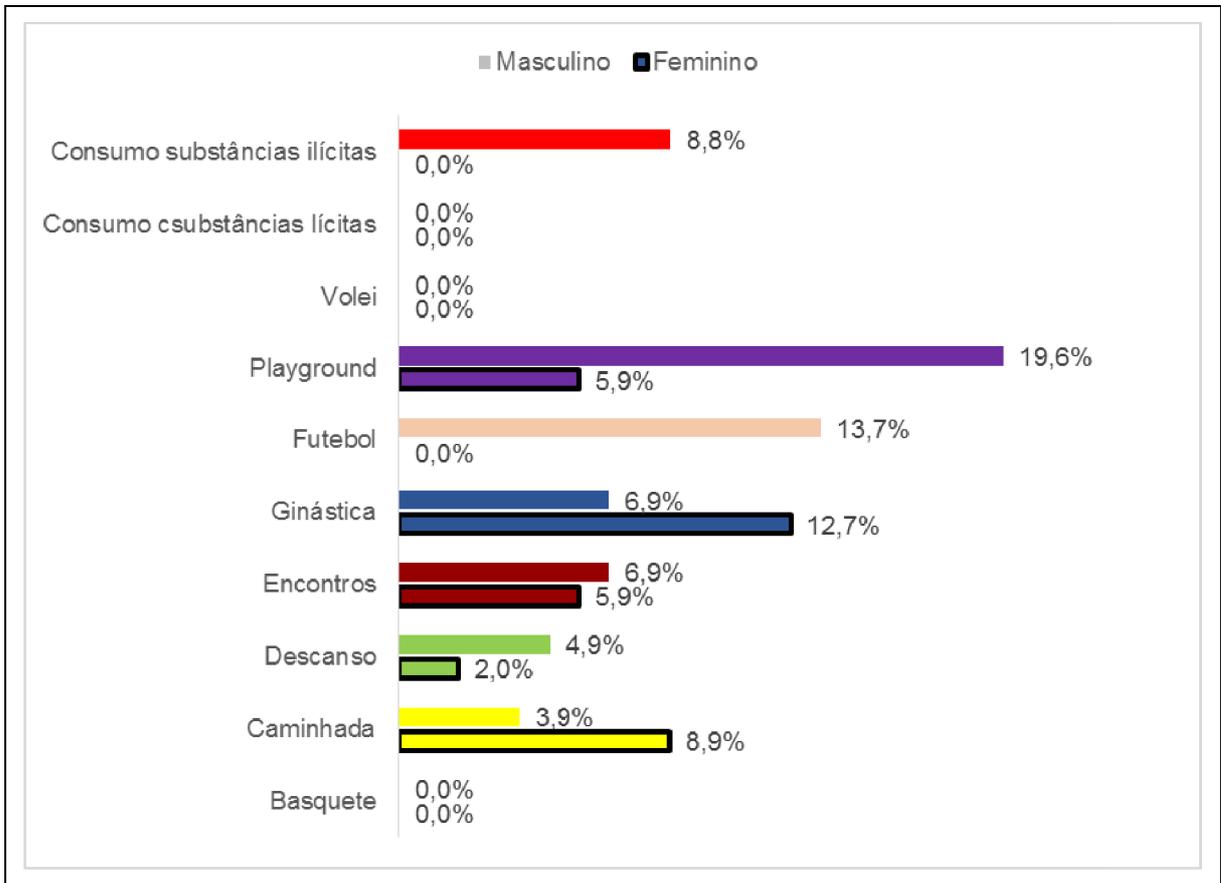
Figura 67: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade no espaço 2 – Bosque da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica..

Relacionando as atividades identificadas com os respectivos gêneros dos usuários (Figura 68), assim como identificado no espaço anterior, há estreita relação entre homens e a prática de futebol (totalidade dos jogadores). Também foi diagnosticada a vinculação do sexo masculino à maior intensidade de uso do *playground* (19,6%) e ao consumo de substâncias ilícitas (drogas – 8,8%). Este último foi realizado por adultos no período da tarde, especificamente na pista de *skate*. Este local, segundo moradores da região, já apresenta um histórico de utilização de psicotrópicos, o que gera, para alguns dos moradores da região, sensações de insegurança. Além do mais, esta pista é locada no lado oposto à via de maior movimento (Rua Emílio Romani), possibilitando essa tipologia de ingestão a pontos de menor visibilidade, como sugerido pela pesquisa de Nogueira (2016).

Figura 68: Gráfico de proporcionalidade e relação entre atividade e gênero dos usuários no espaço 2 – Bosque da Vila Verde



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

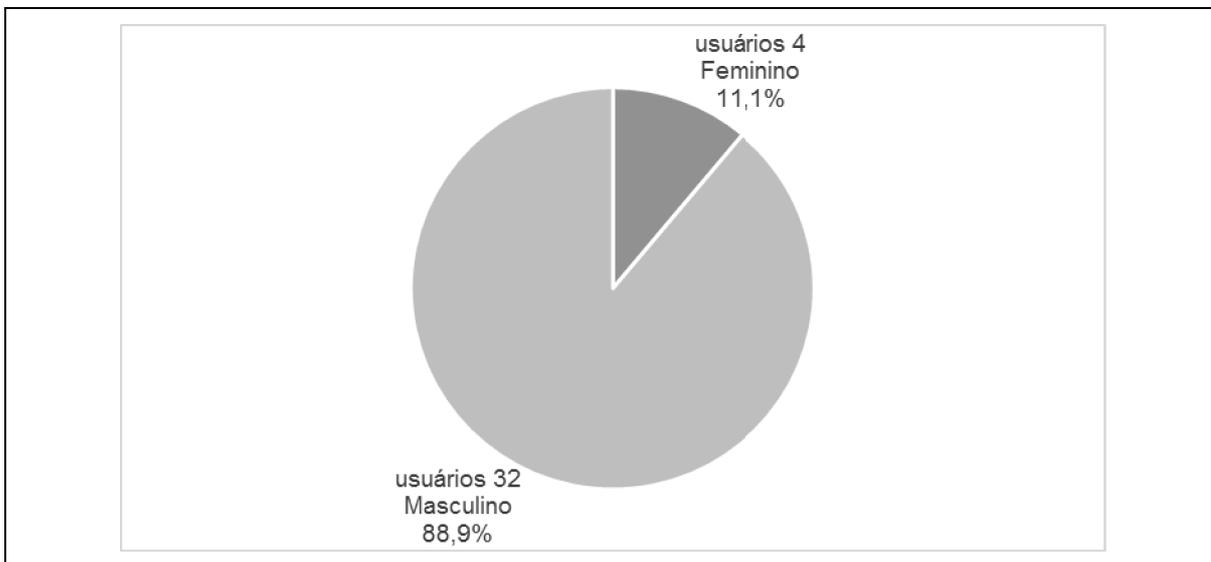
A maior parte das caminhadas (12,8% das atividades) foi identificada na via de maior fluxo de pedestres e veículos, enquanto que nos caminhos adjacentes às árvores do bosque propriamente dito, a circulação de pessoas foi muito reduzida. Esse fato demonstra a importância tanto da presença de equipamentos para usufruto dos usuários (LIMA, 2015) quanto de “olhares para a rua”, como definido por Jacobs (2011).

A inadequada distribuição dos usuários pela totalidade de área do bosque pode ser vista, além dos fatores já apresentados, como um indício da má articulação e posicionamento dos elementos no local (LAMAS, 2007), ocorrendo o oposto ao fenômeno observado no espaço 1. Segundo Holanda (2002), há barreiras e transições invisíveis capazes de subdividir lugares e subespaços, distinguindo trechos de um mesmo local, os quais são possíveis de se identificar intuitivamente. Assim, observa-se a presença de tais transições no espaço 2, em especial a cada esquina, capazes de diferenciar o uso em fragmentos, com ênfase a cada lateral limítrofe de cada uma das ruas. A face para a Rua Emilio Romani apresenta maior utilização, com destaque as práticas esportivas; a face para a rua oposta – Antônia Molina Bella – contém uso mais atenuado, vinculado ao *playground* e também ao consumo de substâncias ilícitas, enquanto que para as vias laterais – Victório José Roda e Ari Manfron – simplesmente não foi registrada frequência durante o período observado.

5.2.3 Espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade

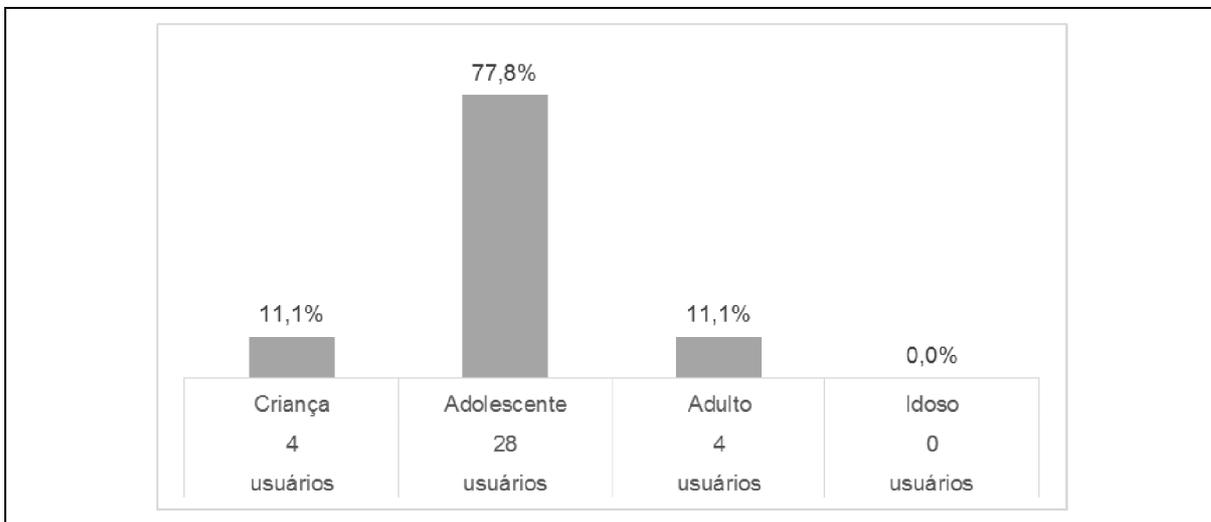
Com o registro de apenas 36 usuários (10,8% do total) durante o tempo de análise em campo, esta praça também abrigou maior proporcionalidade de homens, desta feita com registro bem superior aos demais espaços de referência (88,9% – Figura 69), e com expressiva participação de adolescentes (77,8% – Figura 70). A ampla utilização do espaço 1, por exemplo, pode ser justificada pela prática do futebol, realizada majoritariamente pelo público masculino (ZARBINI, 2009); ao mesmo tempo, a maior sensação de insegurança pode inibir o uso, mais criterioso, pelas mulheres (WHITE, 1980). A participação mais significativa de adolescentes se diferenciou tanto dos outros espaços analisados quanto da população do entorno, o que também é relacionado com a prática esportiva, adotada com ênfase por essa faixa etária (LIMA, 2015).

Figura 69: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

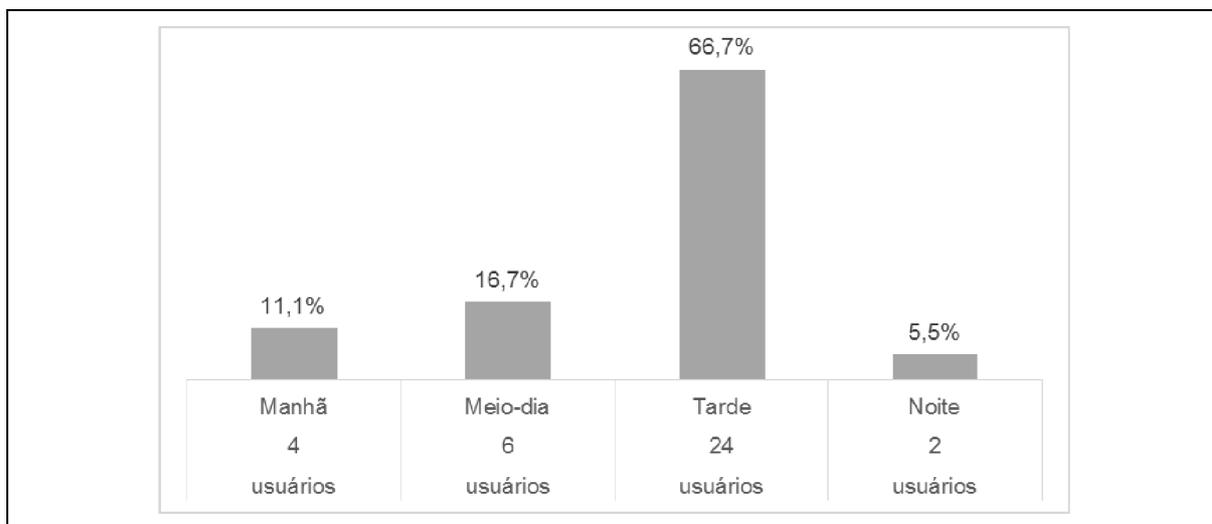
Figura 70: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

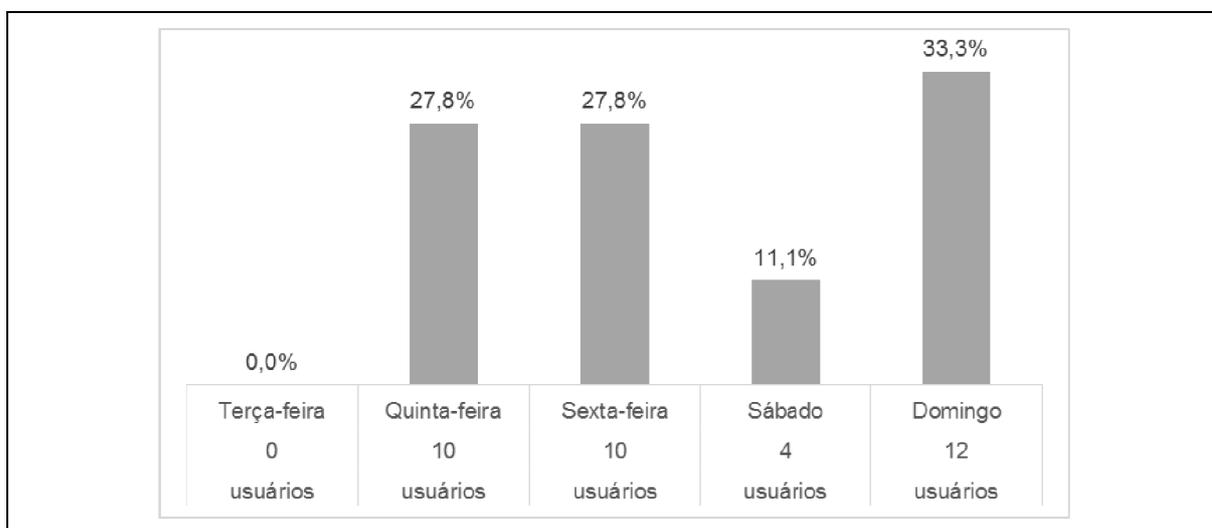
O turno de maior frequência permaneceu a tarde (66,7% – Figura 71), com homogeneidade de uso nas quintas e sextas-feiras (27,8% cada), além de alguma intensificação no domingo (33,3% – Figura 72). Destaca-se, todavia, a não frequência da praça na terça-feira. Embora proporcionalmente haja relativa homogeneidade de frequência segundo os dias, a grande alternância da quantidade de utilizações durante aqueles considerados “úteis” não permite a avaliação de regularidade de frequência nesta praça, revelando picos. Assim, há alinhamento com o embasamento de Fermino, Reis e Cassou (2012) a respeito da utilização regular estar mais relacionada à não dependência de companhia por parte dos usuários, ao contrário do que ocorre nos jogos de futebol. Porém, os resultados obtidos neste espaço são um pouco diferenciados dos de Lima (2015), Nogueira (2016) e Sehli (2015) a respeito da predominância de uso de praças nos finais de semana.

Figura 71: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de período de uso do espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 72: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana no espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

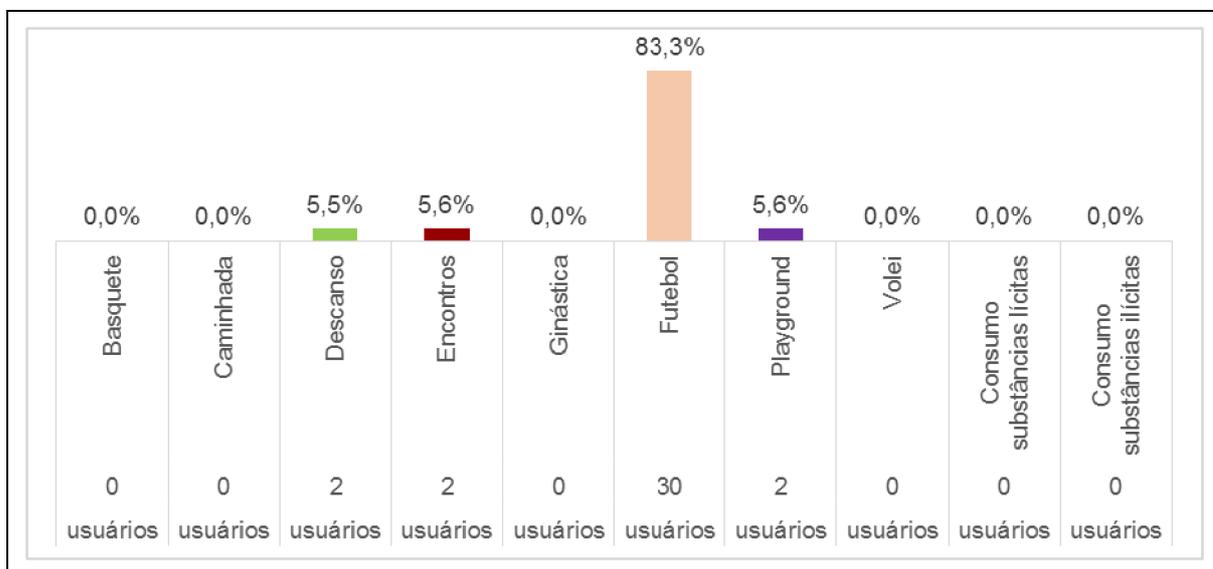
Pela Figura 73, nota-se que a espacialização dos frequentadores em suas atividades se limitou, durante os levantamentos de campo, às áreas com equipamentos. O uso foi predominantemente relacionado à prática de futebol (Figura 74), realizada por homens na sua totalidade (Figura 75), de faixa etária criança – 12,8% desses - e adolescente – 87,2% desses. Em menor quantidade, foram assinalados os usos dos espaços para encontros (5,6%) e brincadeiras no *playground* (5,6%), além do descanso (5,5%). A totalidade de uso do espaço limitada às áreas com equipamentos é um indício tanto da falta de manutenção da vegetação rasteira, limitando, assim, seu uso, quanto da rigidez espacial, restringindo, portanto, a multifuncionalidade e a interação entre subespaços (DARODA, 2012; HOLANDA, 2002).

Figura 73: Mapa de localização dos usuários por atividade no espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



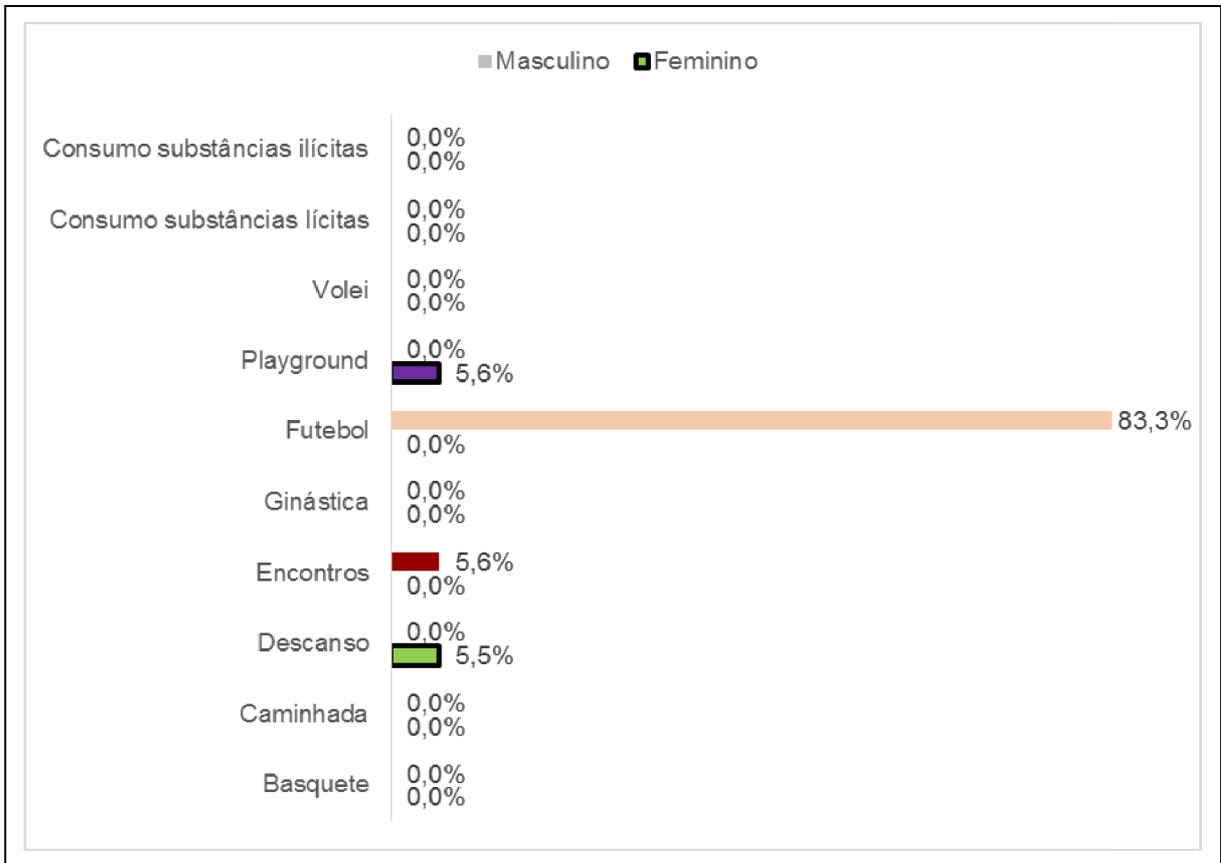
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017) e nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 74: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade no espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 75: Gráfico de proporcionalidade e relação entre atividade e gênero dos usuários no espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade



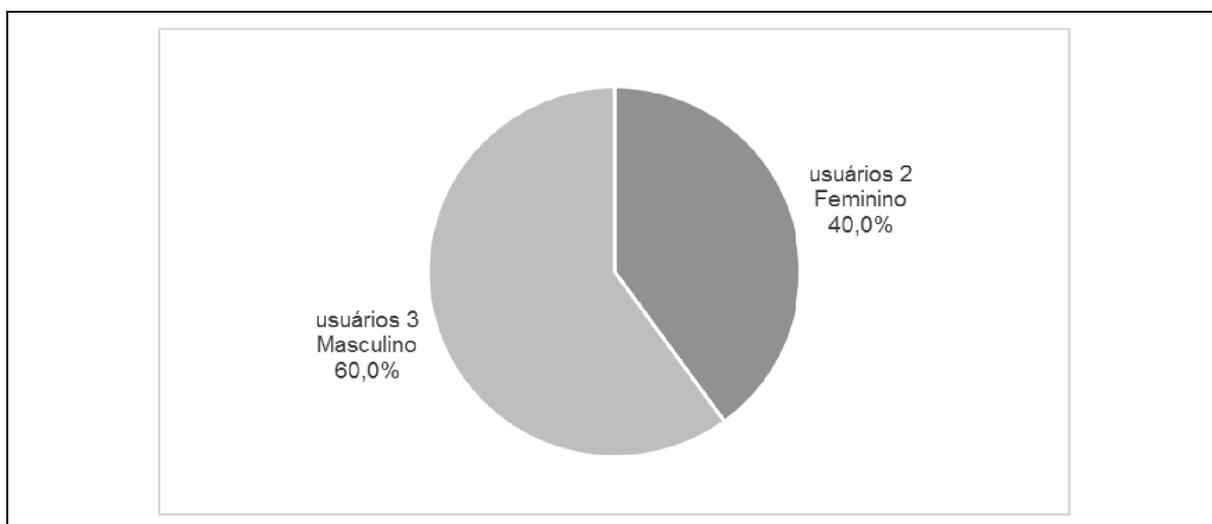
Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

De modo geral, o espaço 3 tem razoável utilização dos seus equipamentos, revelando o seu bom estado. O fato de ter sido revitalizado é benéfico à sua apropriação pela população (RICARDO et al., 2013), bem como a motivação desse processo – a implantação da estação sustentabilidade. Conforme Davidson e Cotter (1991), a participação da população em atividades comuns, como a reciclagem de resíduos nesta praça, vai além do compartilhamento do mesmo local, gerando relações mais profundas na comunidade, incentivando a união da sociedade e o bem-estar individual.

5.2.4 Espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos

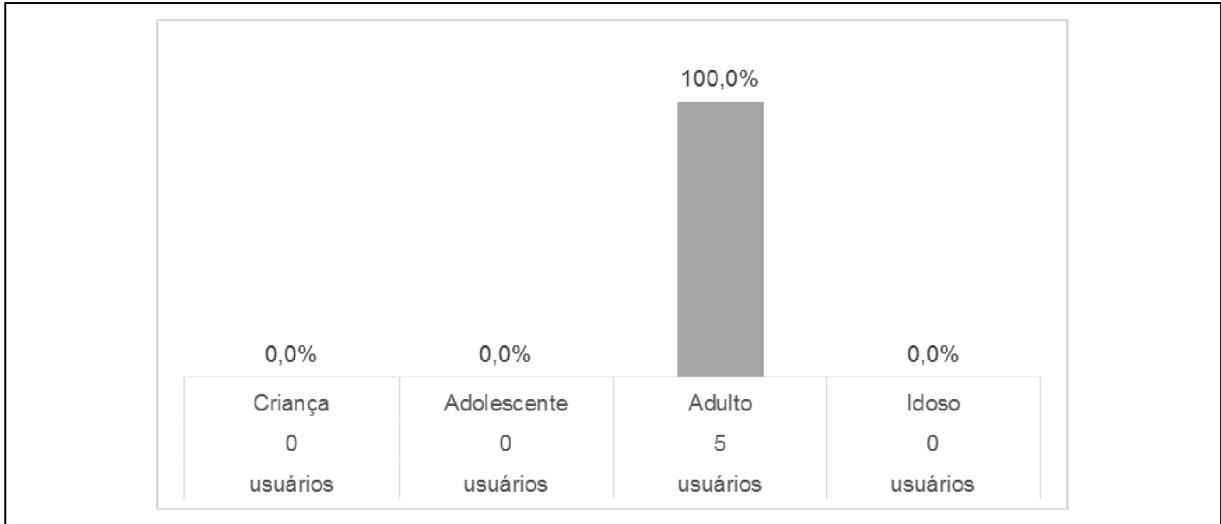
Esta praça teve a menor frequência, somando apenas cinco usuários (1,5% do total) durante todo o período de análise, também com maior quantidade de homens (60,0% – Figura 76) e com a totalidade de adultos (100,0% – Figura 77). A quantidade tão reduzida de frequentadores mostra o sentimento de falta de apropriação pela população em relação a este local, a qual, tendo opções, busca outros espaços livres públicos voltados ao lazer (DARODA, 2012).

Figura 76: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

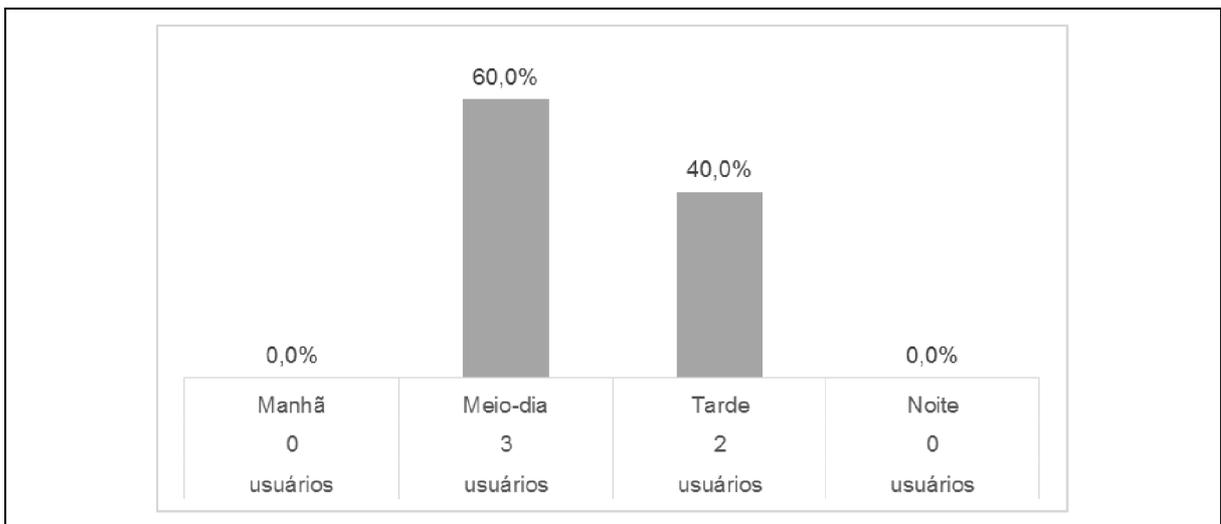
Figura 77: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

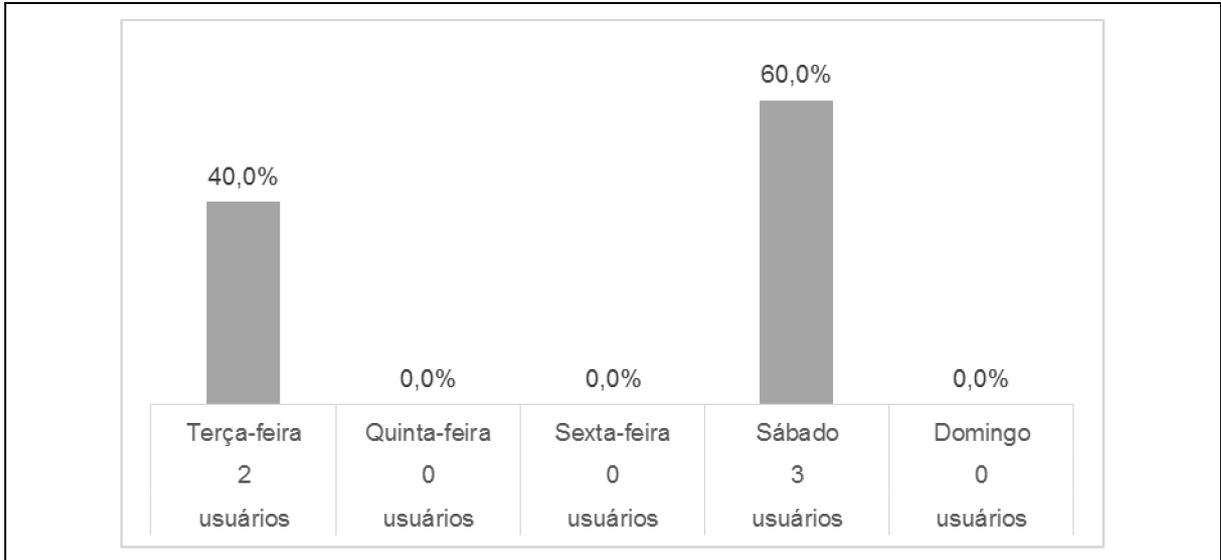
De forma diferenciada dos demais espaços de referência, o período prevalente foi o meio-dia (60,0% – Figura 78), sem utilização pela manhã e à noite, com frequência preferencial no sábado (60,0% – Figura 79).

Figura 78: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de período de uso pelos usuários do espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

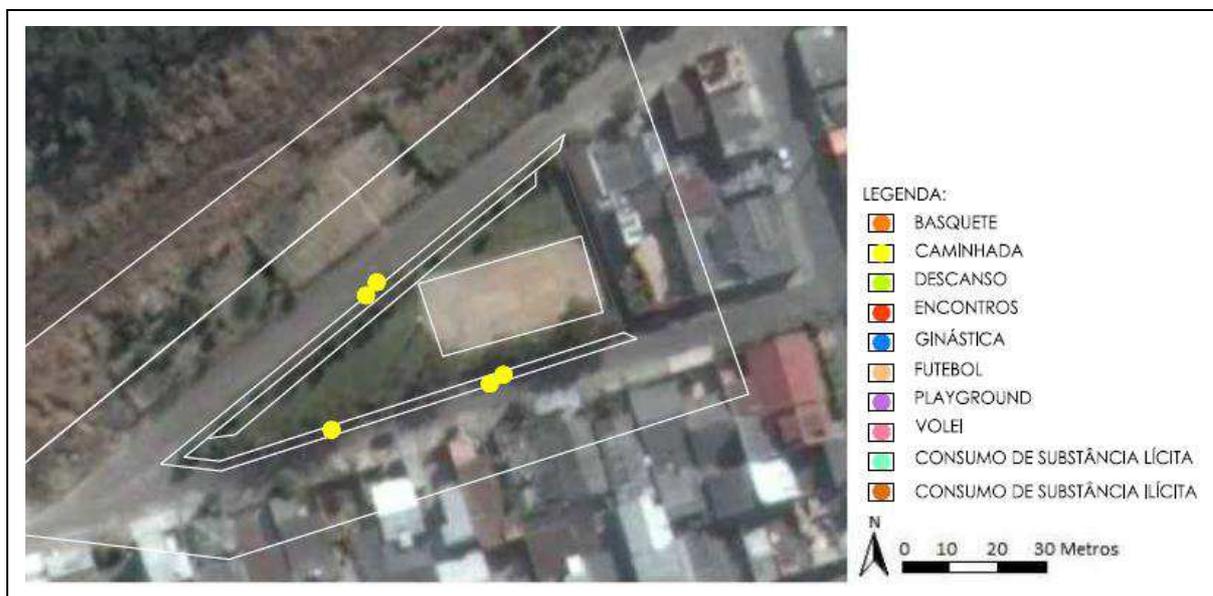
Figura 79: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

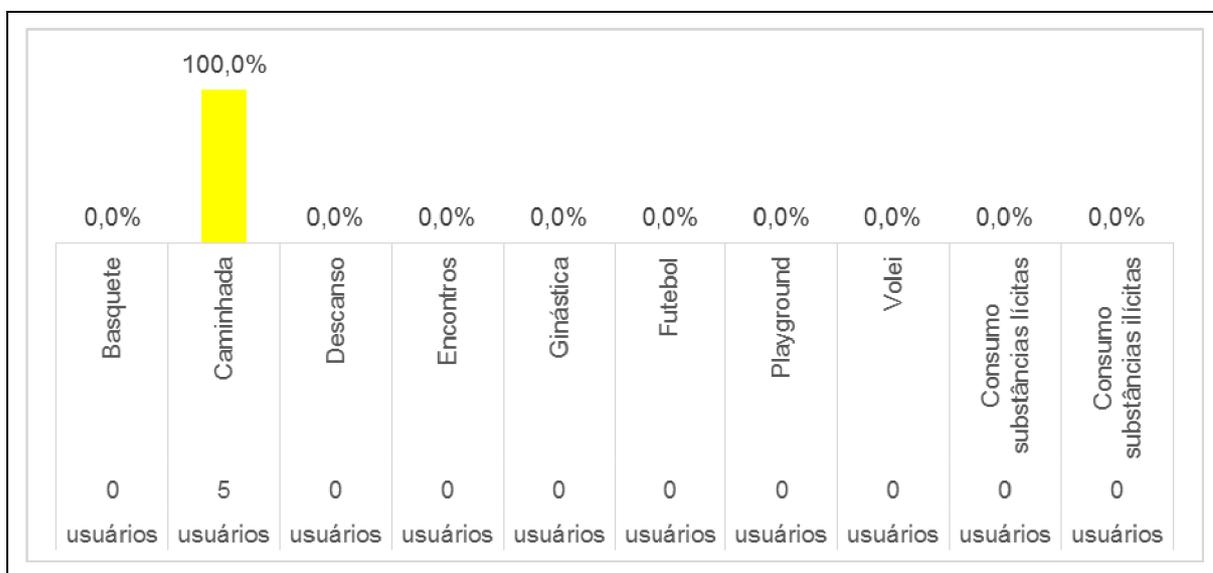
Esses poucos usuários foram encontrados, em sua totalidade, apenas de passagem, em atividade de caminhada nos limites do espaço (Figuras 80 e 81), com predomínio (60,0%) de transeuntes do sexo masculino (Figura 82). Mais uma vez, é possível aliar a sensação de insegurança aliada à baixa frequência. Embora seja uma área residencial com casas com visibilidade para a rua, a falta de pontos comerciais, por exemplo, pode ser um dos motivos para a ausência de “olhos da rua” (JACOBS, 2011). Por sua vez, a insuficiência de manutenção cria uma atmosfera de abandono dos espaços pela população e, até mesmo, dos órgãos públicos (RICARDO et al., 2013).

Figura 80: Mapa de localização dos usuários por atividade no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



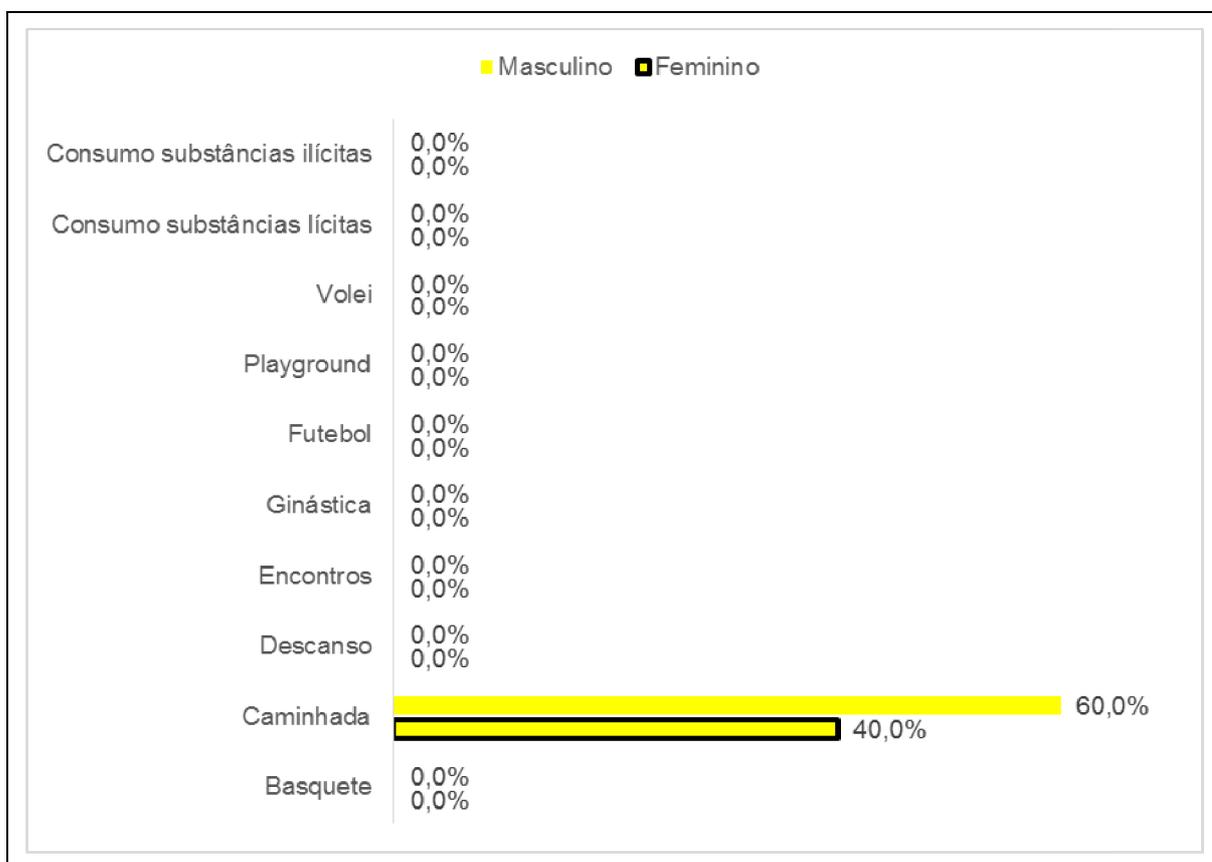
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017) e em procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 81: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Figura 82: Gráfico de proporcionalidade e relação entre atividade e gênero dos usuários no espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos detalhados no item 2.3.3 – Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica.

Projetada para apenas uma opção de uso – prática esportiva –, é possível identificar a rigidez formal e funcional da praça, a qual, equipada somente com um campo de futebol, atualmente degradado, sofre a competição do revitalizado espaço 3 nas suas proximidades, o que possivelmente gera a possibilidade de escape para a sua utilização (DARODA, 2012). Inclusive, a área gramada, que poderia ser utilizada de forma voluntária, encontra-se sem manutenção, e os arbustos e árvores nas limitações do espaço, potenciais para a sua valorização, não têm sido mantidos e prejudicam a visibilidade do entorno, contribuindo para a sua vulnerabilidade à criminalidade (JACOBS, 2011; LIMA, 2015).

A partir das análises individuais a respeito da qualidade das paisagens e da socialização nos espaços livres selecionados, busca-se, na próxima subseção, a avaliação integrada com vistas à síntese dos principais resultados, relacionando-os a diretrizes de gestão pública.

5.3 AVALIAÇÃO INTEGRADA

Como antes citado, nesta subseção são inter-relacionados os resultados anteriormente encontrados, visando à análise conjunta da qualidade das paisagens e da socialização nos espaços de referência. Nesse contexto, são sistematizados subsídios para o planejamento de paisagens socializadas e de gestão democrática de cidades.

5.3.1 Qualidade paisagística

A análise conjunta da qualidade das paisagens dos espaços de referência (Figuras 83 e 84) revela maior proporção para as classes superiores (55,7%). As melhores condições são encontradas na Praça Central da Vila Verde (espaço 1) e as piores na Praça da Rua Márcio Santos (espaço 4). Em função dos seus posicionamentos geográficos na área de estudo – cêntrico e perimetral, respectivamente –, a manutenção e a limpeza são mais eficientes no primeiro caso, o qual é alvo de maiores investimentos públicos; no segundo logradouro, além de particularidades espaciais adversas, é expressiva a sensação de insegurança.

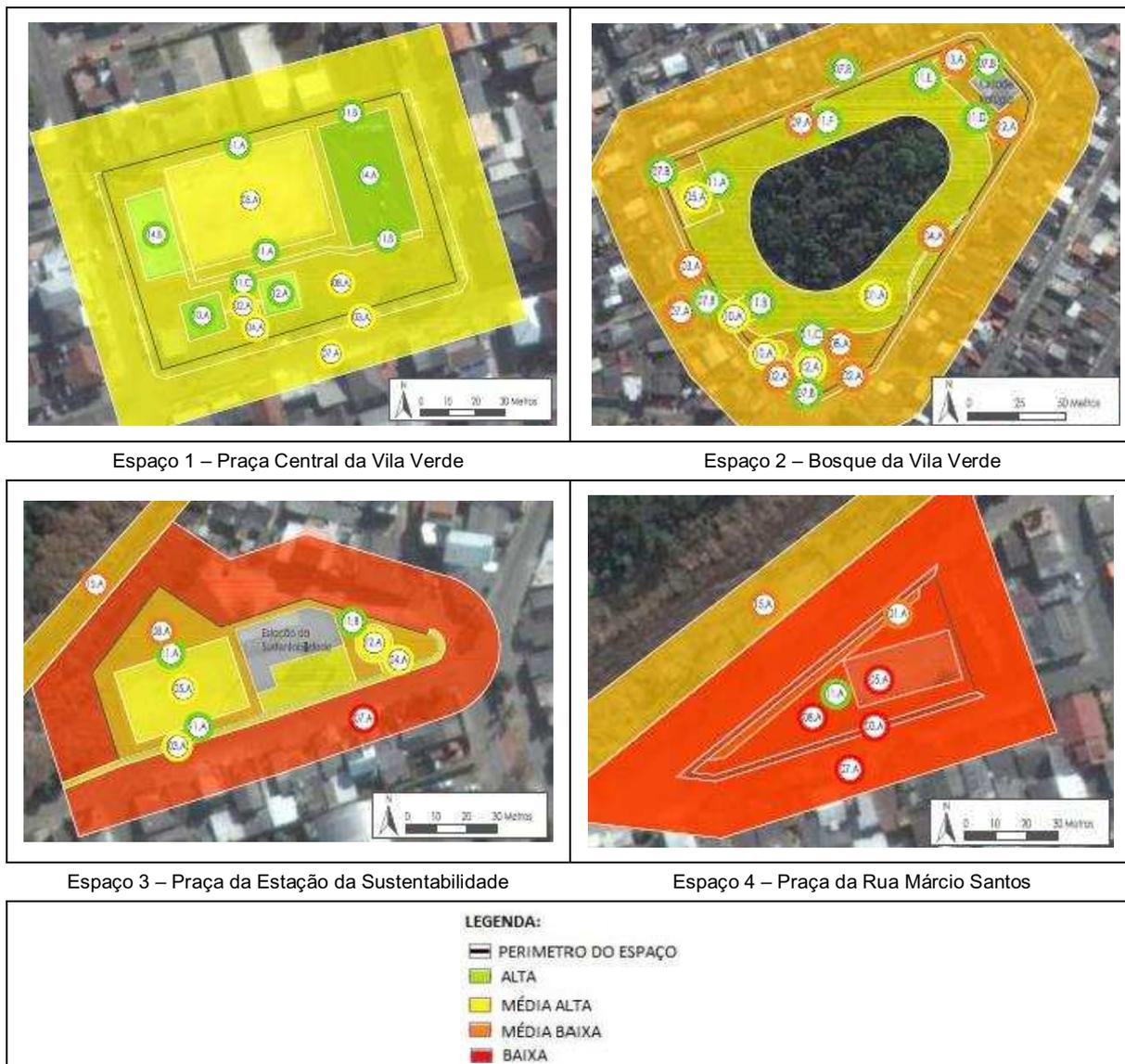
Assim, o planejamento dessas áreas deve levar em consideração não somente referências teórico-conceituais, físico-locacionais, estético-funcionais, técnico-construtivas e socioeconômicas, dentre outras (HARDT, 2008), mas também a sua conseqüente conservação.

A elaboração de projetos paisagísticos deve partir da interpretação da paisagem como resultado das ações do homem sobre o espaço, refletindo, assim, suas características culturais e seus valores.

Em qualquer uma das suas fases projetuais, o agenciamento deve associar tanto aspectos artísticos a princípios técnicos quanto condições locais às características do entorno, relacionando, também, finalidades de uso do local projetado com fundamentos de conservação [...].

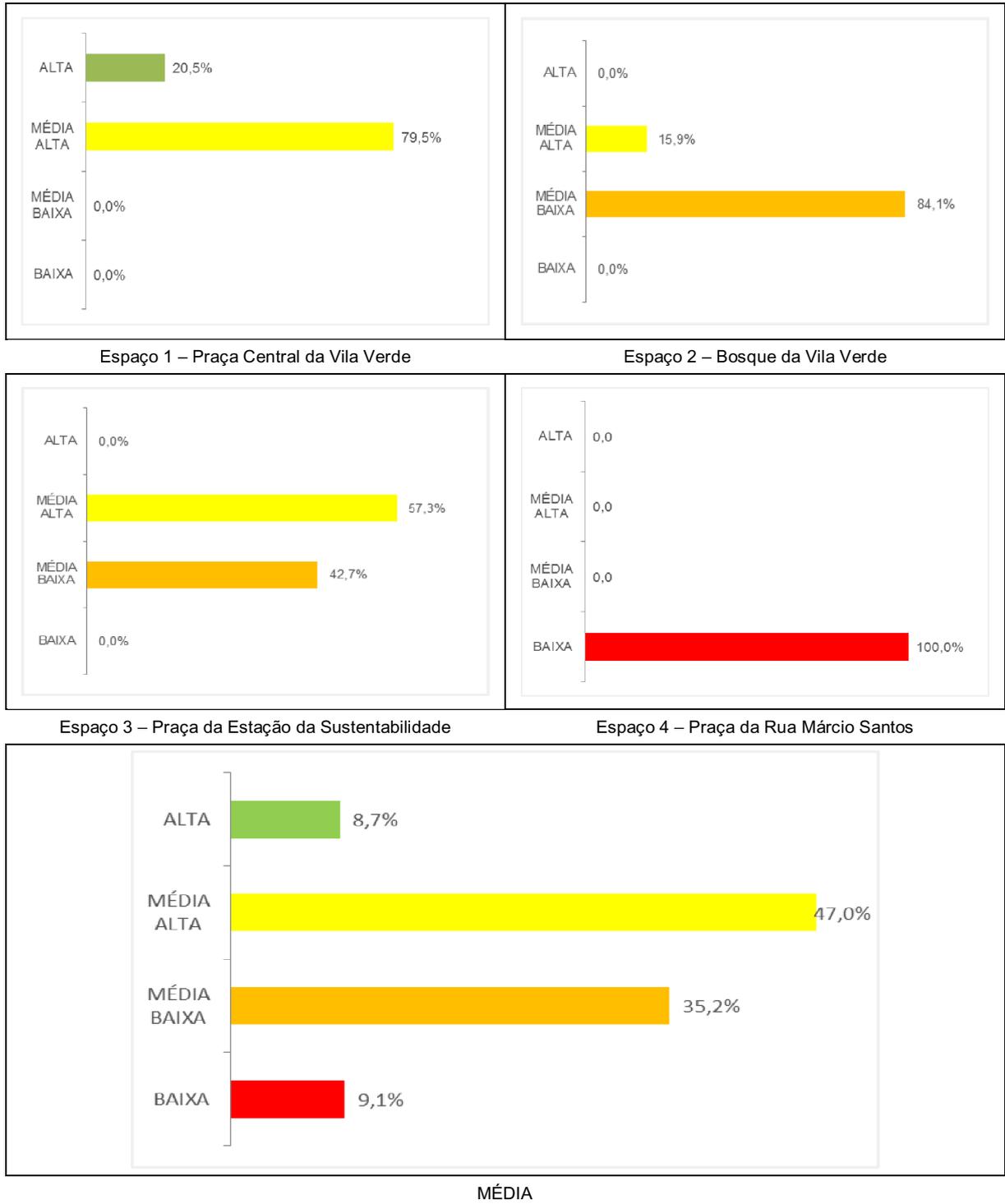
Como conseqüência, cada uma das etapas do planejamento deve buscar a sustentabilidade das propostas em suas diversas vertentes: física, biológica, territorial, social, econômica e institucional (HARDT, 2010, p.8).

Figura 83: Mapas de classes de qualidade paisagística dos espaços de referência



Fonte: Elaborada com base na subseção 5.1 – Qualificação das paisagens.

Figura 84: Gráficos de classes de qualidade paisagística dos espaços de referência



Fonte: Elaborada com base na subseção 5.1 – Qualificação das paisagens.

Em seus estudos sobre sintaxe espacial associada à prevenção do crime, Hillier (2007) afirma que a conectividade das vias e a integração dos espaços ampliam as sensações de segurança. Esse fato está intimamente relacionado à intervisibilidade local, a qual, para Nogueira (2016), é condicionante para a apropriação espacial. Dessa maneira, a gestão pública deve atentar para configurações urbanísticas que garantam assertivos níveis de permeabilidade visual.

Vale a pena enfatizar que, como usuários, não é possível negar a ligação afetiva, evidenciando relações topofílicas com o local. Ainda que esse aspecto seja preterido ou ocultado em muitas investigações acadêmicas, nenhum recorte espacial é possível sem essa conexão sensível, determinando distintos olhares sobre a intervisibilidade da paisagem e dos processos imagéticos decorrentes (FORTUNATO; BASTIDAS; GUIMARÃES, 2011, p.39).

Não obstante a presença de fundos de vale no entorno dos espaços de referência, suas condições naturais, normalmente positivas em termos paisagísticos, não elevaram a qualidade desses locais (espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade – e espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos). Tratando de APPs, Freitas et al. (2013, p.443) expõem que:

apesar da conscientização pelas questões ambientais, existe uma crescente pressão sobre os recursos naturais. A análise do uso e da ocupação das terras é um ponto de partida para adequação do ambiente antrópico, cuja capacidade de suporte é, portanto, fundamental para a criação de modelos de gestão.

Assim, a vegetação pode tanto valorizar ambiências como gerar problemas ao meio urbano, sendo de grande relevância o seu adequado gerenciamento nas cidades (HARDT, 2000). Quanto à qualidade paisagística em espaços livres públicos, é possível diagnosticar que:

- a) a condição estética afeta não somente parâmetros qualitativos em termos visuais, mas também a frequência de uso, o sentimento de pertencimento e o incentivo ao tipo de utilização do local (ALEX, 2011; JACOBS, 2011; LIMA, 2015);
- b) a boa qualificação do entorno e da sua infraestrutura, inclusive com presença de comércio, incentiva a circulação de pessoas e, com isso, a vigilância natural do espaço e a sensação de segurança (ALEX, 2011; CASSOU, 2009; HILLIER, 2007; JACOBS, 2011; RICARDO et al., 2013);

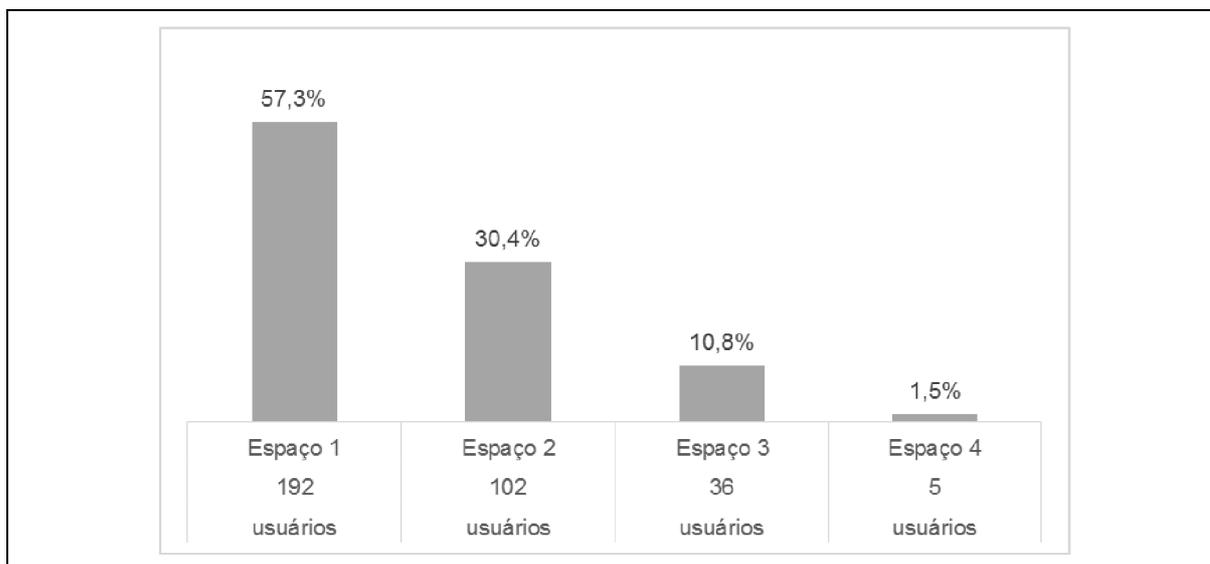
- c) luminárias com resolução estética e graus de iluminação convenientes ao local influenciam nas suas alternativas de utilização e na sua valorização espacial (AFONSO, 2012; HARDT; HARDT, 2012);
- d) a vegetação, dentre outros elementos naturais, pode distinguir ou desvalorizar a paisagem, conforme o seu estado e posicionamento; para o incentivo da socialização, é importante que árvores não bloqueiem a visibilidade do entorno e sejam dispostas em locais estratégicos; por sua vez, a cobertura vegetal rasteira deve ter manutenção constante, possibilitando a permanência de pessoas (HARDT, 2000; 2010; JACOBS, 2011; NOGUEIRA, 2016);
- e) a diversificação de equipamentos e a sua interligação afetam a multifuncionalidade espacial, ampliando as possibilidades de uso e permanência de pessoas no local (DARODA, 2012; LAMAS, 2007).

Em síntese, a qualidade paisagística não apenas incorpora questões espaciais e ambientais, estando também relacionada com valores sociais e culturais, como adiante apresentado.

5.3.2 Sociabilidade espacial

Dos 335 usuários das praças e do bosque em estudo, 57,3% frequentavam o espaço 1 – Praça Central da Vila Verde (Figura 85), justamente aquele com melhor qualidade paisagística, em contraposição ao 4 – Praça da Rua Márcio Santos, com menor frequência (1,5%) e pior condição qualitativa dos seus cenários. Esses resultados corroboram os de Lima (2015) e de Sehli (2015), que também observam relação entre níveis de qualidade da paisagem e graus de utilização de praças. Como defende Alex (2011), a variedade espacial pode potencializar a frequência de espaços livres públicos.

Figura 85: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por espaço de referência

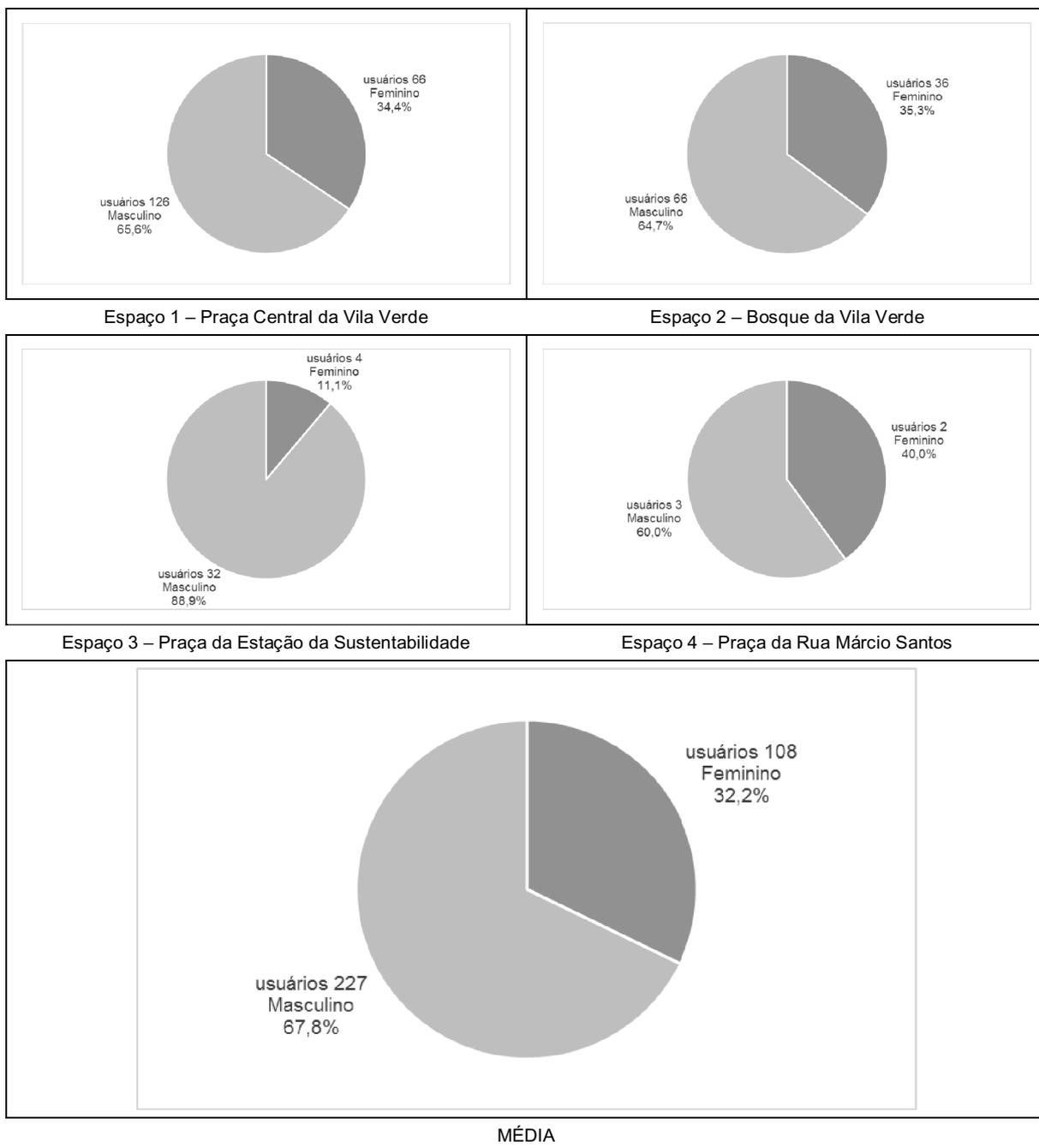


Fonte: Elaborada com base na subseção 5.2 – Socialização nos espaços.

Notas: Espaço 1 = Praça Central da Vila Verde
 Espaço 2 = Bosque da Vila Verde
 Espaço 3 = Praça da Estação da Sustentabilidade
 Espaço 4 = Praça da Rua Márcio Santos

Também houve predominância do público masculino (67,8% – Figura 86), o que difere da realidade da população da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC), onde, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), há certo equilíbrio de proporcionalidade entre homens e mulheres (48,6% e 51,4%, respectivamente). Os resultados alcançados, entretanto, são concordantes com os obtidos pela pesquisa de Lima (2015), também focada na Regional CIC, na qual foi encontrada a proporção de 64,4% de homens utilizando espaços livres públicos. A complementação de respostas voltadas ao mesmo direcionamento reforça sua veracidade e subsidia o embasamento de subsídios à gestão de cidades.

Figura 86: Gráficos de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários nos espaços de referência



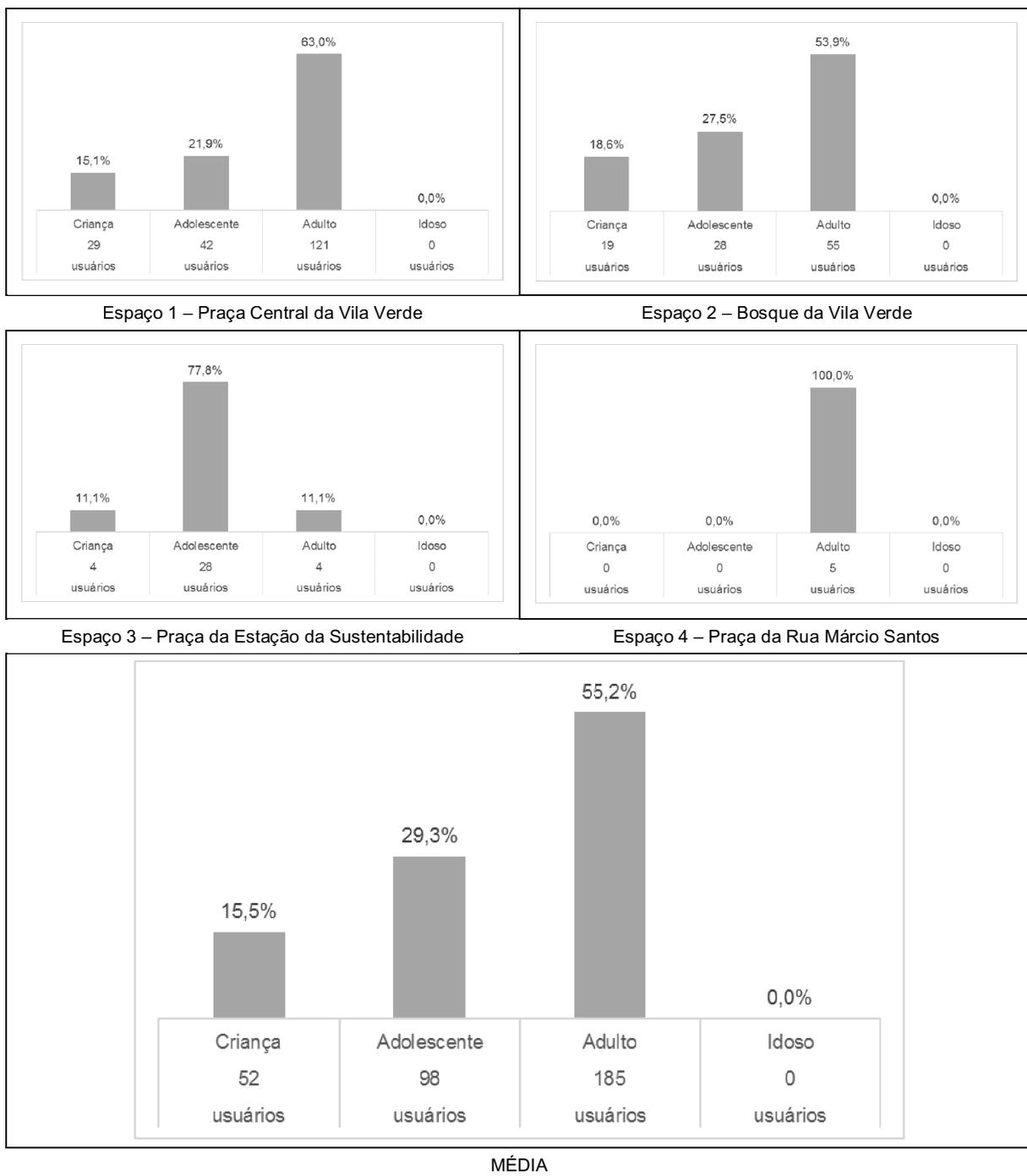
Fonte: Elaborada com base na subseção 5.2 – Socialização nos espaços.

Segundo as quatro categorias de idade, foi registrada maior quantidade de adultos (21 a 60 anos – 55,2% – Figura 87), com média frequência de adolescentes (29,3%), poucas crianças (15,5%) e nenhum idoso. Apesar da relativa semelhança com as informações do IBGE (2010) para a Regional CIC (18,5% de crianças, 10,8% de adolescentes, 63,3% de adultos e 7,5% de idosos), vale ressaltar a baixa frequência infantil e a ausência da terceira idade nos espaços de referência. Baixos índices para este último público também foram constatadas nas outras pesquisas antes mencionadas, com Lima (2015) encontrando 19,2% de crianças, 26,6% de adolescentes, 47,2% de adultos e apenas 6,8% de idosos, enquanto que Sehli (2015) registra as proporções de 12,0% de crianças, 17,0% de adolescentes, 60,0% de adultos e 11,0% de idosos. A não identificação destes últimos nas praças em análise, mesmo justificada pela menor amostragem populacional, pode refletir as preocupações de Schjetnan et al. (2008) tanto sobre a indisponibilidade de infraestrutura para esta faixa etária quanto a não apropriação desses locais por este grupo social. Por sua vez, Hardt (2010) alerta para a importância do planejamento da paisagem dos espaços abertos visando ao atendimento de ampla gama de características, inclusive relativas à idade, dos seus potenciais usuários.

Dentre os quatro horários observados (Figura 88), o de maior frequência em todos os espaços selecionados foi a tarde (entre 15h30 e 16h30), com 52,0% dos usuários. Houve relativo equilíbrio entre os demais: meio-dia (entre 12h30 e 13h30 – 18,8%), manhã (07h30 e 08h30 – 14,9%) e noite (entre 18h30 e 19h30 – 14,3%). O período vespertino também foi averiguado como o de maior frequência nas pesquisas de Lima (2015) e Sehli (2015), com 26,9% e 62,0% respectivamente. Vale lembrar que variações climáticas podem influenciar decisivamente os horários de utilização de áreas livres (HENDERSON; FRELKE, 2000; MATOS, 2000).

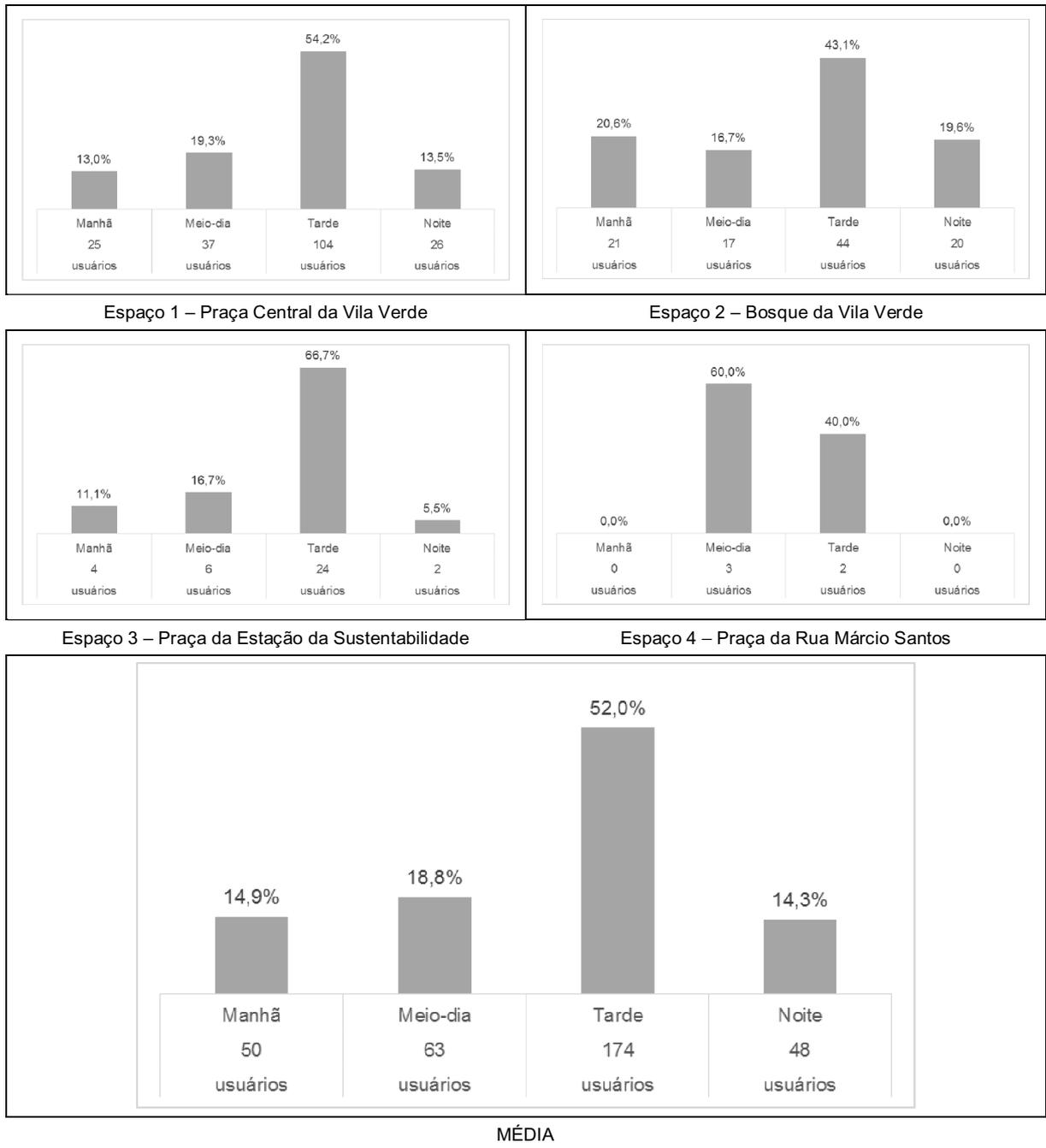
O dia com maior índice de frequentadores (Figura 89) foi, com grande margem de diferença, o domingo (43,6%), mantendo-se relativamente equilibrada a frequência entre os outros. Para Lima (2015) e Sehli (2015), o uso de praças também foi intensificado em finais de semana, com 44,5% e 57,0% de usuários, respectivamente. Porém, diferente da presente investigação, aquele autor identificou maior público no sábado, com 23,7% dos frequentadores, restando 20,8% para o domingo. O uso em dias não úteis, como já discutido, deve-se à disponibilidade de tempo para a classe trabalhadora.

Figura 87: Gráficos de quantidade e proporcionalidade de grupos etários dos usuários nos espaços de referência



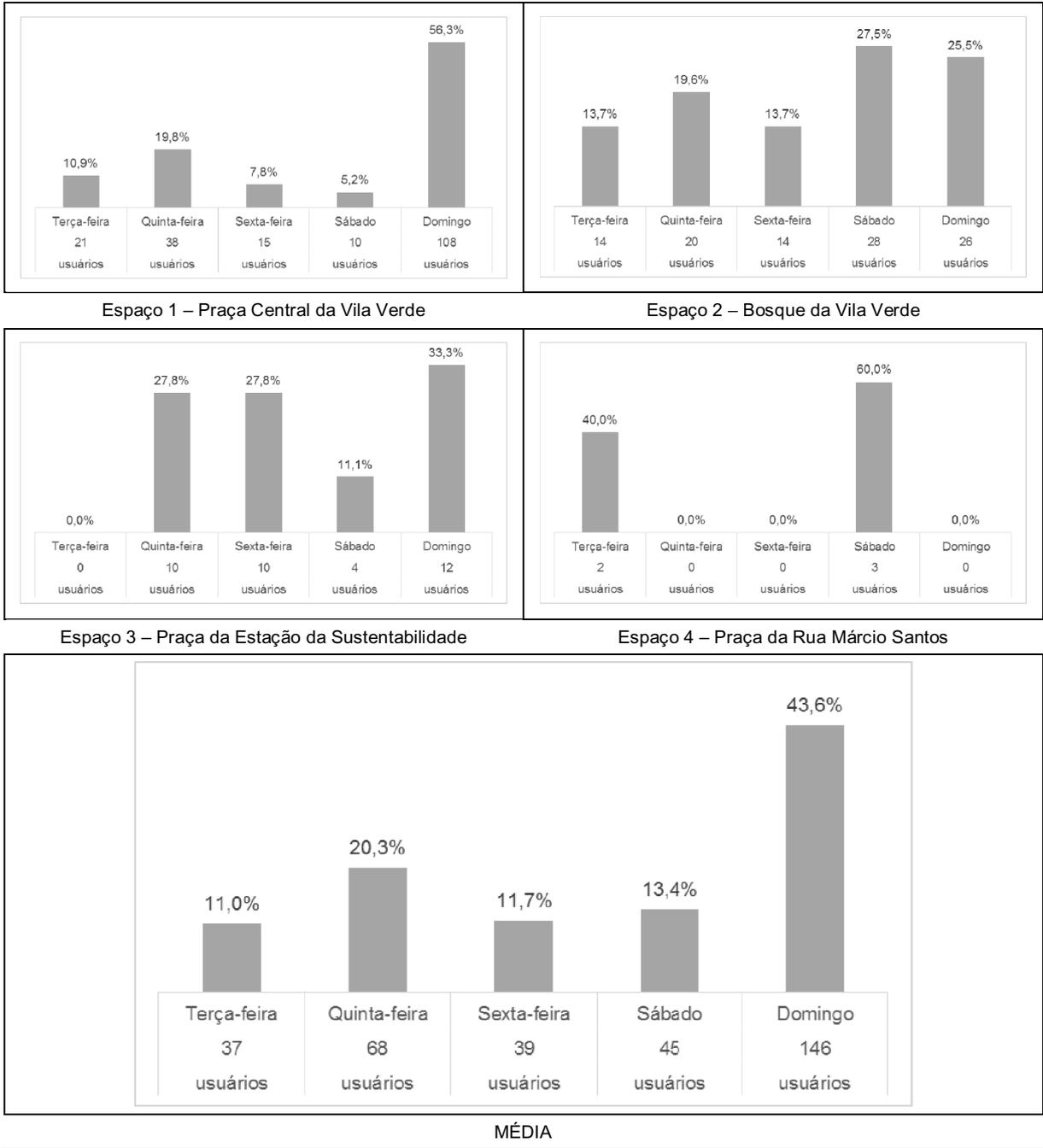
Fonte: Elaborada com base na subseção 5.2 – Socialização nos espaços.

Figura 88: Gráficos de quantidade e proporcionalidade de períodos de uso nos espaços de referência



Fonte: Elaborada com base na subseção 5.2 – Socialização nos espaços.

Figura 89: Gráficos de quantidade e proporcionalidade de usuários por dia da semana nos espaços de referência

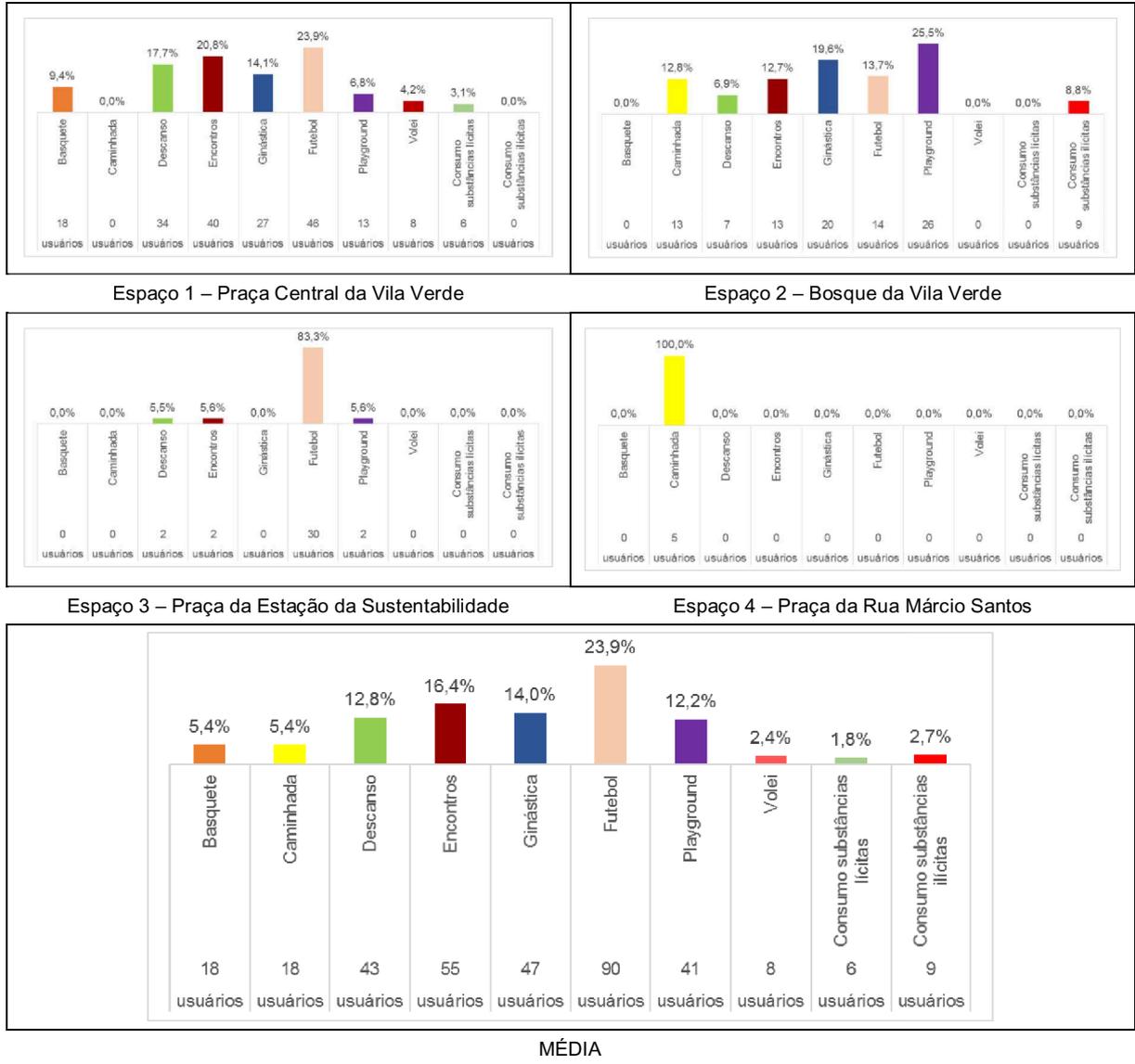


Fonte: Elaborada com base na subseção 5.2 – Socialização nos espaços.

De maneira genérica, as atividades identificadas nas praças e no bosque da Vila Verde se relacionam diretamente ao incentivo de utilização por meio de mobiliário e componentes espaciais (Figura 90), com a maior parte do público se concentrando em áreas equipadas. Fermino, Reis e Cassou (2012) acreditam que diferentes padrões de atividades possam estar vinculados aos usos disponibilizados pelos locais, como pistas de caminhada e quadras para esportes estruturados, como futebol e basquete, por exemplo. Os autores afirmam que cada tipo de espaço tem um modelo de estruturas associado. Porém, Cunha e Orth (2000) comentam que nem sempre isso ocorre, podendo, em algumas áreas, o uso ser diferenciado do previsto preliminarmente por seus gestores, como resultado de dinâmica urbana e social própria. Em pesquisa sobre parques urbanos em Curitiba, Reis (2001) sugere que esses locais são valorizados para a prática de atividades físicas.

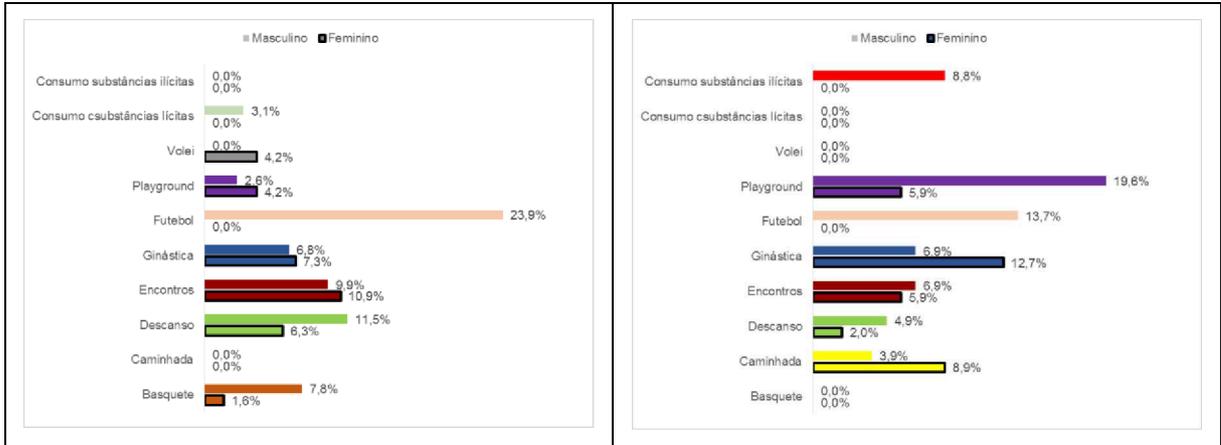
Segundo o gênero (Figura 91), percebe-se que, em média, os homens além de frequentarem mais os espaços de referência, também são os mais assíduos na prática de esportes, de modo que seus maiores agrupamentos foram identificados em campos de futebol. De outra maneira, o público feminino se concentrou mais em áreas de ginástica, que não exige acompanhamento, revelando, portanto, maior individualidade. Mesmo assim, em geral os usuários se encontravam em grupos ou duplas. As proporcionalidades de descanso (média de 12,8%) e de encontros (média de 16,4%) foram aproximadas, com o primeiro se referindo a pessoas sentadas ou apoiadas, e o segundo a indivíduos em movimento interagindo com outras. A grande concentração de encontros limítrofe ao campo de futebol é atribuída, em grande parte, a espectadores do jogo durante campeonato. Ações realizadas em praças e parques, com eventos de interesse da população, como competições e programas de promoção à atividade física, podem ser influenciadoras da frequência desses espaços (FERMINO, REIS, CASSOU, 2012). No mesmo sentido, Hardt (2008; 2010) lembra a importância de ações para a animação desses locais.

Figura 90: Gráficos de quantidade e proporcionalidade de usuários por atividade nos espaços de referência



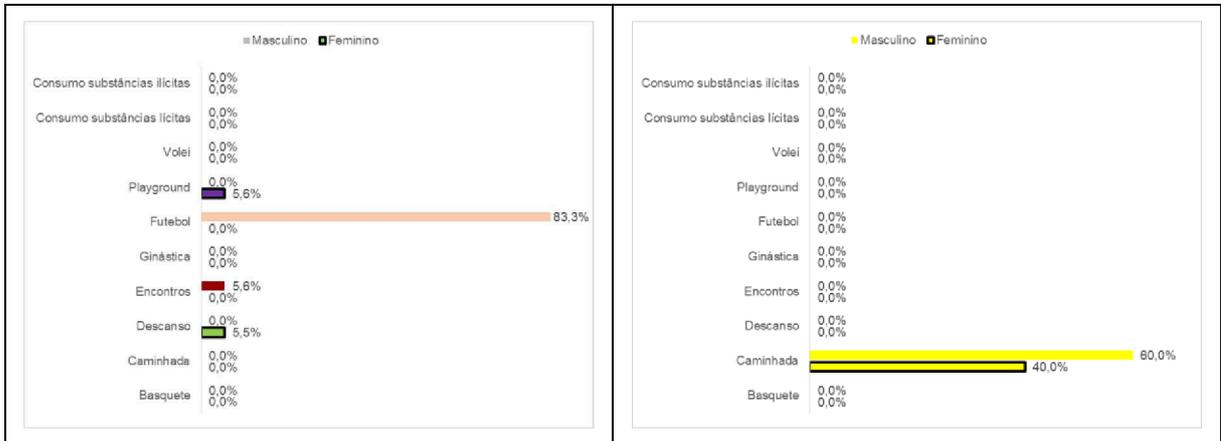
Fonte: Elaborada com base na subseção 5.2 – Socialização nos espaços.

Figura 91: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por gênero nos espaços de referência



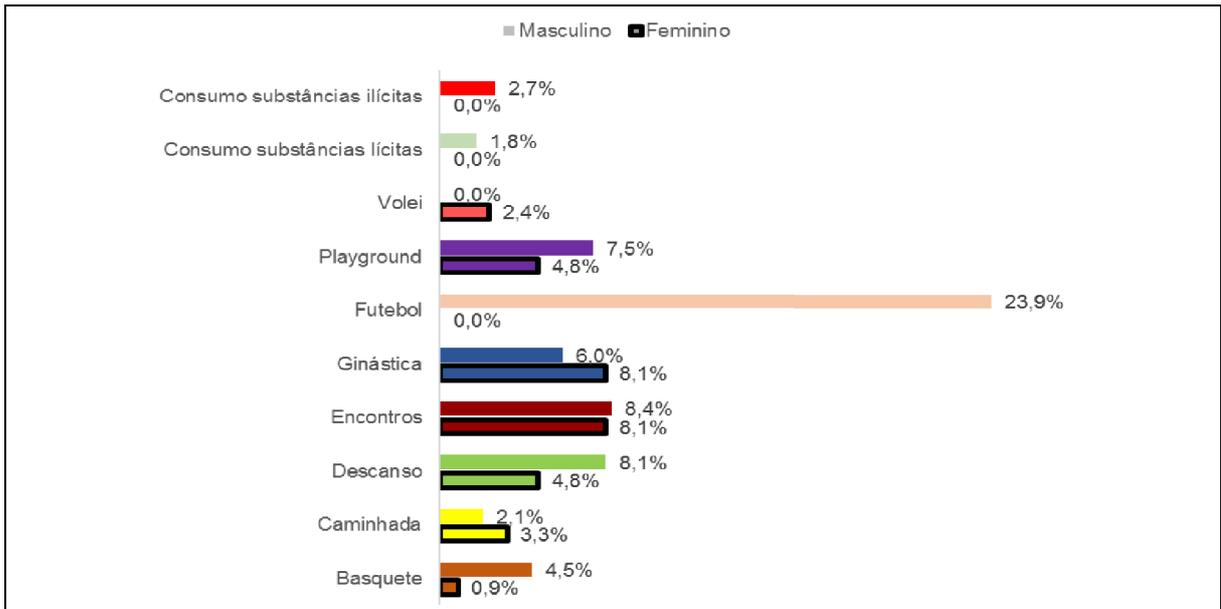
Espaço 1 – Praça Central da Vila Verde

Espaço 2 – Bosque da Vila Verde



Espaço 3 – Praça da Estação da Sustentabilidade

Espaço 4 – Praça da Rua Márcio Santos



MÉDIA

Fonte: Elaborada com base na subseção 5.2 – Socialização nos espaços.

Com base nos dados sobre sociabilidade espacial, é possível sintetizar alguns apontamentos para o gerenciamento de espaços livres públicos:

- a) há uma busca natural de atividades esportivas pelo público masculino, enquanto que o feminino tende à realização de atividades de lazer, geralmente com os filhos (ZERBINI, 2009);
- b) em alguns casos, o predomínio de homens pode ser interpretado como um indício de bloqueios à permanência das mulheres nesses locais, pois tendem a ser mais criteriosas na sua utilização e exige maior sensação de segurança (WHITE, 1980; ZERBINI, 2009);
- c) a frequência habitual dos espaços é relacionado tanto à atividade física individual quanto à presença de companheiros (FERMINO, REIS, CASSOU, 2012).

A interpretação conjunta das análises resultantes dos itens 5.3.1 – Qualidade paisagística – e 5.3.2 – Sociabilidade espacial – permite, a avaliação integrada da paisagem socializada como um todo.

5.3.3 Paisagem socializada

Os principais resultados obtidos a partir da classificação do grau de qualidade paisagística e da avaliação da sociabilidade dos espaços de referência são sintetizadas na Tabela 3. Relacionando a quantidade de usuários com as classes qualitativas das paisagens, são contabilizados apenas os componentes conformados como compartimentos espaciais dentro das limitações físicas de cada local, passíveis, portanto, de permanência dos usuários, excluindo-se, assim, os relativos à iluminação, qualidade geral e entorno imediato (ver subseção 2.3.3 - Análise da sociabilidade nos espaços – da seção 2 – Estruturação metodológica). Para sua adequada interpretação, parte da sintetização dos dados relativos ao total dos espaços de referência foi transformada nos gráficos apresentados nas Figuras 92 e 93. Pela sua comparação, diagnostica-se que parte majoritária dos usuários (56,1%) se localizou em compartimentos de qualidade média alta.

Tabela 3: Quantidade e área de componentes, quantidade e proporcionalidade de usuários e taxa de frequência por classes de qualidade paisagística dos espaços de referência

ESPAÇO	CLASSE DE QUALIDADE	QUANTIDADE DE COMPONENTES	ÁREA TOTAL (m ²)	QUANTIDADE DE USUÁRIOS	PROPORÇÃO DE USUÁRIOS (%)	TAXA DE FREQUÊNCIA (usuários por m ²)
Espaço 1	ALTA	3	1.443 *	94	52,8%	0,065
	MÉDIA ALTA	6	5.611	84	47,2%	0,015
	MÉDIA BAIXA					
	BAIXA					
Espaço 2	ALTA		*			
	MÉDIA ALTA	4	927	60	58,8%	0,065
	MÉDIA BAIXA	8	4.914	42	41,2%	0,009
	BAIXA					
Espaço 3	ALTA		*			
	MÉDIA ALTA	4	1.233	36	100,0%	0,029
	MÉDIA BAIXA	1	920	0	0,0%	0,000
	BAIXA					
Espaço 4	ALTA		*			
	MÉDIA ALTA					
	MÉDIA BAIXA					
	BAIXA	3	1.505	5	100,0%	0,003
TOTAL	ALTA	3	1.443	94	29,2%	0,065
	MÉDIA ALTA	14	7.771	180	56,1%	0,023
	MÉDIA BAIXA	9	5.834	42	13,1%	0,007
	BAIXA	3	1.505	5	1,6%	0,003

Fonte: Elaborado com base nas subseções 5.1 – Qualidade dos espaços – e 5.2 – Sociabilidade das paisagens.

Notas: Desconsiderados os componentes externos ao espaço de referência propriamente dito.
* = luminárias não incluídas no quantitativo frente à não constituição de área de permanência dos usuários.

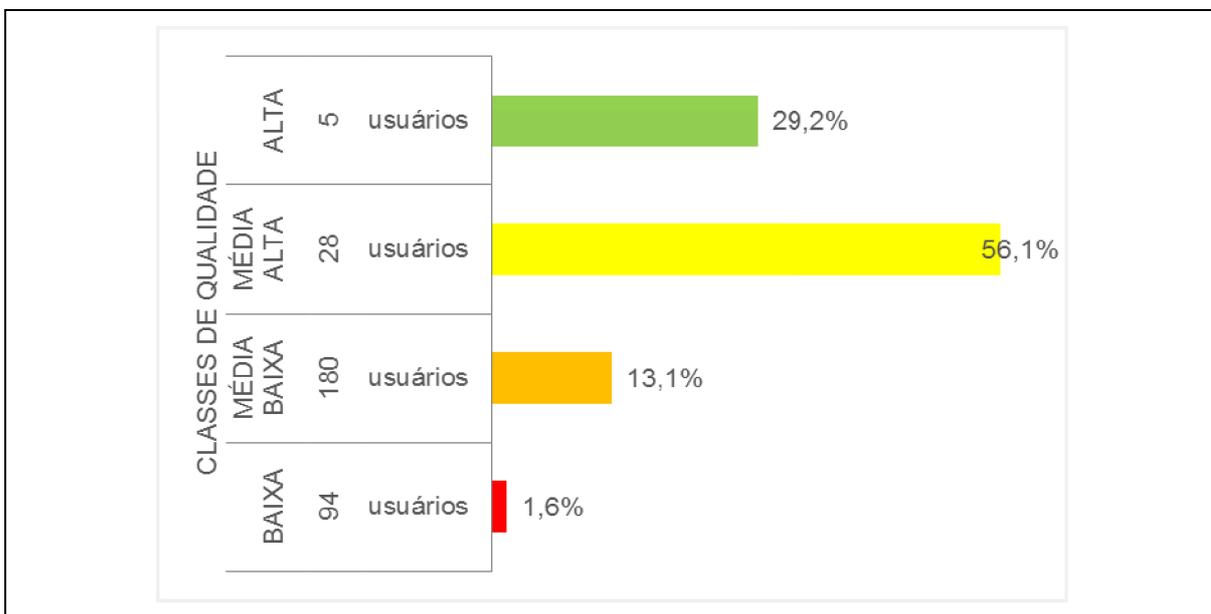
Espaço 1 = Praça Central da Vila Verde

Espaço 2 = Bosque da Vila Verde

Espaço 3 = Praça da Estação da Sustentabilidade

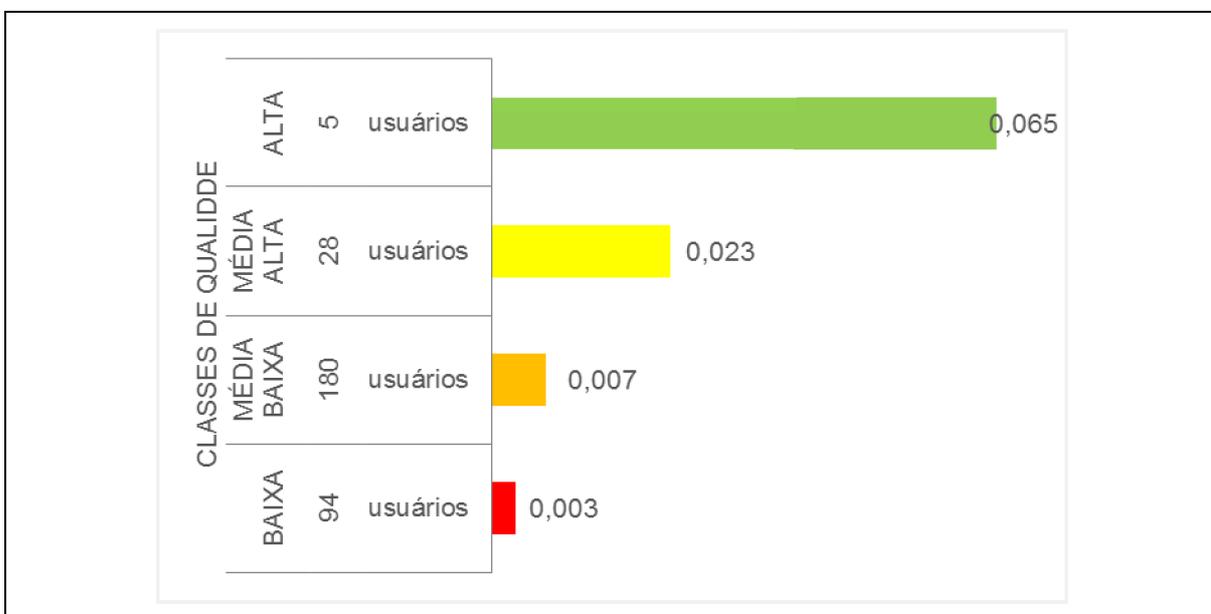
Espaço 4 = Praça da Rua Márcio Santos

Figura 92: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários por classe de qualidade de componentes paisagísticos dos espaços de referência



Fonte: Elaborada com base nas subseções 5.1 – Qualidade dos espaços – e 5.2 – Sociabilidade das paisagens.

Figura 93: Gráfico de quantidade de usuários e taxa de frequência (indivíduos/m²) por classe de qualidade de componentes paisagísticos dos espaços de referência



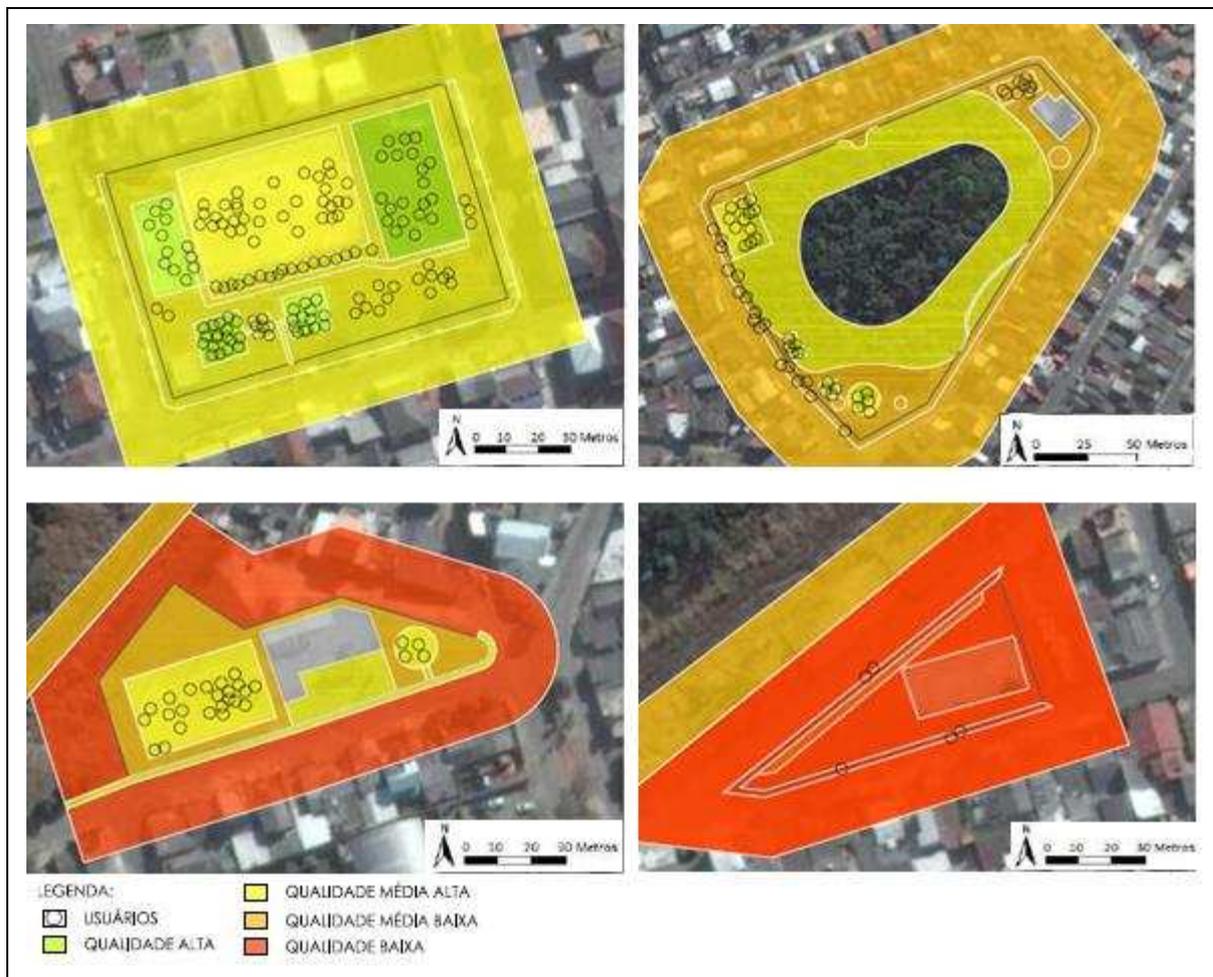
Fonte: Elaborada com base nas subseções 5.1 – Qualidade dos espaços – e 5.2 – Sociabilidade das paisagens.

A relação entre qualidade mais elevada de espaços livres públicos e maior frequência de usuários foi também defendida Lima (2015), Ricardo et al., (2013) e Sehli (2015), dentre outros autores. Vale lembrar que adequados níveis qualitativos permitem o estabelecimento de identidade espacial, a qual contribui para a formação do “lugar” (ANDREOTTI, 2010; SGARD, 2011), ou seja, daquele local que propicia a geração de sentimento de pertencimento na comunidade, com reflexos na qualidade de vida dos cidadãos (HARDT, 2000).

Para que a variável de frequência de usuários não fosse induzida pela de dimensão e oferta de área nos espaços avaliados, foi calculada a densidade de ocupação para a análise mais precisa das proporções encontradas. Assim, a maior concentração (0,065 indivíduos/m²) corresponde aos compartimentos de alta qualidade paisagística. Verifica-se, novamente, a relação entre padrões qualitativos da paisagem e níveis de sociabilidade pelos usos, como acima argumentado.

Pela síntese da espacialização dos quatro espaços de referência (Figura 94), ressalta-se a relevância da presença de compartimentos esportivos e mobiliário direcionados ao uso coletivo como agregadores de maior socialização; porém, a falta de manutenção e a existência de sensação de insegurança nesses locais comprometem as suas funções, como identificado, por exemplo, por Ricardo et al. (2013), no primeiro caso, e por Hillier (2007), Jacobs (2011), Magrini (2014) e Nogueira (2016), no segundo, dentre outros. Nessa mesma conjuntura, a vinculação entre moradores locais pode promover a sua participação conjunta em decisões estruturantes da comunidade acerca dos seus espaços livres (FARIAS; 2011).

Figura 94: Mapas de sobreposição da localização dos usuários às classes de qualidade dos componentes paisagísticos dos espaços de referência



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2017) e nas subseções 5.1 – Qualificação das paisagens – e 5.2 – Socialização nos espaços.

A partir das peculiaridades de cada espaço e dos principais aspectos estudados, é possível arrolar os seguintes indicativos para o planejamento de espaços livres públicos e para a gestão de paisagens socializadas em cidades:

- a) a vinculação da qualidade das paisagens e dos equipamentos à intensidade de uso pelos frequentadores indica que os projetos desses locais devem ser cuidadosamente elaborados, com vistas à prevenção, de um lado, da ociosidade pela baixa frequência e, de outro, da degradação pela superação da sua capacidade de carga;
- b) áreas com maior variedade de equipamentos voltados ao lazer e com proximidade entre eles tendem a ser mais utilizadas; mesmo assim, são necessárias ações constantes de promoção de atividades e de animação de eventos, almejando a sua multifuncionalidade e a sua vitalidade;
- c) apesar de a sensação de segurança nos locais analisados não ser totalmente relacionada ao tráfico e ao consumo de substâncias ilícitas, essa realidade é diagnosticada, por outros trabalhos, para a mesma região de estudo e para localidades em outros recortes geográficos, ressaltando a importância do tratamento desta questão; também há indicativos da sua interligação à frequência de uso e à qualidade paisagística, reforçando, então, algumas das recomendações anteriores;
- d) locais com maior visibilidade e tráfego de pessoas têm, normalmente, melhores condições de socialização, sendo de grande valia a avaliação detalhada do entorno na implantação desses espaços, bem como o cuidado com áreas periféricas e com menor integração visual; também é válida a reciprocidade de atenção no âmbito da gestão urbana, de modo que as características planejadas para as circunvizinhanças não prejudiquem os espaços livres, em termos tanto de qualidade paisagística quanto de sociabilidade espacial;

- e) maiores graus de utilização dos espaços por homens, por adultos, nos finais de semana e no período da tarde indicam a necessidade de investimentos de ações voltadas a esse gênero, faixa etária e interstícios temporais; contudo, devem ser desenvolvidas alternativas para a ampliação das características de uso, de forma a garantir a ampla democratização dos espaços livres urbanos.

Portanto, o planejamento e a gestão de espaços livres públicos não são atrelados somente aos seus limites em si e aos seus próprios componentes, mas também devem ser desenvolvidos sob as óticas do seu entorno, do seu bairro, do sistema integrado dessas áreas e da cidade como um todo. Assim, devem ser levadas em consideração tanto as situações de inserção desses logradouros – específica, local, regional e municipal – quanto as reais necessidades da população e seus hábitos, para que haja a devida apropriação dos espaços pela comunidade, a qual também deve fazer parte desse amplo processo, em suas múltiplas escalas e vertentes.

6 CONCLUSÃO

No âmbito do **recorte processual** da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados foram suficientes para o alcance dos objetivos especificados e para a formulação de respostas à hipótese aventada. Nesse contexto, a sondagem geoestatística propiciou a interpretação conjunta das escalas de contextualização – municipal, regional, local e específica – da área de estudo. Esta, no que lhe concerne, mostrou-se adequada à avaliação pretendida, especialmente pela sua aproximação com trabalhos anteriores sob o mesmo **recorte geográfico**. Todavia, recomenda-se a ampliação da quantidade e da variedade de espaços livres públicos em novas investigações, tanto para o aprimoramento de métodos e técnicas, quanto para o aprofundamento do conhecimento científico sobre a temática.

A adaptação da *Bedimo-Rung assessment tool – direct observation* (BRAT-DO – ferramenta de avaliação de Bedimo-Rung – observação direta) foi eficaz ao tornar possível a classificação da qualidade da paisagem e de seus elementos, viabilizando, assim, o posterior cruzamento de informações. Da mesma forma, o *system for observing play and recreation in communities* (SOPARC– sistema para observação de jogos e recreação em comunidades) também foi eficiente nos requisitos para análise da socialização nos espaços de referência, embora fosse oportuno o maior nível de adaptação dos critérios estabelecidos em situações futuras da sua aplicação.

Mesmo já havendo o ajuste desse sistema para a realização do estudo da sociabilidade, durante o seu desenvolvimento se constatou que seriam adequadas alterações para a análise específica da realidade estudada. Como se trata de uma técnica voltada a atividades esportivas, de fato relevante para a avaliação de usos de praças e parques (nestes inclusos os chamados “bosques”) voltados ao lazer, como foi o caso, sugere-se a incorporação de outras informações passíveis de quantificar e qualificar com maior precisão os graus de interações sociais nessas tipologias espaciais.

De qualquer maneira, por abranger o mapeamento georreferenciado dos usuários, o sistema possibilitou o estabelecimento de relevantes relações entre padrões comportamentais da população e sua respectiva espacialização. Assim, tornou-se factível a associação da sociabilidade espacial à qualidade paisagística, com especial ênfase ao mobiliário e aos equipamentos dos locais estudados.

No enquadramento do **recorte temático** da investigação, o referencial teórico-conceitual acerca da paisagem urbana, da qualidade paisagística, da socialização espacial e dos espaços livres públicos resultou em arcabouço de conteúdo básico sobre as relações entre esses assuntos, permitindo a discussão das informações obtidas pelo estudo. Contudo, destaca-se a necessidade de aperfeiçoamento contínuo da base conceitual da “paisagem socializada”, especialmente perante a sua importância para a determinação de políticas públicas.

Cabe especial destaque, ainda, ao **recorte analítico**, baseado no estudo empírico dos espaços de referência, inseridos nos contextos municipal – Curitiba, regional – Cidade Industrial, local – Vila Verde – e específico – três praças e um bosque – com alcance do primeiro objetivo específico desta dissertação. À visão integralizada dessas escalas na caracterização da área de estudo, são associadas as diferentes experiências do contato direto com as efetivas condições socioespaciais dos locais estudados e da sua vizinhança.

Assim, a classificação da qualidade das paisagens desses logradouros – pertinente ao segundo objetivo específico – oportunizou o reconhecimento de importantes deficiências espaciais, como a degradação paisagística, a sensação de insegurança, a insuficiência de manutenção e a falta de investimentos, dentre outras. Esses aspectos se tornam mais relevantes quando são pertinentes a locais destinados ao usufruto de uma população que se posiciona entre as de menor renda no município e que, a princípio, necessita de maior atenção dos gestores da cidade.

A própria análise da sociabilidade nos espaços – concernente ao terceiro objetivo específico – facultou o reconhecimento dos principais padrões de utilização dos espaços de referência em termos tanto de perfil dos usuários quanto das tipologias de atividades. Nesse quadro, foi identificada a fragilidade social da comunidade local, não apenas por questões acima mencionadas, como também pela constatação de riscos sociais, com especial ênfase ao uso de substâncias ilícitas nessas áreas.

A avaliação integrada dos resultados, correspondente ao quarto e último objetivo específico, possibilitou o enunciado de princípios para planejamento local e gestão urbana referentes, em termos de qualificação paisagística, a condições estéticas, tratamento do entorno, eficiência da iluminação pública, distribuição da vegetação e multiplicidade de funções, dentre outros. Quanto à socialização espacial, essas diretrizes são relacionadas à valorização dos interesses atuais em paralelo à eliminação de eventuais bloqueios à ampliação de usos, individuais e coletivos. Vale ressaltar, ainda, que a diversificação do mobiliário e de setores de lazer em um mesmo espaço refletiu no aumento do índice de frequentadores, principalmente quando somada a elevados níveis de qualidade espacial, boas condições internas de manutenção do espaço e adequadas características externas do entorno.

A inter-relação de resultados também proporcionou a constatação de que a escolha de ambientes para o consumo de substâncias psicoativas, identificado no espaço 2 – Bosque da Vila Verde, foi relativa justamente a uma das áreas de menor visibilidade e fluxo de pessoas. Por outro lado, situações opostas, de caráter positivo, diagnosticadas no mesmo espaço e também no 1 – Praça Central da Vila Verde, coincidiram com a maior utilização espacial, relacionada a atividades esportivas e à interação social.

Assim, há comprovação da **hipótese** aventada de que a sociabilidade em espaços livres públicos é motivada pela sua qualidade paisagística. Porém, é relevante que gestores urbanos observem que a qualificação da paisagem, embora tenha abrangido, neste trabalho de maneira mais efetiva a morfologia e a manutenção espacial, também considera aspectos sociais, como sensação de segurança e fluxos do entorno, por exemplo, ressaltando a importância da união entre diretrizes sob diversos focos analíticos.

Por sua vez, a identificação de espaços com reduzido nível de qualidade paisagística e baixo índice de utilização social serve de especial alerta à gestão desse tipo de logradouro, a fim de reverter esse quadro e de atender às reais necessidades das comunidades locais.

Por fim, cabe reforçar que, apesar de ter sido selecionada uma área específica para a análise empírica da presente pesquisa, o estudo da paisagem socializada é muito mais amplo, tornando imperativa a continuidade de investigações para aprofundamento do tema e assuntos correlatos. Em outra vertente, a avaliação da Vila Verde traz retratos de uma realidade que pode ser expandida a outros locais com características similares, subsidiando os processos de planejamento local e de gestão de cidades, especialmente em um cenário de participação democrática e de igualdade social.

REFERÊNCIAS

- ABADE, Victor Augusto Bosquilia. **Paisagem Socializada**: diagnóstico ampliado de espaços esquecidos na área específica de análise para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba, Paraná. 2015. 20f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2015.
- AFONSO, Taís Maros. **Paisagem iluminada**: análise de cenários urbanos noturnos na região central de Curitiba, Paraná. 2012. 373f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2012.
- ALEX, Sun. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. 2.ed. São Paulo, SP: Editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo – SENAC-SP, 2011.
- AMARO, João Paulo. Sentimento psicológico de comunidade: uma revisão. **Análise Psicológica**, Lisboa, Portugal: Instituto Universitário – ISPA, v.25, n.1, p.2-33, 2012.
- ANDREOTTI, Giuliana. Paisagens do espírito: a encenação da alma. Tradução Kelton Gabriel. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás – UFG, v.4, n.4, p.264-280, dez. 2010.
- ARANTES, Germana de Faria. Intervindo no espaço construído: o caso do parque Vaca Brava. **Estudos – Vida e Saúde**, Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, v.37, n.3, p.501-517, maio-jun. 2010.
- ARAÚJO, Giovana Benevides Sales. **Condomínio horizontais e verticais**: as relações de convivência e conflitos. 2013. 204f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2013.
- ARAUJO, Regina Maria Martins de. **Paisagem iluminada**: análise em vias representativas da memória de Curitiba, Paraná. 2013. 212f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, 2013.
- AZEVEDO, Gabriela Fernandes Neves Luciano de. **Condomínios fechados e a redefinição das relações socioespaciais no espaço urbano**: um estudo de caso na cidade de Natal / RN. 2013. 150f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, 2014.
- BARCELLOS, Tanya Maria Macedo de; MAMMARELLA, Rosetta. **O significado dos condomínios fechados no processo de segregação espacial nas metrópoles**. Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística – FEE – Siegfried Emanuel Heuser, 2007. (Textos para Discussão FEE, 19)

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. **Caderno CRH**, Salvador, BA: Centro de Recursos Humanos – CRH; Editora da Universidade Federal da Bahia – EDUFBA, v.23, n.59, p.255-266, maio/ago. 2010.

BARROS, Sabrina Helena Ponciano de. **Paisagem Socializada**: análise processual da gestão. 2014. 20f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2014.

BEDIMO-RUNG, Ariane L. **Enviromental determinants of physical activity in parks. Brat – direct observation: reference manual**. New Orleans, USA: Louisiana State Univesity – LSU – School of Public Health, 2007.

BEDIMO-RUNG, Ariane L.; MOWEN, Andrew J.; COHEN, Deborah A. *The significance of parks to physical activity and public health: a conceptual model*. **American Journal of Preventive Medicine**. Oxford, England: Oxford University Press, v.28, p.159-168, 2005.

BENÉVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. Tradução de Sílvia Mazza. 4.ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005. (Título original: *Storia della città*. Roma-Bari: Laterza, 1975)

BERNARDI, Jorge Luiz. **Funções sociais da cidade**: conceitos e instrumentos. 2006. 136f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2006.

BONDARUK, Roberson Luiz. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba, PR: Autores Paranaenses, 2007.

BORGES, Fernanda Nunes; CARRIJO, Mayumi Yoshida; PROFETA, Kharen Baptista; GONÇALVES, Paulo Henrique. Espalhamento urbano e segregação social: o caso do Buena Vista. In: Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto – forma urbana: rupturas e continuidades, II, Goiânia, GO, 2014. **Anais...** Goiânia, GO: Universidade Estadual de Goiás – UEG, 2014. p.600-613.

BOTELHO, Rebeca Alves. **Paisagem Socializada**: casos nacionais de tecnologias socioambientais de controle de acidentes naturais e de resgate social. 2015. 20f. Monografia (Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei Federal N° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei Federal N° 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei Federal N° 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 out. 2003.

BRASIL. Lei Federal N° 11.977, de 07 de julho de 2009. A regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei N° 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis Nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória N° 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 jul. 2009.

BRASIL. Lei Federal N° 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis Nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis Nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória No 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 2012.

CABRAL, Aline Calliari. **Paisagem Socializada**: casos nacionais de gestão como fundamento ao resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. 2015. 20f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2000.

CALLIARI, Mauro. **Espaços públicos de São Paulo**: o resgate da urbanidade. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM, São Paulo, SP, 2014.

CAMPBELL, Elizabeth.; HENLY, Julia R.; ELLIOTT, Delbert S.; IRWIN, Katherine. *Subjective constructions of neighborhood boundaries: lessons from a qualitative study of four neighborhoods*. **Journal of Urban Affairs**, Milwaukee, USA: Urban Affairs Association – UAA, v.31, n.4, p.461-490, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: fragmentação da vida cotidiana. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

CASSOU, Ana Carina Naldino. **Características ambientais, frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba, PR**. 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, 2009.

CASTELLO, Lineu. O lugar geneticamente modificado. **ArqTexto**, Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, v.9, p.76-91, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. 4.ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009. (Título original: *La question urbaine*. Paris, France: François Maspero, 1972).

CASTRO, Alexandra. Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos. **Cidades – Comunidades e Territórios**, Lisboa, Portugal: Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do Instituto Universitário de Lisboa – Dinâmia’CET-IUL, n.5, p.53-67, dez. 2002.

CECILIA, Bruno Santa. Edificações e espaços livres: dois recortes da arquitetura de Minas Gerais. **Arq.Urb** – Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP: Universidade São Judas Tadeu – USJT, n.1, p.56-69, 2008.

CÉLIO, Fabiano de Almeida; XAVIER, Cesar Coelho; ANDRADE, Amanda Cristina de Souza; CAMARGOS, Vitor Passos; CAIAFFA, Waleska Teixeira; FRICHE, Amélia Augusta de Lima; CORTÊS, Marcela Guimarães; PROIETTI, Fernando Augusto. Características individuais associadas autopercepção da extensão territorial da vizinhança Individual. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, v.30, n.9, p.1935-1946, set. 2014.

CHASKIN, Robert J. *Perspectives on neighborhood and community: a review of the literature*. **Social Service Review**, Chicago, USA: The University of Chicago Press, v.71, n.4, p.521-547, dec. 1997.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. **Evolução da ocupação urbana da Cidade Industrial de Curitiba – CIC**. 1994. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 1994.

COHAB-CT – Companhia de Habitação Popular de Curitiba. **Mapa da produção habitacional da Companhia de Habitação Popular de Curitiba**. Curitiba, PR, 2012.

COHAB-CT. **Produção histórica da COHAB Curitiba**. 2016. Disponível em: <<http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?secao=80>> Acesso em: 20 jun. 2016.

COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Municípios da Região Metropolitana de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo, SP: Ática, 2002.

COULTON, Claudia J.; KORBIN, Jill; CHAN, Tsui; SU, Marilyn. *Mapping residents' perceptions of neighborhood boundaries: a methodological note*. **American Journal of Community Psychology**, Macon, USA: Society for Community Research and Action – SCRA, v.29, n.2, p.371-383, apr. 2001.

COUTO, Isabel Cristina. Olhares da cidade: Curitiba e suas representações. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, PR: Universidade Tuiuti do Paraná – UTP, n.28, p.225-247, mar. 2002

CRESTANI, Andrei Mikhail Zaiatz. **Revelando lugares e territórios urbanos: tensões conceituais de espacialidades urbanas contemporâneas**. 2012. 90f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2012.

CRIADO, Arancha Muñoz. **Guía metodológica: estudio del paisaje**. Valencia, España: Generalitat Valenciana; Conselleria de Infraestructuras, Territorio y Medio Ambiente, 2012.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Tradução de Isabel Correia e de Carlos de Macedo. Reimp. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008. (Título original: *The concise townscape*. Abingdon, Oxon, England: Architectural; Routledge, 1961)

CUNHA, Rita Dione Araújo. Os espaços públicos abertos e as leis de uso e ocupação do solo: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis. In: Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis – ENECS 2003, São Carlos, SP, 2003. **Anais...** São Carlos, SP: Universidade de São Paulo – USP, 2003. s.p.

CUNHA, Rita Dione; ORTH, Dora Maria. Praças e áreas de lazer como ambiente construído influenciando na qualidade de vida urbana. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC 2000, Salvador, BA, 2000. **Anais...** Salvador, BA: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ANTAC, 2000. p.474-475.

CURITIBA. Lei Municipal Nº 2.828, de 31 de julho de 1966. Institui o Plano Diretor de Curitiba e aprova as suas diretrizes básicas, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município, Revogando as Leis nº 1875/60; 1951/60; 1908/60; 2100/61; 2123/62; 2154/62. . **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 31 de jul. de 1966.

CURITIBA. Decreto Municipal Nº 30, de 19 de janeiro de 1973. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia de Urbanização de Curitiba – URBS, terras, imóveis e benfeitorias situadas na área que especifica.

Diário oficial [do] Município de Curitiba, Poder Executivo, Curitiba, PR, 19 de jan. de 1973.

CURITIBA. Lei Municipal Nº 9.800, de 03 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Curitiba, Revoga as Leis Nºs 4.199/72, 5.234/75, 5.263/75, 5.490/76, 6.204/81, 6.769/85, 7.068/87 e 7.622/91, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 04 jan. 2000a.

CURITIBA. Decreto Municipal Nº 250, de 03 de maio de 2000. Dispõe sobre a criação de novos Setores Especiais de Habitação de Interesse Social. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 03 maio 2000b.

CURITIBA. Lei Municipal Nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no Art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 17 dez. de 2015a.

CURITIBA. **Estação da Sustentabilidade na Vila Verde receberá resíduos de construção e vegetais**. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 2015b. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/estacao-da-sustentabilidade-na-vila-verde-recebera-residuos-de-construcao-e-vegetais/37626>> Acesso em: 20 jun. 2016.

CURITIBA. **Regularização da Vila Verde encerra espera de 30 anos para 2,3 mil famílias**. Agência de notícias da Prefeitura de Curitiba. 2016. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/regularizacao-da-vila-verde-encerra-espera-de-30-anos-para-23-mil-familias/40073>> Acesso em: 20 jun. 2016.

CURITIBA. **Administrações regionais e bairros**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/o-que-sao-administracoes-regionais/80>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2012.

DAVIDSON, William B.; COTTER, Patrick R. *The relationship between sense of community and subjective well-being: a first look*. **Journal of Community Psychology**, Macon, USA: Society for Community Research and Action – SCRA, v.19, n.3, p.246-253, jul. 1991.

- DITTMAR, Adriana Cristina Corsico. **Paisagem e morfologia de vazios urbanos:** análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba, Paraná. 2006. 230f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2006.
- DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais:** arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura. São Paulo, SP: Perspectiva, 2002. (Coleção Debates, 287)
- DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano.** 2.ed. Curitiba, PR: Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBPEX, 2012.
- DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha:** uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2010.
- ERKIP, Feyzan. *Community and neighborhood relations in Ankara: an urban-suburban contrast.* **Cities** – The International Journal of Urban Policy and Planning, Oxford, England: Elsevier, v.27, n.2, p.96-102, 2010.
- FARIAS, Tadeu Mattos. **O afeto além dos muros e portões:** o apego a vizinhanças na cidade do Natal. 2011. 163f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, 2011.
- FARIAS, Tadeu Mattos; PINHEIRO, José de Queiroz. Vivendo a vizinhança: interfaces pessoa-ambiente na produção de vizinhanças “vivas”. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR: Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, v.18, n.1, p.27-36, jan./mar. 2013.
- FERMINO, Rogério Cesar; REIS, Rodrigo Siqueira; CASSOU, Ana Carina. Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba – PR, Brasil. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, SC: Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, v.14, n.4, p.377-389, 2012.
- FERRARA, Lucrécia D’Alessio. **Olhar periférico:** informação, linguagem, percepção ambiental. 2.ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1999a.
- FERRARA, Lucrécia D’Alessio. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. (Org.) **Percepção ambiental:** a experiência brasileira. 2.ed. São Paulo, SP: Studio Nobel; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 1999b. p.127-142.

FORTUNATO, Ivan; BASTIDAS, Jairo; BARBOSA, José Eduardo do Couto; GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. Multifuncionalidade e consumismo na paisagem do centro de São Paulo. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, v.21, n.35, p.31-55, jan.-jun. 2011.

FREITAS, Eduardo Pretto; MORAES, Jener Fernando Leite de; PECHE FILHO, Afonso; STORINO, Moisés. Indicadores ambientais para áreas de preservação permanente. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, PB: Departamento de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, v.17, n.4, p.443-449, abr. 2013.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2007.

GEORGE, Pedro. Paisagem, do urbano ao rural. Notas a partir de Lisboa. **Finisterra** – Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa, Portugal: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa – CEG-ULisboa, v.XXXVI, n.72, p.115-121, 2001.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

GONÇALVES, Fábio Mariz. Discussões sobre o papel dos espaços livres públicos nos bairros de elite contemporâneos. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, SP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.15, p.9-33, 2002.

GONÇALVES, Helena Seita. Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, v.16, p.135-149, 2004.

GOOGLE EARTH. **Imagens aéreas de Curitiba, Paraná, Brasil**. 2017.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana: aplicação a Curitiba, Paraná**. 2000. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, 2000.

HARDT, Letícia Peret Antunes. Ecologia da paisagem: fundamentos à gestão do espaço urbano. **OLAM Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista – UNESP, v.4, n.1, p.597-612, abr. 2004.

HARDT, Letícia Peret Antunes. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, José Godinho de. (Org.). **Metrópole: governo, sociedade e território**, Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006, p.137-149.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Paisagismo**: abordagem em múltiplas escalas. In: Semana de Estudos Florestais, IX, Irati, PR, 2007. **Anais...** Irati, PR: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, 2007. p.1-8.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Paisagismo**: fundamentos para projeto. In: Seminário de Atualização Florestal, I; Semana de Estudos Florestais, X, Irati, PR, 2008. **Anais...** Irati, PR: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, 2008. p.1-8.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Elaboração de projetos paisagísticos**. In: Seminário de Atualização Florestal, II; Semana de Estudos Florestais, XI, Irati, PR, 2010. **Anais...** Irati, PR: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, 2010. p.1-10.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Paisagem Solidária**: marcos referenciais para a gestão urbana democrática. 2013. 144f. Relatório de pesquisa (Edital Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Bolsa de Produtividade em Pesquisa 2009) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2013.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Paisagem Socializada**: resgate socioespacial na Grande Curitiba, Paraná. 2016. 726f. Relatório de pesquisa (Edital Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Bolsa de Produtividade em Pesquisa 2012) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2016.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. In: **Paisagem e Ambiente**: Ensaios. São Paulo, SP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.23, p.101-107, 2007.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. **Paisagem Iluminada**: contribuições à gestão democrática de Curitiba, Paraná. 2012. 423f. Relatório de pesquisa (Edital Ministério de Ciência e Tecnologia / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – MCT/CNPq N° 14/2010 – Universal) Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2012.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. **Paisagem Socializada**: grupos sociais resgatados em espaços esquecidos. 2015. 536f. Relatório de pesquisa (Edital Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – N° 18/2012 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2015.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos; DUARTE, Fábio. **Paisagem Solidária**: percepções para a gestão democrática de Curitiba, Paraná. 2009. 245f. Relatório de pesquisa (Edital Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Nº 02/2006 – Chamada Universal) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2009.

HENDERSON, Karla A.; FRELKE, Christopher E. *Space as a vital dimension of leisure: the creation of place*. **World Leisure**, Abingdon, England: Taylor & Francis, n.3, p.18-24, mar. 2000.

HILLIER, Bill. **Space is the machine: a configurational theory of architecture**. eletr.ed. London, England: Space Syntax, 2007[2004].

HOLANDA, Frederico de. **O espaço da exceção**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília – UNB, 2002.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. *Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales*, 1999-2008. In: Coloquio Internacional de Geocrítica, X, Barcelona, 2008. **Actas...** Barcelona, España: Universidad de Barcelona, 2008. s.p. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm>> Acesso em: 20 jun. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção populacional**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **A regional desejada**: etapa planejamento – CIC. Curitiba, PR, Setor de Monitoração, 2006.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Curitiba, PR, 2007.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Rendimento**: comparação Curitiba 2000 e 2010 – comparação entre capitais – análise por bairros – 2012. Curitiba, PR, 2012a.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Áreas verdes 2007**. Curitiba, PR, 2012b.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Mapas temáticos**: Divisas de bairros, 2012 – decreto 774/1974 A4. 2012c. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=353&idioma=1&liar=n%E3o>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **A cidade que queremos**: Regional CIC. Curitiba, PR, Setor de Monitoração, 2013a.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Retrato das regionais**: Regional CIC. Curitiba, PR, Setor de Monitoração, 2013b.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Downloads**: divisas. 2015a. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Mapas temáticos**: Regionais e bairros, 2015. 2015b. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=353&idioma=1&liar=n%E3o>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Linha do tempo**. 2016. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/linhadotempo.php?titulo=hist%F3ria>> Acesso em: 20 jun. 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. Tradução de Carlos Silveira Mendes Rosa. 3.ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The life and death of the great american cities*. New York, USA: Random House, 1961).

JACQUES, Paola Berenstein. **Errâncias urbanas**: a arte de andar pela cidade. **ArqTexto**, Porto Alegre, RS: Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, n.7, p.16-25, 2005.

KELLY, Eric; BECKER, Barbara. **Community planning: an introduction to the comprehensive plan**. Washington, USA: Island, 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília – UnB, 1996.

KOULIOUMBA, Stamatia. *Public spaces in São Paulo: some different approaches*. In: International Planning History Society – IPHS – Conference, 14, Istanbul, Turkey, 2010. **Annals...** Istanbul, Turkey, 2010. p.1-13. Disponível em: <<http://www.iphs2010.com/abs/ID382.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

KRAFTA, Romulo. Impressões digitais da urbanidade. In: AGUIAR, Douglas; MORAES NETTO, Vinícius de. **Urbanidades**. Rio de Janeiro, RJ: Folio Digital, 2012. p.115-133.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7.ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2014.

LANDOVSKY, Geraldo Santos; BATISTA, Daniela Biondi; ARAKI, Hideo. Análise da qualidade visual da paisagem da região de Tibagi, PR, aplicando o sensoriamento remoto. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, PB: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, v.10, n.1, p.188-195, 2006.

LANSKY, Samy. **Praça Jerimum**: cultura infantil no espaço público. 2006. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, MG, 2006.

LAPCHENSK, Aline de Fátima. **Paisagem Socializada**: tecnologias ambientais para resgate socioespacial. 2014. 20f. Monografia (Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. 4.reimp. Belo Horizonte, MG: Núcleo de Geografia Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2004. (Título original: *La revolution urbaine*. Paris, France: Gallimard, 1970)

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte, MG: Núcleo de Geografia Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2006. (Título original: *La production de l'espace*. Paris, France: Anthropos, 2000)

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Um sistema de espaços livres para São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA-USP, v.25, n.71. p.159-174. jan.-abr. 2011.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira; CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João. Carlos; SOUSA, Maria Alice de Lourdes Bueno; FIALHO, Nilva de Oliveira; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana - CBAU, 2, São Luiz, MA, 1994. **Anais...** São Luiz, MA: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU; Imprensa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão – EMATER-MA, 1994. p.1-14.

LIMA, Gesse Ferreira. **Paisagem Socializada**: análise perceptual de espaços esquecidos para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba. 2014. 32f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2014.

LIMA, Gesse Ferreira. **Paisagem Socializada**: análise ampliada da população alvo para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. 2015. 45f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2015.

LIMA, Thiago Almeida de. **Zonas especiais de interesse social: a** institucionalização da segregação socioespacial em João Pessoa, PB. 2012. 178f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, 2012.

LIMA, Willian Carlos Siqueira. **Paisagem Socializada: relações entre qualidade de espaços livres públicos e sua apropriação por crianças e adolescentes em áreas periféricas da Grande Curitiba, Paraná.** 2015. 215f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, 2015

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização.

GEOgraphia, Niterói, RJ: Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG – da Universidade Federal Fluminense – UFF, v.1, n.1, p.71-91, 1999.

LYNCH, Kevin Andrew. **A imagem da cidade.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3.ed. São Paulo, SP: WMF Martin Fontes, 2011. (Título original: *The image of the city*. Cambridge, USA: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1960)

MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil.** São Paulo, SP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, 1999.

McKENZIE, Thomas L.; COHEN, Debora A. SOPARC (*system for observing play and recreation in communities*) – *descriptions and procedures manual*. **Active Living Research** [online]: s.n., s.p., 2006. Disponível em: <http://activelivingresearch.org/soparc-system-observing-play-and-recreation-communities>. Acesso em: 15 out. 2014.

MADERUELO, Javier. *El paisaje urbano*. **Revista Estudios Geográficos**, Madrid, España: Instituto Juan Sebastián Elcano del Consejo Superior de Investigaciones Científica– CSIC, LXXXI, n.269, p.575-600, 2010.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço livre-objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, SP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.21, p.175-197, 2006.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana.** 1982. 116f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, São Paulo, SP, 1982.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. **Interações entre violência e cidades: em busca de uma definição de violência urbana.** **Caderno Prudentino de Geografia** – CPG, Presidente Prudente, SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Seção Local Presidente Prudente, n.36, v.1, p.83-98, jan./jul. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades – o caso da cidade Porto. **Observatorium** – Revista Electrónica de Geografia. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia – UFU, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriação do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, RJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, v.7, n.2, p.296-306, ago. 2007.

MENDONÇA, Maí Nascimento. **Cidade Industrial de Curitiba: 25 anos bem empregados**. Curitiba, PR: Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC, 1998.

MESTRES, Alessandra Fernandes. **Paisagem Socializada: caracterização de regiões críticas para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba**. 2014. 20f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2014.

MIN, Byungho; LEE, Jongmin. *Children's neighborhood place as a psychological and behavioral domain*. **Journal of Environmental Psychology**, Oxford, England: Elsevier; International Association of Applied Psychology – IAAP, v.26, n.1, p.51-71, mar. 2006.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2004.

MORA, Cecília Carvalho de la. **Territorialidade e sociabilidade nos espaços livres dos assentamentos populares: o caso da ZEIS do Poço da Panela, Recife, PE**. 2009. 160f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE, 2009.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 4.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001. (Título original: *The city in history: its origins, its transformations, and its prospects*. New York, USA: Harcourt, Brace & World, 1961)

NARCISO, Carla Alexandre Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceitos e procedências. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, RJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, ano 9, n.2, p.265-291, 2.sem. 2009.

NOGUEIRA, Letícia Barreto Maciel. **Paisagem Socializada: relações analíticas entre espaços livres públicos e consumo de substâncias psicoativas em Curitiba, Paraná**. 2016. 227f Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, 2016

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento**: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo, SP: Mackenzie, 2002. (Coleção Academack)

OLIVEIRA, Ricardo Biaobock Peres de. **Paisagem Socializada**: modelos de referência para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos. 2014. 19f. Monografia (Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2014.

PADOVANI, Eliane Guerreiro Rossetti. A cidade: o espaço, o tempo e o lazer. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. (Org.) **Ambientes**: estudos de Geografia. Rio Claro, SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP; Associação de Geografia Teorética – AGETEO, 2003, p.171-184.

PERES, Aline; FERNANDES, José Carlos. **A CIC não é para iniciantes**. Gazeta do Povo. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/paz-tem-voz/a-cic-nao-e-para-iniciantes-9eq3543g5pmwxwbiogosqwj7y>> Acesso em: 07 jan. 2017.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate** – Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP: Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas – CMU, v.XIX, n.21, p.25-35, jan./jun. 2011.

RABELLO, Carolina Toppan. **Paisagem Socializada**: casos nacionais de gestão como fundamento ao resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. 2015. 20f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2015. (Relatório parcial)

RAMOS, Aline Peixer. **Paisagem Socializada**: diagnóstico de espaços esquecidos na área específica de análise para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba. 2014. 20f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2014.

REIS, Rodrigo Siqueira. **Determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos de Curitiba**: uma abordagem socioecológica da percepção dos usuários. 2001. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, 2001.

REIS JÚNIOR, João Martinho Cleto. **A habitação de interesse social e o comportamento do mercado imobiliário formal de baixa renda**: caso de Curitiba no período de 2001 a 2010. 2012. 114f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2012.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2005.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Território e desigualdades de renda em regiões metropolitanas do Brasil. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, v.58, n.4, p.913-949, 2015.

RICARDO, Carolina de Mattos; SIQUEIRA, Paloma Padilha; MARQUES, Cristina Redivo. Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, SP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, v.7, n.1, p.200-216, 2013.

RIVLIN, Leanne G. *The neighborhood, personal identity, and group affiliations*. **Neighborhood and Community Environments**, New York, USA: Springer, v.9, p.1-34, 1987. (Series Human Behavior and Environment)

RODRIGUES, Carmem Izabel. Sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano em Belém – Pará. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR, XII, Belém, PA, 2007. **Anais...** Belém, PA, 2007. p.1-20. (v.12)

ROLNIK, Raquel. Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. In: ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato. **Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social**. São Paulo, SP: Pólis, 1997. p.7-10.

RPC TV – Rede Paranaense de Comunicação. **Crianças da Vila Verde se divertem no RPC TV na Praça**. 2012. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/rpctv/noticia/2012/12/criancas-da-vila-verde-se-divertem-no-rpc-tv-na-praca.html>> Acesso em: 07 jan. 2017.

SABOYA, Renato. **Condições para a vitalidade urbana** – características da relação edificação x espaço público. Urbanidades, Florianópolis, SC [*online*], s.n., s.p., 2013. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2013/03/condicoes-para-a-vitalidade-urbana-3-caracteristicas-da-relacao-edificacao-x-espaco-publico/>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano. **Inforgeo**. Lisboa, Portugal: Colibri, n.14, p.65-76, 1999.

SANTANA, Maria Cristina Ribeiro Trovão. **Segregação espacial urbana e o papel do poder público na sua reiteração ou redução**: o projeto de urbanização da Vila Parolin em Curitiba, Paraná. 2011. 201f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2011.

SANTOS, Cleon Ricardo dos; HARDT, Letícia Peret Antunes. Qualidade ambiental e de vida nas cidades. In: GONZALES, Suely Franco Netto; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; PAVIANI, Aldo. **Planejamento & urbanismo na atualidade brasileira**: objeto, teoria e prática. São Paulo, SP; Rio de Janeiro, RJ: Livre Expressão, 2013. p.151-168.

SANTOS, Kamila Alves dos. **Paisagem Socializada**: grupos sociais resgatados em espaços esquecidos. 2014. 16f. Monografia (Iniciação Científica Júnior) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2014.

SANTOS, Pollyanna de Carvalho. **Paisagem Socializada**: tecnologias sociais para resgate socioespacial. 2014. 20f. Monografia (Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2014.

SANTOS, Milton. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, Ana Fanny (Org.) **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1994. p.17-26. (Módulo 1 – Básicas).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6.ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2008a.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. 3.reimpr. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2008b. (Coleção Milton Santos)

SARASON, Seymour Bernard. **The psychological sense of community: prospects for a community psychology**. Brookline, USA: Booksmith, 1988. (Social and Behavioral Science Series)

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. Revista **Ra'e Ga** – O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná – UFPR, n.7, p.79-85, 2003.

SCHJETNAN, Mario; PENICHE, Manuel; CALVILLO, Jorge. **Principios de diseño urbano/ambiental**. Ciudad de México, México: Limusa, 2008.

SEHLI, Dyala Assef. **Paisagem Socializada**: avaliação perceptual de espaços esquecidos para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba. 2015. 296f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2015.

SGARD, Anne. *Le partage du paysage*. **HAL Geography**, Grenoble, France: Université de Grenoble, s.n., p.1-261, 2011.

SILVA NETO, Ednaldo Ferreira; PALACIOS, Maria das Graças Lima de Souza. Vitalidade urbana em Jane Jacobs. In: Urbicentros – morte e vida dos centros urbanos, 3, Salvador, BA, 2012. **Anais eletrônicos...** Salvador, BA: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2012. p.1-21. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST238.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

SILVA, Keli de Oliveira. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. **Revista Urutágua** [online]: Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – DSC-UEM, n.11, s.p., dez./mar. 2007. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/011/11.Silva.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 7.ed. rev./atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2012.

SILVA, Erica Merlim Perentel. **Paisagem Socializada**: casos internacionais de tecnologias socioambientais de controle de acidentes naturais e de resgate social. 2015. 20f. Monografia (Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2015.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Spinola Pereira Caldas. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2006. (Título original: *Grundfragen der soziologie: individuum und gesellschaft*. Berlin; Leipzig: G. J. Göschen'sche Verlagshandlung, 1917)

TARNOWSKI, Camila Martinez Lima. **Percepção da paisagem**: estudo sobre vazios urbanos no centro de Curitiba, Paraná. 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2007.

TOLEDO, Fabiane dos Santos; SANTOS, Douglas Gomes dos. Espaço livre de construção – um passeio pelos parques urbanos. **RVSBAU** – Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU, Piracicaba, SP: SBAU, v.7, n.2, p.10-23, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2006. (Título original: *Landscapes of fear*. New York, USA: Pantheon Books, 1979)

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina – EDUEL, 2012. (Título original: *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values*. Englewood Cliffs, USA. Prentice-Hall, 1974)

TYS Magazine. **Conceptos indispensables para el estudio del paisaje**. 2016. Disponível em: <<http://www.tysmagazine.com/guia-de-estudios-de-impacto-e-integracion-paisajistica-gallega/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

ULTRAMARI, Clóvis. Significados do urbanismo. **Pós**, São Paulo, SP: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.25, p.166-184, 2009.

VANHONI, Ângelo. **Domingo cultural na vila verde, cic, Curitiba-PR**. 2013. Disponível em: < <http://www.vanhoni.com.br/domingo-cultural-na-vila-verde-cic-curitibapr/>> Acesso em: 07 jan. 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo, SP: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

XAVIER, Hélia Nacif. Gestão urbana das cidades brasileiras: impasses e alternativas. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2002. p.282-295.

WHYTE, William Hollingsworth. **The social life of small urban spaces**. New York, USA: Project for Public Spaces, 1980.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 5.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2015. (Título original: *Case study research: design and methods*. Thousand Oaks, USA: Sage, 1984)

ZERBINI, Ana Suely. **A relação entre imagem ambiental e uso de praças na área central da cidade de Porto Alegre – RS: uma contribuição à percepção ambiental**. 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2009.

IMAGEM DA CAPA

GOOGLE EARTH. **Imagem aérea de Curitiba, Paraná, Brasil**. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A:

Formulário de qualificação paisagística dos espaços de referência

ESPAÇO:

Avaliação: quanti (1-nenhum; 2-algum; 3-muito); quali (1-ruim; 2-regular; 3-bom); s/n (1-s; 2-n); área (1-<30x30m; 2-30x30m/60x60m; 3->60-60m); dist (1->120m; 60/120m; 3-30/60m 4-15/30m; 5-<15m); larg (1-<0,5m; 2-0,5/1m; 3-1/3m; 4-3/5m; 5->5m)

1	ÁREAS ARBORIZADAS	01.A	01.B	01.C	01.D	Esc.
1.1	Dimensões					area
1.2	Limpeza					quanti
1.3	Lago / lagoa adjacente					s/n
1.4	Trilha / caminho adjacente					s/n
1.5	Formação pedras / rochas					s/n
1.6	Variedade espécies arbóreas					s/n
1.7	Iluminação					s/n
1.8	Flores silvestres					s/n
1.9	Fauna					s/n
1.10	Acessibilidade ao espaço					quali

2	BANCOS	02.A	02.B	02.C	02.D	Esc.
2.1	Condições					quali
2.2	Conforto					quali
2.3	Ambientação / paisagismo					quanti
2.4	Limpeza					quanti
2.5	Largura					larg
2.6	Proximidade com caminho					dist
2.7	Sombreamento					quanti
2.8	Iluminação					s/n

3	CALÇADAS ADJACENTES	03.A	03.B	03.C	03.D	Esc.
3.1	Limpeza					quanti
3.2	Condições					quali
3.3	Largura					larg
3.4	Nivelamento de piso					quanti
3.5	Conexão aos caminhos do espaço					quanti
3.6	Calçadas sem obstrução					s/n
3.7	Drenagem					s/n
3.8	Iluminação					s/n

4	CAMINHOS	04.A	04.B	04.C	04.D	esc.
4.1	Pavimentação					s/n
4.2	Condição					quali
4.3	Largura					larg
4.4	Limpeza					quanti
4.5	Nivelamento de piso					quanti
4.6	Continuidade					s/n
4.7	Obstruções					quanti
4.8	Sombreamento					quanti
4.9	Proximidade com estacionamento					dist
4.10	Proximidade com entrada					dist
4.11	Proximidade com bancos					dist
4.12	Barreiras a veículos					quanti
4.13	Inexistência de degraus de acesso					quanti
4.14	Iluminação					s/n

5	CAMPO DE ESPORTES	05.A	05.B	05.C	05.D	Esc.
5.1	Condições de piso					quali
5.2	Limpeza					quanti
5.3	Drenagem					quanti
5.4	Proximidade a playground					dist
5.5	Proximidade a estacionamento					dist
5.6	Disponibilidade de bancos					s/n
5.7	Sombreamento de bancos					quanti
5.8	Proteção de perímetro					quanti
5.9	Presença de componentes					s/n
5.10	Presença de lixeiras					s/n
5.11	Iluminação					s/n
5.12	Limpeza das arquibancadas					quanti
5.13	Condições das arquibancadas					quali
5.14	Largura das arquibancadas					larg
5.15	Sombreamento arquibancadas					quanti

6	CONDIÇÕES GERAIS	06.A	06.B	06.C	06.D	Esc.
6.1	Iluminação					quali
6.2	Manutenção					quali

7	ENTORNO IMEDIATO	07.A	07.B	07.C	07.D	esc.
7.1	Limpeza					quanti
7.2	Condições					quali
7.3	Possibilidade de acesso direto					quanti
7.4	Sensação de segurança entorno					quanti
7.5	Sensação de segurança espaço					quanti
7.6	Vizinhança c/ tráfego constante					s/n
7.7	Visibilidade espaço para entorno					quanti
7.8	Visibilidade entorno para espaço					quanti

8	ESPAÇO ABERTO	08.A	08.B	08.C	08.D	Esc.
8.1	Dimensões					area
8.2	Condição					quali
8.3	Limpeza					quanti
8.4	Nivelamento de piso					quanti
8.5	Proximidade a bancos					dist
8.6	Proximidade a estacionamento					dist
8.7	Proximidade a via pública					dist
8.8	Lago / lagoa adjacente					s/n
8.9	Acessibilidade ao espaço					quali
8.10	Trilha / caminho adjacente					s/n
8.11	Iluminação					s/n

Continua

Fonte: Adaptado de Bedimo-Rung (2007) e Lima (2015).

Continuação do Apêndice A

9	ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA	09.A	09.B	09.C	09.D	esc.
9.1	Dimensões					area
9.2	Limpeza					quanti
9.3	Trilha / caminho / ponte adjacente					s/n
9.4	Iluminação					s/n
9.5	Sombreamento					quanti
9.6	Condições dos bancos					quali
9.7	Conforto dos bancos					quali
9.8	Ambientação / paisagismo bancos					quanti
9.9	Limpeza dos bancos					quanti
9.10	Largura dos bancos					larg
9.11	Proximidade com estacionamento					dist
9.12	Proximidade com entrada					dist
9.13	Acesso pavimentado					quanti
9.14	Abertura / visibilidade					quanti
9.15	Proximidade com <i>playground</i>					dist
9.16	Proteção de áreas de atividades					quanti
9.17	Estética do entorno imediato					quali
9.18	Presença de água					dist
9.19	Lixeira					quanti
9.20	Proximidade a estações exercícios					dist

10	ÁREA EXERCÍCIOS DE FORÇA	10.A	10.B	10.C	10.D	Esc.
10.1	Condições do equipamento					quali
10.2	Limpeza					quanti
10.3	Condições do piso					quali
10.4	Limpeza do piso					quanti
10.5	Abertura / visibilidade					quanti
10.6	Proximidade a estacionamento					dist
10.7	Presença de bancos					s/n
10.8	Sombreamento					quanti
10.9	Iluminação					s/n
10.10	Varição cromática					s/n
10.11	Visibilidade a partir da rua					s/n
10.12	Separação do tráfego					s/n
10.13	Separação de outras atividades					s/n
10.14	Drenagem do piso					s/n

11	LUMINÁRIAS	11.A	11.B	11.C	11.D	Esc.
11.1	Limpeza					quanti
11.2	Condições					quali
11.3	Capacidade de iluminação					quanti
11.4	Luz não ofuscante					s/n
11.5	Adequação à função					s/n

12	PLAYGROUND - BRINQUEDOS	12.A	12.B	12.C	12.D	Esc.
12.1	Condições					quali
12.2	Limpeza					quanti
12.3	Maciez "área de pouso"					s/n
12.4	Drenagem "área de pouso"					s/n

13	PLAYGROUND - GERAL	13.A	13.B	13.C	13.D	Esc.
13.1	Abertura / visibilidade					quanti
13.2	Proximidade a estacionamento					dist
13.3	Bancos					s/n
13.4	Sombreamento					quanti
13.5	Iluminação					s/n
13.6	Varição cromática					s/n
13.7	Visibilidade a partir da rua					s/n
13.8	Separação do tráfego					s/n
13.9	Separação de outras áreas					s/n
13.10	Condições de piso					quali
13.11	Limpeza					quanti
13.12	Nivelamento de piso					quanti

14	QUADRA DE ESPORTES	14.A	14.B	14.C	14.D	Esc.
14.1	Condições de piso					quali
14.2	Limpeza					quanti
14.3	Proximidade a <i>playground</i>					dist
14.4	Proximidade a estacionamento					dist
14.5	Disponibilidade de bancos					s/n
14.6	Sombreamento					quanti
14.7	Perímetro protegido					quanti
14.8	Presença de componentes					s/n
14.9	Lixeiras					s/n
14.10	Iluminação					s/n
14.11	Dimensões					s/n
14.12	Condições de marcação de piso					quali

15	RIO / CÓRREGO	15.A	15.B	15.C	15.D	esc.
15.1	Largura					larg
15.2	limpeza					quanti
15.3	Qualidade hídrica					quali
15.4	Movimento da água					quanti
15.5	Disponibilidade de bancos					s/n
15.6	Acesso à água					quali
15.7	Profundidade					larg
15.8	Travessia sobre pedras					s/n
15.9	Ausência de mau odor					s/n
15.10	Trilha / caminho / ponte adjacente					s/n

